



BRUNO ZOREK

**O FUTURO DE
SÃO PAULO NA
DÉCADA DE 1950**



IMPRESA
DE HISTÓRIA
CONTEMPORÂNEA

 IMPRENSA
DE HISTÓRIA
CONTEMPORÂNEA

IMPrensa DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

A Imprensa de História Contemporânea é a editora universitária do Instituto de História Contemporânea, especializada na divulgação de trabalhos de investigação originais nas áreas da História e das Ciências Sociais. A IHC publica estudos inovadores que incidam sobre o período contemporâneo, privilegiando as abordagens de carácter transdisciplinar.

DIRECÇÃO

Victor Pereira

COMISSÃO COORDENADORA

Victor Pereira, Pedro Martins e Vasco Marques

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Garrido

Elisa Lopes da Silva

Luís Trindade

Maria João Vaz

Maria Alexandre Lousada

Nuno Medeiros

Paulo Jorge Fernandes

BRUNO ZOREK

O FUTURO
DE SÃO PAULO
NA DÉCADA DE 1950



Esta é uma obra em Acesso Aberto, disponibilizada online e licenciada segundo uma licença Creative Commons de Atribuição Não Comercial – Sem Derivações 4.0 Internacional (CC BY NC ND 4.0).

Imprensa de História Contemporânea

imprensa.ihc@fcsh.unl.pt

<http://imprensa.ihc.fcsh.unl.pt>

Av. de Berna, 26 C

1069061 Lisboa

Título: *O futuro de São Paulo na década de 1950*

Autor: Bruno Zorek

Revisão: Pedro Cerejo

Capa: Tinta-da-china

Impressão: Gráfica 99

1.ª edição: setembro de 2024

ISBN:

978-989-8956-54-5 (Impresso)

978-989-8956-55-2 (EPUB)

978-989-8956-56-9 (Mobi)

978-989-8956-57-6 (PDF)

Depósito legal: 526260/24

DOI: <https://doi.org/10.34619/lf32-befp>

Este livro foi objeto de avaliação científica.

Este livro teve o apoio financeiro do Instituto de História Contemporânea, financiado por fundos nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito dos projetos UIDB/04209/2020, UIDP/04209/2020 e LA/P/0132/2020.



ÍNDICE

Apresentação	7
Prefácio. A cidade, as palavras, os intelectuais.	
Disputas pelos futuros de São Paulo	9
<i>Ana Castro</i>	
Introdução.	
O futuro de São Paulo na década de 1950	15
Os personagens e suas representações do futuro de São Paulo.....	21
Inspirações teórico-metodológicas	28
Materiais	34
Estrutura do livro.....	37
1. Trajetórias.	
Das origens à década de 1950.....	39
Francisco Prestes Maia	42
Luiz de Anhaia Mello	58
Florestan Fernandes.....	67
Coadjuvantes	85
2. A metrópole gloriosa.	
Representações hegemónicas do futuro de São Paulo até meados do século XX.....	117
Robert Moses em São Paulo	122
Apresentação dos documentos	127
Um futuro glorioso para São Paulo	130
Os projetos e a cidade	142
Diluição da autoridade hegemónica e fortalecimento da crítica	150

3. Um futuro alternativo para São Paulo.	
A limitação do crescimento da metrópole.....	157
Anhaia Mello na década de 1950	158
Um futuro alternativo para São Paulo	167
Réplicas e trélicas.....	176
O futuro alternativo de Anhaia Mello na prática de produção da cidade.....	190
4. Um futuro esgarçado para São Paulo.	
Sociologia, geografia e articuladores culturais entre o otimismo e o pessimismo.....	195
O Florestan Fernandes de 1954	197
Os geógrafos da USP.....	205
Articuladores culturais da intelectualidade paulistana.....	218
O Florestan Fernandes de 1959	235
Conclusões e um ligeiro exame da grande imprensa paulistana.	
Rotinizações e rarefações dos destinos de São Paulo	251
Ambiguidade metodológica.....	258
Glória e caos na grande imprensa.....	261
Questões sobre o futuro.....	268
Bibliografia	275
Fontes	275
Referências bibliográficas.....	277

APRESENTAÇÃO

Este livro foi escrito originalmente como uma tese de doutoramento, defendida em março de 2019, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no Brasil. Comparada com a tese, esta versão em livro possui algumas diferenças. As notas preparadas para o novo trabalho são significativamente mais numerosas e extensas, além de apresentarem a bibliografia de maneira mais abrangente. O texto em si também foi revisto e modificado em alguns pontos, sendo a «tradução» do português do Brasil para o português europeu a alteração mais emblemática. Contudo, em relação ao conteúdo original, as transformações são apenas superficiais.

Durante a feitura da tese tive o privilégio de contar com duas bolsas de investigação concedidas pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp): uma bolsa regular de doutoramento e uma bolsa de estágio de pesquisa no exterior, que me permitiu passar uma temporada em Nova Iorque, vinculado à Universidade de Columbia. Durante a preparação da versão em livro do trabalho, contei com uma bolsa de pós-doutoramento do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, cujo financiamento é garantido pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), agência estatal de fomento à investigação académica em Portugal. Também foi indispensável o trabalho da equipa editorial da Imprensa de História Contemporânea. Sem o apoio de todas essas instituições, teria sido impossível chegar à publicação deste livro.

Para além do financiamento e do acolhimento académico, a quantidade de pessoas e instituições que favoreceram de uma forma

ou de outra a realização deste trabalho é enorme. Estou imensamente grato a cada uma delas. Porém, para diminuir o risco de cometer injustiças, optei aqui por nomear somente um número mínimo de representantes das instituições centrais em que o meu trabalho foi realizado. Portanto, gostaria de agradecer a Silvana Rubino, professora do Departamento de História da Unicamp e orientadora da tese que resultou neste livro, a Kenneth T. Jackson, professor do Departamento de História da Universidade de Columbia e supervisor do meu estágio enquanto estive em Nova Iorque, e a Jorge Pedreira, professor do Departamento de História da Universidade Nova de Lisboa e supervisor do meu pós-doutoramento no Instituto de História Contemporânea. Também agradeço a Ana Claudia Veiga de Castro, professora do Departamento de História de Arquitetura e Estética do Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e autora do generoso prefácio que abre este livro.

PREFÁCIO

A CIDADE, AS PALAVRAS, OS INTELLECTUAIS. DISPUTAS PELOS FUTUROS DE SÃO PAULO

O futuro de São Paulo na década de 1950: como é que a cidade era projetada, imaginada, desejada, mas também vivida e experimentada, nessa década fundamental da sua história? Ao explorar as representações de futuro nos discursos produzidos pelos intelectuais, num momento de intensa metropolização quando esse futuro parecia estar aberto a muitas e diversas realizações, Bruno Zorek leva-nos surpreendentemente a um turbilhão de imagens contraditórias, com efeitos duradouros que chegaram até hoje, revelando os embates que se estabeleciam naquela altura no pensamento universitário e mais amplamente na cena cultural urbana.

Os anos 1950 – ou o meio século XX, para usar a expressão de Maria Arminda do Nascimento Arruda no seu livro sobre a São Paulo metrópole – foram um período definidor de tendências que se vinham anunciando desde antes, fazendo da cidade uma metrópole com alcance regional e mesmo nacional.

A mancha urbana estendia-se a partir de novos eixos rodoviários que, somados às antigas linhas férreas, possibilitaram o desenvolvimento de uma série de subúrbios que ainda não eram chamados de periferia e recebiam novos moradores. Polo de atração de migrantes de muitas regiões do país, a cidade era cada vez mais vista como terra de promessa, com emprego abundante nas numerosas indústrias que ali se estabeleciam, sobretudo na região industrial do ABC – que anos depois veria nascer o principal líder de esquerda da América Latina.

Economicamente, para além da força do café das décadas anteriores, o crescimento industrial decorrente de uma política nacional

de substituição de importações dava um fôlego novo à capital paulista e à sua região de influência, provando o seu papel de centro mais dinâmico do país, completado também pelas atividades comerciais e de serviços necessárias e condizentes com o crescimento demográfico e a consolidação e diversificação dos seus setores médios.

Na disputa simbólica com a capital do país, o Rio de Janeiro, a cidade de São Paulo também se firmava naquela década, apoiada na ação de mecenas importantes e dos eventos por eles patrocinados. O surgimento de museus de arte, como o MASP e o MAM, e a criação da Bienal, ao se associarem ao trabalho crítico e intelectual desenvolvido na Universidade de São Paulo (fundada em 1934) – que passava então a ver a primeira geração de intelectuais brasileiros por ela formados conduzirem as novas carreiras e reavaliarem eventos anteriores –, construíram uma presença cultural de nível nacional para eventos de alcance antes limitado. Basta pensarmos na Semana de 22, para ficarmos num único exemplo. Notava-se um fluxo cultural constante, cujos trânsitos multidirecionais se apoiavam em instituições e sujeitos que atuavam entre o popular e o erudito, tensionando ambos os polos, formulando novas sínteses.

Do ponto de vista urbanístico, as intervenções que, a partir de 1938 com a implementação do Plano de Avenidas de Prestes Maia, tornaram a cidade num grande canteiro de obras, ao menos no centro expandido – e que também contribuíam para a percepção da força de São Paulo –, geravam entretanto uma contraface que ia abrindo fissuras no projeto modernizador que impulsionava as transformações. A cada trecho de demolições e reconstruções, pequenos núcleos de favelas apareciam e desapareciam, para logo reaparecerem noutros pontos da cidade. Pouco visível na paisagem paulista, na medida em que se localizavam nos baixios (várzeas, grotas, terrenos baldios entre bairros e loteamentos), as favelas eram entendidas pelos especialistas como estágio de passagem para migrantes recentes que, devido à pujança econômica, rapidamente seriam absorvidos, encontrando os meios para residir em locais mais «apropriados» (diferentemente do Rio onde, fixadas nas encostas dos morros já desde o final do século XIX, as favelas se tinham consolidado como parte daquela cultura urbana e da sua paisagem). O sucesso estrondoso

de *Quarto de despejo*, o livro de Carolina de Jesus lançado em 1960 acende, contudo, uma luz amarela no horizonte. Mas é só na década de 1970 que crescimento e pobreza vão ser diretamente associados, tornando-se o binómio que nomeou um dos livros mais importantes sobre a cidade desde então: *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*, fruto da pesquisa encomendada pela Cúria e conduzida pelos intelectuais do Cebrap.

É dentro desse espectro que Bruno Zorek se movimenta neste livro que o leitor tem em mãos, recuperando no trabalho intelectual feito *na* e *sobre* a cidade as visões de futuro então em jogo numa década que veria as comemorações do IV Centenário da fundação da cidade confirmarem um destino manifesto de grandeza e progresso. Dois urbanistas, dois cientistas sociais (um sociólogo e um geógrafo) e dois editores (de formações diferentes) constituem um conjunto algo peculiar de pensamento sobre São Paulo aqui reunido. Três são apresentados como personagens principais: Prestes Maia, Anhaia Mello e Florestan Fernandes. Os outros três, coadjuvantes: Caio Prado Jr., Paulo Duarte e Aroldo de Azevedo. Defende-se no trabalho as correspondências entre cultura e cidade, numa via de dois sentidos entre o mundo social e as suas representações, caminho indicado por Roger Chartier, entre outros, e que vem inspirando uma série de interpretações e análises nesse campo que chamamos de história cultural.

Bruno Zorek escolhe um *momento decisivo* dessa história cultural recente de São Paulo, a década de 1950, e começa por aqueles que intervêm (ou podem intervir) diretamente na cidade – e que, portanto, aparecem como portadores de um discurso autorizado sobre os seus rumos: os engenheiro-arquitetos Prestes Maia e Anhaia Mello, a dupla fundamental do urbanismo paulista que desde a década de 1920 vinha a cruzar as suas ideias e a confrontar as suas perspectivas, na academia, nos jornais, no poder público. Lemos aqui os seus discursos que procuram afirmar e construir visões sobre o futuro de São Paulo, duas visões opostas que se tornaram núcleos de um constante debate na cidade: crescer ou não crescer.

Nesse confronto, recupera-se a oposição que foi e continua a ser estudada de muitos ângulos, mas a partir da triangulação com

outro nome do campo urbanístico – o do planeador norte-americano Robert Moses, responsável por construir a face moderna de Nova Iorque, pelo menos ao longo da primeira metade do século XX, e que nesses anos vai a São Paulo como consultor contratado pela Prefeitura. O *Plano de avenidas*, de certo modo glosado por Moses no seu *Relatório* de 1950, constituiu a visão hegemónica que deu à metrópole um caminho até hoje percorrido (e ainda defendido). Foi a partir dali que se estabeleceram imagens de crescimento ilimitado associadas à pujança económica. Ao explorar os escritos daqueles que projetam as cidades, mostra-se, além disso, a importância do texto para a própria consolidação disciplinar do urbanismo.

Dos embates com Anhaia Mello recupera-se esse contraponto que, emergente, irá ganhar cada vez mais força, colocando em dúvida o percurso único que até àquela altura ainda se podia mostrar possível e desejável. A sua defesa pela limitação do crescimento, ou seja, pela inversão de expectativas, também era traduzida em planos e estudos. Ao reconhecer nesses textos de Anhaia os elementos que conduzem a uma inflexão na forma de perceber a cidade e, mais do que isso, a um outro futuro desejado, frente à falência da visão hegemónica, Bruno Zorek escancara as fissuras da própria modernização.

Florestan Fernandes completa a tríade de protagonistas, sendo ele mesmo portador dos dois discursos. É como se Florestan, cujo *métier* não era propriamente a intervenção urbana, mas a sua crítica, se fosse dando conta naquela mesma década dos limites desse projeto modernizador, percebendo, ao mesmo tempo em que trabalhava para construir o campo da sociologia, os efeitos não planeados da modernização da cidade (e do país), nos marcos do sistema vigente. Algo que se nota também nos seus escritos sobre negros e brancos na sociedade paulista – no arco percorrido da pesquisa da Unesco com Roger Bastide, *Branco e negro em São Paulo*, publicada em 1959 (com apoio da revista *Anhembi*, de Paulo Duarte, como foi notado por Zorek, justamente onde seriam publicados os primeiros resultados dessa investigação, ainda em 1953), até ao livro *A integração do negro na sociedade de classes*, de 1965. Afinal, onde estavam mesmo os negros nessa «nova» sociedade? E na cidade-metrópole?

A esse conjunto principal somam-se as visões de Paulo Duarte, Caio Prado Jr. e Aroldo de Azevedo. Os dois primeiros, muito distintos entre si, inclusive do ponto de vista da sua produção intelectual, são convocados na condição de animadores do debate, como editores das revistas *Anhembi* e *Brasiliense*, respetivamente. O terceiro, como um representante do saber especializado sobre o espaço urbano, mas desta vez no campo da geografia, e que na comparação com os arquitetos levava vantagem por ter a preocupação regional na sua constituição, o que vinha ao encontro da metrópole nascente, cujas soluções, intervenções, e também problemas, já não diziam respeito apenas aos limites municipais.

Neste seu livro, Bruno Zorek mobiliza, portanto, um conjunto de textos publicados por esses intelectuais diversos, recuperando com sagacidade os temas e as imagens que vão fazendo a balança pender para o lado negativo – *tragédia* é a expressão que ele escolhe para definir o que se estava a constituir – na experiência urbana e na percepção da mesma, por meio de um desenho de futuro que se mostrava trágico. Paulatinamente, ao longo da leitura, vamos-nos convencendo da mudança de rumos que se estava a operar, e dando-nos conta de que na positividade escandalosa dos anos 1950, simbolizada nos festejos do IV Centenário e no próprio conjunto do Ibirapuera que recebe a festa, os limites já estavam presentes – materializados no desmonte da favela que existia nas margens do córrego do Sapateiro. Tensões latentes que se explicitam, e que o livro nos ajuda a perceber, mostrando a complexidade inerente àquela cidade. A qualquer cidade, aliás.

Os discursos iniciais desdobram-se, ganham novos matizes, e das soluções e frases de efeitos daqueles que têm o poder de intervir diretamente, os urbanistas, passamos às visões menos duras e a propostas e análises matizadas dos cientistas sociais. Outra passagem que se opera nesses anos, e que este livro deixa evidente, é aquela que desloca o poder de avaliação sobre a sociedade do Estado (a política) para a Academia (a ciência): o saber universitário consolida-se e ao Estado cabe ser por ela criticado, desqualificando-se, em certo sentido, o pensamento e os saberes do seu corpo técnico – com efeitos negativos que, vale a pena dizer, não conseguimos até hoje superar.

Os discursos analisados apresentam-se em suportes e modalidades variados: os discursos dos urbanistas, portanto, os seus planos e as suas intervenções na imprensa que ampliaram o efeito das suas ideias; ao lado disso, artigos académicos ou de divulgação dos cientistas sociais, que circulavam nas revistas académicas; e ainda as memórias de um jornalista. Finalmente, peças de jornal, a partir de efemérides, mobilizadas no final do livro, e que funcionam como uma amostra das imagens hegemónicas e da sua transformação. Trata-se de acompanhar por meio desses muitos textos o esgarçamento do próprio futuro da cidade, segundo o autor, num «processo paradoxal de sobreposição de perspectivas antagónicas que faziam os destinos de São Paulo não uma grande dúvida, mas uma miríade de certezas contraditórias que coexistiam».

O livro procura, justamente, mostrar as forças distintas que constituíam tais certezas, e que puxavam esse tecido urbano e social para lados divergentes, juntamente àqueles que no seu trabalho intelectual contribuía para tecer novas tramas, lutando para não esgarçar a própria cidade. Hoje podemos perguntar sobre os rasgos provocados por todas essas forças no tecido de uma cidade que ainda se vê às voltas com disputas e caminhos divergentes e que muitas vezes colocam à prova a nossa crença na possibilidade de nos tornarmos em algum ponto uma sociedade mais justa. Quiçá, ler o livro de Bruno Zorek possa contribuir para nos tirar da letargia e da opacidade dos futuros e nos faça pensar – a cada um de nós no nosso próprio papel – e agir na construção de um presente que nos garanta um futuro melhor.

ANA CASTRO
São Paulo, outubro de 2023

INTRODUÇÃO

O FUTURO DE SÃO PAULO NA DÉCADA DE 1950

Nos anos 1950, imaginava-se que São Paulo teria um destino glorioso e, ao mesmo tempo, estaria condenada a um futuro trágico. Antes, a glória prevaleceu. Depois, a tragédia tornou-se hegemónica. Mas, na década de 1950, esses dois destinos contraditórios coexistiam com forças equivalentes e, mais importante, não se anulavam. Olhando para o futuro da cidade como representado naquele momento, São Paulo cresceria indefinidamente até se tornar tanto uma utopia progressista quanto uma distopia caótica. Este livro conta a história desse futuro esgarçado.

Durante o século XX, em função da industrialização acelerada e da explosão populacional, várias cidades latino-americanas tornaram-se metrópoles quase da noite para o dia.¹ A cidade de São Paulo – paradigmática nesse sentido – viveu nos anos 1950 um dos momentos fortes de tal processo.² Nesta década, festejava-se a capital paulista como a primeira cidade brasileira, o maior parque industrial da América Latina e a metrópole que mais rapidamente crescia no mundo.³ Um observador da época, o geógrafo Aroldo de Azevedo,

1 José Luis Romero, *Latinoamérica: las ciudades y las ideas* (Buenos Aires: Siglo Veintiuno Ed., 2010).

2 Milton Santos, *A urbanização brasileira* (São Paulo: Edusp, 2009).

3 Vestígios desta maneira de ver a cidade podem ser encontrados, por exemplo, nas edições comemorativas dos 400 anos de São Paulo dos jornais *Folha da Manhã*, de 24/01/1954, e *O Estado de S. Paulo*, de 25/01/1954. A revista ilustrada semanal *O Cruzeiro* também lançou, a 23/01/1954, uma edição especial para o aniversário da capital paulista com o mesmo espírito celebrativo. No mundo académico, é digno de nota o artigo de Florestan Fernandes, «Caracteres rurais e urbanos na formação e desenvolvimento da cidade de São Paulo», apresentado no XXXI Congresso de Americanistas, que aconteceu em São Paulo, em

destacava a «febre incessante de construções» que acometia São Paulo e levantava, em média, uma casa a cada 20 minutos no seu território.⁴ A metrópole de 3 milhões de habitantes via, portanto, a sua estrutura física alterar-se diariamente, com novas indústrias a estabelecerem-se o tempo todo, as periferias a expandirem-se de forma desordenada e as regiões centrais a crescerem no sentido vertical.⁵ Além disso, a estrutura social paulista também sofria transformações importantes: o proletariado viu-se convertido numa força política respeitada pelos governos e pelos patrões; as camadas médias urbanas cresceram significativamente e ampliaram a sua participação nas dinâmicas da cidade; enquanto as elites passavam por uma significativa diversificação da sua composição social e começavam a exercer atividades em setores anteriormente não explorados pelos seus quadros.⁶

Ainda nesse momento, São Paulo venceu uma espécie de batalha simbólica contra outras cidades brasileiras e cuja principal concorrente era o Rio de Janeiro. A então capital do país detinha os títulos tanto de centro da política nacional quanto o de maior metrópole – enquanto São Paulo ocupava o segundo lugar nestes aspetos, embora representasse o mais importante núcleo económico da nação. As características que faziam dessas metrópoles lugares

agosto de 1954, e mais tarde foi republicado em: Florestan Fernandes, *Mudanças sociais no Brasil* (São Paulo: Global, 2008).

- 4 Aroldo de Azevedo, «Preâmbulo: São Paulo, cidade trilionária», in *A cidade de São Paulo: Estudos de geografia urbana*, vol.1, org. Aroldo de Azevedo (São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1958), 21. Esta coleção, composta de quatro volumes, também pode ser referenciada como mais um exemplo de como a academia se deixava contaminar pelas comemorações do 4.º Centenário de São Paulo.
- 5 O trabalho de Regina Meyer, «Metrópole e urbanismo: São Paulo anos 50» (Tese de doutoramento em Arquitetura, Universidade de São Paulo, 1991) é uma das referências clássicas sobre as transformações enfrentadas por São Paulo na década de 1950 de um ponto de vista urbanístico. O artigo de Marta Grostein, «Periferias: loteamentos ilegais e formas de crescimento urbano», in *São Paulo, metrópole em trânsito: Percursos urbanos e culturais*, org. Candido Campos, Lúcia Helena Gama e Vladimir Sacchetta (São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2004), apresenta as mudanças rápidas na paisagem paulistana nas periferias da cidade. Já o volume editado por Paula Porta, org., *História da cidade de São Paulo, vol. 3: A cidade na primeira metade do século XX* (São Paulo: Paz e Terra, 2004), congrega diversos artigos de diferentes autores que reforçam a imagem de São Paulo como uma cidade em rápida transformação no período considerado.
- 6 Suely Queiroz, «Política e poder público na cidade de São Paulo: 1889-1954», in *História da cidade de São Paulo*, 47.

importantes para a cultura e para o pensamento nacionais estavam distribuídas de maneira mais equilibrada e, portanto, não havia uma prevalência definitiva de nenhuma delas – embora, antes, o Rio de Janeiro tenha sido imbatível nestas dimensões desde a sua conversão em capital da colônia e, mais intensamente, a partir da chegada da família real portuguesa em 1808.⁷ De qualquer forma, em meados dos anos 1950, a situação era outra: a população paulistana superou a carioca e, no final da década, Brasília tornou-se a nova capital do Brasil. Sendo assim, as duas propriedades que faziam do Rio de Janeiro uma adversária a ser batida deixaram de ter relevância, elevando São Paulo, a partir de então, à referência que as demais metrópoles brasileiras «deveriam» superar. O Rio de Janeiro e outras capitais brasileiras continuavam a ser reconhecidas como cidades de importância fundamental, mas a condição de principal cidade do país passou a ser atribuída a São Paulo. Essa «vitória» paulistana, que foi comemorada com orgulho e entusiasmo, começou a definir-se no imaginário dos seus habitantes na época do seu quarto centenário.⁸

São Paulo completou quatrocentos anos em 25 de janeiro de 1954, uma segunda-feira. Se, por um lado, não era exatamente o melhor dia da semana para se promover uma festa, por outro, a coincidência era com certeza apropriada para celebrar o espírito empreendedor da cidade, mesmo sendo feriado. Os paulistanos que naquela manhã passassem em frente às bancas de jornais veriam a capa do *Estadão* com duas imagens: no quarto superior esquerdo, um detalhe da pintura «A Fundação de São Paulo», de Oscar Pereira da Silva, representando a missa rezada em 25 de janeiro de 1554 – evento que simbolicamente fundou a cidade; e, no quarto inferior direito, uma fotografia da São Paulo moderna, uma paisagem composta por avenidas e prédios, com destaque para o edifício Viadutos. No centro da página, dominando o *layout*, vinham as datas 1554 e 1954, uma sobre a outra. Junto à primeira, a expressão: «Evocação

7 Ver, por exemplo, o clássico de Maria Beatriz Nizza da Silva, *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)* (São Paulo: Editora Nacional, 1977).

8 Fernandes, «Caracteres rurais e urbanos na formação e desenvolvimento da cidade de São Paulo».

do passado...», vinculando a data à pintura. Junto à segunda, a expressão: «Exaltação do futuro!», acompanhada de um pequeno texto em homenagem ao quarto centenário da cidade:

No passado das tuas «Bandeiras», aí está, São Paulo, a melhor certeza do teu futuro magnífico, ante-visto no esplendor do teu presente! / Terra dos Bandeirantes, os ciclópicos gigantes cujas botas marcaram as coxilhas... deixaram rastros na Amazônia... afundaram-se pelo litoral... e compassaram o oeste da Pátria Brasileira... as tuas singulares virtudes permanecem hoje ainda mais palpitantes do que ontem pois, si os «Bandeirantes» tiveram o seu progresso limitado pelas divisas da Pátria ou pelas espumas do mar, aos seus filhos de hoje, os paulistas, não mais importam essas linhas, resolvidos a fazer-te crescer e expandir no sentido vertical, rumo aos céus e espaços infinitos, sem outro limite que não o de sua própria inteligência! / Fonte perene de estímulo à iniciativa, às realizações e ao civismo, és um esplêndido monumento homenageando o trabalho e o dinamismo dos teus próprios filhos.⁹

Do passado, interessava ao jornal evocar as virtudes progressistas e expansionistas dos bandeirantes – e isto condizia com valores importantes nas representações da São Paulo da década de 1950.¹⁰ Estes valores manifestam-se na «certeza» de um «futuro magnífico»

9 *O Estado de S. Paulo*, 25/01/1954, 1.

10 No seu trabalho, «Em busca da imagem: a cidade e seu figurino (São Paulo 1935-1954)» (Tese de doutoramento em História, Universidade de Campinas, 1998), Mariza Carpintéro destaca a forma como determinado progressismo, caracterizado pela ideia de expansão contínua e associado aos bandeirantes, esteve presente nos discursos políticos e urbanísticos sobretudo na prefeitura de Prestes Maia (1938-1945), cujo governo coincidiu com a ditadura do Estado Novo (1937-1945). Já Maria Arminda Arruda, no seu livro *Metrópole e cultura: São Paulo no meio do século XX* (Bauru, SP: Edusc, 2001), discute o modo como as elites artísticas e intelectuais de São Paulo se inspiraram em valores modernos e progressistas, algumas vezes com aproximações conservadoras e ligadas ao bandeirantismo, outras com distanciamento e oposição a esse imaginário. Na investigação de Thaís Waldman, «Entre batismos e degolas: (des)caminhos bandeirantes em São Paulo» (Tese de doutoramento em Antropologia, Universidade de São Paulo, 2018), há diversas referências às apropriações, especialmente pelas elites paulistanas, do imaginário bandeirante e dos valores associados às suas aventuras no passado, e não só em meados do século XX, mas avançando até à contemporaneidade.

reservado para a cidade, no qual o seu crescimento contínuo, vertical e ilimitado conformava o ponto central, juntamente com a celebração do trabalho e do dinamismo dos seus habitantes. A metrópole tendia à expansão infinita – e isto era bom, pois era fruto da iniciativa e do empreendedorismo dos paulistanos. No entanto, esta imagem estava ameaçada. É claro que a ocasião não favorecia críticas a esta representação do futuro da cidade. Aquele 25 de janeiro era um dia para se comemorar e, se o destino de São Paulo parecia ser o de nunca parar, que esse amanhã, pelo menos naquela data, fosse visto com bons olhos. Os problemas decorrentes de um crescimento acelerado e indefinido, caso viessem a existir, podiam ser deixados para os temas dos outros dias do ano ou, melhor ainda, podiam ficar a cargo das soluções dos descendentes dos bandeirantes, sempre cheios de recursos.

OCASIÃO DO PASSADO...

1554
1954

EXALTAÇÃO DO FUTURO!

No passado das luas "Bandeiras", aí está, São Paulo, a melhor certeza do teu futuro magnífico, ante-visto no esplendor do teu presente!

Terra dos Bandeirantes, os ciclópsos gigantes cujas botas marcavam as encostas... desceram raptivos os Anatólicos... abalroaram-se pelo Brasil... e compuseram o eixo da Pátria Brasileira... as suas singulares virtudes permaneceram hoje ainda mais palpáveis do que ontem pois, si os "Bandeirantes" tiveram o seu progresso limitado pelas tiradas da Pátria no jato exposto do mar, os seus filhos de hoje, os paulistas, não mais impetram essas linhas, resbaldou a foz-de crescer e expandir no sentido vertical, rumo aos céus e aos espaços infinitos, sem outro limite que não o da sua própria inteligência!

Preste porém de estímulo à iniciativa. As realizações e os órfãos, de um espírito unicamente homenagem o trabalho e o desbanho dos teus próprios filhos.

A COMISSÃO DA MONTEADA PARA O PROGRESSO DE SÃO PAULO

O Estado de S. Paulo, 25/01/1954, 1.

Esta capa do *Estadão* sintetizava a representação do futuro da cidade que foi hegemónica até àquele momento. Uma representação marcada por duas características fundamentais, uma historicamente constante e outra sujeita a transformações, respetivamente: um futuro de expansão contínua, ilimitada e, de preferência, acelerada; e um sentimento otimista em relação a esse mesmo futuro. Ao longo de todo o século XX, as principais representações do futuro da cidade de São Paulo foram essencialmente variações sobre o tema do crescimento ininterrupto da metrópole. Contudo, durante a década de 1950 houve uma mudança importante na sua valoração: até então, a expansão de São Paulo era representada quase exclusivamente como algo positivo; mas, daquele momento em diante, um crescente pessimismo passou a coexistir com o otimismo nos sentimentos dominantes em relação à expansão infinita da cidade. Além de marcarem a ascensão de São Paulo à condição de primeira cidade do Brasil, as celebrações dos quatrocentos anos da metrópole podem ser vistas também como o momento que simbolicamente introduziu o pessimismo nas representações hegemónicas da metrópole.

A proposta fundamental deste livro é contar a história dessa transformação, discutindo como e por quais motivos o futuro de São Paulo deixou de ser visto exclusivamente com otimismo e passou a ser representado também com pessimismo. Para tanto, optou-se por investigar versões dessas representações que foram elaboradas por alguns personagens históricos em condições especialmente privilegiadas. Neste sentido, não se pretendeu esgotar toda a variedade de futuros que se imaginaram para a cidade. Em vez disto, investigaram-se algumas daquelas representações que se mostraram mais significativas e eficazes na produção dos destinos da cidade. Os personagens selecionados encarnam, justamente, as imagens típico-ideais dos futuros de São Paulo e a sua atuação representa de maneira consistente as principais transformações em curso. Tanto que, conforme as mudanças aconteciam tanto nas posições sociais destes personagens quanto no contexto paulistano da década de 1950, também o futuro da cidade se alterava. Ao longo desta introdução, são apresentados os personagens analisados no livro, um breve esboço das suas representações do futuro, quais foram as principais inspirações teóricas e metodológicas para realizar a pesquisa,

que materiais foram utilizados e, finalmente, a estrutura que organiza o volume.

OS PERSONAGENS E AS SUAS REPRESENTAÇÕES DO FUTURO DE SÃO PAULO

Os personagens fundamentais para a composição deste livro estão divididos em duas categorias: protagonistas – Francisco Prestes Maia, Luiz de Anhaia Mello e Florestan Fernandes; e coadjuvantes – Paulo Duarte, Caio Prado Jr. e Aroldo de Azevedo. Todos eles ocuparam posições sociais de destaque na São Paulo da década de 1950 e tiveram papéis preponderantes na elaboração de futuros para a cidade.

Francisco Prestes Maia era reconhecido como um dos urbanistas mais importantes do Brasil, sendo o principal representante do ramo dominante na área. Havia sido prefeito de São Paulo durante praticamente todo o Estado Novo, quando promoveu um conjunto de reformas na cidade que marcaram o seu perfil urbanístico por várias décadas. Nos anos 1950, embora sem muito sucesso, tentou voltar a cargos executivos por meio de eleições. Ao mesmo tempo, via o tipo de cidade que ajudara a produzir começar a ser sistematicamente criticado tanto nos meios especializados quanto no debate público mais geral.¹¹

Luiz de Anhaia Mello era também ex-prefeito da capital e um respeitado urbanista – que liderava um segundo ramo da área, oposto ao representado por Prestes Maia. Era professor e cofunda-

11 Algumas das referências mais importantes sobre a trajetória política e profissional de Prestes Maia, além dos trabalhos já mencionados de Regina Meyer, «Metrópole e urbanismo», e de Mariza Carpintéro, «Em busca da imagem», são: Benedito Toledo, *Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo* (São Paulo: Empresa das Artes, 1996); Maria Cristina Leme, «Urbanismo: a formação de um conhecimento e de uma atuação profissional», in *Palavras da cidade*, org. Maria Stella Bresciani (Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001); Sarah Feldman, *Planejamento e zoneamento: São Paulo: 1947-1972* (São Paulo: Fapesp e Edusp, 2005); Sylvia Ficher, *Os arquitetos da Poli: Ensino e profissão em São Paulo* (São Paulo: Fapesp e Edusp, 2005); e o livro *A cidade que não pode parar. Planos urbanísticos de São Paulo no século XX*, org. Nádya Somekh e Candido Campos (São Paulo: Editora Mackenzie; Mackpesquisa, 2008).

dor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, onde se havia consolidado como a principal voz acadêmica do urbanismo em São Paulo. Nos anos 1950, as suas críticas ao urbanismo dominante e as suas soluções alternativas para os problemas urbanos ganharam significativo espaço, reforçando a sua autoridade, primeiro, em setores técnicos do Estado, na própria universidade e, em seguida, também entre o público em geral.¹²

Florestan Fernandes viveu um período de ascensão meteórica nos anos 1950. Passou da condição de aspirante no mundo intelectual para a de liderança do que se convencionou chamar de «Escola Paulista de Sociologia». Neste processo, acabou por assumir o papel de principal responsável por fazer da sociologia a disciplina de maior destaque entre as ciências humanas no Brasil. Além disso, embora não se dedicasse principalmente aos estudos urbanos, escreveu na área, sobretudo no período em questão, ajudando a sua disciplina a se impor também nos debates sobre as cidades.¹³

Paulo Duarte era um jornalista veterano e polemista de renome. Durante muitos anos, foi editor-chefe do *Estado de S. Paulo* – o jornal mais importante da época. Circulava com desenvoltura entre

- 12 Algumas das referências importantes para Prestes Maia são igualmente relevantes para Anhaia Mello, especialmente: Meyer, «Metrópole e urbanismo»; Leme, «Urbanismo: a formação de um conhecimento»; Feldman, *Planejamento e zoneamento*; Ficher, *Os arquitetos da Poli*; e *A cidade que não pode parar*, org. Somekh e Campos. Além disso, são fundamentais os textos de Maria Stella Bresciani, «Estudo da trajetória profissional do engenheiro-arquiteto Luiz I. R. de Anhaia Mello», in *Da construção do território ao planejamento das cidades: Competências técnicas e saberes profissionais na Europa e nas Américas (1850-1930)*, org. Ivone Salgado e Angelo Bertoni (São Carlos: RiMa, 2010); Maria Stella Bresciani, «As múltiplas linguagens do urbanismo em Luiz de Anhaia Mello: técnica, estética e política», in *Urbanistas e urbanismo no Brasil: Entre trajetórias e biografias*, org. Rodrigo Faria, Josianne Cerasoli e Flaviana Lira (São Paulo: Alameda, 2014), bem como a parceria de Bresciani com Maria Cristina Schicchi, «Luiz de Anhaia Mello: ensino, política e presença pública», *Risco* 14, n.º 1 (2016).
- 13 Sobre Florestan Fernandes, algumas das referências mais relevantes são: Florestan Fernandes, *A condição de sociólogo* (São Paulo: Hucitec, 1978); Maria Angela D'Incao, org., *O saber militante: Ensaio sobre Florestan Fernandes* (Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Ed. da Unesp, 1987); Heloisa Pontes, *Destinos mistos: Os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-68)* (São Paulo: Cia. das Letras, 1998); Fernanda Peixoto, *Diálogos brasileiros: Uma análise da obra de Roger Bastide* (São Paulo: Edusp, 2000); Sílvia Garcia, *Destino ímpar: Sobre a formação de Florestan Fernandes* (São Paulo: USP, Curso de pós-graduação em Sociologia; Editora 34, 2002); e Sergio Miceli, *Vanguardas em retrocesso: Ensaio de história social e intelectual do modernismo latino-americano* (São Paulo: Cia das Letras, 2012).

as elites cultural e política da cidade, sendo amigo próximo de várias lideranças de ambos estes campos. Nos anos 1950, fundou e dirigiu a revista *Anhembi* – um periódico que se tornou central para a intelectualidade paulistana. Através da sua revista, Paulo Duarte atuava como um articulador cultural, abrindo e fechando o acesso a um dos principais veículos de consagração intelectual do momento.¹⁴

Caio Prado Jr. era um historiador marxista de grande envergadura e um político comunista respeitado. Contudo, via-se isolado tanto pelos seus pares da intelectualidade quanto pelos seus companheiros de militância. Entre os primeiros, por conta da sua atuação política. Entre os segundos, pela sua teimosa independência intelectual. Na década de 1950, em parte como tentativa de romper este duplo isolamento, Prado Jr. fundou e dirigiu a *Revista Brasileira* – periódico que complementava e concorria com a publicação de Paulo Duarte. A *Revista Brasileira* tornou-se outro dos veículos fundamentais para o ambiente intelectual e cultural de São Paulo e garantiu a Prado Jr. uma posição de articulador cultural equivalente à de Paulo Duarte.¹⁵

14 A principal referência sobre Paulo Duarte são as suas próprias memórias, publicadas nos anos 1970: Paulo Duarte, *Memórias: Raízes profundas* (São Paulo: Hucitec, 1974. vol. 1); *Memórias: A inteligência da fome* (São Paulo: Hucitec, 1975. vol. 2); *Memórias: Selva escura* (São Paulo: Hucitec, 1976. vol. 3); *Memórias: Os mortos de Seabrook* (São Paulo: Hucitec, 1976. vol. 4). É digno de menção o verbete escrito por Marieta de Moraes Ferreira, «Paulo Duarte», in *CPDOC Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930* (Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001). Além disso, alguns trabalhos que discutem os periódicos *Anhembi*, dirigido por Duarte, e *Revista Brasileira*, cujo responsável era Caio Prado Jr., também são fundamentais: Fernando Limongi, «Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Jr. e a *Revista Brasileira*», *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 5, n.º 2 (out. 1987); Mônica Pereira, *Anhembi: Criação e perfil de uma revista de cultura* (São Paulo: IDESP, 1987); Sergio Miceli, «Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil», in *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 1, org. Sergio Miceli (São Paulo: Ed. Vértice; Ed. Rev. dos Tribunais, 1989); Luiz Carlos Jackson, «A sociologia paulista nas revistas especializadas (1940-1965)», *Tempo Social* 16, n.º 1 (jun. 2004); e Afrânio Catani, *A revista de cultura Anhembi (1950-62): Um projeto elitista para elevar o nível cultural do Brasil* (Maringá: Eduem, 2009).

15 Caio Prado Jr. é um autor amplamente explorado por estudiosos da intelectualidade brasileira. Uma referência clássica é o livro organizado por Maria Angela D'Incao, *História e ideal: Ensaio sobre Caio Prado Junior* (São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989), que reúne depoimentos e análises sobre o autor. Para os interesses deste livro, a atuação de Prado Jr. como editor da *Revista Brasileira* é central, portanto, os já mencionados Limongi, «Marxismo, Nacionalismo e Cultura»; Miceli, «Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil»; e Jackson, «A sociologia paulista» são referências importantes. Um estudo

Aroldo de Azevedo, finalmente, era catedrático de Geografia do Brasil na USP e um dos maiores divulgadores da geografia do seu tempo – especialmente por conta da sua produção de livros didáticos. A sua principal área de trabalho era a geografia urbana. Na década de 1950, foi responsável por coordenar uma enorme pesquisa coletiva que tomou São Paulo como objeto privilegiado – cujo resultado foi a coleção de quatro volumes *A cidade de São Paulo: Estudos de geografia urbana*. Uma das consequências da sua atuação foi promover a geografia para o primeiro plano dos debates sobre cidades, renovando os instrumentais com que usualmente se observavam as questões urbanas e fortalecendo perspectivas analíticas fundadas no campo intelectual.¹⁶

Além dos protagonistas e coadjuvantes, alguns personagens secundários também foram considerados durante a pesquisa e fazem aparições eventuais ao longo do livro, ainda que importantes. Entre eles, estão, por exemplo: Richard Morse – historiador estado-unidense que escreveu uma «biografia» de São Paulo; e os geógrafos que colaboraram com Aroldo de Azevedo na sua pesquisa. Merece destaque especial Robert Moses – o «mestre construtor» de Nova

geral sobre a vida e a obra deste autor foi realizado por Paulo Iumatti, *Caio Prado Jr.: Uma trajetória intelectual* (São Paulo: Ed. Brasiliense, 2007). Na minha própria dissertação de mestrado, reconstruo a trajetória de Caio Prado Jr. em função das características voláteis do que deveria ser o papel do historiador e o significado da história: Bruno Zorek, «Concepções de sujeito e objeto do conhecimento na obra histórica de Caio Prado Jr.» (dissertação de mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007). Um desdobramento deste trabalho, em que exploro originalmente a hipótese do duplo isolamento de Prado Jr., pode ser conferido em Bruno Zorek, «Desenvolvimento histórico do sujeito epistemológico na obra de Caio Prado Jr.», *Ars Historica* 2, n.º 1 (jul.-dez. 2010).

- 16 Sobre Aroldo de Azevedo há significativamente menos produção se comparado com qualquer outro dos demais personagens deste livro. A principal referência sobre a sua trajetória é indireta, pois é um livro da sua própria autoria cujo tema central é o seu pai, o senador Arnolfo de Azevedo. Ainda assim, é uma referência incontornável: Aroldo de Azevedo, *Arnolfo de Azevedo, parlamentar da Primeira República* (São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968). A já mencionada abertura da coleção sobre a geografia de São Paulo traz informações importantes a respeito do processo de produção dos livros e, portanto, sobre algumas dinâmicas da vida intelectual de São Paulo nos anos 1950: Azevedo, «Preâmbulo: São Paulo, cidade trilionária». Sobre os livros didáticos de Aroldo de Azevedo, um trabalho relevante é o de Daniel Gomes, «A geografia ensinada: mudanças e continuidades do conhecimento geográfico escolar (1960-1989)» (dissertação de mestrado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010). Finalmente, vale mencionar o texto de Sandra Lencioni, «Aroldo de Azevedo: um geógrafo da Universidade de São Paulo», *Boletim Paulista de Geografia* 92 (2012).

Iorque –, que na década de 1950 assinou um projeto urbanístico para São Paulo.

A separação em protagonistas e coadjuvantes diz respeito aos papéis que esses personagens desempenham no arco narrativo que se pretendeu construir para este livro. Os protagonistas, neste sentido, encarnaram os tipos-ideais de futuro elaborados para São Paulo. Prestes Maia – com a ajuda de Robert Moses – representava o futuro otimista, que apostava no crescimento e no progresso como sentido fundamental do desenvolvimento paulistano. Esta perspectiva foi hegemônica durante a primeira metade do século XX e, mesmo depois de perder sua a dominância, continuou a ser uma referência importante, especialmente para o campo político. Anhaia Mello, por sua vez, foi responsável por divulgar as principais críticas à expansão da metrópole, por elaborar uma versão distópica do futuro de São Paulo e, além disto, por oferecer um destino alternativo para a cidade – marcado pela diminuição radical do seu tamanho. As suas críticas, como será visto adiante, foram muito mais influentes do que a sua visão alternativa de futuro. O pessimismo que acompanhava a sua distopia passou a ter um papel fundamental nas representações da cidade na segunda metade do século XX, mas a sua proposta de inversão do crescimento paulistano não vingou na prática. Enquanto Florestan Fernandes, finalmente, representou a transformação dos valores hegemônicos na produção dos destinos de São Paulo, com a crescente imposição do pessimismo. O próprio sociólogo deixou de ver o futuro da metrópole com otimismo para passar a representá-lo negativamente, ainda que sem abandonar todas as esperanças. No enredo do livro, a função narrativa desses três protagonistas é conduzir a história do futuro de São Paulo da epopeia à tragédia.

Os futuros imaginados por Prestes Maia e Anhaia Mello para São Paulo não mudaram, embora tenham tido significados diferentes conforme os momentos em que emergiam. Prestes Maia foi sempre otimista em relação ao crescimento e Anhaia Mello pessimista, ainda que tivesse esperança de transformar radicalmente a cidade. Em contraste, Florestan Fernandes mudou a sua opinião com o passar do tempo. A expectativa de Fernandes em relação à capital paulista, de início, acompanhava o otimismo de Prestes Maia, mas

foi-se tornando trágica conforme as ideias de Anhaia Mello ganhavam espaço. Esta transformação no seu ponto de vista foi paralela à sua consolidação como referência inescapável da sociologia brasileira, às redefinições na divisão social do trabalho de dominação simbólica no Brasil – e especialmente em São Paulo – e, enfim, à própria transformação do horizonte de expectativas da metrópole.

Caio Prado Jr., Paulo Duarte e Aroldo de Azevedo são personagens que, por um lado, ajudaram a minar a hegemonia de urbanistas como Prestes Maia e Anhaia Mello na elaboração das representações de São Paulo e, por outro, colaboraram de diferentes maneiras na consolidação das ciências humanas e da interpretação pessimista do futuro como novas autoridades na produção dos destinos da cidade – por exemplo, fortalecendo perspectivas como a de Florestan Fernandes. Todos eles, ainda, imaginaram as suas próprias versões do futuro da metrópole – embora as suas previsões não constituam «tipos puros», pois são derivações das perspectivas representadas pelos protagonistas, com mais ou menos originalidades.

Em termos esquemáticos, os dois pilares que inicialmente organizavam as discussões sobre São Paulo, nos anos 1950, eram Prestes Maia e Anhaia Mello – dois dos protagonistas. O primeiro, como já se chamou a atenção, imaginava um futuro glorioso para a metrópole e praticava um urbanismo que procurava garantir a contínua e indefinida expansão da cidade, através de intervenções «cirúrgicas» que suavizassem o seu processo de crescimento.¹⁷ Anhaia Mello, por sua vez, defendia a tese da necessidade de desaceleração ou mesmo de inversão do crescimento de São Paulo. Ao mesmo tempo que previa um futuro apocalíptico para a metrópole caso a sua expansão não fosse interrompida.¹⁸

17 O documento que ficou conhecido como *Plano de Avenidas*, publicado em 1930, é um excelente exemplo de como Prestes Maia projetava o futuro de São Paulo: Francisco Prestes Maia, *Estudo de um plano de avenidas para a cidade de São Paulo* (São Paulo: Cia. Melhoramentos de São Paulo, 1930). Já em Francisco Prestes Maia, *Os melhoramentos de São Paulo* (São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 1945), o autor defende as intervenções realizadas na cidade e que seguiram o plano original de 1930.

18 Ver, por exemplo, a palestra apresentada no dia 8 de novembro de 1954, Dia Mundial do Urbanismo, por Luiz de Anhaia Mello, «O Plano Regional de São Paulo: Uma contribui-

Paulo Duarte e Caio Prado Jr. – dois dos coadjuvantes – exerciam o papel de agitadores e articuladores culturais, cuja prerrogativa fundamental era administrar os principais veículos de promoção e divulgação intelectual do momento. Paulo Duarte não tinha uma posição entrincheirada sobre o futuro da cidade e, embora simpatizasse com Anhaia Mello e hostilizasse Prestes Maia, tendia a ver o crescimento da metrópole como inevitável.¹⁹ Caio Prado Jr. via a expansão de São Paulo como uma certeza e, ainda que fosse otimista em relação ao crescimento indefinido da cidade, adotava instrumentais analíticos que fortaleciam as perspectivas cultivadas no campo intelectual, aproximando-se, por exemplo, do tipo de trabalho realizado pelos geógrafos acadêmicos.²⁰

Aroldo de Azevedo e Florestan Fernandes – um coadjuvante e um protagonista – representavam as novas vozes que, com o amparo institucional universitário e fiados em instrumentais disciplinares «exóticos» em relação ao urbanismo consolidado, começavam a discutir a cidade de São Paulo e acabaram por enxertar de modo definitivo as ciências humanas no tronco das representações da metrópole. Aroldo de Azevedo simpatizava com Prestes Maia e compartilhava a sua visão de futuro; contudo, ao utilizar o instrumental da geografia para pensar as cidades, ajudou a abrir espaço para novas perspectivas, que se distanciavam tanto de Prestes Maia quanto de Anhaia Mello. Florestan Fernandes, assim como Azevedo, utilizava um instrumental distinto do usual para discutir São Paulo, o que fazia emergir novos pontos de vista. Mas, de forma diferente do seu colega geógrafo, o sociólogo radicalizou o seu distanciamento em relação aos urbanistas tradicionais e consolidou

ção da universidade para o estudo do “Um Código de Ocupação Lícita do Solo”» (monografia/palestra, Universidade de São Paulo, 1954).

- 19 Sobre a simpatia para com Anhaia Mello, ver: Paulo Duarte, *Memórias: Selva oscura*, 210-212. Para a hostilidade a Prestes Maia, ver: Paulo Duarte, *Memórias: Os mortos de Seabrook*, 67-68. Sobre as visões de futuro de Paulo Duarte, ver especialmente: Pereira, *Anhembi*; e Catani, *A revista de cultura Anhembi*.
- 20 Ver o texto escrito originalmente nos anos 1930, revisto e publicado em livro em 1953: Caio Prado Jr., «O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo», in *Evolução política do Brasil e outros estudos*, Caio Prado Jr. (São Paulo: Cia. das Letras, 2012).

uma terceira posição sobre o futuro da cidade – progressivamente mais pessimista e trágica.

Em suma: dois representantes das principais teses do urbanismo correntes na época, que disputavam sobre quais os projetos que deveriam ser implementados na metrópole; dois editores de revistas culturais, que publicavam sobre São Paulo em vários dos seus aspectos e davam espaço para outras opiniões a respeito; e dois acadêmicos das ciências humanas, que começavam a fazer valer as suas perspectivas nos debates sobre a cidade.

INSPIRAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

O principal objetivo deste livro é contar como o futuro de São Paulo deixou de ser glorioso para se tornar uma tragédia em potencial. Para tanto, foram adotadas três grandes estratégias. A principal foi a análise detida das imagens mais poderosas dos destinos da metrópole. Contudo, para se chegar a estas imagens foi necessário considerar as condições sociais das suas respectivas emergências. Por isso, uma segunda estratégia foi acompanhar as trajetórias de um conjunto selecionado de personagens históricos, cuja atuação foi decisiva na elaboração de futuros para a cidade. A terceira, por sua vez, foi refletir sobre as relações entre as representações da cidade e a própria cidade, entendidas como duas dimensões inseparáveis do mesmo objeto.²¹ Além disto, é importante frisar que, embora apresentadas separadamente, estas três estratégias são interdependentes. Ao longo do livro, há momentos em que uma ou outra é enfatizada; contudo, a abordagem de fundo para discutir os problemas levantados leva em conta todas elas ao mesmo tempo.

Um princípio metodológico central para a pesquisa foi considerar as representações do futuro de São Paulo, em primeiro lugar, como *ações sociais*²² – ou seja, como ações orientadas significativa-

21 Sobre a complementaridade existente entre as representações e o que é representado, ver: Roger Chartier, «O mundo como representação», *Estudos Avançados* 11, n.º 5 (jan.-abr. 1991). Especificamente sobre as cidades e as suas representações, ver: Adrián Gorelik, «Historia de la ciudad e historia intelectual», *Prismas: Revista de historia intelectual* 3 (1999).

22 Adota-se aqui uma definição weberiana de ação social. Ver: Max Weber, *Economía y socie-*

mente pelos seus agentes – que ajudavam a reproduzir ou a modificar as verdades sobre a cidade.²³ Estas ações, por definição, estavam condicionadas pelas posições e disposições dos personagens históricos que as elaboravam e, consequentemente, também pelas características dos *lugares sociais* onde estavam inseridos.²⁴ Neste sentido, além de reproduzir ou modificar as perspectivas gerais sobre futuro, as representações em questão também reforçavam ou transformavam as posições desses personagens. Portanto, as imagens do futuro tinham efeitos decisivos sobre a cidade e, ao mesmo tempo, sobre a vida dos personagens estudados.

Para pensar especificamente os efeitos dessas representações sobre a cidade, uma inspiração importante foram as reflexões sobre o tempo histórico do historiador alemão Reinhart Koselleck, sobretudo a sua discussão sobre as categorias *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*. Segundo Koselleck, estas categorias são estruturantes da relação das sociedades com o tempo. Neste sentido, são pensadas como dados antropológicos prévios, que indicam uma condição humana universal – ou, mais simplesmente, que as pessoas têm experiências e também expectativas. Por outras palavras, são estruturas formais, atemporais, mas cuja apreensão depende da análise das suas manifestações históricas, que preenchem com «conteúdos» específicos estas «formas», por definição, vazias.²⁵

Neste livro, fez-se um uso dessas categorias ligeiramente desviante das propostas originais de Koselleck. Em vez de as pensar

dad: Esbozo de sociología comprensiva (México: Fondo de Cultura Económica, 1964). Também: Gabriel Cohn, org., *Max Weber: Sociologia* (São Paulo: Ática, 1982).

23 Sobre a verdade como o resultado de lutas simbólicas e, nesse sentido, sempre temporária, volátil e incompleta, ver: Pierre Bourdieu, «Por uma ciência das obras», in *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*, Pierre Bourdieu (Campinas: Papirus, 1996), sobretudo o «Apêndice 2. A dupla ruptura», 83.

24 O conceito de *lugar social*, entendido como um recurso heurístico, resultante de uma metáfora espacial e relacional que distribui os agentes históricos uns em relação aos outros, num dado contexto, de maneira que as suas ações se tornam compreensíveis em função da complexidade das relações estabelecidas, foi retirado de Michel de Certeau, «A operação historiográfica», in *A escrita da história*, Michel de Certeau (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007).

25 Reinhart Koselleck, «“Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas», in *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*, Reinhart Koselleck (Rio de Janeiro: Contraponto e Ed. PUC-Rio, 2006).

exclusivamente no seu grau de abstração maior, como condicionantes das possibilidades de qualquer história, optou-se aqui por examiná-las num contexto determinado, na medida em que se apresentam como elementos manejáveis pelos agentes sociais. Se é certo que, necessariamente, todos os seres humanos lidam de alguma forma com o passado e com o futuro, também é certo que tais dimensões do tempo são construídas em situações históricas específicas e, portanto, são diferentes em cada uma das suas manifestações. Interessou mais a esta pesquisa observar as particularidades da construção de um horizonte de expectativas (propositadamente pluralizado), para tentar compreender os seus efeitos sobre as ações sociais e a sua transformação através das ações, do que a dimensão geral destas categorias – cuja importância é fundamental e inegável para a estruturação da vida humana, como já foi descrito pelo próprio Koselleck.

O horizonte de expectativas, portanto, é entendido aqui como um grande conjunto de referências compartilhadas, formado pelas diversas falas sobre o futuro e, ao mesmo tempo, impondo-se na articulação destas falas – uma espécie de denominador comum que enformava e era enformado por todas as perspectivas. Partiu-se do princípio de que os discursos produzidos em campos dominantes do espaço social – especialmente o político e o intelectual – tinham grande *autoridade* nas definições de verdades a respeito do futuro de São Paulo. Neste sentido, os discursos hegemônicos sobre o futuro de São Paulo – isto é, aqueles que se inscreviam no horizonte de expectativas como referências incontornáveis – ou eram produzidos originalmente (fosse no campo político, fosse no intelectual) ou eram reforçados e reproduzidos nestes espaços. Sendo assim, o horizonte de expectativas era especialmente sensível a essa produção; afinal, as determinações mais importantes sobre o futuro da cidade passavam de alguma forma pelas elaborações desses campos.

Em certo sentido, as representações do futuro de São Paulo podem ser aproximadas ao discurso orientalista, tal como foi analisado por Edward Said.²⁶ Assim como as narrativas de intelectuais

26 Edward Said, *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente* (São Paulo: Cia. das Letras, 2007).

européus e estado-unidenses *produziam* o Oriente, as imagens de futuro aqui analisadas também *produziam* a metrópole e os seus destinos. Ambos esses conjuntos discursivos passaram (e continuam a passar) por um processo no qual: «Grupos de textos, tipos de textos, até gêneros textuais, adquirem massa, densidade e poder referencial entre si mesmos e a partir daí na cultura em geral.»²⁷ Ao chegarem a esse ponto, essas narrativas assumem a condição de *representância* dos objetos aos quais se referem.²⁸ Isto é, não só estão no lugar desses objetos, representando-os na ausência dos originais, como incorporam as verdades mais legítimas sobre eles – inclusive negando outras verdades, mesmo quando oferecidas pelos próprios originais. Tornam-se, na prática, o objeto mesmo que representam, substituindo-o quase completamente. No caso do discurso orientalista, a possibilidade de resistência contra as *representâncias* produzidas pelas nações colonizadoras é bastante imediata; afinal, as populações submetidas sempre estiveram lá exercendo o seu protagonismo histórico e impondo as suas próprias narrativas contra o discurso colonialista.²⁹

Contudo, no caso do futuro, não há um original ao qual se referir – existem somente as representações. Portanto, elas assumem com especial eficácia o lugar daquilo que representam, sendo entendidas, dessa forma, como se fossem o futuro de facto. Consequentemente, se há um futuro definido (ou *presentificado*, como prefere Pierre Bourdieu), a partir dele as pessoas podem e efetivamente organizam o sentido da sua existência social.³⁰ Se, por exemplo, é tido como certo que vai haver uma eleição para cargos políticos importantes, então os interessados no processo vão preparar as suas ações e estratégias em função das suas militâncias específicas e esperando que o pleito aconteça. Se, em contraste, esse mesmo processo

27 Said, *Orientalismo*, 50.

28 Sobre a ideia de *representância*, ver: Paul Ricoeur, *Tempo e Narrativa*, vol. 1 (São Paulo: Martins Fontes, 2010).

29 Diversos exemplos deste tipo de resistência e algumas consequências teóricas e epistemológicas desses processos foram analisados por Homi Bhabha, *O local da cultura* (Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998).

30 Sobre a presentificação do futuro e o sentido da existência, ver: Pierre Bourdieu, «O ser social, o tempo e o sentido da existência», in *Meditações pascalianas*, Pierre Bourdieu (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007).

eleitoral estivesse ameaçado de acontecer por qualquer motivo, outros tipos de recursos seriam mobilizados, fazendo com que os interessados agissem de outras maneiras, conforme o futuro que acreditassem ser o mais provável. No primeiro caso, há um futuro definido, que engaja as energias sociais de tal modo que a probabilidade de ele efetivamente acontecer aumentam progressivamente.³¹ No segundo caso, entretanto, há uma indefinição, o que gera a dispersão daquelas energias, aumentando também as dúvidas sobre como organizar as próprias estratégias.³²

Para os interesses deste livro, o mais significativo são os momentos de produção do futuro – e não se ele aconteceu de facto como foi previsto. Ou seja, a preocupação fundamental aqui é com os efeitos num determinado presente histórico que as previsões sobre a cidade de São Paulo provocavam. Dito de forma simples: se a meteorologia previsse que vai chover, interessaria observar como isso afeta as estratégias quotidianas das pessoas – se adicionam guarda-chuvas aos seus pertences do dia, se escolhem usar transporte particular em vez de público, se reorganizam as suas agendas em função de prováveis atrasos provocados pelo trânsito extra, etc. É menos importante saber se a chuva veio de facto ou não.

Se Koselleck foi a inspiração para pensar os efeitos das previsões de futuro sobre a cidade de maneira geral, quando a reflexão se voltou para os personagens históricos examinados aqui a principal referência foi a teoria sociológica de Pierre Bourdieu. Um primeiro

31 Um exemplo deste tipo de efeito pode ser encontrado na análise de Koselleck sobre Lorenz von Stein, na qual o historiador enfatiza a dimensão microscópica da constituição do horizonte de expectativas – e, portanto, do futuro – e como tal futuro tem implicações sobre as ações do presente dos agentes históricos. Ver: Reinhart Koselleck, «Prognósticos históricos nos escritos de Lorenz von Stein sobre a Constituição prussiana», in *Futuro passado*. Bourdieu, por sua vez, destaca a forma como a confluência de capitais diversos em determinados investimentos potencializa a realização e a crença na realização de determinados projetos. Ver: Bourdieu, «O ser social, o tempo e o sentido da existência».

32 Norbert Elias chama a atenção tanto para o processo de estabilização do tempo social resultante da consolidação dos Estados modernos europeus quanto para os efeitos disruptivos nos futuros das sociedades ocidentais provocados, por exemplo, por crises políticas, guerras, revoluções, etc., que ameaçaram em dadas ocasiões a existência ou a continuidades destes Estados. Neste sentido, exemplifica a dispersão de energias que a ausência de um futuro hegemónico pode provocar. Ver: Norbert Elias, *O processo civilizador*, vol. 1 e vol. 2 (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990 e 1993).

recurso importante, nesse sentido, foi a sua noção de trajetória.³³ Cada um dos personagens analisados teve a sua vida política e intelectual investigada de acordo com as características das diferentes posições sociais que ocuparam ao longo do tempo. Sendo assim, também as suas representações do futuro foram remetidas às condições sociais particulares de cada momento – fazendo com que as previsões para São Paulo, mesmo quando não fossem originais, tivessem sempre significados novos e específicos para os destinos da cidade.

Outro aspeto da teoria bourdieusiana utilizado para discutir as trajetórias dos personagens foi o conceito de campo – especialmente campo político e campo intelectual.³⁴ O espaço social na sociedade paulistana de meados do século XX tinha a sua dimensão dominante formada sobretudo pelos campos político e económico.³⁵ Os membros de ambos esses campos – várias vezes intercambiáveis – conformavam a elite dirigente. O campo intelectual, por sua vez, caminhava com segurança no sentido da autonomização – isto é, para a constituição de suficiente distanciamento sociológico em relação aos campos político e económico, a ponto de ser regido por uma economia simbólica própria, distinta daquelas vigentes nos campos dominantes. Foi ao longo da década de 1950 que os intelectuais estabeleceram esse distanciamento, passando a constituir uma nova elite, que disputava com as elites tradicionais o controlo sobre as representações da realidade. Os personagens discutidos no livro pertenciam tanto ao campo político quanto ao intelectual e, conseqüentemente, as suas ações remetiam às condições de ambos – embora, mais a um ou outro, conforme o personagem e o contexto.

Finalmente, uma terceira inspiração fundamental foram as ideias de Hayden White sobre produção de sentido. Nas suas aná-

33 Ver: Bourdieu, «Por uma ciência das obras», sobretudo o «Apêndice 1. A ilusão biográfica».

34 Bourdieu, «Campo do poder, campo intelectual e *habitus* de classe», in *A economia das trocas simbólicas*, Pierre Bourdieu (São Paulo: Perspectiva, 2001).

35 Sobre o conceito de espaço social e a sua configuração geral a partir de uma perspectiva teórica, ver: Pierre Bourdieu, «Espaço social e espaço simbólico», in *Razões práticas*.

lises de textos historiográficos, o historiador estado-unidense chama a atenção para o facto de que:

[...] considerada como um sistema de signos, a narrativa histórica aponta simultaneamente para duas direções: para os acontecimentos descritos na narrativa e para o tipo de estória ou *mythos* que o historiador escolheu para servir como ícone da estrutura dos acontecimentos. A narrativa em si não é o ícone; o que ela faz é *descrever* os acontecimentos contidos no registro histórico de modo a informar o leitor *o que deve ser tomado como ícone* dos acontecimentos a fim de torná-los «familiares» a ele. Assim, a narrativa histórica serve de mediadora entre, de um lado, os acontecimentos nela relatados e, de outro, a estrutura de enredo pré-genérica, convencionalmente usada em nossa cultura para dotar de sentido os acontecimentos e situações não-familiares.³⁶

No caso da produção do futuro de São Paulo, os sentidos atribuídos para a história da metrópole também se organizam conforme estruturas de enredo pré-genéricas – especialmente a epopeia e a tragédia. As narrativas que os personagens analisados elaboraram para representar a metrópole tinham um télos definido – um sentido, portanto –, cuja compreensão depende justamente do tipo de enredo escolhido por cada um para construir esse télos.

MATERIAIS

Nesta pesquisa, os documentos selecionados para discutir as representações do futuro de São Paulo e problemas correlatos são fundamentalmente de três naturezas. O primeiro conjunto é formado pelos discursos sobre o futuro da cidade produzidos pelos personagens destacados. Esse material é composto por projetos urbanísticos, discursos políticos, palestras, livros e artigos acadêmicos,

36 Hayden White, «O texto histórico como artefato literário», in Hayden White, *Trópicos do discurso: Ensaios sobre a crítica da cultura* (São Paulo: Edusp, 2001). Itálicos originais.

apresentações em congressos, depoimentos, entrevistas, debates legislativos, reportagens jornalísticas, entre outros. Essa produção, entretanto, tem um caráter disperso e desorganizado – com alguns momentos importantes de sistematização. Nos anos 1950, mesmo sendo amplamente discutido, o futuro de São Paulo era um tema das margens, que se revelava de maneira fragmentada – as suas manifestações estão espalhadas em textos que, em geral, tratam de outras questões. O trabalho fundamental desta pesquisa foi encontrar esses fragmentos, organizá-los de maneira coerente com a produção dos seus autores e apresentá-los conforme as disputas narrativas a que estavam relacionados. Nesse sentido, com inspiração na sociologia weberiana, o que se procurou fazer foi montar tipos-ideais das principais representações do futuro de São Paulo – cada uma delas encarnada em determinados personagens.³⁷ O processo de construção desses tipos-ideais, contudo, exigiu que, algumas vezes, o foco estivesse mais no conteúdo do que nas propriedades sociais dos discursos analisados. Novamente, é pela distribuição desigual e diluída das menções ao futuro de São Paulo que se explica a adoção desta estratégia.

Em termos práticos, isso significou, por exemplo, que a transcrição de uma palestra, apresentada para um grupo de estudantes e professores de arquitetura – mas que discutia extensivamente os destinos da cidade –, tenha sido mais importante para a construção de um dos tipos-ideais do que, em contraste, um livro de sucesso escrito pelo mesmo palestrante – mas no qual o futuro da cidade era um tema pouco privilegiado.³⁸ Ou, ainda, implica que uma rápida imagem da São Paulo futura, presente num artigo sobre a geografia paulistana – como uma metrópole única no mundo, com camadas sobrepostas de ruas e túneis que formavam uma «cidade de dois pavimentos» –, possa ser mais relevante para a discussão

37 Sobre a construção de tipos-ideais, ver: Weber, *Economía y sociedad*. Para um exemplo específico e historicamente articulado de um tipo-ideal, ver como Weber define o «espírito» do capitalismo a partir de um discurso de Benjamin Franklin, em: Weber, *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (São Paulo: Cia. das Letras, 2004), 41–69.

38 A palestra em questão, já mencionada anteriormente, é: Mello, «O Plano Regional de São Paulo». O livro, por sua vez, é: Anhaia Mello, *Problemas de urbanismo. Bases para a resolução do problema técnico* (São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1929).

aqui conduzida do que o argumento central deste mesmo artigo.³⁹ Da mesma forma, as plataformas em que tais discursos foram veiculados receberam tratamento semelhante, um artigo num jornal de grande circulação e uma apresentação num congresso académico, por exemplo, foram considerados como tendo pesos equivalentes na análise da mudança de perspectiva de Florestan Fernandes, mesmo que as suas condições de produção e publicação fossem completamente distintas.⁴⁰ Tais procedimentos justificam-se porque as relevâncias dos textos, dos seus fragmentos e das suas plataformas não foram definidas previamente e de maneira absoluta, mas sim de modo relacional e em função das questões que orientaram a pesquisa.

Além disso, ainda que seja legítimo analisar discursos exclusivamente pelo seu conteúdo manifesto – como várias tradições intelectuais atestam –, na perspectiva teórica adotada nesta pesquisa foi fundamental ancorá-los nas suas condições sociais de produção. Portanto, somente a elaboração dos tipos-ideais de futuro deixava uma lacuna importante a ser preenchida. O segundo conjunto de documentos utilizados nesta investigação foi coletado com o intento de desvendar justamente as condições em que cada um dos personagens analisados produziu as suas reflexões sobre São Paulo. Assim, os materiais em questão não dizem respeito diretamente ao futuro da metrópole, mas sim às vidas dos personagens – são biografias, memórias, depoimentos, entrevistas e a ampla literatura que trata da história dos intelectuais paulistanos e brasileiros durante o século XX. Com essa documentação, procurou-se construir as trajetórias dos personagens investigados, para que fosse possível modular os significados das representações por eles produzidas de acordo com as posições que ocupavam no espaço social em cada momento pertinente.

39 Prado Jr., «O fator geográfico», 146.

40 A apresentação de congresso, já mencionada, foi: Fernandes, «Caracteres rurais», enquanto o artigo de jornal, publicado na edição comemorativa dos 30 anos do *Diário de São Paulo*, em 1959, e mais tarde republicado em livro, é: Fernandes, «O homem e a cidade-metrópole», in *Mudanças sociais no Brasil*.

O terceiro e último conjunto de fontes é a grande imprensa. Foram selecionadas edições dos grandes jornais paulistanos que discutiram o futuro da cidade. Todavia, desde as primeiras consultas a esses jornais, ficou evidente que um levantamento exaustivo das menções aos destinos de São Paulo seria uma tarefa impossível. Praticamente todas as edições verificadas indicavam, em algum momento, expectativas sobre a metrópole do amanhã. Por isso, adotou-se como estratégia destacar apenas as representações do futuro da cidade mais explícitas, mais rotineiras e, preferencialmente, as produzidas nas ocasiões em que São Paulo era tematizada de maneira especial – por exemplo, nos seus aniversários. A análise dos textos jornalísticos tem o propósito duplo de, em primeiro lugar, contrabalançar a leitura das representações elaboradas pelos personagens centrais do livro e, também, de refinar através de verificações empíricas a noção de discurso hegemónico ou dominante.

ESTRUTURA DO LIVRO

Além desta introdução, este livro possui quatro capítulos e uma secção final onde se apresentam algumas conclusões e um exame da imprensa paulistana. O primeiro é dedicado à análise das trajetórias dos personagens investigados, com destaque para as características da sua atuação na década de 1950. Cada um dos protagonistas foi discutido separadamente, enquanto os coadjuvantes foram tratados em conjunto. Levou-se em conta principalmente os aspetos políticos e intelectuais das respetivas trajetórias, procurando também enfatizar as relações das representações de futuro com as condições sociais da sua emergência.

O segundo capítulo analisa o futuro épico, marcado pelo crescimento indefinido, por um sentimento extremamente positivo em relação a esse crescimento e pela expectativa de um destino glorioso para a cidade. A discussão é realizada a partir de dois planos urbanísticos preparados para São Paulo sob encomenda do Estado: o *Estudo de um plano de avenidas para a cidade de São Paulo*, escrito por Prestes Maia e publicado em 1930, e o *Programa de melhoramentos públicos para a cidade de São Paulo*, assinado por Robert Moses e entregue à prefeitura da metrópole em 1950. Ambos apresentavam

concepções de cidade muito parecidas e previam um futuro equivalente para São Paulo. No entanto, como se explora no capítulo, os efeitos desses projetos sobre a cidade foram distintos em 1930 e em 1950, mesmo sendo as suas previsões essencialmente iguais. O principal objetivo do capítulo é refletir sobre essas diferenças.

O terceiro capítulo discute as representações de futuro elaboradas por Anhaia Mello. Destaca-se a dimensão retórica das estratégias adotadas pelo urbanista: de um lado, a ênfase nos aspetos apocalípticos definidores de uma São Paulo que continuasse a crescer; de outro, a salvação representada por um futuro alternativo, no qual a metrópole se converteria numa confederação de pequenas cidades-jardim. Examinam-se também alguns dos efeitos dessas propostas para a cidade, que deixava de ter o seu crescimento visto apenas de maneira positiva e ensaiava soluções urbanísticas inspiradas nas ideias de Anhaia Mello.

O quarto capítulo acompanha a mudança de opinião de Florestan Fernandes sobre o futuro de São Paulo: do otimismo vinculado à representação hegemónica ao pessimismo elaborado conforme os valores do campo intelectual. Ao mesmo tempo em que o sociólogo alterava a sua perspectiva, também a sua posição social se transformava significativamente: de recém-doutorado para líder da «Escola Paulista de Sociologia». Em paralelo, a análise também segue a atuação dos coadjuvantes: Paulo Duarte, Caio Prado Jr. e Aroldo de Azevedo, que colaboraram, cada um à sua maneira, para que o tipo de ponto de vista sustentado por Fernandes se consolidasse não só em oposição às imagens da cidade elaboradas pelos políticos-urbanistas como também enquanto base para a nova representação hegemónica do futuro de São Paulo.

A última secção, em primeiro lugar, retoma as principais discussões realizadas ao longo do livro e apresenta as conclusões a que se chegou. Em segundo lugar, esta secção desdobra-se numa nova análise, na qual são examinados os jornais paulistanos. A proposta é testar alguns dos princípios metodológicos adotados na pesquisa, verificando a sua pertinência empírica. Finalmente, as conclusões e o livro são encerrados com uma reflexão sobre a importância e a necessidade contemporâneas de estudos históricos e historiográficos sobre representações do futuro.

CAPÍTULO 1

TRAJETÓRIAS. DAS ORIGENS À DÉCADA DE 1950

Este capítulo possui três objetivos principais. O primeiro é apresentar as trajetórias dos personagens cujas representações do futuro de São Paulo são analisadas ao longo do livro – com destaque para os aspectos políticos e intelectuais das suas atuações. Como foi apresentado na introdução, esses personagens foram divididos em dois grupos: protagonistas e coadjuvantes. O grupo dos protagonistas é composto por um trio: Francisco Prestes Maia – político profissional, professor universitário, engenheiro e urbanista; Luiz de Anhaia Mello – político profissional, professor universitário, arquiteto e urbanista; e Florestan Fernandes – sociólogo, professor universitário e, com o passar do tempo, representante por excelência da nova intelectualidade paulistana. No grupo dos coadjuvantes, também formado por três personagens, estão: Paulo Duarte – editor-chefe da revista *Anhembi*, agitador cultural, jornalista, advogado e militante de um certo liberalismo conservador; Caio Prado Jr. – editor-chefe da *Revista Brasiliense*, agitador cultural, geógrafo, historiador e militante comunista; e Aroldo de Azevedo – geógrafo, educador e professor universitário.¹

1 Embora não sejam discutidos diretamente neste capítulo, ainda é preciso fazer menção a um terceiro grupo, no qual estão reunidos um conjunto de personagens secundários que participam de maneira eventual na trama do livro: os geógrafos que colaboraram no projeto *A cidade de São Paulo* – coordenado por Aroldo de Azevedo; os integrantes do Departamento de Urbanismo de São Paulo – vários deles ex-alunos de Anhaia Mello; e alguns estrangeiros que, na época, colaboraram com a produção do futuro da cidade por meio de projetos de intervenção, levantamentos de dados urbanísticos ou pesquisas históricas – por exemplo: Robert Moses, Louis-Joseph Lebret e Richard Morse.

O segundo objetivo deste capítulo é introduzir as diferentes previsões para a metrópole encarnadas por cada um dos personagens. Como será visto, na década de 1950 – período privilegiado na análise – havia três futuros típico-ideais para São Paulo: 1. a cidade poderia transformar-se numa metrópole gigantesca e gloriosa, marcada pela pujança, pela velocidade e pela ordem; 2. São Paulo poderia mudar radicalmente a sua configuração urbana e tornar-se uma confederação de pequenas cidades-jardim, nas quais o planejamento garantiria a paz e a harmonia; ou 3. a metrópole poderia crescer desordenadamente, gerando caos e paralisia, até se converter numa «necrópolis» – uma cidade morta e com baixíssima esperança de salvação. Prestes Maia era o representante por excelência do primeiro futuro. Anhaia Mello elaborou versões tanto do segundo quanto do terceiro destino para São Paulo – embora os seus esforços fossem para a realização da confederação de cidades-jardim. Florestan Fernandes, por sua vez, namorou primeiro com imagens otimistas do futuro, mas em seguida adotou um tom pessimista, que o transformou num produtor da terceira variedade de futuro. As duas primeiras imagens eram fortemente marcadas pelo vocabulário do urbanismo, enquanto a terceira – inicialmente também oriunda do urbanismo – se começava a diferenciar das demais por adotar novos instrumentais de análise para pensar a cidade.

As representações de São Paulo produzidas pelos coadjuvantes não constituíam tipos-ideais «puros» – como era o caso das representações dos protagonistas. Esses personagens combinavam características daqueles três destinos fundamentais, produzindo imagens da cidade que, em maior ou menor grau, se aproximavam das elaborações dos protagonistas. Paulo Duarte, ao mesmo tempo que apostava no futuro glorioso da metrópole, era um opositor político de Prestes Maia e louvava explicitamente as propostas urbanísticas de Anhaia Mello.² Além disso, Duarte abria espaço na sua revista – *Anhembi* – para que intelectuais do mundo acadêmico ganhassem legitimidade nos debates públicos em geral e, conseqüentemente,

2 Duarte, *Memórias: Os mortos de Seabrook*, 67-69.

também nas discussões sobre as cidades – fortalecendo perspectivas como a de Florestan Fernandes. Caio Prado Jr. teve um papel semelhante ao de Duarte na promoção da autoridade dos intelectuais, que também se valiam do seu periódico – a *Revista Brasiliense* – para ampliarem a sua influência.³ Em relação à cidade, Prado Jr. acreditava que São Paulo continuaria a crescer indefinidamente e via com bons olhos este processo. As suas reflexões valorizavam o urbanismo de maneira geral – sem beneficiar particularmente Prestes Maia, Anhaia Mello ou qualquer outro profissional do ramo – e traziam a geografia para o centro das análises sobre a metrópole. Aroldo de Azevedo, finalmente, imaginava uma São Paulo cujos adjetivos eram muito semelhantes aos utilizados por Prestes Maia – contudo, o geógrafo analisava a metrópole a partir das lentes da sua disciplina, distanciando-se, portanto, do urbanismo e ajudando a diversificar as autoridades que produziam São Paulo.⁴

Os coadjuvantes, na verdade, tiveram um papel muito mais relevante no fortalecimento das ciências humanas como principal força na produção de representações de São Paulo – e, consequentemente, no enfraquecimento do urbanismo – do que na produção de futuros originais para a cidade. O terceiro objetivo do capítulo é destacar as interações sociais da década de 1950 que permitiram essa transferência de autoridade do urbanismo para as humanidades – fruto, em grande medida, das transformações na divisão do trabalho de dominação simbólica que aconteceram neste período. Ao longo do capítulo, procura-se mostrar que transformações foram essas e como elas afetaram o futuro da cidade.

O capítulo está dividido em quatro partes. As três primeiras são dedicadas à análise das trajetórias dos protagonistas: Prestes Maia,

- 3 Sobre a importância dos periódicos *Anhembi* e *Revista Brasiliense* para a intelectualidade paulista e brasileira, ver: Limongi, «Marxismo, nacionalismo e cultura»; Pereira, *Anhembi*; Miceli, «Condicionantes do desenvolvimento»; Jackson, «A sociologia paulista»; e Catani, *A revista de cultura Anhembi*.
- 4 Na coleção *A cidade de São Paulo: Estudos de geografia urbana*, organizada por Aroldo de Azevedo (São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1958), outras perspectivas sobre o futuro da metrópole, elaboradas por geógrafos investidos no estudo de São Paulo, também são manifestadas. Entre os mais otimistas, está Aroldo de Azevedo, mas há aqueles que desconfiam dos caminhos adotados pela cidade e são mais cautelosos quando fazem as suas projeções, como, por exemplo, Elina de Oliveira Santos ou Pasquale Petrone.

Anhaia Mello e Florestan Fernandes; enquanto a última secção é reservada aos coadjuvantes, que são tratados em conjunto.

FRANCISCO PRESTES MAIA

O primeiro dos protagonistas deste livro é Francisco Prestes Maia. Na década de 1950, ele era a principal encarnação da representação do futuro de São Paulo que foi hegemónica até meados do século XX. De acordo com esta representação, o destino ideal seria que São Paulo se transformasse numa metrópole gigantesca. Esse futuro era desejado com otimismo e estava efetivamente inscrito no horizonte de expectativas da cidade, ou seja: a maior parte das energias sociais – com destaque para o Estado – acreditava e investia nesse futuro como se ele fosse o mais provável e, talvez, o único possível. O seu tólos era glorioso, marcado pela expansão de tendência infinita e pela superação constante das dificuldades impostas à cidade. Do ponto de vista discursivo, essa representação organizava-se numa estrutura narrativa pré-genérica de tipo épico.⁵ O seu herói coletivo era a gente paulistana, cujos expoentes eram as elites políticas e económicas. Essa imagem do destino da metrópole estava dispersa e difundida pelos mais variados *lugares sociais*⁶ e, portanto, as ideias de Prestes Maia não produziram sozinhas esse futuro. Ainda assim, o seu papel foi decisivo na legitimação e na produção desse futuro, tanto por conta das suas ideias urbanísticas como pela sua atuação política, sobretudo enquanto prefeito de São Paulo.

* * *

Francisco Prestes Maia nasceu em Amparo, no estado de São Paulo, no dia 19 de março de 1896. Era filho de Carolina Prestes e de Manuel Azevedo Maia, que fora vereador na câmara amparense e

5 Sobre os diferentes tipos de estruturas de enredo pré-genéricas, ver: White, «O texto histórico».

6 Para o conceito de *lugar social*, ver: Certeau, «A operação historiográfica».

proprietário de alguns imóveis nesta mesma cidade.⁷ Os interesses da sua família estavam ligados aos da elite tradicional paulista – cuja maior parte, no final do século XIX, era composta por latifundiários. Contudo, esta proximidade com os grandes proprietários de terras era devida fundamentalmente às alianças políticas de Manuel Azevedo Maia, muito mais do que às suas atividades económicas. De qualquer forma, mesmo não sendo um rico latifundiário, as suas redes pessoais e as suas atividades políticas bastavam para enquadrar a família Maia nos padrões de comportamento dos grupos dirigentes – que tinham entre as suas características a de investir na educação formal dos seus filhos.⁸ Seguindo, portanto, esse padrão, durante a infância e a adolescência, Francisco Prestes Maia frequentou, em São Paulo, o tradicional Ginásio São Bento – o que lhe garantiu as prerrogativas necessárias para, depois de terminado o colégio, ingressar na prestigiosa Escola Politécnica. Completando a sua formação educacional, em 1917 obteve dessa última instituição os diplomas de engenheiro-arquiteto e de engenheiro civil.⁹

Um ano depois de estar formado, Prestes Maia fundou uma empresa de negócios imobiliários e começou a trabalhar como engenheiro na Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo. Sem deixar o seu emprego de funcionário público, seis anos mais tarde, em 1924, tornou-se professor da Escola Politécnica – embora a docência se tenha sempre desenhado como uma atividade secundária face às suas atribuições de engenheiro a serviço do Estado.¹⁰

O seu cargo na função pública era uma posição relativamente nova na estrutura estatal brasileira, que se estava a transformar sig-

7 As informações sobre Manuel Azevedo Maia foram coletadas no jornal *O Estado de S. Paulo* (10/01/1905, 1; e 30/12/1911, 5).

8 Sobre os padrões de comportamentos das famílias da elite dirigente paulistana no início do século XX, ver: Sergio Miceli, «Poder, sexo e letras na República Velha (estudo clínico dos anatólios)»; e «Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-45)», ambos in *Intelectuais à brasileira*, Sergio Miceli (São Paulo: Cia. das Letras, 2001).

9 Para a trajetória inicial de Prestes Maia, ver: Ficher, *Os arquitetos da Poli*. Para uma versão resumida, ver o verbete escrito por Jorge Miguel Mayer, «Prestes Maia», in *CPDOC Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930* (Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001).

10 Ficher, *Os arquitetos da Poli*; Mayer, «Prestes Maia».

nificativamente naquele período.¹¹ Conforme a população do país e as atividades económicas cresciam, também as ações do Estado aumentavam e se diversificavam – sendo este processo visivelmente mais dramático em São Paulo que, naquele momento, era o principal centro económico e o maior polo de atração populacional do país. A complexificação e modernização das estruturas estatais exigiam que os indivíduos recrutados para um certo conjunto de novas posições fossem detentores de competências técnicas específicas, indispensáveis para que tivessem acesso aos cargos em questão. Neste sentido, o seu recrutamento já não se realizava exclusivamente por meio das redes de influência dos candidatos – que, obviamente, não deixaram de ser importantes –, mas passou-se a exigir dos futuros funcionários, além dos contactos políticos e pessoais, a capacidade de realizar trabalhos que demandavam uma formação específica. A novidade desses cargos, portanto, era que surgiam do encontro e da acomodação entre uma lógica patrimonialista tradicional de recrutamento com uma lógica burocrática, moderna e relativamente recente no Brasil, que «racionalizava» o preenchimento das funções necessárias para o Estado.¹² Prestes Maia foi um desses novos técnicos, contratado, no seu caso particular, pelo governo de São Paulo, que precisava de engenheiros e outros profissionais para trabalhar na proposição, preparação, realização e manutenção das obras de infraestrutura que se multiplicavam pelo estado.

Durante os anos 1920, Francisco Prestes Maia começou a dedicar-se às questões do urbanismo, publicando – em revistas de engenharia – diversos artigos a esse respeito.¹³ Prestes Maia

- 11 A modernização do Estado brasileiro acelera-se a partir dos anos 1930, como foi discutido por Beatriz Wahrlich, *Reforma administrativa na era de Vargas* (Rio de Janeiro: Editora FGV, 1983). Contudo, São Paulo, por ser o estado dominante política e economicamente durante a 1.ª República, esteve na vanguarda desse processo desde a década anterior, tal como demonstra Carlos Henrique Assunção Paiva, «A burocracia no Brasil: as bases da administração pública nacional em perspectiva histórica (1920-1945)», *História (São Paulo)* 28, n.º 2 (2009).
- 12 Para uma visão geral e clássica do processo de burocratização estatal no Brasil, bem como da presença constante de uma estrutura patrimonialista neste Estado, ver Raymundo Faoro, *Os donos do poder* (Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2001). A respeito das diferenças entre dominação burocrática e dominação tradicional, ver Weber, *Economía y sociedad*.
- 13 Sobre a atuação de Prestes Maia como académico dedicado ao urbanismo, ver: Toledo, *Prestes Maia*. O próprio Prestes Maia faz menção a essas atividades tanto no seu projeto

mostrava-se muito bem informado sobre os debates da área, especialmente os realizados no exterior. As suas principais referências vinham de fora: Burnham, Hénard e Stübben – embora a influência do seu antigo professor, Victor da Silva Freire, também fosse importante.¹⁴ No caso brasileiro, na verdade, o urbanismo era um assunto ainda muito pouco discutido naquele momento e, neste sentido, Prestes Maia pode ser entendido como um dos pioneiros do tema no país. Até ao final da década, as suas principais contribuições foram sobre possíveis intervenções urbanísticas em São Paulo, com destaque para a proposta de construção de um perímetro de irradiação em torno do centro da cidade – apresentada em parceria com João de Ulhôa Cintra, engenheiro da prefeitura de São Paulo.¹⁵

Em 1927, depois de se transferir da Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo para a secretaria com o mesmo nome da prefeitura da capital, Prestes Maia recebeu a incumbência de preparar um plano geral de urbanização para a cidade de São Paulo. O seu trabalho foi financiado com recursos da Comissão de Melhoramentos do Rio Tietê, que fazia parte dos órgãos da prefeitura e era presidida por Ulhôa Cintra – justamente o parceiro intelectual com quem Prestes Maia trabalhara anteriormente.¹⁶ Em maio de 1930, o engenheiro entregou ao prefeito José Pires do Rio o seu *Estudo de um plano de avenidas para a cidade de São Paulo* – obra que se tornou uma referência inescapável para a história do planeamento urbano no Brasil.¹⁷

No *Plano de avenidas*, Prestes Maia reuniu e aprofundou as diversas contribuições que apresentara nos artigos da década de 1920. Em síntese, o engenheiro elaborou um sistema de vias radiais

urbanístico para São Paulo: Maia, *Estudo de um plano de avenidas*; como na sua avaliação da implementação deste plano, Maia, *Os melhoramentos de São Paulo*.

14 Toledo, *Prestes Maia*; Maia, *Estudo de um plano de avenidas*.

15 Toledo, *Prestes Maia*; Maia, *Os melhoramentos de São Paulo*.

16 Candido Campos e Nádia Somekh, «O Plano de Avenidas (1930)», in *A cidade que não pode parar: Planos urbanísticos de São Paulo no século XX*, org. Nádia Somekh e Candido Campos (São Paulo: Editora Mackenzie e Mackpesquisa, 2008).

17 Sobre a importância do *Plano de avenidas* para a história do urbanismo no Brasil, ver: Meyer, «Metrópole e urbanismo»; Carpintero, «Em busca da imagem»; e Flávio Villaça, «Uma contribuição para a história do planeamento urbano no Brasil», in *O processo de urbanização do Brasil*, org. Csaba Deák e Sueli Schiffer (São Paulo: Edusp, 2010).

e perimetrais sobrepostas que, na sua opinião, resolveria os problemas de tráfego em São Paulo naquele momento e organizaria a expansão futura da cidade (as características desse sistema são analisadas detalhadamente no próximo capítulo do livro). O *Plano de avenidas* foi imediatamente reconhecido como uma obra importante – sendo elogiada pelo renomado arquiteto francês Alfred Agache e premiada no 4.º Congresso Pan-Americano de Arquitetura, que decorreu em 1930, no Rio de Janeiro.¹⁸ Como consequência, Prestes Maia acabou alçado à condição de referência da nascente área do urbanismo no Brasil. Além disso, também se qualificava para ocupar a posição de um urbanista prático – alguém que efetivamente pudesse realizar as obras de intervenção urbana nas cidades brasileiras.

* * *

Durante a Primeira República, a agremiação política mais poderosa do Brasil era o Partido Republicano Paulista.¹⁹ O PRP dominou a política em São Paulo e no país de maneira praticamente inquestionável ao longo de todo o período. Todos os prefeitos de São Paulo e todos os governadores do estado desde a Proclamação da República até à Revolução de 1930 foram do PRP – sem exceção. Em 1926, no entanto, membros da elite paulista, relativamente afastados do grupo dominante e insatisfeitos com os rumos políticos do país, fundaram um partido de oposição. A nova agremiação – o Partido Democrático – foi formada, em primeiro lugar, para oferecer uma alternativa ao PRP, que continuava a reproduzir-se incessantemente no poder – embora as origens sociais dos membros de ambos os partidos fossem bastante semelhantes.²⁰ Mesmo assim, nos anos finais da década de 1920, os principais cargos continuavam nas mãos dos republicanos. José Pires do Rio – o prefeito de São Paulo que

18 Leme, «Urbanismo: a formação de um conhecimento», in *Palavras da cidade*, org. Maria Stella Bresciani (Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001), 88.

19 Décio Saes, «Classe média e política no Brasil (1930-1964)», in *História geral da civilização brasileira* t. 3, vol. 10, dir. Boris Fausto (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007), 539-540.

20 Miceli, «Intelectuais e classe dirigente no Brasil», 92.

encomendou o *Plano de avenidas* a Prestes Maia – fazia parte do PRP. O governador do estado de São Paulo e futuro candidato vencedor das eleições presidenciais, Júlio Prestes, era do mesmo partido. Washington Luís, último presidente da república antes de Vargas, era mais um dos quadros da agremiação. E, embora sem ocupar qualquer cargo político no momento, Francisco Prestes Maia – personagem em análise – também estava entre os filiados do PRP.²¹

Poucos meses depois de ter entregado o seu *Plano de avenidas* à administração municipal, Prestes Maia assistiu ao início das campanhas eleitorais. No pleito para a presidência, Júlio Prestes, com o apoio de Washington Luís e do seu poderoso partido, enfrentou Getúlio Vargas, que angariava a simpatia das elites dirigentes de outros estados e, em São Paulo, contava com o suporte do Partido Democrático. As urnas deram a vitória a Júlio Prestes, que, contudo, não chegou a assumir o cargo. Antes disso, Getúlio Vargas orquestrou um golpe de Estado que derrubou Washington Luís e lhe garantiu a faixa presidencial.²²

Uma das marcas da Revolução de 1930 foi a devassa realizada sobre o Partido Republicano Paulista. Os cargos controlados por políticos do PRP foram todos tomados por Vargas, que ainda perseguiu vários dos seus correligionários e adotou uma série de medidas para desarticular as redes dos republicanos de São Paulo.²³ O prefeito José Pires do Rio foi um dos tantos gestores afastados das suas posições e, conseqüentemente, os projetos que encabeçava acabaram engavetados. Prestes Maia, no contexto, era apenas um funcionário público e, portanto, não perdeu o seu emprego. Mas a expectativa de ver seu o *Plano de avenidas* implementado na cidade foi frustrada de imediato, pois, dos diversos prefeitos que se segui-

21 Sobre a extensão do poder do PRP, ver: Miceli, «Poder, sexo e letras»; e Saes, «Classe média e política no Brasil». Sobre as relações de Prestes Maia com o partido, ver: Toledo, *Prestes Maia*.

22 Um dos principais clássicos sobre a Revolução de 1930 é: Boris Fausto, *A revolução de 1930: história e historiografia* (São Paulo: Cia. das Letras, 1997).

23 Sobre a fase final do PRP, ver: Plínio Ramos, *Os partidos paulistas e o Estado Novo* (Petrópolis: Vozes, 1980). Para um apanhado bibliográfico sobre o partido, ver: Angélica Lovatto e Paulo Barsotti, «O Partido Republicano Paulista e a política em São Paulo: Apontamentos bibliográficos do Projeto Memória Paulista», *Revista Novos Rumos* 52, n.º 1 (jan.-jun. 2015).

ram na administração de São Paulo no atribulado período de 1930 até 1934, nenhum desengavetou o projeto.

Nos anos seguintes à Revolução de 1930, Prestes Maia dedicou-se basicamente aos seus empregos e negócios particulares. No entanto, quando a Escola Politécnica foi integrada na recém-fundada Universidade de São Paulo, em 1934, o novo regime de contratação exigiu que ele optasse pelo cargo de engenheiro da Secretaria de Viação e Obras Públicas ou pelo de professor universitário.²⁴ Foi nesse momento que deixou a docência. Nesses anos, Prestes Maia não se aproximou do mundo político – a conjuntura, de qualquer forma, não lhe era favorável. O desmanche do PRP e a ascensão do Partido Democrático, por exemplo, colocaram uma série de obstáculos às possibilidades de o engenheiro crescer nesse universo. A guerra civil de 1932 – que reabilitou, em parte, as antigas redes do PRP – não contou com a sua participação. Portanto, Prestes Maia não sofreu as consequências nem colheu os frutos da Revolução Constitucionalista. A partir de 1934, contudo, quando Fábio Prado assumiu a prefeitura de São Paulo, começaram a surgir alguns sinais de que as habilidades do autor do *Plano de avenidas* poderiam ser requisitadas. O novo prefeito promoveu um conjunto de obras em São Paulo que, parcialmente, eram inspiradas nos projetos de Prestes Maia.²⁵ Entretanto, como deixou documentado Paulo Duarte,²⁶ a composição do gabinete da prefeitura era fortemente hostil aos antigos quadros do PRP – o que, na prática, inviabilizava qualquer possibilidade de o engenheiro ser chamado a colaborar de alguma forma com a administração municipal.

Ainda assim, Fábio Prado teve urbanistas a trabalhar informalmente para a sua prefeitura. Luiz de Anhaia Mello (que será apre-

24 Ficher, *Os arquitetos da Poli*, 154.

25 Ao fazer um balanço da sua administração, em 1945, o próprio Prestes Maia reconhecia esse antecedente: «O urbanismo paulista atravessa um período brilhante. Iniciados os primeiros trabalhos na administração Fabio Prado, coordenados e incrementados sob o governo passado, atingem presentemente, na Interventoria de Fernando Costa, uma atividade inusitada.» Prestes Maia, *Os melhoramentos de São Paulo*, 5. Ver também: Campos e Somekh, «O Plano de Avenidas (1930)», 44.

26 Duarte, *Memórias: Os mortos de Seabrook*, 67-68.

sentado logo adiante) prestou serviços de consultoria sobre o tema e sugeriu algumas obras ao prefeito que foram efetivamente implementadas.²⁷ Neste sentido, embora pessoalmente Prestes Maia não participasse da prefeitura, o urbanismo – do qual ele era um dos poucos representantes – ganhava espaço dentro do Estado. Na década de 1950, Anhaia Mello e Prestes Maia iriam ocupar posições antagônicas no mundo do urbanismo, cada um defendendo concepções de cidade radicalmente diferentes uma da outra. Mas, em meados da década de 1930, as diferenças entre ambos eram muito menos visíveis, a ponto de ser possível associar as contribuições de Anhaia Mello para a prefeitura aos benefícios simbólicos que a presença do urbanismo na administração municipal legava a Prestes Maia.²⁸

* * *

Em 1937, nas vésperas das eleições presidenciais, Getúlio Vargas – com o discurso de que era preciso proteger o Brasil da ameaça comunista – promoveu um segundo golpe, inaugurando a ditadura do Estado Novo. Antigas alianças foram rompidas, novas foram formadas – conseqüentemente, foi necessária uma série de rearranjos nas posições de poder. Para a interventoria do estado de São Paulo, Vargas designou Adhemar Pereira de Barros – uma liderança política das novas gerações, que tinha as suas raízes no antigo PRP e cujo lema, mais tarde, seria: «São Paulo não pode parar.» O novo interventor, por sua vez, nomeou justamente Francisco Prestes Maia para prefeito da capital do seu estado.²⁹

27 Novamente, de acordo com o relato de Duarte, *Memórias: Os mortos de Seabrook*, 68-69.

28 Sobre as ambigüidades urbanísticas da prefeitura de Fábio Prado, ver: Luís Octávio da Silva, «Verticalização, expansionismo e grandes obras viárias: a modernização limitada», in *São Paulo, metrópole em trânsito: Percursos urbanos e culturais*, org. Candido Malta Campos, Lúcia Helena Gama e Vladimir Sacchetta (São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2004), 109. No entanto, é importante chamar a atenção para o facto de que essas diferenças se consolidaram no futuro e não no momento em questão, quando, mesmo com diferenças, os diversos urbanismos, como um todo, colaboravam para a promoção da área.

29 Sobre a chegada de Prestes Maia à prefeitura, ver: Carpintéro, «Em busca da imagem». Para uma visão de conjunto sobre Adhemar de Barros, ver: Paulo Cannabrava Filho, *Ademar de Barros: Trajetória e realizações* (São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2004).

Ao assumir a prefeitura, Prestes Maia deu início às obras fundamentais de seu *Plano de avenidas*. A sua administração foi longa: de 1 de maio de 1938 a 27 de outubro de 1945 – sendo encerrada dois dias antes da deposição de Vargas. Durante esse período, São Paulo transformou-se num grande «canteiro de obras». ³⁰ No balanço que fez da sua atuação, o prefeito – que sintetizava sua administração como quase exclusivamente o conjunto de intervenções urbanísticas que realizara – destacou os seguintes feitos:

Depois da conclusão de obras importantes, como o Estádio [do Pacaembu], a Biblioteca Municipal, a Ponte Grande, as avenidas Ipiranga, Vieira de Carvalho e Senador Queiroz, têm lugar grandes empreendimentos novos, como as avenidas Anhangabaú Inferior, Duque de Caxias, as praças do Estádio, Carmo, Consolação e João Mendes, o prolongamento das avenidas Paulista, Pacaembú, Nove de Julho e Rebouças, o alargamento da rua da Liberdade, os viadutos Jacareí, D. Paulina e Nove de Julho, as pontes Mercurio, Indústrias e Pequena, a canalização do 3.º e 4.º trecho do Tietê e a do trecho final do Tamanduateí, numerosas praças e jardins de bairro, etc. Ainda não se acham concluídas, e já vão ser atacadas outras, como o Parque da Água Funda, o Monumento das Bandeiras, as avenidas Leste, Itororó, Rio Branco e Sumaré. ³¹

Além dessa lista – e, na verdade, como principais realizações –, Prestes Maia ressaltava as construções do «Perímetro de Irradiação», ao redor do centro histórico, e do «Sistema Y», constituído pelas primeiras avenidas radiais do seu projeto de 1930:

Para o problema central [de circulação e congestionamento], Ulhôa Cintra propuzera, ha tempos, o *Perímetro de Irradiação*. Em 1924, em colaboração, reestudamo-lo. Em 1930, modificando, englobamo-lo no nosso Plano de Avenidas, encomen-

30 Campos e Somekh, «O Plano de Avenidas (1930)», 44.

31 Prestes Maia, *Os melhoramentos de São Paulo*, 5.

dado por Pires do Rio. Agora, depois de adaptá-lo mais uma vez, atacamos efetivamente a sua execução. [...] «*Sistema Y*» é, no vocabulário cá da Prefeitura, o conjunto das três grandes avenidas que, quando completas, atravessarão tôda a cidade desde o Tietê até o vale do Pinheiros, percorrendo os thalwegs com um mínimo de cruzamentos de nível, do que resultam condições excepcionais de tráfego. Uma dessas avenidas é a *Anhangabaú Inferior* [atual av. Prestes Maia] projetada para ligar o Parque do Anhangabaú à Ponte Grande, incorporando em grande parte a atual avenida Tiradentes. É o tronco do Y. As hastes ou galhos são a *avenida Nove de Julho*, já concluída, e a *Itoioró* [atual av. 23 de Maio], iniciada. A convergência faz-se no Parque Anhangabaú, ou, mais precisamente, no largo do Piques, que, para exercer suas novas funções, acaba de ser ampliado e completamente remodelado.³²

Para a produção do futuro de São Paulo, as obras de Prestes Maia foram bastante eloquentes: reforçaram de modo enfático o pendor metropolitano da cidade – que, por sua vez, seria constantemente reiterado durante as décadas seguintes. Ao longo do livro, especialmente no capítulo dedicado ao futuro épico da metrópole, essa questão será retomada e aprofundada. Mas desde já é importante salientar que a proposta de cidade de Prestes Maia se tornou definidora do que seria São Paulo. As suas obras realizadas entre 1938 e 1945 foram fundamentais para a superação dos modelos urbanísticos ensaiados anteriormente – por exemplo, o Plano Bouvard e as ideias de Victor Freire, que organizaram a urbanização da cidade durante as primeiras duas décadas do século XX – e continuaram a ser referências para outras intervenções de peso realizadas em São Paulo – como o fechamento, nos longínquos anos 1990, do terceiro circuito perimetral (ou minianel viário), previsto no *Plano de avenidas* desde 1930.³³

32 Prestes Maia, *Os melhoramentos de São Paulo*, 9 e 11, destaques originais.

33 Campos e Somekh, «O Plano de Avenidas (1930)», 44-45.

* * *

Encerrado o seu período como prefeito, Prestes Maia retomou os seus negócios particulares, mas, desta vez, sem se afastar completamente da política profissional. Um período democrático foi inaugurado com o fim do Estado Novo – portanto, o acesso aos principais cargos dos poderes executivo e legislativo passou a realizar-se através de eleições. O primeiro pleito no qual o antigo prefeito concorreu foi em 1950, para governador do estado de São Paulo. Candidato pela União Democrática Nacional, foi derrotado nas urnas – ficou em terceiro e último lugar, obtendo pouco mais de 24% dos votos. O governador eleito foi Lucas Nogueira Garcez, do Partido Social Progressista. Em 1953 – véspera do ano em que a cidade de São Paulo comemorou 400 anos da sua fundação e Getúlio Vargas cometeu o suicídio –, Prestes Maia, novamente pela UDN, candidatou-se ao Palácio dos Campos Elísios (anos depois, substituído como sede do governo do estado pelo Palácio dos Bandeirantes). Repetiu o terceiro lugar – que, dessa vez, não era o último – e melhorou ligeiramente o seu desempenho, alcançando pouco mais de 26% dos votos. O vencedor dessas eleições foi o candidato do Partido Trabalhista Nacional e também antigo prefeito de São Paulo, Jânio Quadros.³⁴

Em seguida, Prestes Maia disputou as eleições de 1957 para a prefeitura de São Paulo. Mesmo com o apoio de Jânio Quadros e encabeçando a lista da maior das coligações – que reunia a União Democrática Nacional, o Partido Trabalhista Nacional e mais quatro siglas –, acabou em segundo lugar – perdendo o cargo para Adhemar de Barros, que concorreu pelo Partido Social Progressista. Finalmente, em 1961, o engenheiro venceu as eleições que disputou. Voltou então à chefia da prefeitura de São Paulo, como representante da UDN. Prestes Maia era o prefeito em atividade quando aconteceu o golpe militar de 1964. Contando com o apoio de Adhemar de Barros – governador de São Paulo naquele momento e que fora interventor estadual quando Prestes Maia assumiu a prefeitura

34 Mayer, «Prestes Maia».

pela primeira vez –, o engenheiro não foi destituído pelo novo regime, mas também não permaneceu no cargo por muito mais tempo: faleceu em São Paulo, com 69 anos de idade, no dia 26 de abril de 1965, quando ainda ocupava a cadeira de prefeito.³⁵

A sua segunda administração da cidade não contou com a disposição orçamentária nem com a liberdade de atuação de que desfrutou durante o Estado Novo. Prestes Maia não era um político habituado às necessidades de negociação com o poder legislativo nem com a escassez de recursos. Simpático a regimes autoritários, associou as obras que realizara entre 1938 e 1945 justamente à possibilidade de governar sem precisar de prestar contas a ninguém:

Êste acêrvo de concretas realizações comprova dum modo insofismavel, no campo do municipalismo, a excelência do regime administrativo e das diretrizes implantadas pelo Presidente Vargas, pois não se conceberia no regime das disputas demagógicas, dos embaraços formalísticos e da incerteza financeira.³⁶

Sem carta branca para fazer o que bem entendesse, Prestes Maia teve de se contentar com uma segunda gestão mais discreta e sem grandes realizações. Mesmo assim, nessa prefeitura houve um importante investimento público em estudos para a construção da rede de metropolitano de São Paulo – modal que colabora para a consolidação da imagem da cidade como uma grande metrópole –, que desejadamente seria iniciada em 1968. Esses estudos foram financiados fundamentalmente pelo governo do estado, mas a comissão era mista e contava com técnicos da prefeitura. Portanto, é interessante notar que tal projeto contou com uma renovada parceria entre o governador Adhemar de Barros e o prefeito da capital, relembrando os tempos da ditadura do Estado Novo.³⁷

* * *

35 Mayer, «Prestes Maia».

36 Prestes Maia, *Os melhoramentos de São Paulo*, 5.

37 Mayer, «Prestes Maia». Agradeço também a Deborah Neves por me ter apresentado os detalhes desse estudo.

Na década de 1950 – embora sucessivamente derrotado nas eleições que disputou –, Prestes Maia assumiu uma posição importante nos debates sobre São Paulo e o seu futuro. O urbanismo ocupava então a condição de principal área do conhecimento com autoridade para determinar os destinos da cidade.³⁸ Contudo, a autonomia do urbanismo frente ao campo político e às produções das engenharias e da arquitetura era bastante limitada. Por isso, os urbanistas de maior destaque eram aqueles que combinavam as legitimidades emanadas da experiência na gestão pública e da *expertise* – especialmente acadêmica – de engenheiros ou arquitetos. Prestes Maia combinava essas diversas propriedades de modo exemplar, pois fora prefeito da cidade e professor da Escola Politécnica, escrevera diversos artigos sobre urbanismo – publicados em revistas especializadas –, possuía anos de bagagem como engenheiro ao serviço do Estado e, além disso, era reconhecido como competente planejador de cidades por conta do seu *Plano de avenidas*.

Entretanto, o tipo de cidade que Prestes Maia defendia – a grande metrópole – vinha a ser sistematicamente criticado por Luiz de Anhaia Mello, que também combinava as propriedades necessárias para ser reconhecido como urbanista de renome – embora em proporções diferentes e configurando uma posição sociologicamente distinta. A grande metrópole, de acordo com Anhaia Mello, era um destino a ser evitado.³⁹ Desde 1947, quando foi criado o Departamento de Urbanismo da prefeitura de São Paulo, as ideias de Anhaia Mello passaram a ganhar espaço dentro do funcionalismo público municipal.⁴⁰ Nas universidades, o estudo do urbanismo tornou-se

38 Diversas pesquisas apontam para a crescente importância do urbanismo nos anos 1950 em São Paulo e para o seu lugar de destaque entre os conhecimentos capazes de falar com autoridade sobre o tema. As principais são: Meyer, «Metrópole e urbanismo»; Raquel Rolnik, *São Paulo* (São Paulo: Publifolha, 2001); Leme, «Urbanismo: a formação de um conhecimento»; Ficher, *Os arquitetos da Poli*; e Feldman, *Planejamento e zoneamento*.

39 Luiz de Anhaia Mello, «O Plano Regional de São Paulo: Uma contribuição da universidade para o estudo do “Um Código de Ocupação Lícita do Solo”» (monografia/palestra, Universidade de São Paulo, 1954).

40 Ver, sobretudo, Feldman, *Planejamento e zoneamento*. Contudo, como notam Campos e Somekh, os técnicos do Departamento de Urbanismo tinham uma série de dificuldades para se fazerem ouvir pelos políticos que administravam a cidade: «Órgão “eminente técnico e legalista”, o Departamento de Urbanismo não conseguiu se impor no quadro político dos anos 50, marcado pelo populismo e pela alta rotatividade entre os mandatários

uma competência privilegiada pelos arquitetos, que, na USP – por exemplo –, se separaram da Escola Politécnica em 1948, com a fundação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – cujo primeiro diretor e um dos fundadores foi justamente Anhaia Mello.⁴¹ Portanto, dois dos terrenos em que o urbanismo era tema dileto de disputa – os setores técnicos do Estado e a universidade – estavam a ser predominantemente ocupados por concorrentes de Prestes Maia.

Mesmo assim, a metrópole gloriosa seguia como representação hegemónica do futuro de São Paulo. Tanto que, em 1950, o então prefeito da cidade, Lineu Prestes, contratou Robert Moses – o «mestre construtor» de Nova Iorque, principal responsável pela mais profunda das transformações sofridas pela metrópole estado-unidense e entusiasta do mesmo tipo de cidade defendida por Prestes Maia – para produzir um novo plano de urbanização para São Paulo.⁴² As ideias emergentes de Anhaia Mello e seus simpatizantes nas disputas do urbanismo, neste sentido, não significaram uma rutura definitiva nas representações do futuro de São Paulo – embora tenham efetivamente fortalecido imagens alternativas e dissonantes da grande metrópole, que começaram a abalar o otimismo dominante nas previsões do amanhã paulistano.

O ano de 1954 foi simbolicamente decisivo para as representações do futuro de São Paulo. Naquele momento, vivia-se o auge da

da capital paulista (16 prefeitos entre 1945 e 1961). Seus esforços permaneciam isolados e tanto o Plano Diretor como o zoneamento abrangente não saíram do papel», Campos e Somekh, «O Plano de Avenidas (1930)», 63.

41 Sobre a trajetória de Anhaia Mello, ver especialmente: Bresciani, «Estudo da trajetória profissional».

42 Sobre Robert Moses, ver o clássico e polémico livro de Robert Caro, *The Power Broker: Robert Moses and the Fall of New York* (Nova Iorque: Vintage Books, 1975). Para um conjunto de perspectivas académicas sobre Moses, ver: *Robert Moses and the Modern City: The Transformation of New York*, ed. Hilary Ballon e Kenneth Jackson (Nova Iorque e Londres: W. W. Norton & Company, 2007). Especificamente sobre a elaboração do plano urbanístico para São Paulo, que teve Moses como principal autor, ver: Meyer, «Metrópole e urbanismo»; Campos e Somekh, «Relatório Moses (1950)», in *A cidade que não pode parar*, Maria Cristina Leme, «A presença norte-americana e a transformação de São Paulo no pós-guerra», in *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades*, org. Ana Lúcia Lanna, Fernanda Peixoto, José Lira e Maria Ruth Sampaio (São Paulo: Alameda, 2011); e Marcio Siwi, *Urban Renewal North and South: The Case of São Paulo and New York during and after WWII* (Nova Iorque: Rockefeller Archive Center Research Report, s/d).

expectativa otimista em relação ao seu crescimento – cuja versão discursiva era apresentada conforme uma narrativa épica. São Paulo comemorava os 400 anos da sua fundação, era descrita como o maior parque industrial da América Latina, como a cidade que mais rapidamente crescia no mundo e – justamente a partir de 1954 – como a primeira metrópole brasileira, pois a sua população teria ultrapassado a da capital federal, o Rio de Janeiro.⁴³

Mas foi também em 1954 que se instaurou uma polémica importante para o mundo do urbanismo.⁴⁴ Anhaia Mello tornou visível e conhecida uma representação da futura metrópole como uma cidade morta – que ganhou espaço nos jornais locais e nos meios especializados. O urbanista associava o crescimento ao caos, à paralisia, aos cortiços e a toda a sorte de problemas urbanos. A sua solução era transformar radicalmente São Paulo, fazendo dela uma confederação de pequenas cidades-jardins – cada uma com no máximo 30 mil habitantes, contornadas por cinturões verdes, que evitariam a sua expansão, e espalhadas por um território vinte vezes maior do que o ocupado pela metrópole de então.⁴⁵ Prestes Maia, evidentemente assumindo a responsabilidade pela perspectiva atacada, entrou na polémica como crítico da proposta de Anhaia Mello e defensor das qualidades do tipo de cidade que ele planeava e ajudara a construir. Para além de renovar a visibilidade de ambos os futuros no espaço social, um dos efeitos desta disputa foi o de promover a rotinização dessas ideias, garantindo, em alguma medida,

- 43 Há diversos materiais da época que revelam claramente essa perspectiva. Exemplos especialmente eloquentes são: a edição especial das revistas ilustradas semanais *O Cruzeiro* (23/01/1954) e *Manchete* (número especial, 1954); também as edições comemorativas dos 400 anos de São Paulo dos jornais *Folha da Manhã* (24/01/1954) e *O Estado de S. Paulo* (25/01/1954). Entre os intelectuais académicos, naquele momento, havia também significativo otimismo. Ver, por exemplo: Fernandes, «Caracteres rurais e urbanos», originalmente escrito em 1954 e mais tarde republicado em Florestan Fernandes, *Mudanças sociais no Brasil* (São Paulo: Global, 2008); ou *A cidade de São Paulo: Estudos de geografia urbana*, org. Aroldo de Azevedo (São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1958, vol. 1, 2, 3 e 4). Para uma perspectiva mais contemporânea que também confirma esse otimismo generalizado, embora por outros caminhos e interesses, ver: Arruda, *Metrópole e cultura*.
- 44 Sobre as disputas do urbanismo paulista nos anos 1950, ver especialmente: Meyer, «Metrópole e urbanismo»; Leme, «Urbanismo: a formação de um conhecimento»; Candido Campos, *Os rumos da cidade: Urbanismo e modernização em São Paulo* (São Paulo: Senac, 2002); e Bresciani, «As múltiplas linguagens do urbanismo».
- 45 Mello, «O Plano Regional de São Paulo».

a reprodução da autoridade dos urbanistas nas definições do que seria o futuro de São Paulo, mesmo que de maneira esgarçada.⁴⁶

Os desdobramentos da polémica levaram as ideias de Anhaia Mello – a princípio opostas às tendências de desenvolvimento paulistano – aos debates legislativos.⁴⁷ Leis foram criadas, propostas de descentralização industrial foram ensaiadas e – especificamente em relação às representações do futuro da cidade – o pessimismo associado ao crescimento urbano fincou raízes no horizonte de expectativas de São Paulo. Portanto, como um movimento geral, é possível dizer que, em setores do Estado e na universidade, o urbanismo desafiante de Anhaia Mello prosperava a passos largos, enquanto o hegemónico – de Prestes Maia – marcava passo e via o adversário aproximar-se.

O auge da representação otimista do futuro de São Paulo coincidiu com as comemorações do seu quarto centenário – mas o início da derrocada desse destino começou logo em seguida. O ano de 1954 foi inaugurado com festas na cidade – contudo, a explicitação de uma série de problemas que a metrópole enfrentava diminuiu expressivamente o entusiasmo das comemorações. A coincidência da derrota de Prestes Maia nas eleições do ano anterior e a tragédia do suicídio do presidente ainda somavam camadas extras de significado aos abalos que o futuro glorioso de São Paulo começava a sofrer. Sem contar com o facto que São Paulo já não tinha mais nenhuma adversária para ultrapassar, pois já se tornara a maior cidade brasileira.

46 O ingresso de Prestes Maia nesta polémica foi iniciado com o seguinte artigo: Prestes Maia, «Ante-projeto de um sistema de transporte rápido metropolitano», *Engenharia* 167 (out. 1956). Sobre a ideia de rotinização, sobretudo aplicada às variedades de modernidade e modernismos em São Paulo neste contexto, ver: *O moderno em questão: A década de 1950 no Brasil*, org. André Botelho, Elide Bastos e Gláucia Villas Bôas (Rio de Janeiro: Topbooks, 2008).

47 Conforme, por exemplo, a reportagem «Estuda a Comissão Orientadora o Plano Diretor dos municípios», publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* (16/02/1955, 12), esta comissão, composta por membros dos poder executivo municipal e vereadores do poder legislativo de São Paulo, debatia justamente com Anhaia Mello uma série de medidas a serem adotadas pela municipalidade para modificar aspetos legais do zoneamento, da distribuição de indústrias pelo território, o planeamento de longo prazo tanto de São Paulo quanto de municípios vizinhos, entre outras medidas, que, em conjunto, destoavam das práticas urbanísticas hegemónicas.

LUIZ DE ANHAIA MELLO

Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello é o segundo protagonista desta história. Na década de 1950, o urbanismo paulista dividia-se em duas correntes principais: a primeira tinha como seu nome de destaque Francisco Prestes Maia, enquanto a segunda era representada justamente por Anhaia Mello.⁴⁸ Do ponto de vista deste último, o crescimento das grandes cidades era provavelmente o maior problema da civilização humana no século XX. Segundo Anhaia Mello – inspirado em Patrick Geddes e Lewis Mumford –, as cidades desenvolver-se-iam segundo duas fases fundamentais. Na primeira, partiriam da «eopolis» – a pequena aldeia –, tornar-se-iam então cidades no sentido pleno – a «polis», cujo modelo eram as cidades-estado da Grécia Antiga ou da Itália renascentista – e, em seguida, «metropolis» – encerrando a fase ascendente do seu desenvolvimento. Desse momento em diante, as cidades entrariam na fase decadente, passando pelos estágios de «megalopolis», «tiranopolis» e, finalmente, «necropolis» – a cidade morta, representada como a materialização do apocalipse bíblico.⁴⁹

São Paulo, que já atingira o último degrau ascendente, estava prestes a ingressar na fase de decadência e, portanto, era urgente adotar medidas que evitassem o pior. O primeiro passo para salvar a cidade seria interromper o seu crescimento e, em seguida, revertê-lo, redistribuindo a população de acordo com um plano regional de urbanização. Outras medidas viriam na sequência e, se todas fossem levadas a cabo, seria possível resgatar São Paulo da sua condenação e garantir-lhe um futuro alternativo, em que a paz e a harmonia reinariam.⁵⁰ Neste sentido, Anhaia Mello produzia dois

48 A divisão do urbanismo paulista em duas tendências principais nos anos 1950 é uma explicação sustentada pela maior parte dos especialistas no tema. Ver, por exemplo: Meyer, «Metrópole e urbanismo»; Leme, «Urbanismo: a formação de um conhecimento»; e Ficher, *Os arquitetos da Poli*. Sarah Feldman também defende a mesma tese, contudo, acrescenta o surgimento de uma terceira tendência, que se consolida nos anos 1960, representada por Louis-Joseph Lebret. Esta terceira maneira de se pensar o urbanismo seria caracterizada por uma preocupação mais enfática com as questões sociais. Ver: Feldman, *Planejamento e zoneamento*, 22.

49 Mello, «O Plano Regional de São Paulo», 33-34.

50 Mello, «O Plano Regional de São Paulo», 38-58.

destinos para a cidade: um enfaticamente trágico e outro cujo final era marcado pela redenção. Ambos tiveram papéis importantes na reformulação das representações hegemônicas do futuro de São Paulo na década de 1950 – embora não exatamente no sentido esperado pelo urbanista.

* * *

Luiz de Anhaia Mello nasceu na cidade de São Paulo, no dia 23 de agosto de 1891. O seu pai, também chamado Luiz de Anhaia Mello, era engenheiro e esteve entre os fundadores da Escola Politécnica – instituição onde lecionou durante os anos finais da sua vida. Além disso, o pai foi também um dos pioneiros da indústria têxtil em São Paulo – atividade na qual investiu a maior parte das suas atenções profissionais.⁵¹ Por conta disso, os interesses da família estavam alinhados principalmente aos de um setor novo da elite paulista: a burguesia industrial – que no final do século XIX apenas dava os primeiros passos. Assim como no caso de Prestes Maia, os pais de Luiz de Anhaia Mello garantiram-lhe a educação formal em escolas tradicionais. O jovem fez os seus primeiros estudos no Colégio São Luís, em Itu, para em seguida ingressar na Escola Politécnica de São Paulo. Dessa, saiu em 1913, com o diploma de engenheiro-arquiteto.⁵²

Órfão de pai desde os 12 anos de idade, Luiz de Anhaia Mello começou a sua vida adulta reproduzindo as opções profissionais do seu progenitor. Em primeiro lugar, escolheu estudar engenharias, a mesma área de formação do pai. Em 1913, recém-formado, foi contratado pelo seu ex-professor e amigo da família, Francisco Ramos de Azevedo – um rico empresário e o arquiteto mais importante de São Paulo na época –,⁵³ para fazer parte da diretoria da Iniciadora Predial e da Cia. Cerâmica Vila Prudente, duas das suas

51 Sobre Luiz de Anhaia Mello pai, ver: *O Estado de S. Paulo*, 24/11/1893, 1.

52 Para a trajetória de Anhaia Mello, ver: Bresciani, «Estudo da trajetória profissional». Ver também: Ficher, *Os arquitetos da Poli*, 143-153.

53 Para um resumo da trajetória de Ramos de Azevedo, ver o verbete «Ramos de Azevedo», in *Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira* (São Paulo: Itaú Cultural, 2023).

empresas. Neste sentido, conforme o exemplo paterno – cuja principal atividade profissional fora a de diretor de uma fábrica de tecidos –, o filho assumia funções administrativas semelhantes nos negócios de Ramos de Azevedo. Cinco anos mais tarde, em 1918, novamente repetindo as escolhas do seu falecido pai, Anhaia Mello ingressou como docente na Escola Politécnica.⁵⁴ Nesses primeiros passos, o filho beneficiava das redes familiares e seguia as trilhas profissionais que o pai deixara abertas. Contudo, as escolhas de ambos – embora semelhantes – tinham sentidos diferentes. Enquanto, para o Anhaia Mello mais velho, a docência foi uma atividade tardia – iniciada quase 20 anos após a sua graduação – e secundária em relação ao seu trabalho na indústria de tecidos, para o mais jovem ser professor foi uma das suas primeiras escolhas e acabou por constituir a sua principal atividade, ao passo que os seus demais trabalhos é que ficaram em segundo plano.⁵⁵ Não obstante essas diferenças, é importante frisar que, no início da sua vida adulta, Anhaia Mello (filho) assumiu a condição de herdeiro, pois, em grande medida, exercia o papel de continuador do legado paterno.

Ao longo da década de 1920, Anhaia Mello foi progressivamente aproximando-se dos problemas do urbanismo e, durante um mandato (1920-1922), exerceu o cargo de deputado municipal em São Paulo.⁵⁶ Em 1926, oito anos após o início do magistério na Escola Politécnica, tornou-se catedrático de Estética: Composição Geral e Urbanismo I e II.⁵⁷ Em seguida, publicou alguns trabalhos nos quais definia os seus principais posicionamentos dentro da área.⁵⁸ Desses posicionamentos, acompanhando Bresciani, três merecem destaque: 1. a proposição de que «urbanismo é coopera-

54 Bresciani, «Estudo da trajetória profissional», 150.

55 Sylvia Ficher, por exemplo, defende a mesma perspectiva. Sobre Anhaia Mello, a autora afirma: «De fato sua atuação central foi a docência, ainda que essa tenha se irradiado para além dos limites da Politécnica, graças à sua constante produção teórica e ação política, as quais alcançaram proeminência e influenciaram sobremaneira a administração e planejamento da cidade de São Paulo». Ver Ficher, *Os arquitetos da Poli*, 144.

56 Maria Stella Bresciani e Maria Cristina Schicchi, «Luiz de Anhaia Mello: ensino, política e presença pública», *Risco* 14, n.º 1 (2016): 73.

57 Bresciani, «Estudo da trajetória profissional», 150.

58 Especialmente: Luiz de Anhaia Mello, «Urbanismo», *Boletim do Instituto de Engenharia* 42 (nov. 1928); e Mello, *Problemas de urbanismo*.

ção», tanto entre o poder público e a população quanto entre profissionais de diferentes especialidades – pois o urbanismo seria uma prática interdisciplinar; 2. a necessidade de *planeamento* e que esse levasse em conta não apenas a cidade, mas toda a região em torno da área a ser urbanizada; e 3. a crença de que as cidades deveriam ter um tamanho máximo para serem funcionais e saudáveis, tamanho que o Estado deveria controlar através de medidas que distribuísssem a população de forma ideal.⁵⁹ Esses posicionamentos estavam ancorados em farta bibliografia estrangeira e recente, mostrando que Anhaia Mello estava informado sobre as principais tendências da área. Mas as suas leituras diferiam das de Prestes Maia. Uma das suas referências fundamentais eram as propostas das cidades-jardim, tal como elaboradas por Ebenezer Howard. Também os já mencionados Geddes e Mumford – além dos urbanistas fundadores da Regional Planning Association of America: o próprio Lewis Mumford, Clarence Stein e Henry Wright – complementavam a sua bibliografia fundamental.⁶⁰

Os trabalhos que Anhaia Mello publicou no final da década de 1920 vieram acompanhados de um significativo esforço de divulgação, especialmente através de palestras em diversas instituições de São Paulo – frequentadas por políticos, empresários, intelectuais e figuras da alta sociedade local.⁶¹ Nestas ocasiões, Anhaia Mello propagandeava ativamente o urbanismo – uma prática ainda muito incipiente no Brasil – como um conjunto de princípios e técnicas indispensáveis para as cidades brasileiras. Consequentemente, acabava associando o tema ao seu próprio nome. As suas preleções estavam institucionalmente legitimadas, em primeiro lugar, pela sua condição de catedrático da Escola Politécnica. Contudo, eram realizadas fora do mundo acadêmico e, portanto, objetivamente transformavam a posição de Anhaia Mello: além de um professor de uma importante faculdade, o engenheiro-arquiteto tornava-se por tabela

59 Bresciani, «Estudo da trajetória profissional».

60 Bresciani, «As múltiplas linguagens do urbanismo».

61 O livro de Anhaia Mello, *Problemas de urbanismo. Bases para a resolução do problema técnico*, é uma compilação das palestras por ele realizadas ao longo dos anos 1920. Ver também: Bresciani e Schicchi, «Luiz de Anhaia Mello», 77.

um potencial urbanista prático – e, dado que os seus ouvintes constituíam um grupo privilegiado e influente, a probabilidade de que fosse alçado a uma posição do tipo era ainda maior. Portanto, construía uma posição semelhante à de Prestes Maia, ainda que defendesse ideias diferentes.

Até ao final da década de 1920, no entanto, as suas escolhas políticas impunham-lhe mais obstáculos do que o ajudavam a assumir um cargo de importância. Anhaia Mello aproximara-se do Partido Democrático e, portanto, dos adversários dos donos do poder.⁶² Nesse contexto, outro divulgador do urbanismo em São Paulo, justamente Prestes Maia, tinha condições muito mais evidentes para angariar uma posição de urbanista prático – o que, de facto, aconteceu, quando o prefeito Pires do Rio lhe encomendou a feitura de um plano geral para a cidade (embora o aspeto efetivamente «prático» da posição tenha sido impedido de acontecer por via dos acontecimentos de 1930). De qualquer forma, ambos se atribuíram a função de «pregadores» da novidade do urbanismo, tentando convencer os seus ouvintes da importância das suas ideias para o futuro de São Paulo.

* * *

Se a Revolução de 1930 resultou numa grande frustração para Prestes Maia e para os seus planos, em contraste, ela abriu as portas da gestão pública a Anhaia Mello. Em dezembro de 1930, logo após João Alberto Lins de Barros assumir a interventoria do estado de São Paulo, Anhaia Mello foi nomeado prefeito da capital. Entretanto, a situação política no Brasil – e especialmente em São Paulo – era bastante tensa. Desde o momento em que tomou a presidência, Getúlio Vargas viu-se assoberbado pelos ânimos agitados dos paulistas. A sua estratégia para lidar com a situação incluía a substituição constante dos políticos em posições de mando – e a guerra civil de 1932 é um indício da ineficácia das suas escolhas. O estado de São Paulo, por exemplo, contou com 10 interventores diferentes entre o golpe de outubro de 1930 e as eleições indiretas de 1935.

62 Bresciani, «Estudo da trajetória profissional», 153.

A capital, por sua vez, foi administrada por uma dúzia de prefeitos entre 1930 e 1934. Anhaia Mello estava prestes a completar oito meses na cadeira de gestor do município quando foi afastado para dar lugar a Francisco Campos Machado – indicado pelo novo interventor, Laudo Ferreira de Camargo. Quando, em novembro de 1931, Manuel Rabelo substituiu Camargo na interventoria de São Paulo, Anhaia Mello foi novamente convocado para assumir a prefeitura. Contudo, a sua segunda experiência administrativa durou apenas 21 dias.⁶³

A promulgação da Constituição de 1934 ajudou a estabilizar politicamente São Paulo – o estado de maior oposição ao governo Vargas – bem como o resto do país.⁶⁴ Armando de Sales Oliveira era o interventor estadual neste momento, tendo sido nomeado em agosto de 1933 – e continuaria no cargo até ao final de 1936, depois de ter sido confirmado como governador pela eleição indireta de 1935. Pouco mais de um mês depois de ter sido promulgada a nova Carta, Oliveira nomeou o engenheiro, industrial e herdeiro de barões do café Fábio da Silva Prado como novo prefeito de São Paulo. Fábio Prado, diferentemente dos seus últimos antecessores, conseguiu manter-se à frente do executivo municipal por vários anos. A sua gestão foi de setembro de 1934 a maio de 1938.⁶⁵

Anhaia Mello não fez oficialmente parte do gabinete montado por Fábio Prado. Mesmo assim, colaborou na administração da cidade, atuando como uma espécie de consultor para os assuntos relacionados com o urbanismo.⁶⁶ Como já se chamou a atenção, algumas das suas ideias para a cidade foram acatadas por Fábio Prado – como a construção de parques infantis.⁶⁷ Ao mesmo tempo, é provável que outras obras realizadas na mesma gestão – de caráter mais estrutural e que organizavam a cidade conforme um modelo metropolitano (por exemplo: a construção de viadutos na avenida

63 Ficher, *Os arquitetos da Poli*, 147.

64 Fausto, *A revolução de 1930*.

65 Campos e Somekh, «O Plano de Avenidas (1930)», 44. Ver também o verbete «Fábio da Silva Prado», in *CPDOC Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930*.

66 Duarte, *Memórias: Os mortos de Seabrook*, 67-69. Ver também: Bresciani, «Estudo da trajetória profissional», 154.

67 Paulo Duarte, *Memórias: Selva oscura* (São Paulo: Hucitec, 1976. vol. 3), 212.

Nove de Julho, túneis sob a avenida Paulista e a reforma da avenida Rebouças) – tenham desagradado a Anhaia Mello, pois contrariavam os princípios que ele acreditava serem fundamentais para a organização de qualquer cidade. Sendo assim, por um lado, Anhaia Mello trazia o urbanismo para um plano de destaque na administração do município, mas, por outro, quando a estrutura de São Paulo era o que estava em jogo, não conseguia fazer valer as principais ideias que defendia.⁶⁸ Nesses casos, perspectivas como a de Prestes Maia tinham claramente mais espaço.

* * *

A instauração do Estado Novo resultou na redistribuição dos cargos à disposição do governo federal e significou a ascensão de alguns dos quadros do antigo Partido Republicano Paulista a posições de destaque na administração pública – Adhemar de Barros na interventoria do estado e Prestes Maia na prefeitura de São Paulo, por exemplo. Anhaia Mello continuava nas graças do regime e, por isso, foi nomeado secretário de Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo, logo depois do golpe. De 1937 a 1943, esteve à frente dessa secretaria – que possuía o segundo maior orçamento do estado, ficando atrás apenas da Secretaria da Fazenda.⁶⁹ Contudo, a sua atuação no cargo foi bastante discreta, especialmente se comparada à de Prestes Maia na prefeitura durante o mesmo período.

Na década de 1940, em vez de se firmar como gestor público, Anhaia Mello assumiu definitivamente a identidade profissional de professor universitário – não à toa a avenida batizada em sua homenagem, na região sudeste da capital paulista, não se chama Prefeito

68 Embora, como chama a atenção Sylvia Ficher, Anhaia Mello tenha tomado medidas para desacelerar ao menos em parte o crescimento de São Paulo durante sua gestão da prefeitura, em 1931: «De fato, Anhaia Mello estava tentando introduzir legislações que permitissem evitar o crescimento desorganizado e clandestino da cidade, tendência que já se verificava e só se intensificaria daquela época em diante», Ficher, *Os arquitetos da Poli*, 147. No entanto, não foram o suficiente e as administrações posteriores seguiram outros princípios urbanísticos.

69 Na edição de 1 de outubro de 1937, o jornal *O Estado de S. Paulo* apresentou o orçamento previsto pelo governo para o momento em questão, mostrando a importância da Secretaria de Viação e Obras Públicas. Ver *O Estado de S. Paulo* (01/10/1937), 3.

nem Urbanista Anhaia Mello, mas sim Professor Luís Inácio de Anhaia Melo. Catedrático da Escola Politécnica desde 1926, a partir da formação da USP, em 1934, tornou-se membro do corpo docente da nova instituição. Durante a década de 1940, foi um dos principais articuladores da criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo dessa universidade, cuja fundação ocorreu em 1948. Anhaia Mello, além de fundador, foi também o primeiro diretor da FAU, posto que assumiu em 1949.⁷⁰

É importante destacar que o surgimento da FAU significou a separação institucional entre a formação de engenheiros e a de arquitetos. Um ano antes, em 1947, fora fundada também a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Mackenzie. Esses eventos promoveram a transferência formal dos debates sobre urbanismo para a esfera da arquitetura (embora os engenheiros continuassem a participar deles). Já no final dos anos 1940, como antes se chamou a atenção, o urbanismo paulista estava dividido em dois ramos: um hegemônico e dominado por engenheiros – cuja principal referência era Prestes Maia – e outro, que lutava por espaço e era representado por arquitetos – que tinha Anhaia Mello como o seu nome de maior destaque. Na década de 1950, as diferenças entre os ramos do urbanismo paulista ficaram ainda mais marcadas: os engenheiros assumiram a perspectiva dominante – que apostava em medidas para suavizar o crescimento da metrópole – e os arquitetos encarnaram o ponto de vista desafiante – que defendia a interrupção do crescimento e intervenções que produzissem uma cidade inteiramente diferente da que estava dada. Em outros termos, pode-se dizer que, esquematicamente, os engenheiros apoiavam as ideias de Prestes Maia enquanto os arquitetos simpatizavam com as de Anhaia Mello.

* * *

Nos anos 1950, Anhaia Mello retomou o seu papel de «pregador» e liderou uma cruzada contra a continuidade do crescimento de São Paulo – inclusive, com recurso constante a metáforas bíblicas, sobre-

70 Bresciani, «Estudo da trajetória profissional», 150-151.

tudo apocalípticas, para reforçar retoricamente o seu argumento. Já se chamou a atenção para o aumento da influência das suas ideias no ambiente académico – reforçada pela criação de Faculdades de Arquitetura e Urbanismo – e dentro de setores técnicos do Estado, especialmente no Departamento de Urbanismo da prefeitura de São Paulo.⁷¹ A partir de 1954, a sua voz começou a ganhar reverberação também entre o público em geral, informado sobre o que o urbanista pensava através dos jornais de grande circulação.⁷²

Anhaia Mello apresentava o futuro de São Paulo como um caminho bifurcado. Se a cidade continuasse pela estrada mais óbvia, estaria condenada ao inferno. Mas, se optasse pela via alternativa, seria salva e garantiria o paraíso para os seus habitantes. Era preciso fazer essa escolha urgentemente, pois o desenvolvimento rápido demais da cidade ameaçava a sua salvação a cada minuto desperdiçado. Além disso, não havia meio termo. Para evitar o apocalipse, era necessário abraçar completamente a concepção de cidade que ele defendia: «É um conjunto de medidas que não funciona separadamente. Tudo ou nada».⁷³ Como será discutido mais vagarosamente no capítulo deste livro dedicado aos futuros desenhados por Anhaia Mello, a sua crítica ao urbanismo hegemónico e à sua incapacidade de efetivamente resolver os problemas urbanos provocados pelo crescimento da metrópole foi muito mais impactante para os destinos de São Paulo do que as suas propostas para a salvação da cidade – que, ainda assim, também tiveram o seu papel nas redefinições do horizonte de expectativas paulistano.

Na década de 1950, Anhaia Mello acabou por construir para si uma posição triplamente dominante-dominada – para usar uma terminologia cara a Pierre Bourdieu.⁷⁴ No campo político, a sua experiência como gestor público era relevante, mas o seu afastamento dos assuntos do Estado desde a sua saída da Secretaria de Viação e Obras Públicas, em 1943, colocavam-no numa posição em

71 Feldman, *Planejamento e zoneamento*, 78.

72 Bresciani, «As múltiplas linguagens do urbanismo», 257-258. Ver também: Carpintéro, «Em busca da imagem»; e Campos, *Os rumos da cidade*.

73 Mello, «O Plano Regional de São Paulo», 19.

74 Ver, por exemplo: Bourdieu, «Espaço social e espaço simbólico».

falso – pois não eram claros quais seriam os seus compromissos propriamente políticos. No mundo académico, Anhaia Mello ocupava um lugar de evidente destaque entre urbanistas e arquitetos, mas o seu esforço para criar uma faculdade específica para a formação destes profissionais distanciou-o da poderosa Escola Politécnica – que juntamente com o Direito e a Medicina formava o núcleo mais tradicional e influente de faculdades da Universidade de São Paulo.⁷⁵ Finalmente, entre os urbanistas profissionais, Anhaia Mello era o principal nome de uma das tendências fortes da área – mas justamente a tendência desafiante, que combatia a perspectiva hegemónica representada por Prestes Maia e outros engenheiros.

O que Anhaia Mello conseguiu nos anos 1950 foi combinar os capitais simbólicos diversificados – que a sua condição triplamente dominante-dominada lhe garantia – numa estratégia de grande sucesso. Através do cruzamento desses capitais, angariou espaço no mundo académico, no campo político e na grande imprensa, forçando respostas de todos. A diversificação de estudos sobre São Paulo – embora não tenha sido provocada por Anhaia Mello – certamente deve um pouco do seu destaque aos esforços do urbanista. A movimentação do poder legislativo e a elaboração de planos para São Paulo inspirados nas ideias de Anhaia Mello foram, provavelmente, as suas conquistas mais relevantes na produção do futuro da cidade. Ao mesmo tempo que o espaço concedido na grande imprensa tanto disseminava as suas ideias entre a população em geral quanto pressionava o Estado e a Universidade a reagir.

FLORESTAN FERNANDES

O terceiro e último dos protagonistas é Florestan Fernandes. No início dos anos 1950, Fernandes escrevia a sua tese de doutoramento e trabalhava na Universidade de São Paulo como segundo professor assistente da cadeira de Sociologia II, controlada por Fernando de Azevedo. No final da década, em contraste, Fernandes disputava a

75 Sergio Miceli, «Condicionantes do desenvolvimento», 93-97.

posição de sociólogo mais importante do país, liderando uma nova geração de investigadores que ficou conhecida como «Escola Paulista de Sociologia». ⁷⁶ Nesses dez anos, Fernandes viveu uma ascensão meteórica na sua carreira, paralela ao desenvolvimento da sociologia – que, também na década de 1950, se transformou num saber de autoridade fundamental nos debates sobre os rumos da sociedade brasileira. ⁷⁷

A sociologia urbana não foi um dos temas mais estudados por Florestan Fernandes, embora tenha um papel importante na sua maturação intelectual. ⁷⁸ As suas pesquisas de formação – mestrado e doutoramento – foram sobre os tupinambás. ⁷⁹ Em seguida, patrocinado pela UNESCO e pela *Revista Anhembi*, o sociólogo – em parceria com o seu amigo e antigo professor Roger Bastide – realizou uma investigação a respeito da situação das populações negras no Brasil, com o foco em São Paulo. ⁸⁰ Daí em diante, o seu trabalho voltou-se, em primeiro lugar, para o reexame crítico das antigas interpretações do país e para a produção de uma nova, sustentada

76 Sobre Florestan Fernandes, ver principalmente: Fernandes, *A condição de sociólogo*; D’Incao, org., *O saber militante*; e Garcia, *Destino ímpar*.

77 Sobre o lugar da sociologia entre os demais saberes na sociedade brasileira, ver: *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 1 e 2, org. Sergio Miceli. Especificamente sobre o papel de Florestan na institucionalização da sociologia, ver: Miceli, «Os inventores da sociologia “científica” sul-americana – Florestan Fernandes e Gino Germani», in *Vanguardas em retrocesso*, Sergio Miceli.

78 Como chama a atenção Fernando Henrique Cardoso: «Nos meados dos anos 50, Florestan começou um novo momento do percurso intelectual, que durou muito tempo e foi marcante. E esse grande momento está ligado a duas preocupações: uma com os negros e a outra com a cidade de São Paulo. Eu não sei se já foi suficientemente ressaltado o que era a preocupação de Florestan com a cidade de São Paulo. Talvez o modelo fosse Chicago, já que a Sociologia americana tinha tido enorme élan com estudos sobre Chicago – Sociologia urbana. Florestan fez várias tentativas, todas elas frustradas, para que se obtivessem recursos para um estudo sociológico sobre a cidade de São Paulo. Este estudo não foi feito em termos de Sociologia urbana, mas foi feito de outra maneira. O estudo sobre a evolução histórica dos negros (que é extraordinário) é ao mesmo tempo um estudo sobre São Paulo. Florestan procurou ver simultaneamente como se forma uma categoria social, uma classe no processo de urbanização de São Paulo.» Fernando Henrique Cardoso, «A paixão pelo saber», in *O saber militante*, org. D’Incao, 27-28.

79 O mestrado: Florestan Fernandes, *Organização social dos Tupinambá* (São Paulo: Instituto Progresso, 1949). O doutoramento: Florestan Fernandes, *A função social da guerra na sociedade Tupinambá* (São Paulo: Ed. Globo, 2006 [1951]).

80 Sobre a parceria entre Bastide e Fernandes, ver especialmente: Peixoto, *Diálogos brasileiros*.

por diversas monografias que ele e os seus alunos estavam a escrever e focada nas relações de classe.⁸¹

Ainda assim, em alguns momentos pontuais, Fernandes dedicou a sua atenção à cidade de São Paulo. Para os interesses deste livro, duas dessas situações – que não são as únicas – merecem destaque: a sua participação no XXXI Congresso de Americanistas, em 1954 – que aconteceu em São Paulo como parte das celebrações dos 400 anos da cidade – e um artigo que publicou na edição especial dos 30 anos do jornal *Diário de São Paulo*, a 30 de abril de 1959. Em ambas as ocasiões, o sociólogo discutiu a situação presente da metrópole, escreveu sobre o seu passado e apresentou reflexões sobre o seu futuro. A comparação entre esses textos é especialmente relevante porque – embora haja apenas cinco anos entre um e outro – as perspetivas do sociólogo sobre os destinos de São Paulo são significativamente diferentes em cada um deles. Em 1954, Fernandes deixava-se contaminar pelo otimismo hegemónico nas representações do futuro da cidade, mas, em 1959, assumia um ponto de vista bastante pessimista e imaginava um destino sombrio para a metrópole – ainda que alimentasse uma ligeira esperança, caso houvesse investimentos na educação do povo brasileiro.

O pessimismo de Florestan Fernandes é diferente do de Anhaia Mello e é constitutivo das representações do futuro de São Paulo que se tornaram hegemónicas na segunda metade do século XX. Para o urbanista, o futuro apocalíptico – a metrópole gigantesca e caótica – tinha uma função retórica na construção do seu argumento: servia como contraponto negativo para o destino que considerava ideal – a confederação de cidades-jardins – e reforçava a necessidade de se agir com urgência para salvar São Paulo. Já

81 Em relação aos anos finais da década de 1950, de acordo com Sylvania Garcia, as transformações no *modus operandi* de Fernandes e dos seus alunos teve efeitos significativos na consolidação da sociologia como disciplina de destaque nas ciências humanas: «Para caracterizar essencialmente o período, do ponto de vista da atuação de Florestan, o ponto central é a busca do desenvolvimento de uma sociologia de orientação científica concentrada no diagnóstico e análise dos problemas da sociedade nacional. Em uma fórmula sintética, a década é identificada ao momento da criação de uma sociologia *do* Brasil; segundo Florestan, uma etapa que se desdobra a partir de seu trabalho na década anterior, de estabelecimento das bases da sociologia *no* Brasil». Garcia, *Destino ímpar*, 160-161.

para o sociólogo de 1959, os problemas derivados do crescimento urbano seriam inevitáveis – não havia nenhum futuro alternativo que pudesse evitar o pior. O pessimismo de Fernandes, portanto, acionava um sentido trágico para a história de São Paulo, mas não uma tragédia absoluta. Na organização da sua narrativa, o sociólogo mantinha uma pequena chama de esperança ao chamar a atenção para a saída pela educação. No entanto, deixava claro que todas as forças relevantes estavam apontadas na direção oposta. Sendo assim, o destino lógico e realista da metrópole era a «cidade morta», o que só seria evitado caso acontecimentos de escala revolucionária modificassem o cenário – e cuja probabilidade de acontecerem era bastante pequena. Além disso, se para Anhaia Mello havia agentes sociais com condições positivas de transformar São Paulo numa cidade melhor (objetivamente: o Estado), para Fernandes esses agentes não inspiravam nenhuma confiança – pelo contrário, era justamente por conta da descrença na sua capacidade ou pela desconfiança em relação aos interesses desses agentes que o sociólogo reforçava o seu pessimismo. Contudo, a «cidade morta» não representava necessariamente o fim da história. São Paulo provavelmente tornar-se-ia num ambiente muito duro para os seus habitantes, mas a vida, apesar do termo escolhido para adjetivar a cidade, continuaria de alguma forma. Portanto, o enredo tinha uma finalização incompleta, aberta, que remete para o estilo de narração que Ursula Le Guin designou «ficção como cesta», isto é, uma história menos linear, mais complexa, de resolução parcial, marcada por frustrações e esperanças não resolvidas.⁸² No caso de Fernandes, ainda assim, uma tragédia na qual um pessimismo realista dominava as perspetivas.

O papel de Florestan Fernandes talvez não tenha sido tão decisivo para consolidar, no campo intelectual, a imagem de uma cidade sem possibilidade de salvação, como foram os estudos de sociólogos da década de 1970 que se dedicaram especificamente à sociologia

82 Ursula Le Guin, *A ficção como cesta: uma teoria e outros textos* (Lisboa: Dois Dias Edições, 2022).

urbana: por exemplo, os de Lúcio Kowarick.⁸³ Também não pode ser dito que Fernandes seja um pioneiro nas pesquisas sobre o tema: afinal, pelo menos desde os trabalhos de Donald Pierson – que chegou ao Brasil e à Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo na década de 1930 –, havia sociólogos a investigarem a metrópole.⁸⁴ Contudo, os trabalhos de Pierson – independentemente de sua importância para a sociologia urbana ou para os conhecimentos sobre São Paulo – não alteraram a narrativa dominante que organizava o sentido da história da metrópole: uma epopeia de final glorioso. Da mesma forma, as pesquisas de Lúcio Kowarick e demais sociólogos da sua geração – também de inegável importância para o aprofundamento das reflexões sobre São Paulo –, do ponto de vista da produção do futuro da cidade, apenas reforçaram um destino que já estava dado: um drama de final trágico.

O que justifica a escolha de Fernandes como um dos protagonistas é a combinação e a coincidência entre as transformações das suas propriedades sociológicas e as modificações da sua perspectiva sobre a cidade – além do momento específico em que essas mudanças ocorreram: a segunda metade da década de 1950. Justamente quando se instaura uma crise no seio do urbanismo, representada pelo acirramento da polémica entre as perspectivas defendidas por Prestes Maia e Anhaia Mello, um terceiro ponto de vista emerge, distanciando-se dos dois primeiros e reforçando as críticas cruzadas que um fazia ao outro. Ao mesmo tempo e de modo complementar, as ciências humanas – institucionalmente amparadas nas universidades, com destaque para a USP – começam a esboçar uma forma própria de interpretar a realidade, relativamente autónoma das demais. Nesse contexto, sociólogos, geógrafos, historiadores e outros passaram a refletir sobre a cidade de São Paulo a partir de novos critérios e de novos instrumentais.⁸⁵ O terceiro ponto de vista

83 Ver, sobretudo, a coleção sobre São Paulo, com contribuição de Kowarick e outros cientistas sociais, *São Paulo 1975: Crescimento e pobreza*, org. Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo (São Paulo: Ed. Loyola, 1975).

84 Sobre Donald Pierson, ver especialmente: Isabela Pereira da Silva, «De Chicago a São Paulo: Donald Pierson no mapa das ciências sociais (1930-1950)» (Tese de doutoramento em Antropologia, Universidade de São Paulo, 2013).

85 Segundo Sylvania Garcia, «Florestan Fernandes tem reconhecidamente um papel central na

em questão tem exatamente no Florestan Fernandes de 1959 a sua manifestação típica-ideal – combinando as especificidades da autonomia em processo de consolidação com a autoridade que a posição de liderança de uma área do saber em ascensão oferecia.

* * *

Florestan Fernandes nasceu em São Paulo, no dia 22 de julho de 1920 – portanto, quando Prestes Maia e Anhaia Mello já tinham quase 30 anos de idade. A sua mãe, Maria Fernandes, era uma imigrante portuguesa que trabalhava como empregada doméstica. Não há notícias de quem seria o seu pai – que, de qualquer forma, não participou da criação do filho. A vida escolar de Fernandes foi errática. Frequentou o Grupo Escolar Maria José, em São Paulo, até ao terceiro ano do ensino básico. Nesse momento, foi obrigado a interromper os estudos para trabalhar e ajudar em casa – o que constituía quase um padrão para os membros da sua classe social, já que a educação formal não tinha importância equivalente à dada pelas famílias de elite. Além de ser muito custoso para os mais pobres manterem os seus filhos nas escolas, não lhes era claro se o sacrifício valeria a pena no futuro. Havia pressões muito fortes para que os membros das classes subalternas reproduzissem as condições sociais e materiais da subalternidade, em vez de procurarem algum tipo de ascensão social.⁸⁶ Neste sentido, quando, anos mais tarde, Fernandes realizou um curso de madureza no Ginásio Riachuelo, também em São Paulo, ele fazia um esforço de rompimento com os comportamentos típicos da sua classe de origem.⁸⁷ Como não bastasse o curso

institucionalização da sociologia como disciplina académica e na conformação de um padrão de atuação intelectual dos cientistas sociais no Brasil. Sua obra sociológica marca a história da configuração de um campo especializado de estudos, a história da integração do pensamento sociológico ao sistema sociocultural brasileiro e a história das relações entre ciência e sociedade no Brasil moderno». Ver Garcia, *Destino ímpar*, 9.

86 No caso de Fernandes, por exemplo, essas pressões podem ser vistas a operarem na sua vida pessoal no seguinte episódio: «[...] para poder estudar, tive de enfrentar um conflito com minha mãe. Precisei dizer-lhe: “a partir desse momento, ou fico em casa e vou estudar, ou saio de casa para estudar e a senhora perde o filho”». Ver Fernandes, *A condição de sociólogo*, 30.

87 Sylvania Garcia nota que, para Fernandes, era um importante enigma entender o comporta-

de madureza, em 1941, a desafiar as probabilidades, Fernandes ingressou em Ciências Sociais, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, formando-se em 1944.

Os cursos da FFCL, inicialmente, foram pensados como uma alternativa à formação dos quadros da elite paulista.⁸⁸ Uma quarta opção, depois das três tradicionais: Direito, Medicina e Politécnica. Todavia, especialmente nos primeiros anos do seu funcionamento, a nova faculdade atraiu uma parcela muito pequena do público que se imaginara para ela.⁸⁹ Além disso, os estudantes não possuíam o comprometimento esperado pelos seus professores. Os relatos sobre os frequentadores das aulas são bastante reveladores. Claude Lévi-Strauss, um dos professores estrangeiros contratados para a Faculdade, contava que os alunos apresentavam interesses ambíguos, marcados sobretudo por preocupações relacionadas com prestígio social, modas intelectuais e outras questões que, para Lévi-Strauss, seriam superficiais ou irrelevantes – especialmente em comparação com o raro interesse genuíno pelos temas discutidos em sala de aula.⁹⁰

mento subalterno dos que estão em posição subalterna. Garcia, *Destino ímpar*, 67-68.

- 88 Sobre as intenções originais de formação da FFCL, ver: Fernando Limongi, «Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo», in *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 1, 197.
- 89 De acordo com Fernando Limongi: «Os alunos que se encaminhavam para a FFCL e para as faculdades profissionais já existentes tinham perfis sociais claramente distintos. Para estas últimas, encaminhavam-se os filhos da elite, os possuidores de diplomas secundários obtidos nas melhores escolas, aqueles que saíam diretamente do secundário para a faculdade. Alunos deste tipo são raros na FFCL. Se o objetivo da FFCL era se constituir em uma alternativa às escolas existentes para formar “elites”, se, portanto, pretendia “concorrer” com estas, os anos iniciais da vida da FFCL acumulam sinais do fracasso das pretensões. Os filhos da elite continuaram a se encaminhar para as mesmas faculdades que seus pais e estas faculdades continuaram a ser responsáveis pela formação das “elites”». Ver Limongi, «Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo», 197
- 90 «Nossos estudantes tudo queria saber; mas, em qualquer domínio que fosse, somente a teoria mais recente lhes parecia merecer atenção. Embotados por todos os festins intelectuais do passado, que, aliás, só conheciam de oitiva, pois não liam as obras originais, conservavam um entusiasmo sempre disponível para os pratos novos. No seu caso, deveríamos falar mais em moda que em cozinha: idéias e doutrinas não possuíam aos seus olhos um interesse intrínseco, eles as consideravam como instrumentos de prestígio cujas primícias deviam assegurar-se. Partilhar uma teoria conhecida de outrem equivalia a apresentar-se com um vestido já visto; seria desmoralizante. Em compensação, uma encarniçada concorrência exercia-se com enormes quantidades de revistas de vulgarização, de periódicos sensacionais e de manuais, para obter a exclusividade do modelo mais recente no domínio

O contraste entre as expectativas dos professores e as dos alunos era visível. Os primeiros, sobretudo os estrangeiros, formaram-se em universidades europeias, onde o «espírito científico» era o *ethos* dominante – marcado pela dedicação disciplinada à busca da verdade, à pesquisa sistemática, aos estudos quotidianos, à erudição especializada e aos demais valores definidores do ambiente académico europeu da época. Esses professores esperavam, naturalmente, que os alunos brasileiros se comportassem de acordo com tal *ethos*. Os estudantes, por sua vez, frequentavam as aulas com objetivos mais difusos: não sabiam exatamente o que encontrariam ali e, embora considerassem as aulas relevantes para a sua formação cultural, não estavam dispostos a dedicar-se efetivamente à universidade – afinal, os seus capitais estavam distribuídos por outros investimentos (contactos políticos, mundo artístico e literário, imprensa, atividades económicas, etc.). Os novos cursos ainda não convenciam os seus frequentadores de que o empenho necessário para cumprir com as expectativas dos professores europeus traria algum tipo de retorno no futuro – de facto, não havia ainda exemplos locais do que aconteceria com alguém que se dedicasse com afinco à universidade.⁹¹ O depoimento de Décio de Almeida Prado, um dos estudantes da FFCL na época, ilustra este sentimento:

O primeiro obstáculo que tivemos de enfrentar foi esse, portanto, que se insinuava igualmente dentro de nós, levantando dúvidas

das ideias. Produtos selecionados dos haras académicos, meus colegas e eu nos sentíamos às vezes embaraçados: criados no respeito exclusivo das ideias amadurecidas, éramos alvo dos assaltos de estudantes numa ignorância total com relação ao passado, mas cuja informação estava sempre alguns meses adiante da nossa. Contudo, a erudição, de que não tinham nem o gosto, nem o método, lhes parecia, apesar de tudo, um dever; assim, suas dissertações consistiam, fosse qual fosse o assunto, em uma evocação da história geral da humanidade, desde os macacos antropóides, para terminar, através de algumas citações de Platão, de Aristóteles e de Comte, na paráfrase dum polígrafo viscoso cuja obra era tanto mais encarecida quanta a sua própria obscuridade deixava supor que ninguém mais se lembrara ainda de pilhá-lo». Ver Claude Lévi-Strauss, *Tristes trópicos* (São Paulo: Ed. Anhembi, 1957), 105.

91 Sobre o ambiente intelectual em São Paulo nos primeiros anos da USP e as ambiguidades que a universidade representava, ver especialmente: Pontes, *Destinos mistos*; e Peixoto, *Diálogos brasileiros*.

terríveis sobre o futuro. De que modo nos iríamos manter economicamente depois de formados por essa estranha Faculdade, que se colocava fora dos quadros rígidos em que a sociedade se compartimentava? Qual seria exatamente a nossa profissão? A de filósofo, por exemplo? Mas existe tal profissão? A de professor de filosofia? Mas haveria lugar para todos?⁹²

Perto do final da década de 1930 e ao longo dos anos 1940 houve mudanças. Os cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ampliaram o seu universo de recrutamento – entre outros motivos, havia a intenção de atrair públicos mais interessados em se dedicarem efetivamente às atividades acadêmicas. Por isso, grupos que tradicionalmente não tinham acesso ao ensino superior passaram a poder frequentar a universidade. Mulheres, imigrantes, judeus, por exemplo, tornaram-se elementos comuns na composição dos quadros discentes dos cursos «novos».⁹³ (Direito, Medicina e as Engenharias – os cursos «antigos» – continuavam a ser predominantemente frequentados pela elite.) No entanto, os alunos privilegiados pelos seus capitais familiares não deixaram de ser parte importante (e dominante, embora não necessariamente maioritária) da FFCL.

Florestan Fernandes chegou à USP nesse contexto. Ele foi mais um dos recrutados fora dos círculos da elite. Os seus colegas de maior destaque, contudo, eram ainda os provenientes dos estratos sociais mais privilegiados. O exemplo mais eloquente são os membros do Grupo Clima – jovens talentosos, com capitais familiar e cultural contundentes, que se impuseram no ambiente cultural da cidade em oposição à geração modernista da Semana de 1922 e aos «intérpretes do Brasil».⁹⁴ Os jovens do Grupo Clima diferenciavam-se dos intelectuais mais velhos por terem incorporado, em parte, o «espírito científico» à sua crítica cultural. Neste sentido, a novidade do seu estilo de reflexão era um desafio para os intelectuais consagrados do momento.

92 Décio de Almeida Prado, citado por Arruda, *Metrópole e cultura*, 196.

93 Miceli, «Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil», 94-96.

94 Sobre o grupo Clima, ver, sobretudo, Pontes, *Destinos mistos*.

Os «intérpretes do Brasil» e os modernistas da primeira geração ocupavam as posições dominantes do protocampo intelectual nas décadas de 1930 e 1940. A partir de meados da década de 1950, em contraste, os intelectuais mais reconhecidos seriam os académicos «puros». O Grupo Clima foi uma geração intermediária entre dois modelos de produção intelectual, que se definia por incorporar características de ambos – o que, de facto, configurava um terceiro modelo original. O modelo mais antigo era o do ensaísmo autodidata, que tinha ligações com a literatura; o mais moderno era o da pesquisa científica em moldes universitários, que procurava a autonomia intelectual como forma de distinção; e o modelo intermediário, encarnado pelos membros do Grupo Clima, era aquele da crítica cultural esteticamente trabalhada e baseada em pesquisas empíricas.⁹⁵

Os professores estrangeiros que lecionaram nos cursos novos da USP ao longo das décadas de 1930 e 1940 eram representantes do «espírito científico» que, mais tarde, se tornou dominante no campo intelectual brasileiro. No entanto, a universidade, durante esse período, ainda não se firmara como a instituição por excelência dos intelectuais em São Paulo e, menos ainda, no resto do país. Na capital paulista, era sobretudo uma elite de empresários culturais – relativamente afastados das decisões políticas nacionais desde a ascensão de Getúlio Vargas – que criava os espaços para a consagração dos intelectuais. Se, no Rio de Janeiro, na mesma época (e por mais tempo que em São Paulo), foi o Estado quem garantiu as condições da produção cultural; em São Paulo, foram os capitães da imprensa que desempenharam esse papel.⁹⁶ O «espírito científico», portanto, era um valor intelectual dominante-dominado, pois o prestígio no mundo das letras construía-se a partir de critérios originários de fora da universidade.

Florestan Fernandes não tinha condições sociais para competir por prestígio intelectual com os seus colegas do Grupo Clima, por

95 Segundo Heloisa Pontes, os membros do grupo Clima estavam: «Situados entre os literatos, os modernistas, os jornalistas polígrafos e os cientistas sociais, construíram seu espaço de atuação por meio da crítica, exercida em moldes ensaísticos mas pautada por preocupações e critérios académicos de avaliação». Ver Pontes, *Destinos mistos*, 14.

96 Miceli, «Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil», 104.

exemplo. Faltavam-lhe os benefícios do berço e da socialização privilegiada, bem como os capitais familiares previamente investidos. Entretanto, ele podia «correr por fora» e tentar tornar-se uma encarnação daquela segunda categoria de intelectuais – uma versão local dos professores estrangeiros. Para se tornar um representante autorizado do «espírito científico» não eram necessários capitais sociais prévios – embora fosse exigida a incorporação de determinado *habitus*. Além disso, esse era um modelo de intelectual para a qual o «mercado local» praticamente não oferecia candidatos. Portanto, seria uma escolha que faria sentido para Florestan Fernandes. Contudo, não se sugere aqui que o sociólogo tenha calculado racionalmente quais seriam as melhores alternativas de carreira a partir de uma análise da configuração da universidade paulista naquele momento. Mas, ao observar-se o processo histórico depois de completo, conclui-se que essa era uma das poucas, senão a única alternativa de ascensão social disponível para Florestan Fernandes – e, embora sem poder saber o que isso resultaria no futuro, ele investiu nela todos os seus esforços.⁹⁷

Institucionalmente, a construção dessa posição iniciou-se quando Fernandes ingressou no curso de Ciências Sociais. Depois de formado, ele assumiu o cargo de segundo assistente da cátedra de Sociologia II, liderada por Fernando de Azevedo – ocupando,

97 Fernandes descreve o período final da sua formação nos seguintes termos: «[...] tive de armar um programa de trabalho que envolvia no mínimo 18 horas, e às vezes mais, de leituras intensas, todo dia. Isso era um trabalho de autodidata, montado a margem e em cima do trabalho desenvolvido pelos professores.» Ver Fernandes, *A condição de sociólogo*, 4. Heloisa Pontes identifica padrões semelhantes para o momento de entrada de Fernandes na universidade: «Quanto a Florestan Fernandes, era o homem certo para a faculdade incerta. Sua origem social, somada às dificuldades de toda ordem que enfrentara na infância e na adolescência, dificilmente lhe franquearia o ingresso numa faculdade como a de Direito ou de Medicina. Destituído de todo tipo de capital, Florestan encontraria no curso de ciências sociais o espaço possível para romper com o “círculo de ferro” de sua condição social. Que esse curso correspondesse ou não aos seus interesses intelectuais “mais profundos” é uma questão relativamente secundária. O importante é que essa era a única chance que ele tinha de ingressar numa experiência universitária.» Ver Pontes, *Destinos mistos*, 171. Reconfirmando a disposição ao novo estilo de trabalho intelectual, Sergio Miceli chama a atenção para a comportamento de Fernandes já nos anos 1950: «Vale dizer que, na ausência dos trunfos de sociabilidade ao alcance dos contemporâneos bem-nascidos, tampouco dos requintes culturais a que eles estavam afeitos, Florestan adotou o estilo de conduta inerente ao trabalho científico, como chefe de um laboratório de pesquisas sociais.» Ver Miceli, «Os inventores da sociologia “científica” sul-americana», 166.

portanto, uma posição de aspirante dentro da estrutura universitária local. Em seguida, tirou o mestrado na Escola Livre de Sociologia e Política – o título de mestre era raro entre os intelectuais proeminentes da época, que normalmente faziam diretamente o doutoramento. Defendido o mestrado, cujo tema foi a organização social dos tupinambás, o sociólogo partiu para o doutoramento, agora na USP, sobre a função social da guerra, também entre os tupinambás. Com o término do doutoramento, em 1951, Florestan Fernandes completava a sua formação acadêmica ao mesmo tempo que começava a chamar a atenção dos pares por via da sua capacidade e competência. Segundo Sylvania Garcia, em diálogo com Heloisa Pontes:

O doutorado, defendido em 1951 no âmbito da cadeira de sociologia II, representou [...] um instrumento de conquista de prestígio pessoal, intelectual e institucional na Faculdade de Filosofia, funcionando como um «poderoso trunfo» para a conquista da regência da cadeira de sociologia I, em substituição ao mestre Roger Bastide. Com *A função social da guerra na sociedade tupinambá*, Florestan Fernandes revelou-se o maior herdeiro dos mestres estrangeiros; nas palavras de Heloisa Pontes, o «“produto puro” e mais bem acabado do novo sistema de produção intelectual e acadêmico implantado na capital paulista».⁹⁸

Fernandes, portanto, destacava-se tanto por incorporar de forma ímpar os valores dos professores europeus como por se distanciar do *ethos* dominante entre estudantes e professores brasileiros. A distinção criada nesse processo favorecia a consolidação de Fernandes como um novo modelo de intelectual: um brasileiro que fazia ciência conforme os padrões europeus. Nas palavras de Heloisa Pontes:

Mais do que qualquer outro assistente da Faculdade de Filosofia no período, Florestan concentrava a «voltage» máxima de vir-

98 Garcia, *Destino ímpar*, 125-126.

tualidades na absorção do padrão de trabalho, da linguagem especializada e do rigor metodológico introduzidos pelos professores estrangeiros. O recorte erudito e científico que imprimiu ao objeto da tese de doutorado; a postura profissional e nada amorística que, desde o início, modelou a sua atuação na faculdade; o uso do avental branco (que, por meio de uma transferência metonímica, simbolizava a tentativa de dotar as ciências sociais de um caráter «asséptico» e «laboratorial»); a receptividade com que se deixara impregnar pelas novas definições de trabalho intelectual e pelo conjunto de ensinamentos transplantados do exterior para a universidade paulista; tudo isso contribuiu para fazer de Florestan o discípulo mais indicado para gerenciar a herança intelectual dos mestres estrangeiros.⁹⁹

A partir do final do doutoramento, Florestan ganhou progressivamente mais espaço dentro da universidade e, conseqüentemente, o «espírito científico» que representava passou também a disseminar-se mais. Em 1952, ele transferiu-se para a cátedra de Sociologia I, tornando-se assistente de Roger Bastide. No ano seguinte, apresentou a sua tese de livre-docência, subindo mais um degrau da carreira acadêmica. E, em 1954 – ano do quarto centenário de São Paulo –, assumiu a regência da cadeira de Sociologia I, quando Bastide voltou para França. Esse foi um momento decisivo. Bastide tinha dois assistentes naquela altura: Gilda de Mello e Souza – representante das elites tradicionais paulistas e encarnação do modelo de intelectual do Grupo Clima – e Florestan Fernandes – oriundo das classes populares e modelo de intelectual que encarnava o «espírito científico».¹⁰⁰ O professor francês, portanto, precisava de escolher entre, de um lado, o reforço de um tipo intelectual já consolidado no Brasil, mas que elevaria uma mulher a uma posição de destaque na

99 Pontes, *Destinos mistos*, 184. Complementando essa reflexão e tomando novamente o avental de Fernandes como um objeto de profundo simbolismo, Fernando Henrique Cardoso afirma: «O avental era quase um macacão. Era a maneira de mostrar duas coisas: uma, que a ciência é trabalho, e a outra, que a Sociologia é ciência.» Ver Cardoso, «A paixão pelo saber», 24.

100 Sobre Gilda de Mello e Souza, ver Pontes, *Destinos mistos*.

universidade e, de outro, a promoção de um novo tipo intelectual, de origem humilde, mas que favoreceria um homem, reproduzindo as desigualdades tradicionais de género. Bastide acabou por optar pela segunda alternativa.

Com a regência, Fernandes passou a ter autoridade e autonomia para organizar o funcionamento da cadeira de Sociologia I conforme achasse mais conveniente. Montou então a sua própria equipa de assistentes, com uma série de jovens sociólogos que se aproximavam mais do seu estilo de produção intelectual do que do modelo do Grupo Clima. Fernandes conseguiu estabelecer um grupo coeso e organizado, com uma filosofia e uma política em comum e que trabalhavam em conjunto, no mesmo grande projeto intelectual – uma pesquisa sistemática sobre a sociedade brasileira, que tinha nas relações raciais e de classe dois dos seus focos principais.¹⁰¹ O resultado desse empreendimento foi a consolidação da sociologia paulista, sob a batuta de Florestan Fernandes, como uma referência incontornável nos debates sobre o país – a começar pelo facto de que esse grupo conseguia produzir e publicar, nos principais periódicos da época, num volume muito superior ao dos demais sociólogos e cientistas sociais brasileiros.¹⁰²

É importante destacar, neste sentido, que os outros regentes e catedráticos da FFCL não foram capazes ou não tiveram interesse em montar um sistema de trabalho semelhante ao da cadeira de Sociologia I. Por isso, Fernandes e os seus assistentes, rapidamente e com certa facilidade, passaram a ditar o tom das ciências sociais paulistas – impondo, por tabela, o «espírito científico» como modelo

101 Sobre a formação da «Escola Paulista de Sociologia» e as perspetivas de Fernandes sobre o processo, ver: Fernandes, *A condição de sociólogo*; Garcia, *Destino ímpar*, e, especialmente: Maria Arminda Arruda, «A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”», in *História das ciências sociais no Brasil*, vol. 2, org. Sergio Miceli (São Paulo: Ed. Sumaré; Fapesp, 1995).

102 Em relação às revistas *Anbembí e Brasiliense*, os mais importantes periódicos culturais do momento, Luiz Carlos Jackson afirma: «Por não estar diretamente vinculado a nenhuma revista, o grupo reunido por Florestan Fernandes em torno da Cadeira de Sociologia I produzia e publicava em abundância, sob o manto da neutralidade científica, apenas (aparentemente) em função do mérito inerente dos trabalhos realizados. Não questiono aqui a qualidade dos textos, mas, se eles pareciam “brotar” naturalmente, isso se explica pela estratégia provável de Florestan Fernandes, que, sem editá-los, exercia um controle razoável sobre o conjunto das revistas então existentes.» Ver Jackson, «A sociologia paulista», 276.

preferencial de reflexão sociológica. Por outras palavras, o trabalho coordenado e em equipa, sistematicamente disseminado nos periódicos à disposição e que contava com o apoio institucional de uma universidade em vias de se consolidar, garantiu praticamente o monopólio temporário da «Escola Paulista de Sociologia» para a definição das regras e valores do que seriam pesquisas de excelência na área das Ciências Sociais. Era como se Fernandes e os seus trabalhassem de acordo com um «sistema de produção» do saber de escala «industrial», enquanto os seus concorrentes ainda produziam numa escala «artesanal».

Consequentemente, no final da década de 1950, o «espírito científico» tinha-se sedimentado na universidade e na cidade de São Paulo como a maneira dominante de se produzir sociologia – sendo Florestan Fernandes o principal nome nesse processo. Esse paradigma, contudo, não se restringiu à capital paulista. A famosa polémica entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos é indicativa do facto que a proposta de sociologia representada pelo primeiro ganhava espaço nos demais centros intelectuais do país e, em certa medida, «ameaçava» outros valores orientadores do trabalho sociológico. Enquanto Fernandes vinha em defesa de uma sociologia crítica, sem outros compromissos que não aqueles com a ciência, Guerreiro Ramos, sociólogo do ISEB e morador no Rio de Janeiro, atacava tal concepção e pedia uma sociologia nacional, interessada em resolver os problemas do país.¹⁰³ Para Fernandes, a concepção de Guerreiro Ramos era pouco crítica e «contaminada» por interesses políticos – que seriam problemáticos desde uma

103 De acordo com Maria Armanda Arruda: «[...] o expediente ao método estribava-se na tarefa que o sociólogo [Florestan Fernandes] se impusera: construir o campo da Sociologia frente aos outros domínios afins e em oposição às interpretações tidas como não-científicas. Daí a sua acirrada polémica com Guerreiro Ramos, que propugna por um conhecimento sociológico a partir do qual “a nação possa compreender a si própria, decifrar objetivamente seus problemas”. Para Florestan Fernandes, tais posturas navegariam em erros e tornar-se-iam “prejudiciais à instauração de um verdadeiro sistema científico”. Vale dizer, a ciência com letra maiúscula ultrapassa as fronteiras nacionais e o caráter universal define a sua verdadeira vocação, a despeito de surgirem em realidades culturais que se caracterizam, antes, pela assimilação do que pela produção de teorias. A universalidade do conhecimento não conhece fronteiras, tampouco o caráter racional do pensamento que não depende de contextos nacionais.» Ver Arruda, *Metrópole e cultura*, 236-237. Ver também: Fernandes, *A condição de sociólogo*, e Garcia, *Destino ímpar*.

perspetiva científica. Para Guerreiro Ramos, a «Escola Paulista de Sociologia» desperdiçava esforços e talentos em pesquisas de pouca ou nenhuma utilidade para os interesses nacionais.¹⁰⁴ Este debate começou justamente no final da década de 1950 e estendeu-se por alguns anos da década seguinte. As transformações no sistema universitário brasileiro durante a ditadura militar (1964-1985) – sobretudo nas pós-graduações – ajudaram a consolidar como dominante o tipo de produção do saber que Fernandes propunha, embora o próprio sociólogo se tenha aproximado do mundo político e das questões que mesclavam ciência e política nas últimas décadas da sua vida.

* * *

Nos cinco anos que separam as duas reflexões de Florestan Fernandes sobre a cidade de São Paulo destacadas para este livro, tanto o *lugar social*¹⁰⁵ do sociólogo mudou radicalmente como a USP – em especial a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – se transformou numa instituição com novos papéis na comunidade local. A universidade tornava-se cada vez mais o espaço por excelência da intelectualidade paulista – enquanto o Estado, a imprensa e outras instituições culturais perdiam a preferência e a ascendência sobre a produção intelectual mais legítima. Ao mesmo tempo, critérios próprios – cultivados dentro da universidade e construídos em oposição aos valores do campo político e da imprensa – passaram a ditar quais eram os trabalhos de excelência e quais não. Por outras palavras, a universidade oferecia condições de produção intelectual com relativa autonomia frente às lógicas de outros espaços sociais. E se essa autonomia, por um lado, tornava os conhecimentos académicos mais herméticos para quem não fazia parte deste universo, por outro

104 Ou, de maneira mais elegante: «As divergências de concepções [entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos] passam por outros projetos disciplinares e políticos, explicitam-se na eleição dos interlocutores: a de São Paulo dirige-se para a construção de uma agenda de investigação a partir da sociedade; a do Rio privilegia a interlocução com o Estado.» Ver Arruda, *Metrópole e cultura*, 240.

105 Para o conceito de *lugar social*, ver: Certeau, «A operação historiográfica». Também a nota 24 da introdução deste livro.

lado, como esse processo estava no seu início e havia uma série de mecanismos a atuar tanto na valorização da produção acadêmica quanto na sua divulgação para um público cultivado, a autoridade dos professores universitários multiplicava-se e sedimentava-se no espaço social de maneira geral. Ou seja: em vez de isolamento (risco constante de qualquer campo de produções simbólicas que se autonomize), o campo intelectual de São Paulo conseguia – em meados do século XX – produzir com autonomia e fazer-se ouvir em alto e bom som mesmo fora dos muros da universidade.

Florestan Fernandes foi quem melhor encarnou o papel de intelectual universitário naquele contexto, constituindo-se em modelo da intelectualidade local e em líder de uma nova geração de investigadores. Especificamente nos cinco anos mencionados, Fernandes saiu da condição de jovem promissor e chegou à de referência incontornável da sociologia brasileira. Em 1954, Fernandes assumiu uma posição de prestígio no Departamento de Sociologia da USP: tornou-se regente da cátedra de Sociologia I e, portanto, passou a tomar decisões sobre as pesquisas dos professores assistentes ligados à sua cadeira. O regresso de Roger Bastide a França representou o início de uma nova fase na carreira de Fernandes, na qual ele se tornou responsável por um trabalho coletivo de investigação sociológica. Nesse momento, o sociólogo expressava-se com otimismo sobre o futuro de São Paulo, embora já apontasse para problemas urbanos derivados do crescimento acelerado da metrópole. Cinco anos mais tarde, quando outras vozes – como a dos geógrafos liderados por Aroldo de Azevedo – tinham emergido e modificado as interpretações sobre a cidade de São Paulo, Florestan Fernandes escreveu novamente sobre a questão. Dessa vez, como um líder intelectual consolidado e que disputava a posição de sociólogo mais importante do país, Fernandes radicalizava a sua previsão de futuro para a capital paulista. Sem necessariamente alterar as lentes com que observava o seu objeto – embora incorporando as reflexões dos geógrafos e fazendo menções indiretas às críticas ao crescimento urbano elaboradas por Anhaia Mello –, o sociólogo concluiu que São Paulo teria um destino trágico, embora aberto, à sua frente.

Essa transformação na perspectiva de Florestan Fernandes era fruto, entre outras coisas, do novo lugar social que passou a ocupar.

O aprofundamento da autonomização do campo intelectual tinha como um dos seus efeitos dividir de maneira mais evidente o trabalho de dominação simbólica. Os professores universitários – especialmente das ciências humanas – tornavam-se naquele momento a voz mais legítima na produção de análises sobre a sociedade brasileira, ao mesmo tempo que se afastavam das altas instâncias decisórias do Estado. Neste sentido, o controlo sobre as representações hegemónicas da realidade social, antes monopolizado pelas elites dirigentes, foi cindido e passou a ser disputado por essas elites e pelos intelectuais – com crescente vantagem para os últimos. Como se procura demonstrar ao longo deste livro, enquanto os intelectuais estiveram sob a influência mais ou menos direta do campo político – e consequentemente também participavam desse campo em alguma medida – o protagonismo do Estado foi representado como uma força positiva para a sociedade brasileira. Mas conforme o campo intelectual se autonomizava, mais os agentes com poder decisório no campo político passaram a ser representados de modo negativo.

Os protagonistas deste livro são exemplos claros deste processo. Prestes Maia e Anhaia Mello desempenhavam papéis duplos: atuavam tanto no campo político quanto no campo intelectual em formação. Essa duplicidade favorecia que, quando olhavam para o papel do Estado ou dos governantes, vissem possibilidades de ação sobre a realidade que conduziriam São Paulo para um destino melhor – mesmo que discordassem sobre que destino deveria ser esse. Em certa medida, ambos associavam as possíveis melhorias da cidade à sua própria atuação política – que se confundia com as potenciais ações do Estado. Florestan Fernandes, em contraste, olhava para o campo político como um universo sobre o qual não tinha praticamente nenhuma influência – afinal, a sua atuação e as ações políticas de grande peso aconteciam em esferas distintas. Além disso, as diferenças de valores que passaram a distinguir o campo político do campo intelectual favoreciam que o sociólogo observasse a realidade de uma perspetiva diferente da do Estado. A consequência, portanto, era que, do ponto de vista de Fernandes, as ações da elite dirigente parecessem contrárias aos interesses da sociedade brasileira, em geral, e prejudiciais ao desenvolvimento da cidade de São Paulo, em particular. Sendo assim, como, por um

lado, as ideias dos intelectuais apontavam numa direção diferente das ações governamentais e, por outro, a associação entre intelectuais e elite dirigente era cada vez menor, a tendência do campo intelectual era olhar com descrença e pessimismo para o campo político. Os intelectuais – e Fernandes com destaque – não só discordavam das escolhas feitas pelos governantes como tinham pouca ou nenhuma capacidade de os influenciar para que fizessem outras escolhas – situação que se construía em função do processo de autonomização do campo intelectual e que sustentava o pessimismo crescente.

COADJUVANTES

Na década de 1950, os três coadjuvantes que complementam a trama deste livro ajudaram a consolidar as ciências humanas como uma perspectiva influente – e, em muitos aspetos, dominante – nos debates públicos. Além disso, indiretamente, tiveram um papel importante no enfraquecimento do urbanismo como a área de maior destaque na produção das representações de São Paulo. Paulo Duarte atuou fundamentalmente como editor-chefe da revista *Anhembi*, que circulou mensalmente entre dezembro de 1950 e novembro de 1962. Caio Prado Jr., por sua vez, dirigia a *Revista Brasiliense*, publicada bimestralmente de setembro de 1955 até fevereiro de 1964. Ambos os periódicos dividiam a função de guia político e cultural do público cultivado paulista – embora não realizassem essa tarefa de modo exclusivo, pois eram complementados nesta orientação pela grande imprensa –, especialmente alguns cadernos específicos dos principais jornais, como o Suplemento Literário do jornal *O Estado de S. Paulo*.¹⁰⁶ Aroldo de Azevedo – embora ocupasse uma posição mais discreta no campo cultural local, sobretudo se comparado com os editores

106 Sobre a *Anhembi* e a *Revista Brasiliense*, ver: Jackson, «A sociologia paulista». Sobre o Suplemento Literário do jornal *O Estado de S. Paulo*, ver, entre outros: Pontes, *Destinos Mistos*, 208; e Ana Cláudia de Castro, «Um americano na metrópole [latino-americana]: Richard Morse e a história cultural urbana de São Paulo, 1947-1970» (Tese de doutoramento em Arquitetura, Universidade de São Paulo, 2013), 34.

mencionados – realizou um trabalho fundamental na organização e publicação, em 1958, da coleção *A cidade de São Paulo: Estudos de geografia urbana*, que movimentou todo o departamento de Geografia da USP e resultou numa referência obrigatória para todos os interessados em estudos urbanos – incluindo os urbanistas.¹⁰⁷

As revistas de Duarte e Prado Jr. não produziram representações unívocas do futuro de São Paulo. Quando, porventura, os destinos da metrópole eram tematizados, ora se aproximavam do otimismo dominante, ora se aproximavam do pessimismo nascente – variando conforme o momento e quem estivesse a escrever. Os próprios editores não arriscavam previsões contundentes – como faziam os urbanistas –, ainda que seja possível reunir impressões de ambos, espalhadas em diversos materiais, e montar determinadas imagens do futuro da cidade.

Paulo Duarte apostava no crescimento contínuo de São Paulo e no seu télos épico – com a particularidade de reservar o papel de liderança civilizadora da metrópole e do país para uma determinada elite cultural paulista.¹⁰⁸ Entretanto – embora esse futuro fosse muito semelhante à perspectiva hegemónica –, quando o assunto era o urbanismo, Duarte posicionava-se explicitamente ao lado de Anhaia Mello e hostilizava Prestes Maia:

Eu havia estudado o assunto [urbanística] com Anhaia Melo, pioneiro do urbanismo científico no Brasil, posto que lhe era disputado por um técnico honesto mas profundamente medíocre, que é o engenheiro da Secretaria de Viação, um homem de idéias curtas a meu ver, pouco inteligente mas trabalhador, chamado Francisco Prestes Maia.¹⁰⁹

As opiniões de Duarte sobre as matérias do urbanismo não tinham que ver necessariamente com os aspetos técnicos da área.

107 Ver, sobretudo a «Apresentação» da coleção, escrita por Aroldo de Azevedo, in *A cidade de São Paulo*, vol. 1.

108 Sobre as pretensões civilizatórias de Paulo Duarte, manifestadas especialmente através da sua revista, ver: Catani, *A revista de cultura Anhembi*; e Pereira, *Anhembi*.

109 Duarte, *Memórias: Os mortos de Seabrook*, 68.

Em vez disso, eram enformadas pelas divisões do campo político. A vinculação de Prestes Maia ao Partido Republicano Paulista e a sua simpatia declarada pela ditadura do Estado Novo eram intoleráveis para Duarte, adversário aguerrido de Vargas e um dos fundadores do Partido Democrático. Além disso, Duarte e Anhaia Mello – companheiros no Partido Democrático – trabalharam juntos na prefeitura de Fábio Prado. Essa proximidade foi um fator importante para Duarte reconhecer em Anhaia Mello a principal autoridade do urbanismo em São Paulo.¹¹⁰

Caio Prado Jr. também acreditava que o destino de São Paulo era ser uma grande metrópole – imaginava uma cidade em dois planos, atravessada por túneis e viadutos, que permitiriam a circulação de automóveis pelas ruas convencionais e por diversas avenidas suspensas.¹¹¹ A sua preocupação com o futuro, todavia, estava relacionada de maneira mais direta com as possibilidades de uma revolução brasileira – no sentido marxista do termo. A cidade de São Paulo teria um papel importante nessa revolução, pois abrigava o maior parque industrial da América Latina e, conseqüentemente, um enorme contingente do proletariado – embora, para Prado Jr., talvez o «proletariado rural» fosse a principal força revolucionária brasileira e as elites dirigentes tivessem um papel preponderante nesse processo.¹¹² Em relação ao crescimento, portanto, o futuro da cidade imaginado por Prado Jr. aproximava-se da perspectiva hegemônica. No entanto, os ideais capitalistas implícitos nessa perspe-

110 Duarte, *Memórias: Selva oscura*, 217-218.

111 Prado Jr., «O fator geográfico». O texto em questão, no qual Prado Jr. apresenta a sua visão de futuro de São Paulo, foi publicado originalmente em 1935, na revista *Geografia*. Com algumas modificações, foi republicado em 1953, no livro *Evolução política do Brasil e outros estudos*, volume que foi e continua a ser frequentemente reeditado desde então.

112 Para a perspectiva deste autor sobre a revolução, ver: Prado Jr., *A revolução brasileira* (São Paulo: Ed. Brasiliense, 1966). Sobre como Prado Jr. percebe o papel das elites dirigentes no processo de transformação histórica do Brasil, ver: Prado Jr., *Diretrizes para uma política econômica brasileira* (São Paulo: Ed. Brasiliense, 1954). Para o lugar do «proletariado rural» no processo revolucionário brasileiro, ver a compilação de textos do autor, publicados originalmente quase todos na *Revista Brasiliense*: Prado Jr., *A questão agrária no Brasil* (São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979). Para o lugar destas obras na trajetória do autor e as suas mudanças de perspectiva em relação ao protagonismo histórico e revolucionário, ver: Zorek, «Concepções de sujeito e objeto do conhecimento».

tiva representavam um dos principais aspetos combatidos pela sua militância comunista.

Aroldo de Azevedo era, particularmente, um entusiasta do crescimento e tinha uma visão bastante positiva do futuro de São Paulo – que às vezes, inclusive, chegava a um romantismo idealista e distante das experiências vividas pelos habitantes da cidade. Nesse pormenor, um exemplo é a sua descrição das relações entre os diversos grupos étnicos e/ou nacionais que compunham a população de São Paulo: «[...] todos eles convivendo, na mais completa harmonia, com os que se orgulham de descender de velhos troncos coloniais ou de proceder de outros rincões paulistas e outras regiões do país.»¹¹³ O seu papel mais importante, no entanto, não foi o de reforçar o ponto de vista dominante ou o de produzir uma imagem de São Paulo livre de conflitos sociais. Para os interesses deste livro, a sua relevância esteve na promoção – sem igual até então – de análises da cidade realizadas através do instrumental disciplinar da geografia, fundamentalmente materializadas na coleção *A cidade de São Paulo: Estudos de geografia urbana*.

* * *

Os dois editores nasceram na cidade de São Paulo, enquanto o geógrafo nasceu em Lorena-SP. O mais velho, Paulo Alfeu Junqueira de Monteiro Duarte, no dia 16 de novembro de 1899.¹¹⁴ Caio da

113 Azevedo, «Apresentação», 19. É preciso notar, por um lado, que esse romantismo idealista ecoava teorias bastante influentes e difundidas entre a intelectualidade brasileira, como a tese da «democracia racial», defendida por Gilberto Freyre, cujo cerne era a negação da existência do racismo no Brasil e a explicação dos problemas nacionais sobretudo em termos de desigualdades de classe. Por outro lado, os trabalhos de Florestan Fernandes e Roger Bastide, que desmontavam a tese da «democracia racial» com amplo material empírico, já eram significativamente conhecidas no momento em questão. Sobre o tema, ver: Ian Merkel, *Terms of Exchange: Brazilian Intellectuals and the French Social Sciences* (Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 2022), especialmente o capítulo 6: «Racial Democracy, *Métissage*, and Decolonization between Brazil and France».

114 Sobre Paulo Duarte, há informações desencontradas sobre o seu nascimento. Adotaram-se aqui os dados apresentados no verbete escrito por Marieta de Moraes Ferreira, «Paulo Duarte», in *CPDOC Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930*. No entanto, de acordo com a historiadora Isabela Backx, Paulo Duarte teria nascido a 17 de novembro de 1899, e não em São Paulo, mas em Franca. Isabela Backx, «Paul Rivet e Paulo Duarte:

Silva Prado Jr., por sua vez, no dia 11 de fevereiro de 1907. E Aroldo Edgard de Azevedo, em 3 de março de 1910. Os três cursaram Direito – os dois primeiros na Faculdade do largo de São Francisco e o último na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro –, mas as suas respectivas histórias familiares e trajetórias escolares têm diferenças importantes.

Ainda pequeno, Paulo Duarte foi morar em Franca, onde passou toda a sua infância. Os seus pais eram um ramo empobrecido de uma família de grandes cafeicultores. Enquanto primos pobres da elite, os Junqueira Duarte enfrentaram diversas dificuldades materiais ao longo da vida, mas procuraram manter uma certa distinção ao investir na educação dos filhos.¹¹⁵ A aposta na escola, no caso destas famílias em decadência, era uma tentativa de remediar a sua situação tentando preparar os filhos para disputarem posições com os seus primos mais afortunados. Durante a infância, Paulo Duarte estudou no Colégio dos Irmãos Maristas, em Franca. Mais tarde, quando a sua família se mudou para São Paulo, estudou em três instituições diferentes – no Instituto Champagnat, no Ginásio São Bento e no Externato Pereira Barreto. Terminada a escola, começou a cursar Medicina, mas acabou por abandoná-la. Em 1919, ingressou na Faculdade de Direito do largo de São Francisco, que, depois de algumas interrupções, concluiu em 1924.¹¹⁶

O casamento dos pais de Caio Prado Jr. uniu duas das famílias mais ricas e poderosas de São Paulo: os Penteado, berço da mãe; e os Silva Prado, origem do pai.¹¹⁷ A base da riqueza dessas famílias era o café, mas, no início do século XX, os seus investimentos já eram bastante diversificados e já não dependiam exclusivamente das

Discursos sobre humanismo e arqueologia no Brasil» (dissertação de mestrado em História, Universidade de Campinas, 2013), 16.

115 Sobre a infância de Paulo Duarte, ver: Duarte, *Memórias: Raízes profundas*. Sobre as estratégias típicas dos primos pobres da elite no momento em questão, ver: Miceli, «Poder, Sexo e Letras».

116 Erasmo Garcia Mendes, «Paulo Duarte [Perfis de mestres]», *Estudos Avançados* 8, n.º 22 (1994); Ferreira, «Paulo Duarte».

117 Para a trajetória de Caio Prado Jr., ver: Francisco Iglésias, «Um historiador revolucionário», in *Caio Prado Jr.: História*, org. Francisco Iglésias (São Paulo: Ática, 1982); Iumatti, *Caio Prado Jr.*; e o primeiro capítulo de minha dissertação de mestrado: Zorek, «Concepções de sujeito e objeto do conhecimento».

plantações. Além disso, ambas as famílias, mas especialmente os Silva Prado, tinham representantes seus a ocupar cargos políticos importantes – com destaque para o conselheiro Antônio da Silva Prado, que fora ministro do Império e que era prefeito de São Paulo aquando do nascimento de Caio Prado Jr., seu sobrinho-neto. O jovem Caio fez os primeiros estudos em casa, depois frequentou o Colégio São Luís, em São Paulo, tendo também passado um ano no Colégio Chelmsford Hall, em Eastbourn, na Inglaterra. Entre 1924 e 1928, bacharelou-se em Leis pela Faculdade de Direito do largo de São Francisco.

Os avós de Aroldo de Azevedo eram grandes latifundiários – conhecidos como os barões de Santa Eulália. O seu pai, Arnolfo Rodrigues de Azevedo, foi eleito deputado federal por São Paulo sucessivas vezes, ocupando o cargo ao longo de mais de 20 anos, de 1903 a 1926. Além disso, entre 1921 e 1926, o deputado exerceu a presidência da Câmara. Em seguida e até 1930, Arnolfo de Azevedo foi ainda senador da República.¹¹⁸ Tratava-se, portanto, de uma família também da elite, cujo chefe se dedicava integralmente à política profissional, participando das principais decisões que se tomavam no Brasil. Apesar de paulista, por conta das atividades políticas do pai, Aroldo de Azevedo foi educado no Rio de Janeiro. Estudou no Colégio D. Pedro II e, mais tarde, cursou a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, da qual saiu diplomado em 1931. Aroldo de Azevedo fez ainda mais um curso universitário: Geografia e História, na USP, terminado em 1939.¹¹⁹

Comparado com os outros dois coadjuvantes, Paulo Duarte viveu uma infância materialmente mais precária. Não obstante, teve uma trajetória escolar relativamente tranquila, pois nunca foi obrigado a parar de estudar – embora tenha precisado de trabalhar nos contraturnos durante alguns períodos da adolescência para ajudar em casa. De facto, segundo as suas memórias, os pais sempre o

118 Sobre a história familiar de Aroldo de Azevedo, a fonte mais importante é o livro que o geógrafo escreveu sobre o seu pai: *Arnolfo de Azevedo: Parlamentar da Primeira República*.

119 Algumas informações sobre a trajetória de Aroldo de Azevedo podem ser encontradas em: Lencioni, «Aroldo de Azevedo»; e em: Gomes, «A geografia ensinada».

estimularam a terminar os estudos e a fazer uma faculdade.¹²⁰ Como antes se chamou a atenção, os Junqueira Duarte eram primos pobres de grandes cafeicultores. A decadência material que enfrentaram forçava à adoção de novas estratégias para tentarem remediar a condição da família. No caso, a opção mais óbvia disponível era investir na educação dos filhos, na esperança de converterem o que restava do capital familiar em capital cultural – que, por sua vez, poderia ser reinvestido e reconvertido no futuro. Caso conseguissem que os filhos tivessem um curso superior, havia maiores possibilidades de lhes garantir posições confortáveis, fosse no Estado, fosse como profissionais liberais, fosse entre as novas opções de carreira que timidamente começavam a surgir em empresas capitalistas diversificadas.¹²¹ Com Paulo Duarte, o primogénito da sua família, foi justamente isso que aconteceu: apesar das dificuldades, conseguiu terminar o curso de Direito e, em seguida, passou a ocupar posições tanto no Estado quanto em jornais de iniciativa privada, além de atuar de vez em quando como advogado. Por outras palavras, a estratégia de conversão do capital familiar foi bem-sucedida e permitiu que Paulo Duarte se tornasse um membro atuante da elite cultural paulista nas décadas seguintes.

Caio Prado Jr. é, de longe, o mais «bem-nascido» de todos os personagens selecionados. Comparativamente, a sua família era a mais rica e com mais acesso às instâncias de poder. Além disso, os seus primeiros estudos foram-lhe favoráveis em dois aspetos extra: primeiro, antes de frequentar qualquer escola, Caio Prado Jr. e os seus irmãos tiveram professores particulares em casa; segundo, ainda em idade escolar, durante um ano, estudou na Inglaterra. Esses dois elementos fortaleciam as já evidentes vantagens que Caio Prado Jr. possuía por conta das condições privilegiadas da sua família: tanto por disciplinar, desde cedo, a criança às rotinas de estudo quanto por favorecer o domínio efetivo de uma língua estrangeira. Coincidindo com os seus trunfos sociais, a trajetória escolar de Caio Prado

120 Duarte, *Memórias: Raízes profundas*.

121 Miceli, «Poder, Sexo e Letras».

Jr. foi brilhante.¹²² O bacharelado em Leis que se seguiu apenas confirmava a expectativa geral de que Caio Prado Jr. se preparava para seguir os passos dos familiares ilustres e possivelmente se tornaria – como observou Florestan Fernandes numa homenagem – um dos «grandes da República».¹²³

Em termos de capital político, a família de Aroldo de Azevedo talvez não fosse tão bem aquinhoadada quanto a de Caio Prado Jr., mas ainda assim era consideravelmente influente. Contudo, no caso dos Azevedo, esse capital estava investido prioritariamente no Rio de Janeiro, enquanto os Silva Prado preferiam São Paulo. Além disso, as ações políticas dos Azevedo dependiam fundamentalmente de um único homem, Arnolfo de Azevedo, pai de Aroldo; ao passo que os Silva Prado tinham o seu capital distribuído em diversos nomes. A trajetória escolar de Aroldo de Azevedo é equivalente à dos protagonistas engenheiros-arquitetos: tranquila e sem acidentes. A diferença é que, em vez das engenharias, o filho do senador, assim como Paulo Duarte e Caio Prado Jr., preferiu estudar Direito, a carreira mais diretamente vinculada aos universos político e cultural.

* * *

Paulo Duarte começou a trabalhar já na adolescência, antes mesmo de entrar na faculdade. Durante alguns anos, os seus pais moraram em e foram administradores de hotéis e pensões em São Paulo. O jovem Paulo Duarte ajudava ao fazer serviços importantes para o quotidiano das hospedarias, como os de empregado de mesa ou de estafeta.¹²⁴ O seu primeiro emprego formal foi numa empresa de publicidade, na qual ficou por volta de um ano. Em seguida, trabalhou como suplente de revisor no *Jornal do Comércio*. Em 1919, quando completou 20 anos de idade, ingressou tanto na faculdade

122 Iumatti, *Caio Prado Jr.*

123 Fernandes, «A visão do amigo», in *História e ideal: Ensaios sobre Caio Prado Júnior*, org. Maria Angela D’Incao (São Paulo: Ed. da Unesp, Ed. Brasiliense e Secretaria Estadual de Cultura-SP, 1989).

124 Duarte, *Memórias: Raízes profundas*.

de Direito quanto no jornal *O Estado de S. Paulo*, assumindo o cargo de revisor. Também nesse ano, participou ativamente na campanha de Rui Barbosa à presidência.¹²⁵

O curso de Direito e os seus primeiros anos no *Estadão* foram um importante período de formação intelectual e ideológica para Paulo Duarte. Nas suas memórias, escritas na década de 1970, Duarte procurava frisar a sua independência política e a sua autonomia intelectual, as quais vinculava a posicionamentos de uma esquerda socialista e democrática.¹²⁶ Entretanto, os sociólogos Mônica Pereira e Afrânio Catani chamam a atenção para as alianças políticas e para os compromissos ideológicos que Paulo Duarte assumiu junto da família Mesquita e do seu jornal, *O Estado de S. Paulo*, de clara inclinação conservadora (do ponto de vista dos costumes) e liberal (economicamente), além de uma postura elitista e, conforme o contexto, antidemocrática, como demonstra o cientista político Armando Boito Jr.¹²⁷

Depois de formado, Paulo Duarte passou a dedicar o seu tempo a duas atividades principais: o jornalismo, sempre no *Estadão*, onde já era repórter, e a política. Em 1924, envolveu-se na campanha

125 Ferreira, «Paulo Duarte». Também: Duarte, *Memórias: Raízes profundas*.

126 Por exemplo, Duarte afirmava: «[...] o verdadeiro socialista é antagônico ao totalitarismo. Sendo [o socialismo] a doutrina política mais humana que existe, não pode, evidentemente, principiar negando a dignidade humana, incompatível com qualquer ditadura.» Ver Duarte, *Memórias: Raízes profundas*, 37. Sergio Miceli destaca uma série de aspetos importantes da tradição memorialística na qual Paulo Duarte se arriscava: «O grupo dos memorialistas abrange, numa primeira leva, alguns autores bissextos, não profissionais, cuja aura de escritores “malditos” ou “difíceis” lhes garante uma reputação inatacável, de liquidez restrita ao próprio ambiente intelectual e que se nutre dos juízos proferidos por seus pares, e mais uns poucos polígrafos e políticos profissionais para os quais a elaboração de memórias constitui o empreendimento máximo em termos de carreira intelectual. Essas categorias de escritores dividiram suas memórias em inúmeros volumes, que exigem dos leitores uma disposição semelhante àquela que preside ao consumo dos romances em folhetim. Em geral, esses escritores se aproveitaram do gênero para escrever sua obra-prima, que pudesse firmar uma posição de prestígio que não estavam seguros de haver logrado com sua produção anterior. Correram esse risco, entre outros, Gilberto Amado, Afonso Arinos de Melo Franco, Pedro Nava, Paulo Duarte, etc., todos eles empenhados em conferir às suas memórias o valor de documento histórico e testemunho de uma época.» Ver Miceli, «Intelectuais e classe dirigente», 84.

127 Catani, *A revista de cultura Anhembi*; Pereira, *Anhembi: Criação e perfil*; Armando Boito Jr., «O populismo em crise (1953-1955)» (dissertação de mestrado em Ciência Política, Universidade de Campinas, 1976).

tenentista de Isidoro Dias Lopes. Em 1926, participou da fundação do Partido Democrático que – conforme comentado brevemente acima – era formado sobretudo por membros da elite paulista relativamente alijados do poder e insatisfeitos com os rumos da política em São Paulo e no Brasil.¹²⁸ Em suma, Paulo Duarte começou a sua carreira profissional como protegido e assecla dos Mesquita, família que ocupava um lugar de destaque no cenário cultural da cidade – especialmente por conta do seu jornal, o mais importante na altura – e realizou incursões no campo político.

Enquanto Caio Prado Jr. estava na faculdade, o seu tio-avô, o conselheiro Antônio da Silva Prado, articulou parte da elite paulista em torno de um novo projeto político: a criação de um partido de oposição. O partido em questão era o Partido Democrático – o mesmo cuja fundação contou com a participação de Paulo Duarte e que tinha Anhaia Mello entre os seus quadros. Muitos dos Silva Prado juntaram-se ao projeto – e não foi diferente com Caio Prado Jr., apesar de um pequeno atraso na sua filiação. Prado Jr. só se inscreveu no partido dos seus parentes depois de terminar o curso de Direito, em 1928, quando a agremiação já completara dois anos de existência.¹²⁹

A primeira experiência política mais significativa de Prado Jr. foi a sua participação na campanha presidencial de Getúlio Vargas, em 1930, na qual todo o Partido Democrático se empenhou.¹³⁰ O adversário de Vargas nas eleições era Júlio Prestes, candidato cancelado pelo então presidente da República, Washington Luís. Presidente e candidato eram ambos do Partido Republicano Paulista, contra o qual o PD tinha sido montado. Como já foi mencionado, as urnas deram a vitória a Júlio Prestes, mas este não assumiu o cargo por causa do golpe de estado promovido por Getúlio Vargas.¹³¹

O Partido Democrático adotou uma postura ambígua em rela-

128 Limongi, «Mentores e clientelas»; Saes, «Classe média e política».

129 Iglésias, «Um historiador revolucionário».

130 Iglésias, «Um historiador revolucionário»; também: Zorek, «Concepções de sujeito e objeto do conhecimento».

131 Fausto, *A revolução de 1930*.

ção ao golpe, pois, embora tenha apoiado Vargas na campanha, não mostrou o mesmo entusiasmo nos acontecimentos que se seguiram.¹³² Apesar disso, vários de seus correligionários – entre eles Paulo Duarte e Caio Prado Jr. – entraram de cabeça no movimento de 1930.¹³³ Prado Jr. mergulhou no processo revolucionário, viajando pelo interior de São Paulo e realizando diversas atividades que visavam ajudar na consolidação do novo regime. Portanto, o jovem revolucionário iniciou a sua vida adulta próximo das altas rodas decisórias do país e podendo dar-se ao luxo de se dedicar integralmente a esse mundo, pois a fortuna da sua família garantia-lhe uma vida sem preocupações de ordem material.¹³⁴

Entre os personagens investigados, Aroldo de Azevedo é o que deixou menos vestígios sobre a sua vida – sobretudo para os anos anteriores ao seu ingresso como professor da USP. De qualquer forma, há o suficiente para traçar as linhas fundamentais da sua trajetória. Aroldo de Azevedo terminou a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1931, um ano depois, portanto, da Revolução de 1930. O seu pai fora senador da República até ao momento do golpe. Com a ascensão de Vargas, Arnolfo de Azevedo foi afastado do seu cargo e resolveu regressar a Lorena, em São Paulo, sua cidade natal. A partir de então, o ex-senador não encontrou mais espaço na política profissional e, portanto, acabou aposentado pelas circunstâncias – situação que se manteve inalterada até à sua morte, em 1942.¹³⁵ Arnolfo de Azevedo pertencia ao Partido Republicano Paulista que, como já se chamou a atenção, foi completamente desarticulado por Vargas, deixando a liderança política de São Paulo nas mãos do Partido Democrático.¹³⁶

O relato que Aroldo de Azevedo escreveu sobre o pai sugere que as suas redes políticas e familiares, no Rio de Janeiro, acompa-

132 Limongi, «Mentores e clientelas», 180.

133 Duarte, *Memórias: Raízes profundas*; Iglésias, «Um historiador revolucionário».

134 Zorek, «Concepções de sujeito e objeto do conhecimento».

135 Azevedo, *Arnolfo de Azevedo*.

136 Fausto, *A revolução de 1930*.

nharam o destino do PRP, desmanchando-se temporariamente.¹³⁷ Isso ajuda a explicar por que razão, ainda na primeira metade da década de 1930, Azevedo se mudou para São Paulo. Nessa nova cidade, Aroldo de Azevedo começou a firmar-se como um estudioso da geografia, participando ativamente da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Embora não estivesse entre os fundadores da associação, criada em 1934, já no ano seguinte estava entre os seus membros e integrava uma comissão responsável por propor um programa de Geografia para o ensino secundário. Em seguida, inscreveu-se no curso de Geografia e História da recém-fundada Universidade de São Paulo, formando-se em 1939. No ano seguinte, foi convidado a tornar-se professor no Departamento de Geografia dessa mesma universidade.¹³⁸ Embora recém-formado, como nota Fernando Limongi: «Azevedo, ao ingressar na FFCL na seção de geografia e história, já havia publicado, pela Cia. Editora Nacional, nada menos que seis diferentes livros didáticos de geografia».¹³⁹

Resumidamente, Aroldo de Azevedo iniciou a sua carreira profissional afastando-se da sua formação primeira, o Direito, e dedicando-se a um campo de pouca tradição no Brasil, a Geografia. Ao mesmo tempo, distanciou-se do mundo da política, ao qual se poderia ter juntado em função do capital paterno, e filiou-se no mundo académico, que dava os seus primeiros passos em São Paulo. Azevedo, portanto, também ocupou uma posição nova – em alguma medida aproximável à de Prestes Maia –, que nascia da modernização e diversificação do Estado: era um jovem professor universitário, dedicado à vida académica e estudioso de uma área que apenas se começava a desenvolver no país.

* * *

Logo após a Revolução de 1930, Paulo Duarte viveu anos intensos. Primeiro, empenhou-se por um breve período na consolidação do

137 Azevedo, *Arnolfo de Azevedo*.

138 Gomes, «A geografia ensinada»; Lencioni, «Aroldo de Azevedo».

139 Limongi, «Mentores e clientelas», 216.

novo regime. Contudo, como vários paulistas – fossem republicanos ou democratas –, acabou por se decepcionar com os rumos dados por Vargas ao seu governo e migrou para a oposição.¹⁴⁰ Os ânimos radicalizaram-se e, em 1932, São Paulo protagonizou uma tentativa de derrube da presidência: a Revolução Constitucionalista. Na ocasião, Paulo Duarte pegou em armas e esteve nas frentes de batalha. Nessa guerra civil, comandou um comboio blindado no vale do Paraíba, combatendo as tropas federais.¹⁴¹

Os paulistas foram derrotados e Paulo Duarte foi preso e exilado. Ficou quase um ano em França – onde entrou em contacto com o antropólogo Paul Rivet, que seria um personagem importante para as suas escolhas na década de 1950.¹⁴² Voltou ao Brasil em meados de 1933, graças às articulações do interventor de São Paulo, Armando de Sales Oliveira, que lhe garantiram o perdão de Vargas. Retomou o seu trabalho no jornal *O Estado de S. Paulo* e participou da criação da USP. No ano seguinte, foi eleito deputado da Assembleia Constituinte Estadual de São Paulo, pelo Partido Constitucionalista. Ainda em 1934, foi convidado por Fábio Prado para chefiar o seu gabinete na prefeitura.¹⁴³

Ou seja: Paulo Duarte começou a década como jornalista empenhado numa campanha política; em seguida viu-se envolvido em tramas revolucionárias; rompeu com Vargas, tornou-se um articulador da oposição e, logo depois, um comandante militar numa guerra civil; derrotado, foi-lhe imposta a condição de exilado político; finalmente, perdoado, retornou ao Brasil e, além de participar da fundação da USP, assumiu postos políticos no poder executivo e no legislativo. Isso tudo somente na primeira metade da década.

Durante a administração de Fábio Prado (1934-38), Paulo Duarte trabalhou com afinco para a criação do Departamento de Cultura do município, cuja chefia ficou a cargo de Mário de Andrade e foi uma das primeiras iniciativas oficiais de promoção de políticas

140 Miceli, «Intelectuais e classe dirigente», 95.

141 Duarte, *Palmares pelo avesso* (São Paulo: Ipê, 1947).

142 Sobre as relações de Duarte e Rivet, ver: Backx, «Paul Rivet e Paulo Duarte».

143 Duarte, *Memórias: Selva oscura*.

para a área cultural no Brasil.¹⁴⁴ Na sua atuação na Assembleia, Duarte também mostrou interesse em projetos de caráter cultural, como o incentivo legislativo à publicação de documentos históricos. No entanto, os resultados mais importantes para o futuro da cidade, de acordo com o próprio Duarte, foram: «A fundação da Universidade e do Departamento de Cultura. Ambos nos fazem acreditar que se delineia um esplêndido renascimento. Ambos já são uma realidade! Oxalá o novo movimento vá até o fim!...»¹⁴⁵ Mais tarde, na década de 1950, a sua militância na área da cultura seria novamente recuperada, sobretudo através da *Revista Anhembi*. Antes disso, contudo, em 1937, as novas reviravoltas políticas tiveram impacto direto na vida de Paulo Duarte.

O Estado Novo fechou todas as casas legislativas do país; sendo assim, Paulo Duarte teve o seu mandato como deputado interrompido abruptamente. Em seguida, Fábio Prado encerrou a sua administração, de maneira que Duarte também deixou o seu cargo de chefe de gabinete da prefeitura. Voltou, portanto, ao *Estadão*, onde se empenhou numa feroz campanha contra a ditadura recém-instalada. Em função disso, acabou por ser preso várias vezes e – depois de enviar uma carta ao ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, na qual denunciava a infiltração nazi no Brasil – foi intimado pelo Ministério da Justiça a deixar o país. Consequentemente, em 1938, Paulo Duarte partiu para o seu segundo exílio, instalando-se

144 Como destaca Silvana Rubino: «No caso da política cultural paulista que emerge, há indícios de que os planos eram de fato ambiciosos. Paulo Duarte – um informante-participante que posteriormente tomou para si, através de suas memórias, o confuso papel de contador do mito de fundação – sugere que havia outros projetos que seriam iniciados após a consolidação do Departamento de Cultura: um Instituto Paulista de Cultura, que absorveria o departamento municipal e seria o embrião de um Instituto Brasileiro de Cultura. As memórias de Paulo Duarte sugerem uma relação ambígua das políticas culturais estadual e federal, que paira entre a competição e a complementaridade. Se Gustavo Capanema, na capital do país, incorporou algumas das idéias locais a nível federal e buscou freqüentemente a colaboração de Mário de Andrade, de outro lado podemos ver que havia, por parte dos paulistas, uma disputa por qual estado daria o tom da política para o país.» Silvana Rubino, «Clube de pesquisadores: A Sociedade de Etnografia e Folclore e a Sociedade de Sociologia», in *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 2, 485-486. Para um histórico compreensivo das políticas culturais no Brasil, ver: Lorena Avellar de Muniagurria, *Políticas da cultura: Trânsitos, encontros e militância na construção de uma política nacional* (São Paulo: Humanitas, 2018).

145 Duarte, *Memórias: Selva oscura*, 282.

novamente em Paris. Graças aos seus contactos do primeiro exílio, conseguiu uma posição no *Musée de l'Homme*, intermediada pelo antropólogo Paul Rivet.¹⁴⁶

Em França, Duarte manteve-se em campanha contra Vargas e acabou por encontrar um conjunto de documentos que mostravam os planos de Hitler para a América Latina. Nesses planos, a Amazônia brasileira seria ocupada pelos alemães. Do seu ponto de vista, isso seria o suficiente para abalar o governo brasileiro, que naquela altura se mostrava simpático para os nazis. Por conta disso, em 1939, embarcou numa arriscada aventura: foi clandestinamente ao Brasil com o propósito de entregar aqueles documentos ao ministro Eurico Dutra e tentar convencê-lo a promover um golpe para derubar Vargas.¹⁴⁷ Entretanto, os seus intentos foram frustrados e quase lhe custaram uma nova prisão. No final de contas, retornou a Paris, mas ficou pouco tempo na cidade por causa da invasão alemã. De França foi para os Estados Unidos, fixando-se em Nova Iorque.¹⁴⁸

Na metrópole estado-unidense teve diversos problemas para conseguir sobreviver – sobretudo por causa de pressões do governo brasileiro. Como o Brasil declarara guerra ao Eixo e, portanto, era aliado dos Estados Unidos, Paulo Duarte – sendo *persona non grata* no seu país natal – tornara-se, por tabela, inimigo dos Aliados. Ou, ao menos, esse tipo de raciocínio era mobilizado pelas autoridades brasileiras para dificultar a vida do jornalista. Mesmo assim, depois de algum sofrimento, acabou por conseguir uma posição no *Museum of Modern Art (MoMa)*, na qual se manteve até ao final da guerra.¹⁴⁹

Com a deposição de Vargas, em 1945, Paulo Duarte pôde voltar ao Brasil. Ao regressar, reassumiu o posto de redator-chefe do *Estadão* e começou a dar aulas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Entre 1945 e 1950, viajou muitas vezes para França,

146 Backx, «Paul Rivet e Paulo Duarte». Ver também: Érico Veríssimo, «Apresentação», in Duarte, *Memórias: Raízes profundas*, vii.

147 Ferreira, «Paulo Duarte».

148 Mendes, «Paulo Duarte [Perfis de mestres]».

149 Veríssimo, «Apresentação»; Ferreira, «Paulo Duarte».

articulando com Paul Rivet alguns projetos importantes, entre os quais se destacava a organização do *Institut Français des Hautes Etudes Brésiliennes*, em Paris. Efetivamente instalado no Brasil no início dos anos 1950, deixou o seu cargo no jornal da família Mesquita e passou a dedicar-se em primeiro lugar à sua recém-fundada *Revista Anhembi*. Continuou a colaborar pontualmente com o *Estado*, além de trabalhar numa série de projetos culturais como a tentativa de criar uma versão brasileira do Museu do Homem, que deveria ficar ligado à USP, e a consolidação do Instituto Paulista de Pré-História, que Duarte ajudou a fundar e estava vinculado à Casa Civil do governo do estado de São Paulo.¹⁵⁰

Já foi comentado que Caio Prado Jr. iniciou a década de 1930 cercando fileiras com Paulo Duarte. Assim como o seu colega jornalista, Prado Jr., em primeiro lugar, envolveu-se na campanha de Getúlio Vargas à presidência. Depois do golpe, participou ativamente do processo revolucionário, trabalhando para a consolidação do novo regime. E, finalmente, decepcionou-se com os rumos do governo, abandonando a causa vitoriosa. Nesse ponto, os caminhos de Duarte e Prado Jr. separaram-se. O primeiro, como já foi dito, passou à articulação da oposição que, pouco mais tarde, resultou na Revolução Constitucionalista. Enquanto isso, Caio Prado Jr. rompeu radicalmente com a sua classe de origem – a elite dirigente tradicional de São Paulo – convertendo-se ao comunismo. Prado Jr. filiou-se no Partido Comunista Brasileiro e assistiu de longe ao desenrolar das lutas de 1932.¹⁵¹

Em 1933, publicou o seu primeiro livro de história: *Evolução Política do Brasil*, onde ensaiava uma interpretação materialista das diversas revoluções que o país assistira durante o século XIX, sobretudo no período regencial. Anos depois, esse livro seria lembrado pela crítica como um dos primeiros usos competentes do marxismo no Brasil e, portanto, como uma referência importante da historio-

150 Backx, «Paul Rivet e Paulo Duarte».

151 Sobre o significado desse rompimento de classe, ver: Fernandes, «A visão do amigo». Para os detalhes da conversão ao comunismo e do distanciamento em relação à Revolução Constitucionalista, ver: Iglésias, «Um historiador revolucionário»; e Iumatti, *Caio Prado Jr.*

grafia nacional.¹⁵² Contudo, na altura em que foi lançado, passou praticamente despercebido. Foi só depois de 1942, quando Caio Prado Jr., de certa forma, se «reestreeou» no mundo intelectual com *Formação do Brasil contemporâneo* – livro que lhe garantiu a consagração intelectual imediata –, que a sua primeira obra passou a receber alguma atenção.¹⁵³

Entre as duas publicações, Prado Jr. viveu um período movimentado. Visitou a jovem União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e escreveu um relato da sua viagem, impresso em 1934 – provavelmente o seu livro menos lido. Enquanto o seu tio, Fábio Prado, administrava São Paulo (1934-1938), Caio Prado Jr., em 1935, assumiu a vice-presidência regional da Aliança Nacional Libertadora em São Paulo, ao lado de Miguel Costa – antigo comandante da Coluna Prestes.¹⁵⁴ A ANL era uma frente política ampla que reunia diversos setores da esquerda, embora a presença comunista fosse dominante. As principais bandeiras do movimento eram: a implantação de um governo popular, a reforma agrária, o cancelamento da dívida externa, a nacionalização de empresas estrangeiras e a defesa das liberdades públicas. Depois de um manifesto inflamado que declarava guerra ao governo Vargas, escrito por Luís Carlos Prestes (o presidente nacional da ANL), o movimento foi posto na ilegalidade. Em resposta, a ANL iniciou uma luta armada, que acabou frustrada pelas tropas federais.¹⁵⁵

Com a derrota do movimento, Caio Prado Jr. foi preso e ficou encarcerado durante dois anos. Libertado em 1937, autoexilou-se em França. Enquanto esteve na Europa, empenhou-se nas atividades do Partido Comunista Francês, trabalhando na fronteira entre

152 Iglésias, «Um historiador revolucionário»; Iumatti, *Caio Prado Jr.*

153 Sobre o impacto imediato de *Formação do Brasil contemporâneo*, ver a famosa apresentação de Antonio Candido ao livro *Raízes do Brasil*, publicado originalmente em 1967. Antonio Candido, «O significado de *Raízes do Brasil*», in *Raízes do Brasil*, Sergio Buarque de Holanda (São Paulo: Companhia das Letras, 2013). Ver também: Maria Odila da Silva Dias, «Prefácio», in *Diários políticos de Caio Prado Jr., 1945*, Paulo Iumatti (São Paulo: Brasiliense, 1998). Para o significado dessa reestreeia intelectual, ver: Zorek, «Concepções de sujeito e objeto do conhecimento».

154 Iglésias, «Um historiador revolucionário»; Iumatti, *Caio Prado Jr.*

155 Alzira Alves de Abreu, «Aliança Nacional Libertadora», in *CPDOC Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930*.

França e Espanha, na ajuda a refugiados da guerra civil espanhola. Voltou ao Brasil pouco antes do início da II Guerra Mundial.¹⁵⁶ Nesse regresso, a sua militância política ficou em segundo plano e só voltou a ser uma atividade importante depois de 1943, quando os comunistas brasileiros começaram a reorganizar-se, recuperando do desmantelamento que o Estado Novo lhes tinha imposto. Contudo, entre os seus companheiros do PCB, Prado Jr. era visto com desconfiança tanto por causa da sua origem social quanto pela sua independência intelectual frente às diretrizes partidárias – o que o deixava relativamente à margem das decisões da direção do partido e causava tensões quando havia debates públicos entre as suas interpretações da realidade e as teses defendidas pelo partido.¹⁵⁷

De qualquer forma, antes de voltar à carga no campo político, Prado Jr. empenhou-se em atividades intelectuais que resultaram no livro *Formação do Brasil contemporâneo*, de 1942. Nesse trabalho, Prado Jr. propôs a tese de que o Brasil, desde a chegada dos portugueses, estava ligado à economia mundial na condição quase exclusiva de fornecedor de matérias-primas para os países capitalistas avançados (primeiro, os países em que o capitalismo mercantil foi criado e, depois, os países industrializados). Essa condição, válida inclusive para o momento em que ele escrevia, seria o principal obstáculo ao desenvolvimento do país. Para o Brasil se tornar uma nação verdadeiramente independente, seria preciso romper de alguma forma com a dominação económica estrangeira.¹⁵⁸ Com o livro *Formação do Brasil contemporâneo*, como foi mencionado antes, Prado Jr. passou a ser visto como um intelectual de relevo e assumiu uma posição decisiva entre os «intérpretes do Brasil».¹⁵⁹

156 Iglésias, «Um historiador revolucionário»; Iumatti, *Caio Prado Jr.*

157 Limongi, «Marxismo, nacionalismo e cultura».

158 A necessidade de rompimento com a dependência económica externa é explicitamente elaborada numa obra publicada pela primeira vez poucos anos depois e que retoma boa parte do argumento de *Formação do Brasil contemporâneo*: Prado Jr., *História económica do Brasil* (São Paulo: Ed. Brasiliense, 1945).

159 A consagração de Caio Prado Jr. como um dos grandes historiadores brasileiros foi um processo longo. Alguns momentos de destaque podem ser a já mencionada apresentação de Antonio Candido ao livro de estreia de Sérgio Buarque de Holanda: Candido, «O significado de *Raízes do Brasil*»; a recuperação das interpretações económicas de Prado Jr. por Fernando Novais, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial, 1777-1808* (São

Em 1945, Caio Prado Jr. publicou *História econômica do Brasil*, em parte uma continuação do seu livro anterior, *Formação do Brasil contemporâneo*. Nessa obra, Prado Jr. recuperava a sua tese de 1942 e desdobrava-a, apresentando quais seriam as principais soluções para tirar o Brasil da condição de dependência em que ainda se encontrava. Do seu ponto de vista, seria através da criação de um mercado interno, com grande capacidade de consumo, que o Brasil conseguiria equiparar-se às grandes economias mundiais do momento. Se a população nacional tivesse condições de consumir como as populações dos países europeus industrializados ou como a dos Estados Unidos, a burguesia brasileira ver-se-ia estimulada a diversificar a sua produção para atender às novas demandas internas. Consequentemente, o país tanto abandonaria a sua vocação monocultora quanto teria estímulos para se industrializar, além de romper com a sua dependência em relação ao mercado externo. Embora tenha sofrido críticas por ignorar a já relativamente bem encaminhada industrialização paulista, o seu livro foi bem recebido, sobretudo porque tomava a classe política como agente de transformação privilegiado e por adotar um marxismo heterodoxo, no qual a circulação de mercadorias era analisada como mais importante do que o seu modo de produção.¹⁶⁰

Ainda em 1945, Prado Jr. candidatou-se a deputado federal pelo Partido Comunista, mas não foi eleito. Dois anos depois, em 1947, disputou mais uma eleição, dessa vez para deputado estadual, em São Paulo. Entre os eleitos do seu partido, foi o que recebeu menos votos – mesmo assim, tornou-se líder da bancada comunista da Assembleia Legislativa. A sua atuação como legislador foi intensa e polêmica, porém curta. Devido à declaração de ilegalidade do Partido Comunista, assim como todos os demais políticos eleitos pelo PCB, teve o seu mandato anulado. Ficou preso durante três meses em 1948. Depois de solto, decidiu viajar. Primeiro, percorreu o interior do Brasil e, em seguida, visitou o Leste Europeu e a

Paulo: Hucitec, 1983); ou o livro de Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974* (São Paulo: Ática, 1977), no qual Prado Jr. é descrito como «possivelmente o historiador mais significativo do Brasil», 23.

160 Prado Jr., *História econômica do Brasil*.

França – renovando os seus laços tanto com a militância comunista internacional quanto com a intelectualidade francesa.¹⁶¹

No início da década de 1940, Aroldo de Azevedo já tinha angariado algum renome entre os geógrafos paulistas. Desde 1935, era membro da Associação dos Geógrafos Brasileiros (secção de São Paulo). Em 1939, tornou-se secretário da associação e, no ano seguinte, presidente (novamente, da secção de São Paulo). Em 1936, publicou o seu primeiro livro didático de geografia, inaugurando uma produção que o transformaria no maior autor brasileiro desse tipo de literatura nas quatro décadas seguintes.¹⁶² Logo após se formar na USP, assumiu a posição de professor no Departamento de Geografia e, em 1945, foi eleito para a cátedra de Geografia do Brasil. Esse triunfo, embora não tivesse qualquer impacto nos grandes processos políticos enfrentados pelo país, representava uma pequena vitória da família Azevedo frente à ditadura recém-derrubada. A consagração intelectual do filho de um dos senadores derrotados em 1930 coincidindo com a queda de Vargas somava, portanto, uma camada extra de significados à obtenção da cátedra.

A sua tese para o concurso, *Subúrbios orientais de São Paulo*, foi a primeira contribuição de Azevedo para a área da geografia urbana. Nesse livro, Azevedo analisou uma série de aspetos geográficos da região leste da capital paulista, discutindo desde características físicas – como relevo, hidrografia, clima e qualidade do solo –, passando pelo histórico da ocupação humana do território e chegando ao desenvolvimento das funções urbanas e suburbanas que se consolidaram naquela área – por exemplo, as funções: industrial, comercial, residencial e agrícola. Conforme depoimento do próprio Azevedo, a sua intenção era, no futuro, continuar a pesquisa, aplicando os procedimentos elaborados na tese a toda a metrópole.¹⁶³ Em sintonia com esse desejo, o jornal *A Folha da Noite* comentava numa edição ainda de 1945:

161 Iglésias, «Um historiador revolucionário»; Iumatti, *Caio Prado Jr.*

162 Gomes, «A geografia ensinada»; Lencioni, «Aroldo de Azevedo».

163 Azevedo, «Apresentação», xiii.

As condições em que se deu o desenvolvimento de São Paulo prestam-se, com efeito, para um interessantíssimo estudo de geografia humana e de sociologia, como o demonstra o trabalho do Sr. Aroldo de Azevedo [...]. Esse estudo amplo e orientado por um critério científico seguro precisa ser feito para quando se comemorar o quarto centenário da fundação de Piratininga [...]. Seria, portanto, da maior oportunidade que as autoridades paulistas – e, em particular, a Prefeitura – promovessem um estudo completo e detalhado do desenvolvimento da cidade, à semelhança de que acaba de ser feito pelo Sr. Aroldo de Azevedo no trabalho a que já aqui nos referimos, relativamente aos subúrbios orientais de São Paulo [...].¹⁶⁴

A ideia de realizar tal estudo maturou ao longo de três anos, até que Azevedo conseguiu articular um projeto coletivo com a maioria dos professores do Departamento de Geografia da USP e seus respectivos assistentes e orientandos. A proposta era produzir trinta monografias sobre diferentes aspectos da metrópole, que seriam distribuídas em sete alentados volumes a serem publicados em 1954, como parte das comemorações do quarto centenário de São Paulo. Passaram outros três anos e, em 1951, a secção paulista da Associação dos Geógrafos Brasileiros juntou-se à empreitada. A responsabilidade pela organização de cada um dos volumes foi delegada em membros da Associação, enquanto a direção geral coube a Aroldo de Azevedo. Também a Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo se somou aos esforços dos geógrafos, financiando um demandado levantamento aero-fotográfico da região da metrópole e comprometendo-se a patrocinar a publicação dos livros.¹⁶⁵

164 «O estudo geográfico de São Paulo», *Folha da Noite* (11/12/1945), 2. Embora o artigo não seja assinado no jornal, Azevedo afirma que o seu autor foi Ruy Bloem. Azevedo, «Apresentação», xiii.

165 Para a história da produção da coleção, ver: Azevedo, «Apresentação». Além disso, é interessante notar que havia outras figuras de destaque que também pediam a produção de fotos aéreas da área urbana de São Paulo, entre estas, por exemplo, estava Robert Moses. No seu *Programa de melhoramentos públicos para a cidade de São Paulo*, apresentado à prefeitura da metrópole em 1950, a inexistência de um mapa oficial e atualizado da cidade era apontada como um dos principais problemas a ser urgentemente resolvido pelo poder público: «As negligências básicas e mais evidentes em São Paulo são [...] a falta de uma

* * *

Em dezembro de 1950, Paulo Duarte publicou o primeiro volume de *Anhembí* – revista cultural que circulou mensalmente e sem interrupções até novembro de 1962. As suas atividades à frente do periódico corresponderam ao auge da sua carreira intelectual – marcada mais pela sua atuação como agitador e mediador cultural do que pela sua produção escrita. Comparado a Caio Prado Jr. ou a Florestan Fernandes – que, embora tenham sido também articuladores da intelectualidade paulistana, são fundamentalmente lembrados pelos seus trabalhos de reflexão sobre a sociedade brasileira –, Paulo Duarte produziu uma obra de menor envergadura e contribuiu para a história do campo intelectual principalmente através da promoção e do estímulo à produção de outros intelectuais, sobretudo ao longo dos anos em que a sua revista esteve em atividade. Noutros termos, a atuação de Duarte nos anos 1950 foi fundamental para a movimentação quotidiana do cenário cultural e intelectual da metrópole e colaborou no reforço da condição de São Paulo como uma *arena cultural*.¹⁶⁶

O editorial do número de lançamento da *Anhembí* apresentava as suas pretensões através da recorrente metáfora do bandeirantismo,¹⁶⁷ sem contar a conotação sexual. Se os paulistas do passado foram responsáveis pela «penetração geográfica» – que garantiu, em alguma medida, a constituição de uma unidade territorial para o Brasil –, cabia aos bandeirantes modernos, com a ajuda da revista, atualizar essa missão em moldes culturais:

planta oficial da cidade onde todas as ruas e outros melhoramentos públicos, presente e futuros, fossem assinalados formalmente pelas autoridades [...]. Com efeito, não existe uma planta oficial da cidade, baseada em levantamentos aéreos e terrestres recentes; cumpre prepará-la imediatamente.» Ver Robert Moses, *Programa de melhoramentos públicos para a cidade de São Paulo* (Nova Iorque: International Basic Economic Corporation; IBEC Technical Services Corporation, 1950), 11.

166 Para o conceito de *arena cultural*, ver: Richard Morse, «As cidades periféricas como arenas culturais: Rússia, Áustria, América Latina», *Estudos Históricos* 8, n.º 16 (1995). Para uma aplicação generalizada da ideia, ver: *Ciudades sudamericanas como arenas culturales: Artes y medios, barrios de élite y villas miseria, intelectuales y urbanistas: Cómo ciudad y cultura se activan mutuamente*, org. Adrián Gorelik e Fernanda Peixoto (Buenos Aires: Siglo XXI Editores, Kindle, 2016).

167 Sobre as diversas mobilizações de referências aos bandeirantes pelos paulistas, ver especialmente: Waldman, «Entre batismos e degolas».

Aqui mesmo, em Piratininga, ressurgiu hoje *Anhembí*, que quer continuar a ser um símbolo de penetração – penetração cultural – despido também, da maneira a mais absoluta, de quaisquer regionalismos. Revestida de um inconformismo total com o que aí está, tem a pretensão de vir ao dia para colaborar na obra aparentemente impossível da elevação do nível cultural do Brasil, apesar de tudo, a nossa esplêndida província na Pátria terrestre comum, em busca dolorosa de sua unidade.¹⁶⁸

A proposta ideológica da publicação era oferecer uma certa orientação cultural e intelectual às elites ilustradas brasileiras – preferencialmente dominadas por paulistas –, que as ajudasse na sua tarefa de condução do país.¹⁶⁹ O futuro desejado por Paulo Duarte seria aquele em que o Brasil se tornaria um país civilizado – no sentido conservador e europeu do termo –, enquanto os paulistas exerceriam a liderança política, cultural e económica da nação.¹⁷⁰ Uma expectativa que não desenvolvia exatamente as características da cidade de São Paulo, embora deixasse claras as posições a serem ocupadas pela elite local.

Em relação a esse projeto ideológico, a revista *Anhembí* não era um empreendimento isolado – de facto, ideias desta natureza

168 «Editorial», *Anhembí* n.º 1 (dez. 1950): 1. Segundo Mônica Pereira, o editorial do primeiro volume de *Anhembí* tem um valor fundamental para se pensar a sua continuidade: «De fato, a verdadeira marca da revista – o traço característico do que viria a ser *Anhembí* – parece inteiramente contida neste, quase épico, relato inaugural. A afirmação do caráter universal de São Paulo dá o tom a esta citação e remete o leitor à visão de herdeira dos bandeirantes, que por vários anos acompanhou a elite paulista. Durante muito tempo, autores e apologistas enfatizaram os aspectos positivos dos bandeirantes: homem que expandiu fronteiras, que pôs sua energia a serviço de fins produtivos, que percebeu oportunidades e tirou bom proveito delas, enfim, aquele que, nas palavras de Joseph Love, “apontou o caminho do futuro à nação brasileira”. Assim, restava a seus descendentes modernos, “paulistas educados”, aceitar o destino de liderar o país.» Ver Pereira, *Anhembí*, 27.

169 Miceli, «Condicionantes do desenvolvimento», 130-131. Catani, *A revista de cultura Anhembí*, 15-16.

170 Duarte, *Memórias: Raízes profundas*, 2. Sem enfatizar o regionalismo paulista de Duarte, Mônica Pereira destaca ainda: «De fato, o “socialismo democrático” de Paulo Duarte está baseado na ideia de incapacidade política dos setores populares e da crença de que a transformação social deve ser orientada e definida pelas elites. [...] Ou seja, temos aqui uma concepção marcadamente elitista em relação às massas (própria de uma vertente do liberalismo brasileiro), somada à ideia da ascendência dos notáveis, homens de saber (grupo no qual Paulo Duarte se incluía), ao poder». Ver Pereira, *Anhembí*, 31-32.

vinham sendo lançadas desde pelo menos a década de 1930. Quando São Paulo perdeu o controlo da política nacional para Getúlio Vargas, começaram a ser elaboradas iniciativas cujo objetivo era devolver o lugar de destaque no cenário brasileiro para as elites paulistas.¹⁷¹ Tentativas mais diretas – como a revolução constitucionalista de 1932 – foram frustradas de imediato pela força das armas. Mas outras ações – como a criação do Departamento de Cultura de São Paulo, cuja proposta era fomentar políticas públicas para a cultura no município, ou a fundação da Universidade de São Paulo que, entre outras pretensões, visava preparar as novas gerações da elite local para exercer a hegemonia intelectual e cultural do Brasil – tiveram um sucesso significativo.¹⁷²

Paulo Duarte participou de praticamente todas essas iniciativas. Para ficar somente nas situações mencionadas, vale a pena relembrar o seu envolvimento em cada uma delas. Em 1932, Duarte comandou um comboio blindado no vale do Paraíba, em combates contra as tropas federais.¹⁷³ Durante a prefeitura de Fábio Prado, que administrou São Paulo entre 1934 e 1938, Paulo Duarte serviu como chefe de gabinete e, entre os seus projetos importantes nesta gestão, destaca-se justamente a criação do Departamento de Cultura do município, cujo primeiro diretor foi Mário de Andrade.¹⁷⁴ Em 1934, fez parte do grupo de ideólogos que preparou o desenho da universidade e ajudou a articular a vinda de professores estrangeiros que complementaram o corpo docente da nova instituição.¹⁷⁵ Sem con-

171 Limongi, «Mentores e clientelas», 180.

172 Sobre o Departamento de Cultura, ver: Rubino, «Clube de pesquisadores». Sobre a criação da Universidade de São Paulo, ver: Limongi, «Mentores e clientelas». Sobre os efeitos dessas iniciativas na constituição de um campo intelectual em São Paulo, ver: Miceli, «Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais». É preciso notar, no entanto, que, na opinião de Duarte, o Departamento de Cultura não foi um sucesso: «Passei a vida brincando de sonhar sonhos impossíveis, aliás todos bruscamente interrompidos em começo ou pela metade, como o Departamento de Cultura de São Paulo, o Instituto de Criminologia, o Instituto de Pré-História da nossa Universidade, o Institut Français des Hautes Études Brésiliennes, de Paris, o Museu do Homem Americano, a revista *Anhembi* e por aí além...» Duarte, *Memórias: Raízes profundas*, 3.

173 Duarte escreveu um livro relatando o seu envolvimento na guerra civil: Duarte, *Palmares do avesso*.

174 Rubino, «Clube de pesquisadores».

175 Duarte, *Memórias: Selva oscura*, 92.

tar com a própria *Anhembí*, que retomava esse grande projeto de dominação cultural e política das elites paulistas. Nas palavras de Afrânio Catani: «[...] o cerne do projeto ideológico de *Anhembí* era apontar os rumos a serem seguidos pelo Brasil no comando das elites ilustradas paulistas. Entendia Duarte que São Paulo deveria (e poderia) traduzir seu poderio econômico e cultural em hegemonia política – seria o “federalismo hegemônico”».¹⁷⁶

De acordo com Mônica Pereira, a *Anhembí* merece ser definida como uma revista de cultura por conta de dois aspectos fundamentais que conformaram o seu perfil desde o início: «O *ecletismo* (caracterizado pela mobilização de diversas formas de opinião sem observância de uma linha rígida de pensamento) e o *culturalismo* (que enfatizava reflexões de origem cultural no sentido abrangente do termo).»¹⁷⁷ O formato da revista era inspirado em publicações francesas – como *L'Esprit* e *Les Temps Modernes* – que ofereciam aos seus leitores uma série de reflexões sobre temas políticos e culturais do momento e, além disso, abriam espaço para a divulgação de trabalhos acadêmicos de maior fôlego – o que, no caso paulista, era altamente solicitado no contexto dos anos 1950.

Até à criação da *Revista Brasiliense*, por Caio Prado Jr., em 1955, a *Anhembí* era a única publicação paulista com esse perfil. De acordo com Sergio Miceli, a entrada em cena do novo periódico dividiu o trabalho de «aconselhamento cultural qualificado» dirigido ao público de elite que representava os leitores ideais de ambas as revistas:

Anhembí voltava-se mais para os objetos de devoção do culturalismo em voga naquela conjuntura e abria amplo espaço à cobertura comentada dos eventos artísticos da cidade; a *Revista Brasiliense* era o órgão por excelência da esquerda não oficial, ou melhor, da esquerda intelectual em vias de constituição, firmando-se como um espaço de discussão das principais teses, argumen-

176 Catani, *A revista de cultura Anhembí*, 15-16.

177 Pereira, *Anhembí*, 10.

tos e interpretações da realidade brasileira. *Anhembi* cobria os espaços de sociabilidade (estréias nacionais e espetáculos de companhias estrangeiras, exposições e bienais, cinemateca, livros novos, etc.) freqüentados pelas novas elites universitárias independentemente de suas afinidades ideológico-partidárias, enquanto a *Revista Brasiliense* tematizava os dilemas de participação política com que se defrontavam esses mesmos setores sociais. Em suma, ambas realizavam um trabalho idêntico de mapeamento e divulgação cultural e decerto eram consumidas ao mesmo tempo por uma ampla faixa desse público leitor cultivado cujos integrantes, como se sabe, se diferenciavam pelo sinal de suas preferências político-doutrinárias.¹⁷⁸

Embora Caio Prado Jr. – a partir da sua atuação como editor-chefe da *Revista Brasiliense* – também passasse a exercer um papel de agitador e mediador cultural, semelhante ao de Paulo Duarte, a sua chegada a essa posição é completamente diferente da desse último. O historiador viveu anos de isolamento político e intelectual no início da década de 1950. Como já foi dito, Prado Jr. era tratado de maneira ambígua pelos comunistas. Por um lado, era requisitado sempre que a militância precisava de recursos para as suas atividades – afinal, eram poucos os filiados que tinham uma fortuna familiar ao seu dispor. Por outro lado, como já se chamou a atenção, tanto por via do seu frequente desacordo em relação às teses oficiais do partido quanto por causa da sua origem de classe, Prado Jr. via-se afastado das decisões mais importantes da direção do PCB.¹⁷⁹

Entre os intelectuais, a sua situação também era desconfortável. Ao regressar ao Brasil depois da sua última viagem à Europa, Prado Jr. incorporou o espírito polígrafo de vários pensadores da geração dos «intérpretes do Brasil» – da qual fazia parte – e resolveu investir os seus esforços de pesquisa em áreas novas. Primeiro, arriscou-se

178 Miceli, «Condicionantes do desenvolvimento», 130-131.

179 Sobre essa posição em falso de Prado Jr. em relação aos comunistas (e que se renova de maneira invertida durante a ditadura militar), ver: Zorek, «Concepções de sujeito e objeto do conhecimento».

na filosofia, com a publicação do extenso estudo *Dialética do conhecimento*, em 1952. A recepção inicial do livro foi fria: os seus leitores reagiram com reserva e estranhamento – o que demonstra tanto o relativo insucesso no redirecionamento dos capitais simbólicos de Prado Jr. quanto sinais de que o campo intelectual se começava a especializar e não via com bons olhos as práticas polígrafas dos intelectuais mais velhos.

Em seguida, Prado Jr. voltou-se para a Economia e o Direito – aproximando-se, portanto, da sua formação inicial. Em 1954, candidatou-se à cátedra de Economia Política da Faculdade de Direito do largo São Francisco (já então integrada na USP). Para este concurso, apresentou a tese *Diretrizes para uma política económica brasileira*, na qual novamente advogava pelo reforço do mercado interno. As suas principais sugestões para tal eram políticas de redistribuição de rendimentos – sendo a reforma agrária o fundamento dessa redistribuição. O horizonte último de Prado Jr. era estabelecer um regime socialista no Brasil, que seria construído progressivamente e por meio da ação reformista do Estado.

Segundo Francisco Iglésias e Heitor Ferreira Lima, a candidatura de Caio Prado Jr. tinha um quê de provocação, pois ele consideraria desde o princípio que não poderia ser aprovado – dados o conservadorismo do curso de Direito e a ousadia política da tese apresentada.¹⁸⁰ E, de facto, não passou no concurso, embora tenha recebido o título simbólico de livre-docente (sem se tornar efetivamente professor da instituição). Mas, independente das intenções subjetivas de Caio Prado Jr., o seu esforço para se tornar professor universitário da Faculdade de Direito foi, objetivamente, uma segunda falha na tentativa de converter o seu prestígio como historiador para um setor do campo intelectual em que o seu capital não era valorizado.

Portanto, na primeira metade da década de 1950 – por conta da particularidade da sua posição deslocada entre os militantes comunistas e das suas incursões acidentadas pelo mundo intelectual –, Caio Prado Jr. vivia uma espécie de duplo isolamento. As suas

180 Iglésias, «Um historiador revolucionário»; Lima, «Caio Prado e seu tempo».

escolhas faziam dele «intelectual demais» para os dirigentes comunistas e «político demais» ou «ultrapassado» para a nova configuração do campo intelectual. A criação da *Revista Brasiliense*, neste sentido, pode ser vista também como um empreendimento para tentar romper tal isolamento – embora não exigisse que o seu editor-chefe se curvasse nem às exigências dos seus companheiros de militância nem às lógicas da produção académica que se impunham naquele momento.

O primeiro editorial da revista de Caio Prado Jr. retomava a sua tese fundamental – apresentada originalmente em *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) – de que o país, desde o período colonial, fazia parte do sistema capitalista na condição de simples fornecedor de matérias-primas. Neste sentido – inclusive em desacordo com a ortodoxia marxista –, para se entender a economia brasileira seria preciso estudar a circulação de mercadorias – não o seu modo de produção –, por conta da particularidade da posição do país na estrutura económica internacional.¹⁸¹ Na opinião de Prado Jr., essa condição era o principal problema do Brasil: enquanto continuasse dependente dos mercados externos – fosse para a venda dos seus produtos primários, fosse para a compra de produtos industrializados –, o país continuaria vulnerável às crises cíclicas do capitalismo e atrasado em relação ao desenvolvimento internacional:

Êsse atraso torna-se particularmente sensível na estreita dependência do estrangeiro para a satisfação de necessidades fundamentais de nossa vida. A exportação de produtos agrícolas ou de matéria-prima já não é suficiente para atender às exigências do bem-estar do povo, estimuladas por uma prosperidade resultante de duas guerras mundiais, em que fomos compelidos a prover nós mesmos às nossas necessidades. Não escapa também á mais superficial observação a extrema pobreza de densas camadas da população rural e urbana, que não foram atingidas pelos benefi-

181 Sobre os significados teóricos da heterodoxia do marxismo de Prado Jr., ver: Zorek, «Concepções de sujeito e objeto do conhecimento».

cios do surto econômico e industrial do país e continuam vivendo em condições vizinhas da miséria.¹⁸²

Esse diagnóstico era complementado por um apelo a pesquisas sérias, que levassem em conta a diferença entre as situações dos grandes centros urbanos e as das demais regiões do país. São Paulo, neste sentido, ocuparia uma posição privilegiada no contexto brasileiro que, inclusive, poderia camuflar a precariedade geral:

Sem investigações feitas com espírito objetivo e em profundidade, não somente não será possível dar-lhes soluções adequadas como também nos arriscamos a fabricar ou difundir funestas ilusões como essa a que nos pode levar um progresso a tanto respeito notável, mas que mal dissimula, sob o extraordinário desenvolvimento dos grandes centros urbanos, o atraso econômico do país.¹⁸³

Tendo em vista os problemas destacados, a revista propunha como seu objetivo fundamental: «Analisar em suas raízes e a tódas as luzes essas e outras questões e encará-las do ponto de vista dos interesses nacionais, da melhoria das condições de vida do povo e da renovação e dos progressos da cultura.»¹⁸⁴ Portanto, havia uma preocupação específica com a produção do futuro do Brasil. E, embora a cidade de São Paulo não fosse citada nominalmente no editorial, ela ocupava um lugar importante na construção deste amanhã: a metrópole era tanto modelo de desenvolvimento para outras cidades brasileiras quanto centro irradiador de progresso. Num outro texto, (re)escrito dois anos antes do lançamento da *Revista Brasiliense*, Prado Jr. dizia: «A influência não vai aí de fora para dentro, mas em sentido contrário, da cidade para a região que a circunda.»¹⁸⁵ Além disso, São Paulo desempenharia uma função estratégica indispensável na constituição de um mer-

182 Prado Jr., «Editorial», *Revista Brasiliense* 1 (set.-out. 1955): 1-2.

183 Prado Jr., «Editorial», *Revista Brasiliense* 1 (set.-out. 1955): 1.

184 Prado Jr., «Editorial», *Revista Brasiliense* 1 (set.-out. 1955): 2.

185 Prado Jr., «O fator geográfico», 122.

cado interno forte no país – solução diletta de Prado Jr. para os problemas brasileiros –, sobretudo através do seu parque industrial.¹⁸⁶

Aroldo de Azevedo, por sua vez, passou a maior parte da década de 1950 investindo os seus esforços fundamentalmente na produção da coleção *A cidade de São Paulo: Estudos de geografia urbana*. Assim que os trabalhos começaram a ser realizados, as expectativas tornaram-se bastante positivas: as pesquisas ganhavam corpo e os primeiros resultados geravam entusiasmo. Segundo Azevedo: «O ano de 1952 foi, sem nenhuma dúvida, o mais profícuo e o que corresponde à fase “heróica” do trabalho.»¹⁸⁷

No entanto, uma série de contratemplos começaram a atingir o projeto: em primeiro lugar, parte dos organizadores precisou de ser substituída; em segundo, vários pesquisadores renunciaram à sua participação na coleção (Caio Prado Jr. foi um dos que abandonaram o coletivo); em terceiro, ficou evidente que não seria possível finalizar os livros até às comemorações do quarto centenário. Por conta disso, o prazo de 1954 foi estendido por mais dois anos e o projeto inicial foi redimensionado – as 30 monografias transformaram-se em 18 e os sete volumes foram reduzidos para quatro. No segundo semestre de 1956, os manuscritos foram entregues, mas havia uma última angústia a ser enfrentada: o lento processo editorial manteve a coleção *A cidade de São Paulo: Estudos de geografia urbana* no prelo até 1958, quando finalmente veio a público.¹⁸⁸

Embora a história da edição desses livros seja repleta de frustrações e acidentes de percurso, a coleção tornou-se uma referência inescapável nos estudos sobre São Paulo durante os anos que se seguiram à sua publicação. O envolvimento de diversos parceiros na sua elaboração – a Universidade de São Paulo; a Associação dos Geógrafos Brasileiros; e a Comissão do IV Centenário –, a impor-

186 Ver, sobretudo: Prado Jr., *História econômica do Brasil*; e *Diretrizes para uma política econômica brasileira*.

187 Azevedo, «Apresentação», xv.

188 Azevedo, «Apresentação».

tância institucional dos colaboradores e a ampla divulgação do trabalho garantiam, do ponto de vista social, grande autoridade para as discussões apresentadas. Além disso, o recurso fundamental aos instrumentos disciplinares da geografia produzia um deslocamento analítico novidadeiro em relação às representações tradicionais da metrópole – o que afirmava o lugar de destaque da coleção também do ponto de vista intelectual.

A imagem dominante da cidade naquele momento era produzida de acordo com interesses do campo político e, sobretudo, a partir do instrumental do urbanismo. A sua preocupação fundamental era diagnosticar problemas relacionados com, por exemplo, circulação, habitação, saneamento, infraestrutura urbana, entre outros, e propor-lhes soluções. Em contraste, a coleção dos geógrafos trazia descrições do relevo, da hidrografia, do clima e da flora, dos processos demográficos relacionados com a imigração e com a industrialização, etc. O seu principal objetivo era compreender a metrópole através das suas propriedades físicas e do histórico de ocupação e transformação do território pelos paulistas. Portanto, uma São Paulo diferente, produzida pela lente específica da geografia, emergia ao mesmo tempo como complemento e como concorrência da representação até então hegemônica. E é preciso frisar, finalmente, que o ponto de vista dos geógrafos não era unânime em relação ao futuro da metrópole – manifestações de otimismo e de pessimismo conviviam na coleção organizada por Azevedo.

* * *

Nos anos 1950, em suma: Paulo Duarte vivia o grande momento da sua carreira intelectual e – através da *Anhembi* – projetava um futuro no qual a elite paulista assumiria a liderança do Brasil; Caio Prado Jr., que tentava – por meio da *Revista Brasiliense* – romper o isolamento ao qual se viu submetido na década de 1950, apostava num desenvolvimento nacional em que São Paulo teria uma posição de carro-chefe; Aroldo de Azevedo, finalmente, trazia para o primeiro plano um olhar instrumentalmente renovado sobre a cidade de São Paulo e o seu futuro, apostando também no crescimento como destino da cidade.

Todas essas expectativas se complementavam e, em certa medida, recuperavam o otimismo representado pela visão hegemônica do futuro de São Paulo – que tinha em Prestes Maia a sua principal encarnação. No entanto, os trabalhos dos três coadjuvantes, de diferentes maneiras, abriram o caminho para a consolidação do pessimismo que se tornou hegemônico a partir do final da década de 1950 – um pessimismo que dialogava com o apocalipse retórico de Anhaia Mello, mas também se diferenciava dele por ser mais aberto e não oferecer um destino alternativo e positivo para a cidade. O papel dos editores foi, fundamentalmente, garantir espaço para a criação e sedimentação de novas autoridades intelectuais – como Florestan Fernandes e o seu grupo de sociólogos, que usavam as suas revistas como lugar de reflexão e divulgação das suas ideias e, ao mesmo tempo, acabaram por produzir versões pessimistas do futuro da cidade.¹⁸⁹ Enquanto Aroldo de Azevedo trabalhava na promoção da geografia como uma nova forma de reflexão sobre São Paulo – especialmente visibilizada pela coleção que coordenou e que também trazia, nas suas variadas contribuições (mas não de maneira unânime), o pessimismo como sentimento definidor do futuro da metrópole.

189 Segundo Luiz Carlos Jackson: «As duas revistas foram cruciais para a legitimação do grupo de Florestan não apenas academicamente, mas de forma ampliada, inserindo-o nos campos político e cultural.» Ver Jackson, «A sociologia paulista nas revistas especializadas», 271.

CAPÍTULO 2

A METRÓPOLE GLORIOSA. REPRESENTAÇÕES HEGEMÓNICAS DO FUTURO DE SÃO PAULO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX¹

Do final do século XIX até meados do século XX – com destaque para a década de 1950 –, a imagem dominante do futuro de São Paulo foi a da metrópole gloriosa, cujo crescimento acelerado era entendido como benéfico e marca por excelência do seu progresso.² Um destino pintado com bastante otimismo e rotineiramente descrito como desejável por uma grande variedade de fontes. De facto, essa expectativa estava disseminada pelos mais diversos meios de comunicação – jornais, revistas, programas de rádio, discursos políticos, trabalhos de intelectuais, produções artísticas etc.³ – e, embora

- 1 Uma versão sintética deste capítulo foi publicada como capítulo de livro. Ver: Bruno Zorek, «O futuro de São Paulo por Francisco Prestes Maia e Robert Moses», in *Artes, saberes, antropologias*, org. Fernanda Peixoto, Julia di Giovanni, Lorena Muniagurria e Thaís Waldman (Goiânia: Cegraf UFG, 2021).
- 2 Regina Meyer, que se dedicou a estudar o urbanismo em São Paulo, corrobora essa afirmação: «O fato mais marcante e evidente da vida urbana paulistana no período 1950-1960 é o *crescimento*. Dado essencial do processo de metropolização, este crescimento assume várias faces, manifestando-se em todos os aspectos da vida metropolitana, tornando-se o atributo preponderante e definidor dos demais. *Forma e conteúdo da metrópole são diretamente determinados pelo crescimento*. Os dados legitimam os “slogans” do período. Crescer deixou de ser naquele período um simples *objetivo* assumindo feições de *destino*.» Meyer, «Metrópole e urbanismo», 25 – grifos originais.
- 3 Apenas a título de exemplo e com foco no contexto do IV Centenário, vale a pena mencionar as edições comemorativas dos jornais *Folha da Manhã* (24/01/1954) e *O Estado de S. Paulo* (25/01/1954), também os volumes especiais das revistas *O Cruzeiro* (23/01/1954) e *Manchete* (número especial, 1954), a inauguração, no aniversário de São Paulo em 1953, do Monumento às Bandeiras, esculpido por Victor Brecheret – ver: *Folha da Manhã* (25/01/1953) e Waldman, «Entre batismos e degolas» –, a organização da já mencionada coleção *A cidade de São Paulo: Estudos de geografia urbana*, por Aroldo de Azevedo, e, sobretudo, os festejos preparados pela Comissão do IV Centenário, que se estenderam por mais de um ano, incluindo diversas cerimônias cívicas, apresentações artísticas, eventos acadêmicos e uma feira internacional realizada no recém-aberto parque do Ibirapuera –

não fosse unívoca, constituía-se como hegemónica por causa da sua alta recorrência e, também, pelo pouco espaço que outras versões do futuro tiveram até aos anos 1950.

Os discursos analisados neste capítulo são tipos-ideais dessa narrativa dominante. Daquele universo de produções, foram selecionados dois documentos para organizar as discussões aqui propostas: o primeiro publicado em 1930, quando as expectativas otimistas a respeito do futuro da cidade praticamente não tinham concorrência; e o segundo escrito em 1950, um momento que, por um lado, era caracterizado por uma enxurrada de representações positivas da cidade, mas, por outro, também assistia a um determinado pessimismo que ganhava espaço e começava a abalar as certezas hegemónicas. Os documentos em questão são dois projetos urbanísticos: o *Estudo para um plano de avenidas para a cidade de São Paulo*, preparado por Francisco Prestes Maia; e o *Programa de melhoramentos públicos para São Paulo*, assinado por Robert Moses – um importante urbanista estado-unidense.⁴

Para os interesses analíticos deste livro, esses projetos são especialmente interessantes em três aspetos. Em primeiro lugar, ambos foram elaborados por profissionais reconhecidos pela sua *expertise* em urbanismo e, sendo assim, encarnavam a autoridade intelectual dos especialistas. Em segundo, os dois foram encomendados pela prefeitura da metrópole e, portanto, encarnavam em alguma medida também a autoridade do Estado. Em terceiro lugar, finalmente, ambos encarnavam a perspetiva discursiva hegemónica e, desta forma, colaboravam na renovação e reprodução do destino otimista da cidade. Esses três aspetos em conjunto foram fundamentais para garantir uma capacidade excecional de produção do futuro para tais projetos, ainda que os processos históricos específicos de cada um deles se tenham desdobrado de maneiras distintas.

Os Estados modernos, como chama a atenção o historiador alemão Reinhart Koselleck, possuem uma capacidade excecional de

todos produtos que celebravam a grandiosidade de São Paulo e tinham expectativas positivas a respeito do seu crescimento.

4 Maia, *Estudo de um plano de avenidas*; Moses, *Programa de melhoramentos públicos*.

presentificar e de produzir o futuro. Isso é fruto de um processo de vários séculos, através do qual esses Estados foram monopolizando o poder de manipulação do futuro, até se chegar ao ponto em que determinadas previsões passaram a ser capazes de mobilizar enormes energias sociais no sentido de promover a sua própria realização. Prognósticos como os oferecidos pelos projetos urbanísticos em questão, justamente porque contavam com a força do Estado, inscreviam no presente a certeza da sua realização num futuro mais ou menos próximo. Segundo Koselleck, para os Estados, ou para os agentes sociais capazes de usar a sua força: «Fazer um prognóstico já significava alterar uma determinada situação. O prognóstico é um momento consciente de ação política. Ele está relacionado a eventos cujo ineditismo ele próprio libera. O tempo passa a derivar, então, do próprio prognóstico, de uma maneira continuada e imprevisivelmente previsível.»⁵

Além disso, seguindo o sociólogo francês Pierre Bourdieu, o tempo propriamente humano (em oposição ao tempo astronómico ou biológico) é um produto de práticas sociais: «A prática não está no tempo, mas [...] ela faz o tempo.»⁶ Isso é possível de perceber através da reconstrução do ponto de vista do agente atuante, que investe os seus esforços em determinados «jogos» sociais, cujas regras ele tem incorporadas em maior ou menor grau. Por um lado, esse investimento é baseado em experiências do passado e, portanto, está condicionado pelas estruturas que organizaram o jogo até então. Por outro lado, também é gerador de expectativas que se sustentam na esperança de que o jogo continue a se reproduzir segundo as regras estabelecidas ou se transforme segundo esforços direcionados nesse sentido. Mas, independentemente de esse investimento ter por objetivo reforçar ou modificar as estruturas em questão, é através da ação interessada dos agentes atuantes que o futuro do jogo é produzido. Por outras palavras, toda a ação social colabora de alguma maneira para a produção do futuro com que está relacio-

5 Reinhart Koselleck, «O futuro passado dos tempos modernos», in Koselleck, *Futuro passado*, 32.

6 Bourdieu, «O ser social», 253.

nada. Contudo, as condições sociais em que cada ação é praticada fazem com que umas sejam mais poderosas do que outras e, conseqüentemente, que tenham efeitos diferentes sobre a realidade social. Prognósticos oferecidos e/ou amparados por Estados são provavelmente os mais poderosos nas sociedades contemporâneas e, sendo assim, têm grande capacidade de gerar efeitos. Previsões que contam com o amparo estatal moldam as ações do presente de diversos agentes em posições de destaque na estrutura social, que passam a agir como se o futuro em questão fosse uma realidade já constituída. Essas ações, quando alinhadas aos desejos do Estado, reforçam ainda mais a probabilidade de realização do prognóstico inicial, pois não só o consideram uma certeza como também trabalham no sentido da sua realização.

É importante observar, no entanto, que o Estado não é um bloco monolítico. Há diversas disputas internas e externas que modificam as suas estruturas e o seu funcionamento constantemente. Por isso, ainda que teoricamente uma previsão do futuro promovida pelo Estado tenha enormes efeitos sobre a realidade social, na prática, esses efeitos precisam de ser analisados nos seus contextos históricos específicos. No caso dos projetos considerados, isso é especialmente evidente, pois, mesmo tendo ambos apoio estatal, os seus efeitos sobre a cidade foram significativamente diferentes. Nos seus respetivos momentos de enunciação, efetivamente as suas imagens do futuro inscreveram-se no horizonte de expectativas de São Paulo, mobilizando automaticamente uma série de capitais que estavam prontos para serem investidos conforme os interesses dos seus detentores e conforme os desdobramentos das ações estatais. Em ambos os casos, acontecimentos políticos travaram a implementação imediata dos projetos e, conseqüentemente, desmobilizaram os capitais em questão. Como se verá adiante, o projeto de Prestes Maia acabou por beneficiar de uma conjuntura favorável nos anos seguintes e pôde ser levado a cabo pelo seu próprio autor – reafirmando a regra de que o Estado tem uma capacidade excecional de produzir futuros. Enquanto o de Moses, mesmo tendo diversas vezes ameaçado sair do papel, não conseguiu os apoios necessários para ser de facto implementado – mostrando que a regra confirmada pelo caso de Prestes Maia não é absoluta.

A proposta deste capítulo é comparar os dois projetos escritos por esses urbanistas, destacando, por um lado, as suas semelhanças narrativas e, por outro, as diferentes condições sociais das suas respectivas elaborações. Tanto Prestes Maia quanto Robert Moses apostavam numa configuração urbana que privilegiava os automóveis, valorizava a verticalização, estimulava o crescimento e supunha a ordem e a velocidade como características fundamentais do quotidiano da cidade.⁷ A narrativa estruturada por ambos era a do futuro épico: a cada momento, novos desafios seriam impostos a São Paulo, mas todos seriam superados de maneira heroica pelos seus habitantes, que, por fim, fariam da capital paulista uma das maiores e melhores cidades do mundo.⁸ Contudo, enquanto Prestes Maia pôde realizar grande parte das obras que previra no seu projeto quando foi prefeito de São Paulo, Robert Moses viu as suas propostas serem combatidas por urbanistas e legisladores que começavam a questionar o crescimento como um fator positivo no futuro da cidade.

Neste capítulo, há um constante ir e vir entre a análise das condições sociais de elaboração dos discursos e o exame dos próprios discursos. De início, conta-se a história da produção do *Programa de melhoramentos* – como e por que razão uma equipa de técnicos estado-unidenses foi contratada para preparar um projeto urbanístico para São Paulo. Em seguida, há uma mudança de foco e a observação recai sobre alguns aspetos formais dos dois projetos. O passo seguinte é a análise das semelhanças narrativas entre os trabalhos de Prestes Maia e Robert Moses, seguida da comparação entre as suas diferentes condições sociais de elaboração e implementação. Finalmente, encerra-se o capítulo com uma introdução ao processo de fragilização desse discurso – até então hegemónico – e a emergência das diversas narrativas concorrentes que, a partir de meados dos anos 1950, rapidamente se impuseram na produção do futuro de São Paulo.

7 Campos e Somekh, «O Plano de Avenidas» e «Relatório Moses (1950)», in *A cidade que não pode parar*.

8 Sobre a estruturação narrativa ficcional de textos não ficcionais, ver: White, «O texto histórico».

ROBERT MOSES EM SÃO PAULO

Desde o início do século XX e até ao final da década de 1970, a produção e a distribuição de energia elétrica no estado de São Paulo foi responsabilidade de uma empresa de capital canadiano: a São Paulo Tramway, Light and Power Company – ou simplesmente Light.⁹ Ao longo dos anos, esta companhia realizou diversas obras na cidade de São Paulo e nos municípios vizinhos – como a construção de barragens, centrais hidroelétricas e a modificação dos cursos de rios. Desses projetos, um dos grandes e mais importantes foi a retificação e a inversão do sentido do rio Pinheiros, cujas obras se iniciaram em 1928 e continuaram até à década de 1950. As águas do rio passaram então a alimentar a barragem Billings e possibilitaram a instalação de uma central hidroelétrica em Cubatão – que recebia essas águas de modo privilegiado para a produção de energia, graças à velocidade de queda provocada pelo desnível da Serra do Mar.¹⁰

Perto da conclusão das obras, no final dos anos 1940, a Light encomendou um plano de urbanização para a região da antiga várzea do Pinheiros.¹¹ O leito original do rio era bastante sinuoso e, portanto, ocupava uma larga faixa do território da capital paulista. Com a retificação, toda essa área foi saneada e drenada, criando um significativo espaço urbanizável – e que era controlado de modo praticamente exclusivo pela Light. O objetivo do estudo urbanístico em questão era propor uma maneira de utilizar os novos terrenos que fosse interessante para a cidade e, ao mesmo tempo, atendesse às exigências da companhia canadiana. Para realizar esse trabalho,

- 9 No começo das suas atividades, a Light também trabalhava com o transporte público, operando o sistema de elétricos de São Paulo. Contudo, como destaca Silvana Zioni, com o passar do tempo, a empresa privilegiou cada vez menos este ramo: «A renda proveniente dos transportes, que em 1910 era duas vezes maior do que obtida do fornecimento de energia e iluminação, em 1924 se iguala à obtida com a produção da energia elétrica, decrescendo até o fim da concessão, quando as linhas de bondes foram transferidas para prefeitura, com a criação da CMTTC – Companhia Municipal de Transportes Coletivos, em 1947.» Ver Silvana Zioni, «Do plano da Light à Comissão de Estudos de Transporte Coletivo: o transporte urbano sai dos trilhos», in *A cidade que não pode parar*, 49.
- 10 Janes Jorge, «Morar no extremo sul de São Paulo: Sociedade e natureza na região da Guarápiranga em meados do século 20», *Cadernos Cedex* 40, n.º 112 (2020).
- 11 Leme, «A presença norte-americana»; Siwi, *Urban Renewal*.

foi contratado um dos braços da International Basic Economy Corporation – uma empresa estado-unidense fundada e dirigida pelos Rockefeller, uma das famílias mais ricas e politicamente influentes do mundo.¹²

Inicialmente, o propósito da IBEC era – a partir de valores liberais e capitalistas – ajudar no aprimoramento das bases económicas de países menos desenvolvidos, em consonância com as políticas internacionais dos EUA para nações da sua área de influência. Nos seus primeiros anos (1947-1955), a Venezuela e o Brasil foram os principais campos de atuação da empresa. No caso brasileiro, a IBEC estava focada sobretudo no desenvolvimento agropecuário, com destaque para cinco especialidades: sementes híbridas, criação de suínos, armazenamento de grãos, pulverização aérea de pesticidas e mecanização agrícola. Embora nenhuma das atividades tradicionais da IBEC no Brasil estivesse voltada para as questões urbanas, a IBEC Tech – um ramo menor da mesma empresa e que estava a começar as suas atividades – tinha como missão oferecer serviços de consultoria especializados em desenvolvimento urbano. O primeiro trabalho da IBEC Tech no país foi justamente o plano de urbanização encomendado pela Light para a antiga várzea do rio Pinheiros.¹³

A equipa da IBEC Tech que realizou os estudos em São Paulo e desenhou a proposta solicitada pela Light foi liderada por Robert

12 Ver: Leme, «A presença norte-americana»; Siwi, *Urban Renewal*; e Campos e Somekh, «Relatório Moses». Ver também: RAC – IBEC Papers, 1946-1966.*

* Neste capítulo, foram utilizados alguns documentos arquivados no Rockefeller Archive Center e na New York Public Library. Para indicar especificamente onde estão os documentos em questão, utilizou-se alguns códigos. Para o Rockefeller Archive Center, a sigla RAC, seguida da indicação da coleção consultada e da caixa em que o documento está arquivado – identificadas por anos. Para a New York Public Library, utilizou-se a sigla NYPL, seguida por RMP – que significa Robert Moses Papers – e finalizada com a indicação do número da caixa (B), da letra da pasta (F) em que se encontra cada documento e da data da sua elaboração. Portanto, o código «RAC – IBEC Papers, 1946-1966» indica documentos contidos no Rockefeller Archive Center, na coleção de documentos da IBEC e nas caixas dos anos entre 1946 e 1966. Enquanto o código «NYPL – RMP [B35-FH], 20/10/1949», por exemplo, indica um documento específico, guardado na New York Public Library, na coleção de documentos de Robert Moses, na caixa 35, pasta H e datado de 20/10/1949.

13 RAC – IBEC Papers, 1946-1966; Leme, «A presença norte-americana»; Siwi, *Urban Renewal*; Campos e Somekh, «Relatório Moses».

Moses – um gestor estatal de alto escalão nos EUA, que há mais de 30 anos trabalhava com obras públicas no seu país, especialmente no estado e na cidade de Nova Iorque.¹⁴ Naquele momento – e de uma maneira que envaidecia Moses –, a sua atuação na grande metrópole estado-unidense era comparada à do Barão de Haussmann na Paris do Segundo Império.¹⁵ Ambos seriam visionários que teriam conseguido modernizar radicalmente as suas respetivas cidades através de gigantescas obras de reformulação urbana.¹⁶ E foi justamente pela sua condição de «mestre construtor» de Nova Iorque que Moses foi procurado para trabalhar na transformação de São Paulo.

A sua primeira viagem ao Brasil – cujo propósito era examinar a área a urbanizar e negociar as condições de realização do projeto – aconteceu no segundo semestre de 1949, quando Moses estava prestes a completar 61 anos de idade.¹⁷ No contexto estado-unidense, como foi sugerido acima, Moses era um personagem importante no mundo político e vivia o auge da sua carreira, ocupando diversos cargos públicos simultaneamente (em determinada ocasião, chegou a acumular 12 funções ao mesmo tempo). Entre outros, Moses era chefe do conselho estadual de parques e da comissão estadual de energia (estado de Nova York), também comissário dos parques da cidade, coordenador de construções do município e presidente da autoridade reguladora do complexo de pontes e túneis (cidade de Nova York). Todas essas posições eram «cargos de confiança», ou seja, posições de chefia na administração pública, cuja distribuição era prerrogativa dos governos estaduais e municipais. Portanto, para lhes aceder, Moses precisava de ser indicado pelos governadores e prefeitos que as controlavam. Esse

14 Sobre Moses, ver: Caro, *The Power Broker*, e *Robert Moses and the Modern City*.

15 NYPL – RMP [B197], *The Architectural Forum* (jul. 1942).

16 O historiador Marshall Berman, citando um observador do final da década de 1930, destaca a mesma comparação: «Moses [...] tinha “a energia e o entusiasmo de um Haussmann”. Isso o tornou “singularmente à altura, tal como o fora Haussmann, das oportunidades e das necessidades de sua época”, e particularmente qualificado para erigir a “cidade do futuro” em nosso tempo.» Ver Marshall Berman, «Robert Moses: O mundo da via expressa», in Marshall Berman, *Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade* (São Paulo: Cia. das Letras, 1986), 286.

17 NYPL – RMP [B35-FH], 20/10/1949.

amontoado de cargos – pouco comum naquele contexto – é tido pela historiografia como um indicador da forte influência de Moses sobre o ambiente político dos EUA –, sobretudo se se levar em conta que cada uma dessas posições poderia ser entregue a aliados políticos diferentes.¹⁸

A formação de Robert Moses foi no Direito e na Ciência Política, o que lhe serviu de base para se tornar um especialista na manipulação da burocracia estatal dos EUA. De facto, Moses era um habilidoso articulador político que conseguia realizar os seus projetos através de negociações muito particulares com os políticos profissionais do poder executivo e legislativo do seu país. Uma das suas principais habilidades era encontrar ou produzir caminhos que garantissem – nem sempre de maneira eticamente correta – o financiamento das diversas obras que pretendia executar. Mais tarde, a exposição das estratégias usadas por Moses foi um elemento decisivo na execração pública da sua figura – promovida especialmente pela biografia que Robert Caro escreveu a seu respeito, *The Power Broker*, publicada em 1974, vencedora do prémio Pulitzer e um grande sucesso de vendas na época.¹⁹

No entanto, quando Moses participou dos projetos da IBEC no Brasil, ele ainda era um personagem respeitado e admirado pelos seus conterrâneos – e bastante famoso no mundo do urbanismo por causa das suas obras na cidade de Nova Iorque. Na sua visita de 1949 ao Brasil, Moses passou por volta de duas semanas em São Paulo, entre o final de outubro e início de novembro – o que foi suficiente para que levantasse os dados necessários para a preparação do seu relatório.²⁰ O documento apresentado à Light era inspirado num conjunto de reformas que ele realizara na margem esquerda do rio Hudson, em Manhattan – Nova Iorque. Para a várzea do Pinheiros, Moses sugeria, entre outras coisas, a construção de um parque linear

18 Caro, *The Power Broker*. Ver também: Roberta Gratz, *The battle for Gotham: New York in the shadows of Robert Moses and Jane Jacobs* (Nova Iorque: Nation Books, 2010).

19 Caro, *The Power Broker*; Gratz, *The Battle for Gotham*. Sobre os efeitos do livro de Caro sobre a imagem de Moses, ver: Kenneth Jackson, «Robert Moses and the Rise of New York: The Power Broker in Perspective», in *Robert Moses and the Modern City*.

20 NYPL – RMP [B33-35], 1948-1950.

– tal qual o River Side Park – e a instalação de avenidas suspensas de trânsito rápido – como a Henry Hudson Parkway.²¹ A região banhada pelo Pinheiros, portanto, deveria tornar-se tanto numa área verde – importante do ponto de vista ecológico e espaço de lazer para a população – quanto parte fundamental do sistema de ruas e avenidas da cidade.

O prefeito de São Paulo durante o ano de 1949, quando Moses esteve na cidade, era o tenente-coronel do exército Asdrúbal da Cunha. O seu mandato, contudo, foi encerrado em fevereiro de 1950, por determinação do governador Adhemar Pereira de Barros. Para o cargo de administrador da capital, Barros indicou o farmacologista, advogado e antigo reitor da USP Lineu Prestes.²² Com o relatório de Moses em mãos, a Light procurou o novo prefeito para discutir os projetos para a várzea do Pinheiros. Em vez de simplesmente concordar ou discordar da proposta em questão, o prefeito recém-empossado decidiu ampliar o estudo apresentado e contratou a mesma IBEC Tech para produzir um plano de urbanização para toda a cidade de São Paulo. Novamente, Robert Moses foi convocado para capitanear os trabalhos.²³

Por conta disso, Moses realizou uma segunda viagem ao Brasil, em agosto e setembro de 1950.²⁴ Como da primeira vez, passou por volta de duas semanas na capital paulista, coletou os dados necessários e regressou a Nova Iorque para preparar o seu relatório. O documento – batizado *Programa de melhoramentos públicos para São Paulo* – foi entregue à prefeitura no final daquele mesmo ano. A partir de então, Moses acompanhou de longe o desenrolar da história – ainda que tenha regressado ao Brasil pelo menos mais uma vez, durante as comemorações de 1954, quando retomou os seus contactos com as autoridades paulistas e se atualizou quanto ao andamento das suas propostas. De facto, ao longo dos anos, Moses procurou manter-se informado sobre os acontecimentos

21 Campos e Somekh, «Relatório Moses».

22 *História da cidade de São Paulo*, v. 3, org. Porta, 601.

23 Leme, «A presença norte-americana»; Siwi, *Urban Renewal*; Campos e Somekh, «Relatório Moses».

24 NYPL – RMP [B36-37], 1949-1950.

relacionados com o seu projeto para São Paulo, especialmente através da troca de correspondência com seus conhecidos na cidade. Contudo, as suas atenções principais estavam voltadas de maneira mais intensa para os problemas de Nova Iorque – problemas que, por sinal, ganhavam novas colorações, sobretudo por causa das críticas que estudiosos das cidades, como Lewis Mumford e Jane Jacobs, começaram a elaborar ao tipo de cidade produzida por Moses.²⁵

APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

O *Programa de melhoramentos* é uma brochura bilíngue (português-ínglês), com pouco mais de 70 páginas, de formato grande (31 x 23 cm), fartamente ilustrada e assinada por Moses – como chefe – e uma equipa de engenheiros, arquitetos e urbanistas. O documento está dividido em oito partes: 1. uma introdução, escrita diretamente por Moses, na qual a proposta do *Programa* é sintetizada; 2. uma breve análise da estrutura dos governos estadual e municipal de São Paulo, cujo propósito era averiguar as possibilidades de se conduzir as obras a partir de uma parceria público-privada; 3. um comentário sobre a necessidade de se produzir um mapa atualizado da cidade, ferramenta tida como indispensável para se criar um plano de zoneamento; 4. uma proposta de reforma viária – na verdade, o ponto central do documento –, em que era sugerida a construção de avenidas marginais nas várzeas do Tietê e do Pinheiros, bem como se indicava o uso de autocarro como principal meio de transporte coletivo (o metropolitano deveria ser deixado para o futuro); 5. uma série de sugestões sobre a regulação do trânsito e a pavimentação das ruas; 6. uma chamada de atenção para a necessidade de se melhorar o saneamento (água, esgoto e lixo); 7. um apelo para que se reservassem partes da cidade para a construção

25 Para uma análise histórica das querelas em torno do urbanismo de Nova Iorque, ver: Gratz, *The Battle for Gotham*; e Berman, «Robert Moses». Para posições contrárias às de Moses, ver: Jane Jacobs, *Morte e vida das grandes cidades* (São Paulo: Martins Fontes, 2000); e Lewis Mumford, *A cidade na história* (São Paulo: Martins Fontes, 2008).

de parques; e, finalmente, 8. algumas sugestões de como encaminhar o financiamento das obras.²⁶

Se a inspiração do projeto para a Light foram as reformas que Moses tinha realizado nas margens do rio Hudson, o modelo utilizado para se preparar o *Programa de melhoramentos* para toda a cidade de São Paulo foi procurado nos planos já realizados na própria capital paulista – em especial, os trabalhos de Prestes Maia.

Como foi apresentado no primeiro capítulo deste livro, em 1930, antes da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder, foi entregue à prefeitura de São Paulo – então sob administração de José Pires do Rio –, o *Estudo de um plano de avenidas para a cidade de São Paulo*, escrito sob encomenda pelo engenheiro da Secretaria de Viação e Obras Públicas do município e professor da Escola Politécnica, Francisco Prestes Maia. O *Plano de avenidas* é um enorme encadernado de capa dura (39 x 27 cm), pesa por volta de 3,5 kg, possui mais de 350 páginas – incluindo vários mapas e ilustrações dobrados que, quando abertos, chegam a medir mais de um metro. Enquanto objeto, é um volume desajeitado – muito grande e pesado, a ponto de tornar difícil o seu manuseio. Ironicamente e com falsa modéstia, logo no início, Prestes Maia apresenta o seu trabalho da seguinte maneira: «Este livrinho originou-se de um estudo para ligação de diversas avenidas e logradouros, que a Prefeitura projectava. Estudo summario e desprentensioso de repartição, como tantos que diariamente os archivos sepultam... merecidamente».²⁷

O «livrinho» está dividido em dez partes – nove capítulos e um apêndice: 1. o primeiro capítulo é também a introdução, na qual Prestes Maia explica os objetivos e o alcance dos projetos apresentados; 2. o segundo discute o problema das desapropriações de terrenos e imóveis de particulares – necessárias para a realização das obras; 3. no terceiro, o autor trata das estratégias de financiamento para as reformas planejadas; 4. o quarto capítulo apresenta uma das propostas centrais do *Plano de avenidas* – a construção de um perímetro de

26 Moses, *Programa de melhoramentos*.

27 Maia, *Estudo de um plano de avenidas*, ix.

irradiação para o tráfego ao redor do centro histórico de São Paulo; 5. no quinto, Prestes Maia traz a segunda das propostas fundamentais do trabalho – a conexão do centro da cidade com os subúrbios através de avenidas radiais; 6. o sexto capítulo complementa o núcleo dos planos principais com a proposta de que fossem construídos três anéis viários – o já apresentado perímetro de irradiação, um anel intermediário, que aproveitasse os leitos das linhas férreas, e um terceiro anel, com o maior diâmetro, que, a norte e a oeste, seguisse as várzeas dos rios Tietê e Pinheiros; 7. no sétimo, o tema em debate é o transporte ferroviário; 8. o oitavo capítulo continua o tema do transporte urbano, discutindo o uso de elétricos e autocarros – sem deixar de projetar para um futuro mais ou menos distante a construção do metro; 9. no último capítulo, Prestes Maia trata de temas legislativos relativos à extensão da cidade; 10. finalmente, no apêndice, são apresentados dois projetos – um sobre alguns grandes parques projetados para a cidade e outro sobre a reforma da Ponte Grande (atual Ponte das Bandeiras), sobre o rio Tietê.²⁸

Conforme foi discutido anteriormente, o *Plano de avenidas* não foi implementado de imediato por causa das transformações políticas resultantes da Revolução de 1930. Contudo, depois da instauração do Estado Novo, o próprio Prestes Maia foi indicado para administrar o município de São Paulo. A partir de então, o novo prefeito pôde recuperar o seu estudo urbanístico e, com algumas adaptações, implementá-lo na cidade. Entre 1938 e 1945 – ou seja, durante praticamente todo o Estado Novo –, Francisco Prestes Maia esteve à frente da prefeitura da capital e teve carta branca para realizar as obras que tinha planejado quase uma década antes.²⁹

Sob vários pontos de vista, o relatório que Robert Moses apresentou à prefeitura da cidade em 1950 era uma atualização do *Plano de avenidas* de Prestes Maia.³⁰ Ambos focaram os seus pro-

28 Maia, *Estudo de um plano de avenidas*.

29 Sobre a prefeitura de Prestes Maia durante o Estado Novo, ver: Toledo, *Prestes Maia e as origens do urbanismo* (São Paulo: Empresa das Artes, 1996); e Carpintéro, «Em busca da imagem».

30 Essa também é a opinião da arquiteta e urbanista Maria Cristina Leme: «Sob o ponto de vista urbanístico, o *Programa* pode ser considerado em uma linha de continuidade com o *Estudo de um Plano de Avenidas para São Paulo*.» Ver Leme, «A presença norte-americana»,

jetos nos problemas de tráfego, propuseram modelos semelhantes de articulação urbana – estruturados em avenidas circulares e concêntricas, conectadas entre si por grandes vias radiais – e apostaram no crescimento contínuo da metrópole, marcado pelo adensamento populacional e pela verticalização do centro. Entretanto, os dois documentos são bastante contrastantes entre si – tanto formalmente quanto no que diz respeito à história da sua implementação. Enquanto o «mestre construtor» de Nova Iorque optou por uma narrativa direta, curta e objetiva; o professor da Escola Politécnica preferiu escrever um longo trabalho de erudição. E se Prestes Maia – sem maiores oposições – pode pôr em prática o seu projeto de cidade enquanto administrou a capital; Robert Moses viu as suas ideias serem discutidas e rediscutidas inúmeras vezes por políticos, engenheiros, arquitetos e urbanistas de São Paulo – defensores e críticos do *Programa de melhoramentos* –, mas do conjunto de obras que propôs apenas umas poucas foram efetivamente realizadas – e ainda assim com significativas modificações.³¹

UM FUTURO GLORIOSO PARA SÃO PAULO

O objetivo desta seção do capítulo é destacar as semelhanças entre as concepções de cidade dos dois projetos – sobretudo no que diz respeito aos futuros produzidos por ambos. Nesse sentido, pode-se dizer que os destinos de São Paulo, conforme imaginados por Robert Moses e por Francisco Prestes Maia, eram bastante parecidos –

184. No entanto, outros autores, como Candido Malta Campos e Nádya Somekh, enfatizam as diferenças entre ambos os projetos: «No desenho das proposições viárias, o modelo radial-perimetral de Prestes Maia perde sua integridade. O segundo circuito perimetral previsto no *Plano de Avenidas* desaparece, enquanto as marginais Tietê e Pinheiros deixam de ser articuladas por uma ligação Sul-Leste, que formaria a terceira circundante no plano de 1930. [...] Dessa maneira, o desenho adotado no relatório [de Robert Moses] assume um caráter mais aberto, preocupado com as ligações regionais, nacionais e internacionais da capital, no lugar do modelo coerente e de certa forma mais auto-suficiente do *Plano de Avenidas*.» Campos e Somekh, «Relatório Moses», 58-59.

31 Leme, «A presença norte-americana»; Siwi, *Urban Renewal*; Campos e Somekh, «Relatório Moses».

mesmo se apresentavam diferenças pontuais. A grande metrópole desembaraçada dos problemas impostos pelo crescimento (que deveria ser estimulado) fundamentava ambas as concepções de cidade. A literatura que discute esses personagens tende ao consenso neste aspeto. Segundo Sarah Feldman:

Prestes Maia [...] defende o esgotamento das potencialidades ainda não exploradas da metrópole e a remoção dos problemas por meio de novas obras e novos planos – o permanente ajuste da metrópole às exigências da organização da sociedade moderna. Para Prestes Maia, reformas, cirurgias, remodelações de serviços fazem parte do processo de crescimento da cidade e das transformações da vida urbana. A necessidade é evitar não o crescimento da metrópole, mas a interrupção do processo pela ineficiência do funcionamento urbano.³²

Nádia Somekh e Candido Campos sintetizam a São Paulo de Robert Moses em termos equivalentes aos de Feldman para a cidade de Prestes Maia. É interessante observar que todos esses autores frisam ser o crescimento um processo positivo na perspectiva dos personagens considerados:

Na visão do relatório Moses, São Paulo era uma cidade repleta de dificuldades e insuficiências, marcada por graves carências urbanas. [...] Mesmo assim, o crescimento urbano não era visto como um problema em si. Para dar conta dos crescentes *déficits* em termos de infra-estrutura viária, saneamento, áreas verdes e transportes, bastaria contar com investimentos adequados: o movimento expansionista, uma vez organizado e canalizado na direção correta, era algo positivo, exigindo apenas recursos técnicos e financeiros compatíveis.³³

32 Feldman, *Planejamento e zoneamento*, 22.

33 Campos e Somekh, «Relatório Moses», 59.

Tanto Prestes Maia quanto Robert Moses representavam um tipo de mentalidade que Marshall Berman, citando Harold Rosenberg, definia como «tradição do novo». De acordo com o historiador estado-unidense, esta tradição dizia respeito a um aspeto vital da sensibilidade dos nova-iorquinos no século XX: «Nossa identificação com o progresso, com a renovação e a reforma, com a perpétua transformação de nosso mundo e de nós mesmos.»³⁴ O lado perverso dessa tradição seria o apetite por novas obras, que implicariam a destruição constante das cidades: «Como de hábito em Nova Iorque, tudo é posto abaixo antes que haja tempo para se preocupar...»³⁵

A mesma tradição tinha força na metrópole paulista. Candido Campos nota que em São Paulo, já no final do século XIX, «o ato de demolir assumia conotações positivas e desejáveis que marcariam a transformação da cidade».³⁶ Desta forma, ainda conforme Campos, «afirmava-se a transitoriedade do ambiente construído, a ser sacrificado sempre que estivesse no caminho de imperativos modernizantes e expansionistas – como se, para crescer, fosse preciso demolir sem pena».³⁷

Nos projetos de Prestes Maia e Robert Moses para São Paulo, essa mentalidade estava implícita – embora o aspeto destrutivo da renovação urbana não fosse destacado. O mais importante era elaborar e construir as benesses urbanas que permitiriam à cidade crescer sem empecilhos até se tornar uma metrópole gloriosa. A concordância de ambos os personagens na conceção geral de cidade repetia-se também numa série de detalhes na caracterização da metrópole. Dois exemplos possíveis são: as indústrias, que faziam de São Paulo uma cidade economicamente poderosa; e os arranha-céus, que confirmavam esteticamente o lugar da capital paulista entre as grandes metrópoles do mundo.³⁸

34 Berman, «Robert Moses», 278.

35 James Merrill, citado por Berman, «Robert Moses», 271.

36 Campos, *Os rumos da cidade*, 52.

37 Campos, *Os rumos da cidade*, 52.

38 Para a importância simbólica dos arranha-céus na constituição de uma imagem moderna de cidade, ver: Clécia Gomes, «A recepção do skyscraper no Brasil (1920-1945)» (tese de doutoramento em História, Universidade de Campinas, 2023).

Em relação às indústrias, ambos os projetos olhavam para as várzeas dos rios Tietê e Pinheiros como áreas privilegiadas para a sua instalação. Robert Moses afirmava: «Os terrenos do Vale Pinheiros, como os adjacentes ao Rio Tietê, desempenharão um dia um papel importante na expansão da cidade. Estas terras têm um grande valor potencial, sobretudo para a indústria, e em certas secções limitadas, para residência, recreação, e outros fins públicos e privados.»³⁹ Ao passo que Prestes Maia, referindo-se à possibilidade de que fossem construídas linhas férreas e rodovias para o escoamento da produção industrial nessas mesmas várzeas, prognosticava: «*O tempo será um factor poderoso, mostrando ás industrias a excellencia das novas condições e á cidade as vantagens hygienicas, estheticas e economicas.*»⁴⁰

Embora Moses tenha mencionado poucas vezes no seu *Programa de melhoramentos* o papel que os grandes edifícios desempenhariam em São Paulo, ele era explícito ao defender que não se deveria impedir a sua construção: «Aparentemente, não tem havido em São Paulo a tendência, ambição, ou disposição psicológica, de criar qualquer plano urbano destinado a promover a descentralização e [...] a proibir a construção de prédios altos em certas partes e todo excesso de concentração humana [...].»⁴¹ Em compensação, Prestes Maia não deixava margem para dúvidas: «A cidade deve procurar solução nos arranha-céus [...].»⁴²

Outro exemplo possível diz respeito ao sistema de ruas. Para ambos, São Paulo deveria ter o formato de um «alvo», com vários anéis viários e concêntricos, conectados entre si por avenidas radiais

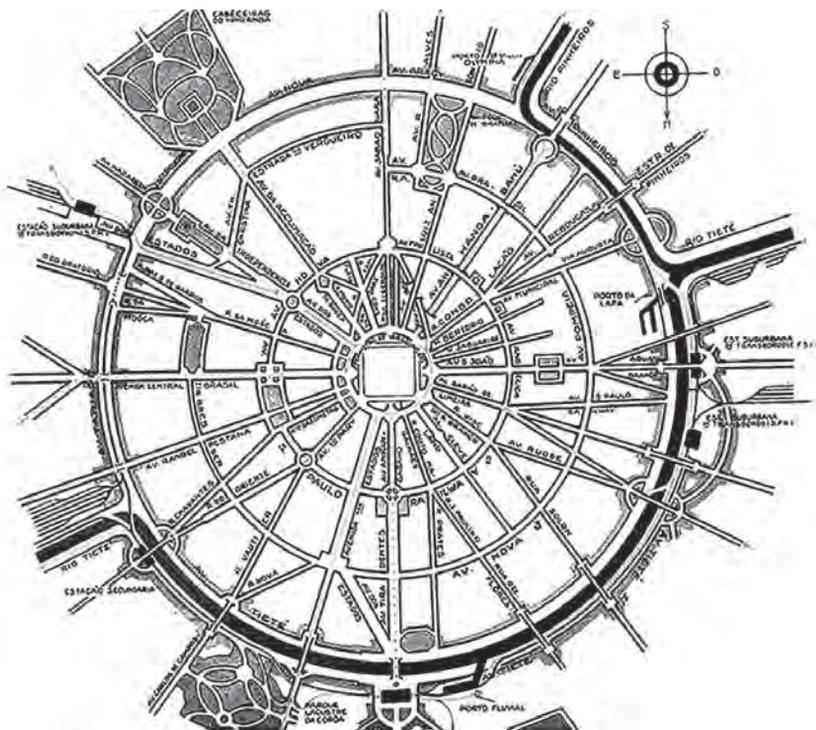
39 Moses, *Programa de melhoramentos*, 52-53.

40 Maia, *Estudo de um plano de avenidas*, 155 – grifos originais.

41 Há uma ligeira diferença entre a citação original em inglês e a tradução para o português. No texto em inglês, Moses enfatiza negativamente as «teorias radicais de descentralização», trecho que desaparece na tradução. Tais teorias são associadas por Moses aos ramos do urbanismo representados, por exemplo, por Frank Lloyd Wright, Jane Jacobs ou Lewis Mumford, nos EUA, e por Anhaia Mello, no Brasil. É uma espécie de alfinetada nas faltas de pragmatismo e de realismo que seriam características desses ramos. A citação em inglês: «Any city plan based upon radical theories of decentralization and [...] bans on high buildings and on all concentrations of population, is apparently no part of Sao Paulo psychology, trend and ambition [...].» Moses, *Programa de melhoramentos*, 11-12.

42 Maia, *Estudo de um plano de avenidas*, 94.

que cruzariam a cidade de ponta a ponta. Segundo Prestes Maia, a metrópole ideal seguiria o seguinte esquema:



Esquema teórico do *Plano de avenidas* para São Paulo.⁴³

Moses, que preparou o seu projeto depois de Prestes Maia ter construído parte de seu *Plano de avenidas*, recuperava – de maneira um pouco mais simplificada – a mesma proposta de estrutura viária:

O sistema de artérias que propomos consiste, principalmente, em radiais que, partindo do centro comercial da cidade, conduzam aos subúrbios. Isto, entretanto, inclui também um anel ou cinto,

43 Maia, *Estudo de um plano de avenidas*.

o qual, acompanhando os vales do Tietê e Pinheiros, estaria intimamente relacionado com o aproveitamento das terras que limitam o Rio e o Canal, e com as estradas de ferro existentes.⁴⁴

No seu plano, Prestes Maia enfatizava as diferenças entre os tipos de ruas que compõem uma cidade. Por um lado, afirmava que «a rua ordinária é um erro do urbanismo oficial contemporâneo» e, por outro, chamava a atenção para «o papel importantíssimo reservado às vias rápidas nas grandes cidades».⁴⁵ Além disso, complementava: «O próprio relevo de São Paulo [...] indica e permite uma solução moderna: *tunneis, viaductos, avenidas de thalweg, numa palavra: arterias rápidas.*»⁴⁶ Contudo, esse sistema viário precisava de ser relacionado com outros elementos: «Não basta considerar as ruas em si, senão em referência aos meios de transporte individuais e colectivos, que assumem na cidade moderna excepcional importância.»⁴⁷ Destes transportes, o engenheiro destacava que: «Na expansão das cidades o papel dos transportes rápidos é preponderante.»⁴⁸ Neste sentido, a velocidade era uma das características fundamentais do futuro das viagens quotidianas pela cidade – aceleradas pelo sistema de ruas e pelos meios de transporte modernos disponíveis.

Robert Moses, por sua vez, corroborava esse ponto de vista:

Nossas observações sobre o transporte coletivo na cidade de São Paulo, o exame dos dados referentes à presente organização de seu tráfego, e a revisão de todos os estudos e planos para melhorá-lo, levam-nos à conclusão de que o problema de transportes da cidade é dos que mais urgentemente exigem solução. E deverá ser enfrentado de maneira enérgica e pronta. Sua solução definitiva será bastante dispendiosa. Embora ainda não haja fundos para tal, há que começar o planejamento de um sistema de trâm-

44 Moses, *Programa de melhoramentos*, 13.

45 Maia, *Estudo de um plano de avenidas*, 94 e 96 – grifos originais.

46 Maia, *Estudo de um plano de avenidas*, 96 – grifos originais.

47 Maia, *Estudo de um plano de avenidas*, 132.

48 Maia, *Estudo de um plano de avenidas*, 132.

sito rápido, o qual se coordene com o programa de rodovias expressas descrito neste relatório.⁴⁹

Os dois planeadores mostravam-se bastante preocupados com a exequibilidade das obras que propunham – e os custos eram um dos seus pontos focais. Ambos concordavam, por exemplo, que São Paulo, mais dia ou menos dia, exigiria um sistema de comboios subterrâneos para complementar os seus serviços de transporte coletivo. Entretanto, devido aos investimentos elevados que obras metroviárias exigiriam, nenhum deles aconselhava a implementação desse sistema imediatamente. Tanto em 1930 quanto em 1950, o metropolitano foi imaginado como parte inevitável do futuro de São Paulo, mas cuja concretização era indefnida – um problema caro que não podia ser resolvido no momento por falta de recursos financeiros. Pragmaticamente, Prestes Maia afirmava: «Não basta elaborar bellos planos. Elles serão inuteis se ao mesmo tempo não se prover as cidades com meios de defeza contra a especulação e com recurso para enfrentar os empreendimentos.»⁵⁰ Enquanto Moses, discutindo especificamente a questão do transporte coletivo, observava:

À primeira vista, parece que sòmente um sistema radial de trens subterrâneos, que se estendesse por vários quilômetros até as zonas limítrofes mais populosas, solveria o problema crescente; porém, chegamos à conclusão de que seria muito cara, no presente, a construção de linhas subterrâneas. Uma solução razoável e econômica seria a aquisição de uns 500 ônibus modernos, de grande capacidade, e o melhoramento das ruas e dos pontos terminais, enquanto se constroem artérias de comunicação que permitam o transporte rápido entre o centro da cidade, bairros e subúrbios.⁵¹

49 Moses, *Programa de melhoramentos*, 27.

50 Maia, *Estudo de um plano de avenidas*, 26.

51 Moses, *Programa de melhoramentos*, 12-13.

O principal efeito do adiamento da construção do metro era a afirmação de um destino para a metrópole marcado pela omnipresença dos automóveis. Diversos autores chamam a atenção para as consequências dessa escolha para São Paulo. Na opinião de Luís Octávio da Silva, por exemplo, o *Plano de avenidas* de Prestes Maia seria uma forma bem acabada de um «projeto rodoviarista e expansionista». ⁵² Para Maria Cristina Leme, as propostas de Moses teriam afetado permanentemente a cidade em dois aspetos: «a proposta de um sistema de vias expressas e a afirmação da prioridade ao sistema de transporte coletivo por ônibus.» ⁵³ De maneira bastante explícita e em diálogo mais direto com os temas explorados neste livro, Regina Meyer arremata:

Não estamos, a partir do plano de Moses comprando «imediatamente 500 ônibus e mais 100 a cada ano até suprir as necessidades»; estamos na verdade fazendo uma opção de organização do nosso espaço urbano e de seu funcionamento. Cortando a cidade com inúmeras «expressways», criando com as avenidas marginais uma malha viária densa, estamos determinando o futuro espacial e funcional da metrópole paulistana. ⁵⁴

52 Silva, «Verticalização, expansionismo e grandes obras viárias, 106. Contudo, é necessário fazer uma ressalva em relação ao rodoviarismo de Prestes Maia. Embora o seu *Plano de avenidas* sem dúvida privilegie o transporte sobre rodas e a sua primeira administração da capital paulista tenha sido marcada pela construção de ruas, avenidas e viadutos para automóveis, o engenheiro mostrou-se atento ao problema do metro em pelo menos duas ocasiões importantes. Em 1956, Prestes Maia presidia à «Comissão do Metropolitano», que era composta por uma equipa de engenheiros contratados pela prefeitura. Esta comissão preparou um documento chamado «Ante-projeto de um Sistema de Transporte Rápido Metropolitano», publicado em 1956, que sugeria uma série de medidas para descongestionar o trânsito em São Paulo – sendo uma delas a construção de um metro. Ainda assim, como nota Regina Meyer, os trens subterrâneos seriam a última de uma série de outras intervenções, que deveriam ser realizadas em primeiro lugar: «melhoramento e racionalização dos transportes; obras de urbanismo, especialmente obras viárias e por fim o metropolitano propriamente dito.» Ver Meyer, «Metrópole e urbanismo», 114. A segunda ocasião foi a promoção de estudos aprofundados para a construção do metropolitano em São Paulo, já na década de 1960, quando Prestes Maia era novamente prefeito da capital.

53 Leme, «A presença norte-americana», 184.

54 Meyer, «Metrópole e urbanismo», 88 – grifos originais.

A justificação para não se construir o metro era o custo das obras. De facto, como já se chamou a atenção, ambos os documentos procuravam mostrar que as suas propostas seriam adequadas para São Paulo não só porque foram elaboradas por urbanistas competentes, mas também – e talvez de forma mais fundamental – por serem financeiramente realistas. Do ponto de vista retórico, a preocupação com o orçamento das intervenções, na verdade, potencializava a eficácia de produção do futuro desses projetos. A mobilização do tema monetário reforçava a verossimilhança do que era apresentado e, neste sentido, fortalecia o argumento de que os projetos em questão seriam efetivamente uma possibilidade para a metrópole.⁵⁵ Este tipo de elemento discursivo fazia a ponte entre as soluções desenhadas e a sua realização no tecido urbano, pois era parte de um receituário que demonstrava os passos necessários para se chegar ao objetivo desejado. Noutros termos, era através de recursos narrativos como este – e contando com condições sociais privilegiadas –, que os textos eram projetados para fora de si, inscrevendo no horizonte de expectativas de São Paulo, de maneira eficaz, a cidade que estava originalmente apenas no papel.

Entretanto, a questão do custo das obras também inseria implicitamente aspetos pessimistas na estrutura narrativa dos documentos, que sugeriam – no limite – ser impossível resolver os problemas de São Paulo sem ter à disposição mais recursos. Falar em dinheiro – ou, dito de forma mais ampla, assumir uma perspetiva «realista» sobre o futuro da cidade – era ao mesmo tempo um potente catalisador das propostas, mas também uma ameaça à sua realização. Para mitigar tal ameaça, era necessário equilibrar afirmações que revelavam a certeza de um futuro positivo para São Paulo com o desejo de ser realista.⁵⁶ Um exemplo disso está na seguinte citação de Prestes Maia:

55 Em determinadas ocasiões dos debates urbanísticos da década de 1950, as propostas de Prestes Maia e Robert Moses, qualificadas como realistas e factíveis, seriam mobilizadas em oposição a outras, descritas como fantasiosas e irrealizáveis – resultando no reforço da capacidade de produção do futuro das primeiras. Embora esse aspeto do debate não seja explorado neste capítulo, no próximo – dedicado à análise de um futuro alternativo para São Paulo – o tema em questão será retomado e analisado cuidadosamente.

56 Citando Hayden White: «O desejo expresso de ser “realista” [...] deve refletir uma concepção específica não tanto do que é a essência do “realismo” como do que significa ser

Importa nos projetos de urbanismo manter um critério rigoroso e claro, evitar as fantasias e as superfluidades, fugir ao espírito de sistema, às concepções rígidas, desconfiar das ideias muito engenhosas e paradoxais, sacrificar o secundário, selecionar e, não obstante tudo, ter sempre diante dos olhos o futuro da cidade (que no nosso caso todos acreditamos será grandioso) e não sacrificá-lo.⁵⁷

A repetição dessas soluções nos dois projetos não era fruto do acaso ou simplesmente das preferências narrativas dos autores. Um aspeto fundamental da explicação era a correspondência entre a estrutura discursiva desses documentos e a representação então hegemónica do futuro de São Paulo. Portanto, não exatamente de maneira deliberada ou consciente, mas reproduzindo o sentido sedimentado da história da cidade, ambos os autores escolhiam e distribuíam os elementos que compunham o seu texto, confirmando o destino glorioso da metrópole e sugerindo que o seu caminho seria repleto de desafios. Moses, por exemplo, dispunha os problemas que acompanhavam o crescimento de São Paulo justamente como os desafios da jornada épica e, em seguida, oferecia as soluções – para a cidade e para a narrativa –, fundadas nessa entidade poderosa que eram os paulistas (e nas técnicas do planeamento):

A região em que se ergue São Paulo possui todos os elementos propícios ao crescimento de uma cidade: altitude média, clima quase ideal, porque moderado durante todo o ano; sistema regular de chuvas, potencial hidráulico, e fácil acesso ao mar. Tudo isto, nas mãos de uma população cheia de vida, empreendedora, cosmopolita, produziu uma indústria e uma metrópole. Do cres-

“irrealista”. A problemática de um enfoque “realista” da realidade é mais ou menos a mesma que aquela contida nas noções de “sanidade mental” e “saúde”. Tais noções se definem mais facilmente pelo que os homens de um dado tempo e lugar reconhecem como noções opostas: “loucura” e “doença”. Assim, também, o conteúdo específico da concepção de “realismo” de uma determinada época se define mais facilmente pelo que tal época como um todo julgava ser “irrealismo” ou “utopismo”. Hayden White, *Meta-história: A imaginação histórica do século XIX* (São Paulo: Edusp, 2008), 60-61.

57 Maia, *Estudo de um plano de avenidas*, 10.

cimento da cidade surgiram os problemas comuns a todos os grandes centros. Problemas que se acumularam constante e quase silenciosamente, esquecidos pelos paulistas – gente forte, empreendedora, desapegada da tradição, afoita, e por consequência pouco preocupada com planejamento e sujeição a regulamentos.⁵⁸

É importante destacar que nem sempre as soluções dos projetos podiam seguir o modelo épico. Neste género literário, por regra, os heróis alcançam a glória no fim das narrativas. Nos projetos, diferentemente, esta glória – embora tida como certa no futuro – existia apenas em potência, nunca se realizando plenamente no texto. Por isso, enquanto na literatura não era preciso dizer antecipadamente que os heróis iriam superar os seus obstáculos – o que efetivamente acabava a acontecer –, nos documentos analisados, tendo em vista a impossibilidade de se conhecer de facto o final da história, os seus autores optavam por explicitar antecipadamente a certeza do destino glorioso de São Paulo – que, por mais reafirmado que fosse, no limite, continuava incerto. Substituía-se a resolução convencional da epopeia pela afirmação da crença otimista no bom futuro da cidade. Nas palavras de Prestes Maia:

Estamos, sob todos os pontos de vista, em um momento decisivo da nossa existencia urbana. No centro os arranha-céus se multiplicam; no taboleiro alem do Anhangabahú os primeiros grandes predios começam a emergir no meio do casario terreo [...]. Na propria administração municipal novo regimen se prepara com a cooperação do Estado. A varzea do Tieté, que por si só será uma cidade nova, acha-se em vias de completa metamorphose. Outras grandes obras se executam: calçamento, exgotto, abaste-

58 Moses, *Programa de melhoramentos*, 9. Novamente, há uma diferença subtil entre a tradução e o original, que altera ligeiramente o sentido daquilo que Moses escreveu. Em inglês, o «mestre construtor» de Nova Iorque, afirmou: «These problems accumulate steadily and almost silently, especially among strong, independent, individualistic, ambitious people, with little regard for tradition, impatient of restraint and slow to realize the importance of reasonable planning and control in the common interest.» Portanto, dava maior ênfase à importância do controlo e do planeamento racionais para os interesses comuns.

cimento, grandes parques e edifícios públicos. A situação geral do Estado é promissora. O próprio ambiente parece até certo ponto preparado [...].⁵⁹

O mesmo otimismo transparecia nos textos de Moses. Numa carta – escrita para um amigo alguns meses antes da sua segunda viagem ao Brasil –, as referências ao país e a São Paulo apareciam nos seguintes termos: «Brazil is a country which will be heard from in the future and my hunch is that before long Sao Paulo will be one of the world's great industrial cities.»⁶⁰ No documento apresentado à prefeitura de São Paulo, contudo, Moses era mais cauteloso e, ao mesmo tempo que destacava características positivas da metrópole, enfatizava uma série de problemas – ainda assim, todos solucionáveis – que acompanhavam o crescimento de qualquer cidade:

Entretanto, São Paulo, quem sabe, mais depressa do que o fizeram cidades norte-americanas semelhantes, percebeu que seu extraordinário crescimento requeria programas e regulamentos para suas construções, que assegurassem um futuro progresso ordenado e evitassem dificuldades insuperáveis ou despesas de grandes somas com obras de modernização – como tem ocorrido em tantas de nossas áreas urbanas.⁶¹

Esse otimismo equilibrado era, na verdade, um dos elementos fundamentais dos documentos em questão – afinal, eles precisavam de pintar a metrópole resultante das suas implementações como um cenário positivo e factível ao mesmo tempo. Um plano urbanístico que se propusesse entregar uma cidade em piores condições do que as encontradas antes de sua realização simplesmente não faria sentido. E um que não fosse «realista» teria poucas possibilidades de gerar efeitos sobre a cidade. Pode-se dizer, portanto, que havia uma espécie de exigência retórica para que o futuro desenhado fosse otimista e realista – uma condição que, a princípio,

59 Maia, *Estudo de um plano de avenidas*, 7.

60 NYPL – RMP [B36-FC], 28/04/1950.

61 Moses, *Programa de melhoramentos*, 9.

pode ser generalizada para qualquer projeto do tipo. No entanto, no caso específico das propostas de Prestes Maia e Moses, não era só esta exigência que fundamentava os seus projetos. Pelo menos mais dois aspetos eram essenciais neste sentido. Em primeiro lugar, a correspondência entre o futuro imaginado por esses projetos e um futuro interessante para e amparado por setores dominantes do Estado – o que provocava efeitos tanto de produção e reprodução desse discurso quanto de confirmação de que esse seria o futuro da cidade. E, em segundo lugar, o próprio apoio do Estado, que garantia no presente que esses projetos seriam de facto realizados no futuro – provocando a mobilização de diversos capitais que poderiam de diferentes maneiras ser investidos na realização dos projetos.

OS PROJETOS E A CIDADE

Das dimensões de produção do futuro mencionadas acima, a mais poderosa socialmente era o aval do Estado. Tal dimensão proporcionava a esses documentos uma capacidade de produção do futuro muito superior à dos discursos ordinários – o que também é um reforço à justificação para a escolha destes projetos como tipos-ideais da representação hegemónica dos destinos de São Paulo.

Independentemente de o Estado dar ou não continuidade aos projetos em questão, o simples facto de os encomendar já alimentava expectativas que movimentavam energias sociais em direção às suas realizações. Sugerir que determinada região da cidade receberia investimentos estatais era o suficiente para que grupos económicos, a burocracia estatal, a imprensa e outros agentes sociais iniciassem uma série de ações. Terrenos eram adquiridos (às vezes comprados, às vezes invadidos), informações sobre a região eram levantadas e oficialmente documentadas, notícias eram produzidas e postas em circulação. Ao mesmo tempo, começavam a ser realizadas negociações sobre condições de construção, sobre impostos, sobre a distribuição de responsabilidades entre Estado e iniciativa privada etc., favorecendo tanto que grupos privilegiados tirassem proveito da situação quanto que o futuro implicado começasse a realizar-se –

ainda que, consoante a situação, também ações de resistência aos projetos pudessem ser postas em movimento.

O estudo de Cristina Mehrtens sobre a construção do estádio do Pacaembu (que foi terminada na prefeitura de Prestes Maia) é uma excelente ilustração desse processo. No caso, tanto uma série de agentes sociais privilegiados mobilizaram os seus capitais e investiram conjuntamente no mesmo grande projeto – resultando, consequentemente, na produção do futuro imaginado – como pequenas resistências se colocaram contra ele, ainda que tenham sido atropeladas pelas energias políticas e económicas dominantes.⁶² O ponto a ser destacado, de qualquer forma, é o momento em que se projetou a existência do estádio, a partir do qual o Pacaembu passou a ser presentificado. Ou seja, assim que a prefeitura de São Paulo (com apoio do governo do estado) apresentou o projeto em questão, aqueles agentes com condições de aproveitar a ocasião – mesmo não havendo qualquer construção em curso – passaram a agir como se o estádio já fosse uma realidade dada.

Essa tomada de posição dos diversos agentes que, de alguma forma, estavam envolvidos no projeto comprometia parte dos seus capitais, das suas atenções e das suas ações na efetiva construção do estádio – e, sendo assim, tornavam ainda mais provável que o Pacaembu acontecesse. Para a questão que se quer discutir aqui, não importa se o processo de construção aconteceu de maneira mais ou menos fiel ao projeto ou se seguiu caminhos completamente outros. O fundamental é observar que, quando um projeto – como o do estádio do Pacaembu, o *Plano de avenidas* ou o *Programa de melhoramentos* – era apresentado com garantias estatais para agentes com capitais disponíveis, o futuro que ele representava era, na prática, presentificado. Por outras palavras, se discursos sobre o futuro contam com recursos equivalentes aos de um Estado, ao mesmo tempo contam também com o poder de fazer acreditar que o amanhã em questão é uma certeza.

62 Cristina Mehrtens, «Projetando poder: a política do espaço urbano nos anos 30 em São Paulo, Brasil» (artigo em elaboração, Universidade de Campinas, 2013).

Os planos de Prestes Maia e de Robert Moses, como o projeto do estádio, foram discursos que tiveram esse tipo de efeito sobre a realidade social: ao se tornarem públicos, imediatamente começaram a transformar em certeza os futuros que sugeriam. No entanto, da mesma forma que o seu poder de criação dos destinos de São Paulo só se manifestava por conta das condições excepcionais da sua emergência, a história extremamente agitada do Estado que garantia essas tais condições ameaçava constantemente a concretização dos futuros em jogo. Os desdobramentos das situações políticas em ambos os casos fizeram com que cada um dos projetos seguisse rumos bastante diferentes.

Enquanto, num primeiro momento, o *Plano de avenidas* de Prestes Maia foi solenemente ignorado em função dos resultados da Revolução de 1930; o *Programa de melhoramentos* de Moses, a princípio, tinha todas as condições para ser implementado imediatamente – a começar porque era patrocinado pelos Rockefeller, pela Light e pela própria prefeitura de São Paulo. Entretanto, as violentas transformações políticas dos anos 1930 fizeram com que Prestes Maia – inicialmente, ostracizado da vida política com a ascensão de Vargas no início da década – fosse, em 1938, alçado à posição de prefeito da cidade de São Paulo, quando houve um novo momento de reconfiguração das alianças políticas, no qual antigos inimigos acabaram a lutar juntos na mesma trincheira. Durante o Estado Novo, como já foi mencionado, o engenheiro administrou a metrópole e pôs em marcha as obras de seu *Plano de avenidas*. A partir do momento em que assumiu a prefeitura de São Paulo, Prestes Maia contou com condições excepcionais para levar a cabo a realização do seu projeto. Naquele contexto, a oposição política era praticamente inexistente – muito em função do fechamento das casas legislativas pela ditadura do Estado Novo e da perseguição a que os adversários do regime estavam submetidos.⁶³ Além disso, também do ponto de vista intelectual, Prestes Maia não enfrentava grande resistência –

63 Sobre os efeitos das políticas ditatoriais sobre a cidade de São Paulo especificamente, ver: Campos, *Os rumos da cidade*. Sobre o Estado Novo em geral, ver, entre outros: Nelson Jahr Garcia, *Estado Novo: Ideologia e propaganda política* (São Paulo: Ed. Loyola, 1982).

ainda que Anhaia Mello individualmente já expressasse a sua discordância em relação ao urbanismo praticado pelo seu colega, institucionalmente, os valores que pautavam o urbanismo local (fortemente marcados pelas lógicas do campo político) eram, na prática, monopolizados pela perspectiva representada por Prestes Maia.

Portanto, a produção do futuro de São Paulo promovida pelo Estado, durante o período da ditadura Vargas, conseguiu alinhar diversas forças poderosas (do próprio Estado e do urbanismo) numa mesma direção: a da metrópole gloriosa.⁶⁴ Neste sentido, as ações de Prestes Maia foram fundamentais para produzir um futuro que insistentemente, nas décadas seguintes, continuaria a ser a principal imagem no horizonte de expectativas de São Paulo – constantemente presentificada e, ao mesmo tempo, reinscrita como perspectiva de futuro.

Já no caso de Robert Moses, a situação era completamente outra. Ainda que a cidade produzida por Prestes Maia se sedimentasse ao longo dos anos, vozes que se opunham a ela começaram a levantar-se. O *Programa de melhoramentos* de Moses foi elaborado quando o urbanismo paulista vivia um momento de divisão – com amparo institucional significativo para os dois principais ramos da área. Como foi visto no primeiro capítulo deste livro, no início da década de 1950, em contraste com o final dos anos 1930, começava a ganhar espaço uma imagem alternativa da grande metrópole, na qual o crescimento – em vez de solução – era pintado como o maior problema da cidade. Essa crítica era elaborada dentro da estrutura administrativa da prefeitura e no meio acadêmico – respetivamente: no Departamento de Urbanismo de São Paulo e nas Faculdades de

64 Embora Prestes Maia contasse com o controlo sem oposição da máquina do Estado a nível municipal e não encontrasse resistência intelectual ou de outros tipos para o tipo de cidade que construía, isso não quer dizer que a sua perspectiva fosse unânime. O samba paulista produzido neste mesmo momento, um exemplo entre muitos, revelava outras perspectivas sobre a cidade que implicavam outras imagens do seu futuro. No entanto, a capacidade do Estado de mobilizar capitais para a produção de um futuro específico para São Paulo era infinitamente superior à dos sambistas – que, mesmo assim, contribuíam para a complexificação do que era a cidade e do que ela se tornaria. Sobre o samba deste momento, ver: Bruno Pereira, «Cartografias cruzadas: os caminhos do samba e os traçados do Plano de Avenidas em São Paulo (1938-1945)» (dissertação de mestrado em Antropologia, Universidade de São Paulo, 2017).

Arquitetura e Urbanismo da USP e da Mackenzie.⁶⁵ Por isso, quando o relatório de Moses foi apresentado, ele encontrou resistência imediata dentro da própria administração municipal e entre os sábios locais do urbanismo. Além disso, mesmo entre engenheiros e urbanistas que, a princípio, concordariam com o tipo de cidade proposto por Moses, houve um certo mal-estar: o que os incomodava era o facto de a prefeitura, em vez de contratar especialistas da própria São Paulo para elaborar o projeto – e havia vários disponíveis –, ter preferido deixá-lo nas mãos de um grupo de estrangeiros, que pouco ou nada sabiam sobre a metrópole.⁶⁶ Portanto, dentro do universo do urbanismo, o *Programa de melhoramentos* nasceu numa situação delicada:

Em 14 de dezembro de 1950, o governador de São Paulo, Ademar de Barros e o prefeito Lineu Prestes apresentaram a um público formado por vereadores, técnicos municipais e imprensa o relatório do *Programa de Melhoramentos*. As primeiras repercussões foram imediatamente relatadas a Moses e refletiam o tom crítico com que foi apresentado. Entre os editoriais publicados na grande imprensa e nas revistas especializadas, a principal, que causou repercussão imediata, segundo correspondência enviada pelo IBEC para Nova York, veio do IAB [Instituto de Arquitetos do Brasil], seção São Paulo. / O arquiteto Oswaldo Bratke, presidente da seção São Paulo é duro e enfático. O IAB havia recomendado a realização de um plano para São Paulo, porém não considera que o relatório elaborado pelos especialistas estrangeiros substituísse o tão reclamado plano geral, não seria «satisfatório nem como simples programa de melhoramentos porque a despeito de [não] ter sido feito por nossos especialistas que compreendem os problemas locais é absolutamente impraticável porque contém erros elementares, resultado do fato de seus autores não nos conhecerem, não conhecerem nossa cidade e não terem nem o mais superficial contato como eles declaram».⁶⁷

65 Ver especialmente: Feldman, *Planejamento e zoneamento*; e Leme, «Urbanismo».

66 Ver: Campos e Somekh, «Relatório Moses».

67 Leme, «A presença norte-americana», 202.

Do ponto de vista político, o contexto também se mostrou complicado e distinto do Estado Novo. Enquanto o próprio Prestes Maia, durante a ditadura Vargas, supervisionou as obras do seu *Plano de avenidas*; Robert Moses – que esperava efetivamente ver as suas ideias para a metrópole paulista serem implementadas, como fica revelado pela sua correspondência⁶⁸ – viu o seu *Programa de melhoramentos* sair da linha da frente dos projetos a serem executados e passar à pilha de documentos que precisavam de maiores discussões.

Lineu Prestes – o prefeito que encomendara o trabalho em questão – recebeu o relatório de Moses em novembro de 1950, mas em fevereiro do ano seguinte deixou a administração da cidade para ser substituído por Armando de Arruda Pereira. No governo estadual também houve mudanças: Adhemar de Barros passou o seu cargo a Lucas Nogueira Garcez. Essa movimentação política significou o arrefecimento momentâneo do «adhemarismo» em São Paulo. Adhemar Pereira de Barros era um político que vendia a imagem das suas administrações como períodos de grande realização de obras e sustentava slogans como «São Paulo não pode parar» – contudo, também, «Rouba, mas faz».⁶⁹ Foi Barros, quando interventor estadual (1938-1941), quem indicou Prestes Maia para a prefeitura de São Paulo – e as obras iniciais do *Plano de avenidas* contaram com a sua aprovação e apoio. A preparação do *Programa de melhoramentos* de Moses também teve o aval de Barros, que na ocasião governava novamente o estado de São Paulo – desta vez eleito para o cargo (1947-1951).

Lucas Garcez venceu as eleições para governador com o apoio de Adhemar de Barros, contudo, os dois romperam logo depois do pleito.⁷⁰ Por conta disso, Garcez travou uma série de projetos que

68 «There is a fascinating problem down there [in São Paulo] which I hope to be able to stay with long enough to see something accomplished», NYPL – RMP [B36-FC], 28/04/1950.

69 Sobre o populismo adhemarista, ver: Fabiane Oliveira, «Ademarismo: A construção ibespiana do conceito de populismo», in *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH* (São Paulo, 2011). Sobre o Ibsp e a sua interação com as políticas brasileiras dos anos 1950, ver: Simon Schwartzman, *O pensamento nacionalista e os «Cadernos de Nosso Tempo»* (Brasília: Câmara de Deputados, 1981).

70 Jorge Miguel Mayer, «Lucas Nogueira Garcez», in *CPDOC Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930* (Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001).

faziam parte da gestão anterior e fez várias mudanças de pessoal. A troca de prefeito da capital – que naquela altura era uma prerrogativa dos governadores – implicou também a paralisação do *Programa de melhoramentos* de Robert Moses.

Ainda assim, as propostas de Moses não foram completamente eliminadas do horizonte do Estado. Os diretores da IBEC e o «messtre construtor» de Nova Iorque estabeleceram e mantiveram contacto com os novos governantes da cidade e do estado de São Paulo, na expectativa de acompanhar os desenvolvimentos do *Programa de melhoramentos* apresentado aos seus antecessores. Nos anos correspondentes à prefeitura de Armando de Arruda Pereira (1950-1953), os esforços de Moses e seus companheiros resultaram em pouco progresso. Contudo, a partir da eleição de Jânio Quadros (1953) – reforçada pela perspectiva das comemorações dos 400 anos de São Paulo no ano seguinte –, as possibilidades de as ideias do *Programa* serem implementadas na metrópole voltaram a ser encaradas com um certo otimismo – mitigado «apenas» pela falta de dinheiro.

O engenheiro Henrique Dumont Villares – um dos herdeiros da rica família de Santos Dumont – conheceu e tornou-se amigo de Robert Moses numa das viagens deste a São Paulo. Em novembro de 1953, Villares enviou uma carta ao amigo de Nova Iorque, discutindo, entre outras coisas, as questões apresentadas acima:

As you know both in State and in Municipal government we have now honest men in command, but they found such financial difficulties in their way that it will be some time before they get the boat on an even keel. May I say, with great pleasure, that the Municipal authorities are following exactly what was laid down in the recommendations of your report! After three years delay bus-rates were raised and hundreds of buses purchased. Radial speedways are being planned and initiated – all this after precious time lost!⁷¹

Curiosamente – e na mesma missiva –, Villares revelava também a consolidação de novos entendimentos sobre como lidar com

71 NYPL – RMP [B42-FS], 15/11/1953.

os problemas urbanos, que seguiam no sentido oposto ao defendido por Moses: «The City is growing at such a pace that population increase is beyond any expectations. If drastic limitations are not introduced transportation problems will be unsolvable.»⁷² Um indício, justamente, de que perspectivas como a de Anhaia Mello se disseminavam cada vez mais e em diferentes espaços.

Numa outra carta endereçada a Moses, de alguns meses antes, o engenheiro do Departamento de Urbanismo de São Paulo, Luís Carlos Berrini Jr. – que, por sinal, mesmo fazendo parte deste departamento, alinhava com Prestes Maia e Moses nos princípios do urbanismo –, fazia considerações muito parecidas. Em relação ao *Programa de melhoramentos*, o engenheiro dizia: «Our program has been going very slowly; the toughest problem, as expected, was the financial, much complicated by the unsteady situation of our currency, and the dollar shortage, which forces us to cut almost every import.»⁷³ No entanto, reforçando o otimismo de Henrique Villares, Berrini Jr. complementava:

Soon after we left New York, you wrote me a letter, telling how important was to us the transportation problem, and urging the fact that the Municipal Government should immediately buy 500 new busses, to do something visible and benefit almost instantly all the people. Well, although it took three years to fully grasp the importance of this fact, the new Mayor is now going to buy those 500 busses, and, of course, increase all the fares, simultaneously: the tramway fare will go from Cr\$ 0,50 to Cr\$ 1,00, and the bus from Cr\$ 1,00 to Cr\$ 1,50.⁷⁴

Ainda neste mesmo documento, outra informação relevante indicava que a produção do futuro de São Paulo promovida pelo Estado contaria novamente com personagens já antes importantes na sedimentação do seu destino de grande metrópole: «As for

72 NYPL – RMP [B42-FS], 15/11/1953.

73 NYPL – RMP [B41-FB], 25/08/1953.

74 NYPL – RMP [B41-FB], 25/08/1953.

myself, I have just been appointed head of a special commission, which will also have Mr. Prestes Maia's aid (the ex-Mayor you know), and whose task is to speed the solution of many important urban problems, for early execution.» Concluindo esta seção da carta, finalmente, Berrini recuperava o sentido épico da narrativa hegemônica sobre os destinos da cidade, reproduzindo o discurso público dominante também em trocas privadas de correspondências: «As you see, things are not bad at all, although they could be better, if we just had a better start, since you have been here; but, now the future is taking shape, and looks brighter.»⁷⁵

DILUIÇÃO DA AUTORIDADE HEGEMÔNICA E FORTALECIMENTO DA CRÍTICA

O ano do quarto centenário, 1954, renovou e multiplicou a representação otimista do futuro de São Paulo. Na altura, a metrópole era constantemente qualificada nos seguintes termos: maior centro industrial da América Latina, cidade que mais rapidamente crescia no mundo, primeira cidade brasileira, locomotiva do Brasil, capital econômica do país, etc.⁷⁶ Além disso, embora não houvesse consenso estatístico, simbolicamente foi neste momento que a metrópole ultrapassou a marca de três milhões de habitantes, superando a população do Rio de Janeiro e tornando-se, portanto, a cidade mais populosa do Brasil.⁷⁷ Esses títulos normalmente vinham acompanhados da expectativa de um destino glorioso para a cidade: São Paulo continuaria na sua trajetória de crescimento – e quanto maior ela ficasse, melhor se tornaria. Ainda que o passado também fosse celebrado (sobretudo o bandeirantismo), eram as imagens do futuro – todas positivas – que predominavam nessas representações. O já mencionado slogan adhemarista – originalmente elaborado para o

75 NYPL – RMP [B41-FB], 25/08/1953.

76 Ver especialmente: *O Cruzeiro* (23/01/1954); *Manchete* (número especial, 1954); *Folha da Manhã* (24/01/1954); e *O Estado de S. Paulo* (25/01/1954).

77 Para um documento da época, ver: Azevedo, «Preâmbulo». Para uma discussão posterior, ver: Santos, *A urbanização brasileira*.

estado de São Paulo – sedimentou-se, nessa época, como a síntese do futuro da capital: «São Paulo não pode parar.»

No entanto, esse otimismo renovado escapava do controlo discursivo dos urbanistas ou mesmo do Estado. Em função das comemorações dos 400 anos, a expectativa positiva deixou de ter um sujeito enunciador específico para se tornar uma representação generalizada e amplamente difundida – repetida exaustivamente nos mais diversos campos de comunicação: livros, jornais, revistas, peças publicitárias, programas de rádio e televisão, obras e apresentações artísticas, etc.⁷⁸ A imagem de uma metrópole gigantesca, rica, moderna e poderosa, habitada por uma população trabalhadora, cosmopolita, cheia de energia e orgulhosa da sua cidade tornou-se um lugar comum – um discurso sem sujeito ou com um sujeito coletivo tão amplo que já não possuía nenhuma especificidade. Consequentemente, tanto a legitimidade intelectual dos urbanistas como a autoridade política do Estado – antes bases de sustentação do discurso hegemónico – foram diluídas e submersas num mar de novas representações. Ainda assim, as novas imagens da metrópole não eram substancialmente diferentes das produzidas até então pelo discurso dominante. A epopeia de final glorioso continuava a ser a estrutura narrativa organizadora do sentido da história de São Paulo – ela só já não dependia nem dos urbanistas nem do Estado para se sustentar e propagar.

Por um lado, portanto, havia razões claras para que Moses e os seus renovassem as esperanças de ver o *Programa de melhoramentos* ser implementado em São Paulo. No Estado e no campo político, a conjuntura tornara-se favorável com a eleição de Jânio Quadros para a prefeitura e a proximidade dos festejos do IV Cen-

78 Além dos documentos já mencionados: *O Cruzeiro* (23/01/1954); *Manchete* (número especial, 1954); *Folha da Manhã* (24/01/1954); e *O Estado de S. Paulo* (25/01/1954), ver também: sobre esculturas comemorativas: Waldman, «Entre batismos e degolas»; sobre peças de teatro: Arruda, *Metrópole e cultura*; da produção académica da época: Azevedo, *A cidade de São Paulo*; para cinema e literatura, embora um pouco mais antigos em relação ao contexto, ver o filme: *São Paulo: A sinfonia da metrópole*, de Rodolfo Lustig e Adalberto Kemeny, lançado em 1929; e o livro: Mário de Andrade, *Paulicéia desvairada* (São Paulo: Casa Mayença, 1922); também é especialmente relevante a documentação relacionada às comemorações do *IV Centenário de São Paulo*, sob a guarda do Arquivo Municipal Washington Luís.

tenário. Além disso, o otimismo generalizado reforçou a posição dominante do urbanismo representado por Moses e Prestes Maia – e que desde o fim do Estado Novo tinha vindo a perder espaço. Por outro lado, a multiplicação e a dispersão das vozes que inovadoramente representavam o futuro de São Paulo permitiram a emergência de uma grande variedade de novos pontos de vista, cujos lugares sociais se distinguiam daqueles que originalmente produziam o discurso dominante. As ciências humanas, as artes plásticas, a literatura, o teatro, a imprensa e diversos outros grupos também passaram a produzir massivamente sobre a cidade. Obviamente, não foi a primeira vez que esses grupos olharam para São Paulo. Contudo, os 400 anos da metrópole tornaram-na um objeto de destaque, que foi, num período de tempo bastante curto, amplamente explorado – sobretudo através de instrumentais que, até então, eram relativamente pouco utilizados nas análises da cidade, com destaque para os olhares da geografia e da sociologia. Por isso, ao mesmo tempo que aquele futuro – no qual São Paulo se tornaria uma metrópole gigante e gloriosa – chegou ao auge da sua hegemonia, um conjunto difuso de novas autoridades passou a disputar o controlo sobre os procedimentos necessários para conduzir a cidade ao seu destino.

Num primeiro momento, ainda no contexto dos 400 anos, o futuro de São Paulo imaginado por Prestes Maia e Robert Moses foi intensamente potencializado pelo otimismo emergente e contagiante. As ações do Estado e do campo político – a começar pela realização dos festejos – coincidiam com as ações discursivas que produziam a metrópole gloriosa. Entretanto, logo em seguida, a emergência massiva de novas perspectivas começou a gerar ruídos – inicialmente discretos e que apareciam como pequenas críticas não comprometedoras da produção otimista do futuro da metrópole, mas que se tornavam cada vez mais distintos do discurso hegemónico. Florestan Fernandes, como será discutido mais detalhadamente adiante no livro, foi um dos que escreveram sobre São Paulo no ano do quarto centenário, explorando o seu objeto a partir da lente da sociologia e chamando a atenção para uma série de aspetos importantes, e diferentes dos convencionais, para a compreensão da

metrópole.⁷⁹ Fundamentalmente, o sociólogo observava o desmantelamento das estruturas sociais herdadas do passado e a conformação de um estilo moderno e urbano de existência para os paulistas e para os brasileiros. Segundo Fernandes, esse era um processo positivo e desejável, que conduziria a cidade e o país para um futuro melhor.

A entrada de novas vozes nos debates sobre São Paulo – como a de Fernandes – tinha o efeito paradoxal de reforçar o otimismo e, ao mesmo tempo, diluir a autoridade que originalmente o sustentava. Mas, no cômputo geral, a perspectiva representada por Moses e Prestes Maia saía fortalecida e em condições de concretizar as suas intervenções na cidade. Entretanto, a euforia desse primeiro momento foi logo substituída por sentimentos mais negativos. Embora as festas dos 400 anos tenham sido planeadas para durar todo o ano de 1954 (e, de facto, estenderam-se até meados de 1955), o principal momento das comemorações aconteceu no início do ano, por volta do 25 de janeiro – o dia do aniversário da cidade. No segundo semestre, um drama de proporções nacionais roubou todas as atenções e diminuiu a importância do IV Centenário: o presidente do país suicidou-se.

Como se isso não bastasse, ainda houve um segundo acontecimento – de proporções bem menores – que reverberou significativamente na produção do futuro de São Paulo. Numa palestra a 8 de novembro de 1954 – Dia Internacional do Urbanismo –, Anhaia Mello veio à carga contra o crescimento da metrópole, chamando a atenção para os problemas da cidade e para diversas promessas não cumpridas do urbanismo hegemónico até então.⁸⁰ Como será discutido com mais vagar no próximo capítulo, essa intervenção causou danos significativos à perspectiva que defendia a expansão indefinida de São Paulo – trazendo para o primeiro plano um futuro apocalíptico para a cidade que não parasse de crescer.⁸¹ Em primeiro lugar, as críticas de Anhaia Mello foram sentidas dentro do universo res-

79 Fernandes, «Caracteres rurais».

80 Mello, «O Plano Regional de São Paulo».

81 Bresciani, «As múltiplas linguagens do urbanismo».

trito do urbanismo, mas logo em seguida chegaram aos jornais de grande circulação e, após alguns poucos anos, tornaram-se parte da inspiração das ciências humanas que se dispunham a repensar e ressignificar os destinos da metrópole.

* * *

A produção do futuro de São Paulo nunca foi completamente livre de disputas. No entanto, na primeira metade do século XX, houve um forte domínio de uma perspectiva otimista e que imaginava uma metrópole cada vez maior e melhor. Um dos lugares sociais privilegiados para a construção desta narrativa era o mundo do urbanismo – que até à década de 1950 foi diretamente influenciado pelos valores do campo político. Por isso, as representações do futuro elaboradas por urbanistas e aquelas produzidas pelas altas instâncias decisórias do Estado misturavam-se, formando um discurso quase unívoco – fortalecido também pela participação de poderosos grupos económicos, como a Light e os Rockefeller. Ao longo deste capítulo, foram analisados dois momentos-chave da produção dos destinos de São Paulo em que os projetos urbanísticos e as ações do Estado caminharam juntos e mais ou menos na mesma direção. Durante o Estado Novo, Prestes Maia encarnou em si a dupla condição de urbanista e de gestor público, promovendo uma série de reformas em São Paulo que até aos dias de hoje são definidoras da estrutura da cidade. Na década de 1950, Robert Moses apresentou outro projeto para a metrópole que se mostrava uma continuação dos trabalhos de Prestes Maia – contudo, as conjunturas política e intelectual tornavam muito mais difícil levar adiante as suas ideias.

Ambos os projetos constituem o tipo-ideal da narrativa épica e otimista do futuro de São Paulo. Ao mesmo tempo, a análise das condições das suas respetivas elaborações revela momentos distintos do processo de manipulação do futuro pelas forças sociais. Nesse sentido, pode-se dizer que a imposição, por parte do Estado, do «mesmo» futuro para São Paulo teve efeitos diferentes em cada um dos momentos em que foi experimentada. Enquanto o urbanismo se mostrava dependente do campo político e o regime governamen-

tal do país não aceitava questionamentos, o futuro glorioso de São Paulo dominava de maneira praticamente absoluta. Quando o urbanismo começou a distanciar-se dos valores políticos (embora fosse apenas o início deste processo) e havia espaço para um debate político minimamente democrático, diferentes versões do futuro da cidade começaram a disputar a representação hegemônica do destino da metrópole, produzindo um futuro esgarçado – dividido entre a glória e o caos. Os desdobramentos da emergência dessas novas vozes são os objetos de reflexão dos próximos capítulos deste livro.

CAPÍTULO 3

UM FUTURO ALTERNATIVO PARA SÃO PAULO. A LIMITAÇÃO DO CRESCIMENTO DA METRÓPOLE¹

Este capítulo começa com um breve retomar da discussão sobre o lugar social ocupado pelo urbanista Luiz de Anhaia Mello durante a década de 1950. Neste reexame, o objetivo é articular as ideias do urbanista ao contexto em que ele estava imerso, para que seja possível compreender a maneira particular como as suas representações do futuro de São Paulo se inscreveram no horizonte de expectativas da cidade, redefinindo de maneira original o futuro da metrópole. Depois de consideradas as propriedades sociológicas do personagem, a análise passa às representações de futuro elaboradas por Anhaia Mello e por alguns dos seus críticos. As primeiras representações analisadas são aquelas que ofereciam um futuro para São Paulo alternativo às expectativas dominantes – no qual a metrópole pararia de crescer, seria transformada numa confederação de pequenas cidades-jardins, cada uma com no máximo 30 mil habitantes, separadas entre si por cinturões verdes e distribuídas por um território de mais de 30 000 km² (uma área pelo menos 20 vezes maior do que a ocupada pela cidade naquele momento). Esse futuro alternativo era entendido por Anhaia Mello como o único desejável para São Paulo e, portanto, um futuro em nome do qual se deveria lutar.²

Em seguida, a análise avança para as críticas a esse ponto de vista – que o acusavam de ser fantasioso, utópico e irrealizável. Essas

- 1 Um primeiro desenvolvimento dos argumentos apresentados neste capítulo foi publicado em: Bruno Zorek, «Um futuro alternativo para São Paulo: Anhaia Mello e a tese da limitação do crescimento da metrópole», *Cadernos de História* 18, n.º 28 (mai. 2017).
- 2 Ver especialmente: Mello, «O Plano Regional de São Paulo».

críticas eram produto da perspectiva até então dominante na produção do futuro de São Paulo e fundamentavam-se na naturalização do crescimento da metrópole, bem como num pragmatismo que procurava demonstrar através de exemplos de realizações concretas que, quanto maior fosse a cidade, melhor ela seria. As últimas representações discutidas no capítulo são as réplicas de Anhaia Mello aos seus críticos, que se desdobraram na produção de visões distópicas para o futuro de São Paulo. O crescimento da metrópole, em vez de resultar numa cidade melhor para os seus habitantes, produziria, pelo contrário, uma São Paulo caótica, paralisada, com cada vez mais problemas e condenada a um destino trágico. O capítulo encerra com uma ilustração das dinâmicas sociais e discursivas que permitiram que as ideias de Anhaia Mello transbordassem o universo restrito da produção simbólica, integrando-se no espaço mais abrangente de manipulação do futuro a partir das forças do Estado.

ANHAIA MELLO NA DÉCADA DE 1950

Em 1954, a cidade de São Paulo completou 400 anos. Como já foi destacado no capítulo anterior, simbolicamente foi nesse momento que a metrópole ultrapassou a marca de três milhões de habitantes, superando a população do Rio de Janeiro e, portanto, tornando-se a cidade mais populosa do Brasil.³ Entre as representações mais comuns de São Paulo naquela altura, estavam a de cidade que mais crescia no mundo, de maior centro industrial da América Latina, de primeira cidade brasileira – imagens que, é preciso frisar, vinham carregadas de adjetivações positivas.⁴ Como já foi mencionado, esse

3 Ver: Azevedo, «Preâmbulo». Também: Santos, *A urbanização brasileira*.

4 Nos anúncios do Vermouth Cinzano e da Cia. Jardim Cafés Finos, publicados no jornal *O Estado de S. Paulo*, na edição comemorativa dos 400 anos de São Paulo (25/01/1954, 6 e 13), por exemplo, há menções celebrativas ao facto de a metrópole aniversariante ser a cidade que mais crescia no mundo naquela altura. Na terceira edição da revista *O Cruzeiro* do ano de 1954 (23/01/1954), na capa, São Paulo é descrita como a primeira cidade do Brasil – revista que, por sinal, era editada no Rio de Janeiro. Nesta mesma revista, no anúncio da Cia. Goodyear do Brasil (25), não só se afirma ser São Paulo a cidade que mais crescia no mundo como também ser o maior parque industrial da América Latina. Ver também: Arruda, *Metrópole e cultura*, e Carpintéro, «Em busca da imagem».

discurso disseminava-se por toda a imprensa, pelas mais variadas manifestações artísticas, na universidade e noutros espaços de produção simbólica da capital paulista.

Um dos principais centros de produção desse discurso – embora não exclusivo – era o ramo dominante do urbanismo paulista, encarnado fundamentalmente por Francisco Prestes Maia. A sua alta capacidade de difusão, contudo, não se devia à autoridade emanada pelo urbanismo. Naquele momento, o urbanismo, enquanto área do conhecimento, estava subordinado a outros saberes que, por sua vez, não tinham necessariamente ampla circulação e influência – no caso brasileiro, eram sobretudo as engenharias (civil, em primeiro lugar) que o englobavam, com uma crescente concorrência da arquitetura.⁵ A difusão generalizada desse discurso, portanto, era fruto de outros fatores, em especial, da sobreposição entre aquele setor dominante do urbanismo local, a elite cultural e política de São Paulo e, de modo mais significativo, os grupos políticos dirigentes, normalmente com controlo sobre o Estado. Nesse sentido, tanto por ser produto de um saber autorizado como por ser elaborado num ambiente privilegiado e dominante – mas especialmente por contar com as forças estatais que garantiam o monopólio de manipulação do futuro –,⁶ esse discurso disseminava-se e consolidava-se em praticamente todos os ambientes – renovando-se sempre em diversos aspetos, mantendo-se porém constante no que dizia respeito ao otimismo com que se representava o futuro da cidade.

Ao redor dos 400 anos, a imagem de uma cidade grande, dinâmica, pujante e cheia de vida – reforçada pela ocasião festiva – era veiculada em todo o tipo de meios de comunicação social, a ponto de ser virtualmente impossível para um habitante da cidade não entrar em contacto com essa representação. Dentre um universo gigantesco de exemplos possíveis, é interessante recuperar uma intervenção de Florestan Fernandes, realizada em 1954 – momento em que o sociólogo começava a se destacar como um pensador de

5 Ver: Meyer, «Metrópole e urbanismo»; e Leme, «Urbanismo».

6 Ver: Koselleck, «O futuro passado», 29.

relevância nacional e estabelecia as bases do grupo que mais tarde ficou conhecido como «Escola Paulista de Sociologia»:

[São Paulo] tornou-se uma *cidade grande*, dotada de uma complicada rede de comunicações e de transportes, de uma extensa área urbana, consideravelmente diferenciada, de um sistema comercial, industrial e bancário altamente complexo e com tendências expansivas, de meios modernos de educação, de assistência e de recreação. Centro de grandes operações financeiras, para ela convergem os capitais do Estado de São Paulo e dela dependem as mais importantes [iniciativas] de desenvolvimento econômico das regiões rurais de várias zonas do país, principalmente nos Estados do Paraná, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. Aberta a todas as influências, está em comunicação econômica e cultural contínua com a maioria dos países europeus e americanos, sendo ela própria uma das aglomerações mais cosmopolitas do Brasil e da América Latina.⁷

Na sequência, chamando a atenção para o modo como isso era encarado pela população local, Fernandes complementava: «Os *pau- listas* se envaidecem com tudo isso.»⁸

A intervenção do sociólogo é especialmente interessante porque, além de sintetizar o otimismo dominante na representação do crescimento da cidade naquele momento – otimismo que ele compartilhava, embora haja uma certa ironia na sua descrição do orgulho paulista –, também se inscreve no clímax dessa onda discursiva. O ano do quarto centenário marca tanto o auge da representação positiva do crescimento de São Paulo quanto o início da ascensão de uma onda pessimista – que, por sinal, vai contagiar o próprio Florestan Fernandes. Como será discutido adiante no livro, a percepção do sociólogo sobre o crescimento da cidade mudaria significativamente no espaço de poucos anos, em função das mudanças do seu *lugar social*, da crescente autonomização do

7 Fernandes, «Caracteres rurais», 187.

8 Fernandes, «Caracteres rurais», 187.

campo intelectual paulista e das complexificações na divisão do trabalho social de dominação local, que implicaram o reposicionamento das ciências humanas nas disputas em torno da produção do futuro de São Paulo.

A visão pessimista do destino da metrópole ganhou força através da atuação de Anhaia Mello – que, como já foi visto, tinha-se tornado uma referência importante nos debates do urbanismo paulista e via com preocupação o crescimento da cidade. Segundo esse urbanista, São Paulo tinha chegado ao auge da sua expansão e, daquele momento em diante, entraria na curva descendente do seu desenvolvimento, encaminhando-se para um destino tenebroso.⁹ Para ele, a única solução possível era trabalhar para diminuir a população da cidade, através da sua redistribuição radical por um amplo território: «A tese da limitação do crescimento é incontestável.»¹⁰ Somente assim seria possível o estabelecimento da harmonia social, impossível no ambiente metropolitano: «As metrópoles são os centros econômicos e culturais do mundo atual; mas as condições de vida das populações pobres ou mesmo remediadas são uma vergonha para a humanidade. / *Importa, pois, sair a qualquer custo desse dilema.*»¹¹

Como foi apresentado no primeiro capítulo, Anhaia Mello tinha chegado aos anos 1950 como uma figura bastante respeitada nos debates urbanísticos. Naquela época, com quase 60 anos de idade, este personagem acumulara alguma experiência na gestão pública – fora vereador, prefeito e secretário de estado –, consolidara-se como o principal nome de uma vertente (desafiante) do urbanismo brasileiro e, como sua principal identidade profissional, era professor da FAU-USP. Anhaia Mello encarnava, portanto, as autoridades de gestor público, de urbanista e de acadêmico. Contudo, essas autoridades todas, no caso em questão, tinham uma peculiaridade: Anhaia Mello representava posições sempre deslocadas em relação às tendências dominantes.

9 Ver principalmente: Mello, «O Plano Regional de São Paulo», mas também: Anhaia Mello, «O problema da habitação», *Digesto Econômico* 72, n.º 16 (nov. 1950).

10 Mello, «O Plano Regional de São Paulo», 14.

11 Mello, «O Plano Regional de São Paulo», 32 – grifos originais.

A condição de representante de pontos de vista alternativos e que desafiavam as perspectivas hegemônicas era o que fundamentava o lugar social ocupado por Anhaia Mello. A sua posição permitia-lhe articular três perspectivas «dominante-dominadas» sobre a cidade de São Paulo, conferindo-lhes uma força que individualmente não teriam. Em primeiro lugar, como gestor público, devido ao seu distanciamento da política profissional desde 1943, Anhaia Mello ocupava uma posição periférica no campo político, afinal não acompanhara de dentro as diversas transformações que movimentaram este campo durante mais de uma década – neste sentido, embora não estivesse completamente fora do jogo, também não estava entre os jogadores decisivos. Em segundo lugar, como acadêmico, foi um dos principais promotores de uma importante rutura na Escola Politécnica da USP, que, a partir da criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, em 1948, retirou a arquitetura da alçada dos engenheiros. Ainda que essa rutura tenha garantido um lugar central a Anhaia Mello na nova faculdade, proporcionando-lhe também espaço institucional para se firmar como uma das principais referências do urbanismo brasileiro, ao mesmo tempo, acabou por afastá-lo da tradicional e poderosa Escola Politécnica – instituição em que a principal vertente do urbanismo brasileiro era cultivada.¹² Por fim, em terceiro lugar, como arquiteto e urbanista, Anhaia Mello era fundamentalmente um teórico, pois praticamente não teve oportunidades de experimentar as suas ideias em larga escala. Talvez a sua grande oportunidade nesse sentido tenha sido o seu período como prefeito de São Paulo (na condição de gestor público, mais do que de urbanista), mas Anhaia Mello administrou a cidade por muito pouco tempo (menos de oito meses) e no meio de uma crise política aguda, provocada pela revolução de 1930 – portanto, não contou com condições favoráveis para aplicar os seus princípios. Outra oportunidade teria sido seu período como secretário de Viação e Obras Públicas,

12 Sobre a importância da FAU para a consolidação do urbanismo representado por Anhaia Mello, ver: Meyer, «Metrópole e urbanismo»; e Leme, «Urbanismo». Sobre os cruzamentos com a Escola Politécnica, ver: Ficher, *Os arquitetos da Poli*.

porém, ao que tudo indica, as diretrizes da interventoria estadual teriam restringido a sua atuação a uma discreta administração da construção de estradas pelo interior do estado de São Paulo – e sem as prerrogativas necessárias para organizar a urbanização de qualquer cidade.

Essa condição triplamente «dominante-dominada» ganhou uma força especial numa conjuntura específica. O urbanismo hegemônico em São Paulo no início da década de 1950, caracterizado pelo estímulo ao crescimento contínuo da metrópole e preocupado em encontrar soluções pragmáticas para desobstruir e suavizar a expansão da cidade, tinha sofrido alguns abalos. Como foi apresentado anteriormente, os «adhemaristas» – grupo do qual Prestes Maia fazia parte – amargaram algumas derrotas eleitorais. Ao mesmo tempo, especificamente Prestes Maia e o seu urbanismo eram associados a valores antidemocráticos. Embora a defesa da democracia não garantisse necessariamente a simpatia do público em geral nem a associação a ditaduras fosse exatamente um pecado para este mesmo público, Prestes Maia foi atacado explicitamente por causa do seu autoritarismo.

Um exemplo da estigmatização do urbanismo de Prestes Maia como antidemocrático pode ser encontrado num artigo de Anhaia Mello sobre a habitação popular. O texto em questão foi publicado em 1950, na revista *Digesto Econômico*. Segundo Anhaia Mello, o ambiente político que tinha permitido a formação de cortiços seria um tipo deturpado de democracia e, portanto, implicaria um urbanismo perverso. Indiretamente, Anhaia Mello afirmava que o regime ditatorial varguista, durante o qual Prestes Maia administrou a cidade de São Paulo, teria favorecido a multiplicação de cortiços pela maior parte das cidades brasileiras, e, logo, também em São Paulo – sendo assim, tanto o modelo de governo quanto o tipo de urbanismo associado a ele deviam ser recusados. Nas palavras do urbanista:

Com razão afirma Hebert Gray que nossa democracia é «democracia de cortiço.» / «So long as we have slums – escreve êle em “Housing and Citizenship” – we will continue to generate a slum type of citizen.» / Não há exagero nessa afirmativa porque nin-

guém ignora a influência da habitação sobre o indivíduo e todos conhecem as miseráveis habitações da maioria das populações urbanas e rurais.¹³

Adiante no mesmo texto, reforçando por inversão lógica a associação entre o urbanismo excludente e a falta de democracia, Anhaia Mello continuava: «O direito a um ambiente adequado para morar é uma das bases da democracia.»¹⁴ Ou ainda, noutro trabalho, num momento em que Anhaia Mello discutia duas estratégias contrastantes de loteamento, relacionadas com duas tendências diferentes de urbanismo: «Não se deve tolerar em uma democracia de verdade, o planejamento de loteamentos homogêneos – “high class-low class” – que na realidade são uma forma de consagração oficial de “social-snobbery”. Nem mesmo a estabilidade atribuída a esses loteamentos é real, e se confirma na prática.»¹⁵

Nos excertos citados, embora de maneira discreta, Anhaia Mello associava o urbanismo representado por Prestes Maia a práticas políticas ou explicitamente antidemocráticas ou falsamente democráticas e, nesse sentido, alimentava a estigmatização do seu adversário.¹⁶

É importante lembrar também que o próprio Anhaia Mello, como já se chamou a atenção, fez parte do executivo estadual de São Paulo durante o Estado Novo, dirigindo a Secretaria de Viação e Obras Públicas. Entretanto, o urbanista esforçava-se para explicitar

13 Mello, «O problema da habitação», 25.

14 Mello, «O problema da habitação», 25.

15 Mello, «O Plano Regional de São Paulo», 50.

16 O historiador Carlos Guilherme Mota, no prefácio ao livro de Candido Malta Campos, também chama a atenção para a condenação do urbanismo de Prestes Maia por Anhaia Mello, em função da sua ligação com a ditadura varguista: «[...] o professor Candido Malta Campos logra oferecer uma visão política e urbanístico-cultural deveras inovadora sobre Prestes Maia, em sua ascensão autoritária, mostrando como se resguardou o legado de Fábio Prado, e desenhando com nitidez seu lugar no urbanismo estado-novista. Lugar marcado e assegurado, aliás, por uma série de intervenções que o regime ditatorial facilitava. O perímetro de irradiação, novas leis e regulamentos induzindo a verticalização da cidade, a expansão imobiliária e o rodoviário, eis os focos de sua política. Mas, com o fim do Estado Novo, uma ruidosa polêmica se instaurava: Anhaia Melo condena os métodos autoritários adotados por Prestes Maia.» Ver Carlos Guilherme Mota, «Apresentação», in Campos, *Os rumos da cidade*, 12-13.

o seu compromisso com os valores democráticos, tentando associar a sua figura pública ao novo período político brasileiro e, ao mesmo tempo, desvinculando-se da sua colaboração com a ditadura. Se comparadas as estratégias políticas de Prestes Maia e Anhaia Mello no final dos anos 1940 e início dos 1950, em resumo, percebe-se que o primeiro se mantinha ideologicamente ligado ao Estado Novo e sofria um certo desgaste por conta disso, enquanto o segundo entrava numa fase de ascensão sustentada, entre outros fatores, pela reciclagem suficientemente bem-sucedida da sua imagem política.

De qualquer forma, do ponto de vista do urbanismo, essa movimentação dos principais teóricos da área em São Paulo não significou a perda da hegemonia nas representações da cidade e do seu futuro por parte daquele grupo que apostava na expansão indefinida da metrópole: na verdade, significou simplesmente o estabelecimento de um jogo mais equilibrado. Um outro episódio que reforça esse argumento são os desdobramentos práticos do *Programa de melhoramentos para São Paulo*, apresentando por Robert Moses à prefeitura da metrópole em 1950. Como foi discutido no capítulo anterior, esse programa, embora com distinções pontuais, pode ser enquadrado no mesmo ramo do urbanismo representado por Prestes Maia. A sua encomenda pela prefeitura é um indício de que a expansão da cidade continuava a ter um forte apelo no campo político, mas os entraves que marcaram a sua realização prática e impediram que grande parte do projeto fosse completado eram sinais de que forças com interesses opostos a essa concepção de cidade estavam em ação e conseguiam ganhar terreno.

Além desse relativo enfraquecimento do urbanismo hegemônico (acompanhado do declínio político do seu principal representante), as dinâmicas de dois outros ambientes favoreceram o fortalecimento dos trunfos de Anhaia Mello nas disputas do urbanismo. Em primeiro lugar, no mundo intelectual, o urbanista vivia o auge de sua carreira, sendo respeitado como uma referência incontornável nos debates sobre a urbanização de São Paulo.¹⁷ O seu

17 Ver, sobretudo: Bresciani, «Estudo da trajetória profissional»; e, da mesma autora, Bresciani, «As múltiplas linguagens». Ver também: Meyer, «Metrópole e urbanismo»; e Leme, «Urbanismo». Especificamente sobre a disseminação das ideias de Anhaia Mello por diversos espaços de produção urbanística, ver: Feldman, *Planejamento e zoneamento*.

trabalho como publicista ao longo dos anos anteriores, bem como as suas inserções institucionais, garantiam-lhe uma posição de liderança entre os teóricos do urbanismo, comparável apenas à posição de Prestes Maia, embora no polo oposto das disputas específicas da área. Em segundo lugar, na prática urbanística da metrópole, embora Anhaia Mello não tivesse poder de decisão nem trabalhasse na elaboração do planeamento da cidade, as suas ideias tornaram-se muito influentes no Departamento de Urbanismo do município, criado em 1947. Como chama a atenção Sarah Feldman, ao longo da década de 1950, uma série de novas práticas, metodologias e instrumentos urbanísticos foram incorporados pelo Departamento de Urbanismo de São Paulo, modificando os planos de intervenção na cidade de acordo com concepções defendidas por Anhaia Mello – em parte, porque a maioria dos novos profissionais recrutados para esse departamento tinham sido formados pelo professor Anhaia Mello, que ministrava as cadeiras de Urbanismo da USP mesmo antes da criação da FAU.¹⁸

Portanto, as dinâmicas políticas e intelectuais esboçadas acima e a ascendência de Anhaia Mello na formação das novas gerações de arquitetos e urbanistas resultou no fortalecimento de concepções alternativas da cidade e na transformação das práticas estatais de intervenção urbana. Consequentemente, a produção do futuro de São Paulo começou a esgarçar-se, sendo reelaborada a partir de dois pontos de vista fortes e concorrentes entre si – em contraste com o período imediatamente anterior, quando apenas uma perspectiva dominava praticamente sem oposição.

Em suma, Anhaia Mello fortalecia-se politicamente, exercia uma incontestável liderança intelectual e via as suas ideias serem consideradas nas decisões do principal órgão de planeamento da cidade: o Departamento de Urbanismo da prefeitura de São Paulo. Como se isso não bastasse, por causa das comemorações do IV Centenário, multiplicaram-se enormemente os discursos sobre São Paulo, provocando dois efeitos fundamentais: de um lado, (re)consolidou-se, pela repetição exaustiva, uma represen-

18 Feldman, *Planejamento e zoneamento*; Ficher, *Os arquitetos da Poli*.

tação positiva da grandiosidade e do crescimento de São Paulo; de outro, abriu-se espaço para que vozes com autoridade se destacassem no meio desse mar de discursos, especialmente quando se diferenciavam da ladainha laudatória. Sendo assim, o excesso de discursos produzidos em torno do aniversário da cidade foi mais um dos elementos no processo de potencialização das ideias de Anhaia Mello – que, como lembra Maria Stella Bresciani, provocou uma polémica de grande repercussão justamente em 1954.¹⁹ As suas ideias, ao ocuparem o primeiro plano dos debates, produziram efeitos disruptivos de longo prazo nas representações hegemónicas sobre a metrópole e o seu futuro. Foi a partir dessa disrupção e dos desdobramentos seguintes dos debates, e essa é uma das teses que se sustenta aqui, que um conjunto de perspectivas paralelas sobre São Paulo emergiu e se consolidou, redefinindo e complexificando a *produção* da cidade, das suas representações e do seu futuro.

UM FUTURO ALTERNATIVO PARA SÃO PAULO²⁰

O futuro alternativo que Anhaia Mello propunha para São Paulo era inspirado em ideias de uma série de arquitetos e urbanistas estrangeiros. Entre eles, merecem destaque Ebenezer Howard, Patrick Geddes e os fundadores da Regional Planning Association of America: Lewis Mumford, Clarence Stein e Henry Wright – sobretudo, e respetivamente, por conta dos conceitos de cidade-

19 Bresciani, «As múltiplas linguagens».

20 As principais fontes utilizadas para compor esta secção do capítulo são artigos e palestras de Anhaia Mello, publicados entre o final da década de 1940 e meados da década de 1950 – como foi discutido acima, uma época em que o urbanista ganhou significativa notoriedade pública e intelectual. Entre esse material, merece destaque uma palestra apresentada à comunidade académica na Faculdade de Arquitetura da USP, a 8 de novembro (Dia Mundial do Urbanismo) de 1954 – portanto, no contexto dos 400 anos de São Paulo. Esta palestra é o momento em que Anhaia Mello elabora, da maneira mais explícita e radical em toda a sua obra, tanto o futuro ideal que projetava para São Paulo quanto a distopia que ameaçava a metrópole, além de conclamar os seus ouvintes a assumirem uma postura ativa contra o crescimento da cidade. O texto desta palestra foi de importância ímpar para as discussões urbanísticas do momento, como chama a atenção Maria Stella Bresciani. Ver: Bresciani, «Estudo da trajetória profissional».

-jardim, de planejamento regional e de federação de cidades.²¹ Essas ideias, no entanto, eram adaptadas ao contexto local e não repetiam necessariamente *ipsis litteris* aquilo que os autores originais tinham escrito. Nesse sentido, é interessante recuperar o que o próprio Anhaia Mello dizia sobre os conceitos mencionados. Para começar, segue a sua imagem de como deveriam ser as cidades-jardim:

O módulo humano, em matéria de circulação e ação, é a marcha a pé, na razão de três milhas por hora ou cêrca de cinco quilômetros. / Uma caminhada de quinze minutos vence uma distância de 1250 metros. / Um círculo com êsse raio tem área de 490 hectares, que na densidade de população de «cidade-jardim» – 75 pessoas por hectare – pode conter 36.750 pessoas. / Essa população é justamente a que corresponde ao mínimo necessário para que haja vida social perfeitamente desenvolvida, ambiente caracteristicamente urbano, com tôdas as vantagens e estímulo da associação humana e sem os inconvenientes do congestionamento metropolitano. / Êsse é o tipo ideal de organização das funções da vida urbana, pois que elimina o atrito no funcionamento da máquina coletiva. Infelizmente, constitui ainda hoje

- 21 De facto, segundo o urbanista britânico Peter Hall, esses três conceitos podem ser encontrados já na obra de Howard, que cronologicamente antecede as demais. Contudo, Geddes, um biólogo escocês, e os seus continuadores estado-unidenses (Mumford, Stein e Wright) retomaram e aprofundaram as ideias howardianas, dando ênfase especialmente ao planejamento regional e à organização de federações de cidades. Peter Hall, *Cidades do amanhã: Uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX* (São Paulo: Perspectiva, 2011). Na leitura de Anhaia Mello, Howard é associado às cidades-jardim, Geddes ao planejamento regional, e os demais à ideia de federação de cidades. Além disso, Sarah Feldman chama a atenção particularmente para a importância de um dos trabalhos da Regional Planning Association nas referências de Anhaia Mello: «Sua principal referência é o *Regional Plan of New York and its Environs*, que [Anhaia Mello] considera “o maior trabalho de urbanismo jamais realizado [...]”. [...] Esse plano contém as idéias fundamentais, em termos do método e do conteúdo, que Anhaia Mello difunde ao longo de trinta anos, e que estão consolidadas em sua proposta “*O Plano Regional de São Paulo – Uma contribuição da universidade para o estudo de Um Código de Ocupação Lícita do Solo*”, apresentada em 1954: a abrangência regional, a pesquisa, a abordagem multidisciplinar, a organização do território urbano a partir de unidades de vizinhança, o zoneamento, a distribuição equilibrada de indústrias e população, a contenção da expansão urbana.» Feldman, *Planejamento e zoneamento*, 28.

exceção, porque os responsáveis pelos destinos das massas urbanas não abandonam a rotina, o que é cômodo, nem olham para o futuro.²²

A rápida menção, no excerto citado, do conceito weberiano de «tipo ideal» não deve ser tomada por um acidente. Embora Anhaia Mello não mencione Max Weber nos seus textos, faz questão de demonstrar alguma erudição sociológica, citando, principalmente, sociólogos estado-unidenses. Portanto, é de se supor que o uso do conceito é minimamente informado. Entretanto, existem diferenças importantes que têm de ser destacadas: enquanto, para Weber, o tipo ideal é uma ferramenta heurística, construída para ajudar na compreensão de uma determinada realidade social;²³ para Anhaia Mello, tipo ideal é uma projeção desejada daquilo que deveria ser uma cidade. Mais adiante, será visto que o uso específico da sociologia feito pelo urbanista era geralmente caracterizado por uma pretensão de intervenção social – ou seja, sociologia não apenas como diagnóstico ou instrumental para a compreensão do mundo, mas também como uma das ferramentas para resolver os problemas de uma sociedade.²⁴ E, na opinião de Anhaia Mello, o principal problema da sociedade brasileira era o tamanho exagerado das grandes cidades – a começar por São Paulo. Nesse sentido, era preciso agir o quanto antes e de acordo com alguns princípios. O primeiro e mais importante deles seria:

Limitar, de maneira radical, por meio de legislação oportuna e inteligente, o crescimento das cidades, tanto o crescimento em

22 Anhaia Mello, «O transporte individual e coletivo na cidade moderna», *Digesto Econômico* 29, n.º 7 (abr. 1947): 40.

23 Ver especialmente: Weber, *Economía y sociedad*. Para uma aplicação prática do conceito de tipo-ideal, ver: Weber, *A ética protestante*, 41-69.

24 Essa conceção de sociologia não era exclusiva de Anhaia Mello. Inclusive, como chama a atenção Wolf Lepenies, autores como H. G. Wells aproximavam sociologia e o gênero literário utópico – que resultava na proposta de uma espécie de engenharia da sociedade: «No gênero da utopia, decidia-se o destino futuro de uma sociologia concebida como literatura. Para Wells, não havia na sociologia possibilidade alguma de distinguir entre proposições sobre o ser e proposições sobre o dever-ser. Na sociologia, as idéias eram os fatos, e o método sociológico adequado consistia na elaboração de idéias utópicas.» Wolf Lepenies, *As três culturas* (São Paulo: Edusp, 1996), 153.

extensão ou horizontal – pela criação de uma cinta verde rural – como o crescimento vertical – reduzindo drásticamente os gabaritos absurdos permitidos pelos regulamentos de zoneamento hoje vigorantes, a serviço exclusivo da mais revoltante exploração imobiliária.²⁵

Além de limitar o crescimento em extensão, a cinta verde teria mais duas funções: serviria como área de produção de alimentos frescos e, também, como espaço para recreação, onde os habitantes da cidade-jardim poderiam fazer exercício em contacto com a natureza. O controlo da altura dos edifícios, por sua vez, também teria mais duas funções: deveria garantir a manutenção da densidade populacional num nível próximo do ideal (75 habitantes por hectare) e, finalmente, facilitaria uma distribuição mais igualitária da luz solar.²⁶ Para lidar com o problema da exploração imobiliária, na verdade, Anhaia Mello oferecia uma saída muito mais radical – sobretudo para os ouvidos da elite dirigente paulista da época – do que simplesmente limitar os gabaritos. No intuito de impedir especuladores individuais de tomarem conta dos terrenos, como efetivamente acontecia em São Paulo, Anhaia Mello, novamente inspirado em Howard, sugeria: «*O dispositivo fundamental é que a terra seja mantida como propriedade pública.*»²⁷

25 Mello, «O transporte individual», 40.

26 Ver: Mello, «O transporte individual»; «O problema da habitação»; e «O Plano Regional de São Paulo». Nos três artigos em questão, Anhaia Mello discute tanto o tema do cinturão verde quanto o da limitação da altura dos edifícios.

27 Mello, «O Plano Regional de São Paulo», 41 – grifos originais. Vale a pena notar, no entanto, que, embora enfática no excerto em questão, a proposta de estatização da terra não era uma bandeira constante da militância de Anhaia Mello. Noutros momentos, o urbanista adotava um tom mais conciliador e sugeria soluções mais brandas, como, por exemplo, neste caso: «Não é preciso uma revolução para se resolver o problema da habitação. Dentro das nossas instituições democráticas, utilizando os mecanismos da propriedade privada, respeitando-a e a encorajando, tudo pode ser feito.» Ver Mello, «O problema da habitação», 28. Além disso, como notam Candido Campos e Nádya Somekh, os modelos de zoneamento adotados por Anhaia Mello e outros urbanistas paulistas da época, em princípio, favoreceriam a propriedade privada da terra: «Ao contrário da tradição europeia, particularmente alemã (desenvolvida por administrações municipais de esquerda) que associava o zoneamento a planos efetivos, a políticas fundiárias, à municipalização do solo urbano e a iniciativas habitacionais, priorizando os efeitos sociais e redistributivos da regulação urbanística, o modelo para Anhaia Mello e outros proponentes do zoneamento paulistano foi o norte-americano. Desenvolvido por comissões em que tinham peso decisivo os inte-

De acordo com Anhaia Mello, as cidades-jardim deveriam ser configuradas internamente a partir de duas ideias principais. A primeira seria organizar essas cidades em superquarteirões, conforme o modelo aplicado em Radburn – uma cidade de New Jersey, nos EUA, projetada pelos já mencionados Clarence Stein e Henry Wright.²⁸ A ideia do superquarteirão era tanto garantir a luz solar e a circulação de ar puro para todos os edifícios da cidade-jardim como permitir uma relação pacífica entre habitantes e automóveis, separando as áreas de convivência e recreio (internas aos superquarteirões) das vias de tráfego. A segunda sugestão – também aplicada em Radburn, conforme as formulações de Clarence Perry, um dos urbanistas que inspiraram Stein e Wright – previa a criação de uma «neighborhood unit», que, nas palavras de Anhaia Mello, «permite a rearticulação social e comunitária nas urbes».²⁹

O objetivo desta «unidade de vizinhança» seria recuperar um «estilo de vida» focado na comunidade, que se teria perdido por via dos efeitos sociais negativos provocado pelas metrópoles. Nas grandes cidades, de acordo com o urbanista: «As relações primárias [de família, de vizinhança, de comunidade] foram substituídas pelas secundárias [superficiais, burocráticas, transitórias, rápidas], o que exerce uma influência desintegradora na ordem material e moral, responsável pelo aumento de vícios e crimes nas metrópoles.»³⁰ Em oposição, para Anhaia Mello: «[Nas cidades-jardim,] os contatos são faceis e a amizade é cultivada. A atitude de um pedestre para com outro é sempre cordial e amigável; muito diversa da do motorista apressado e... malcriado.»³¹ Portanto, as cidades-jardim teriam a virtude de romper com aquelas influências desintegradoras das metrópoles, oferecendo, no limite, um novo modelo de sociedade.³²

resses empresariais e os setores dominantes locais, nos Estados Unidos o zoning, além de ser instrumento de controle das densidades e usos, racionalizando o espaço para apoiar as atividades econômicas, era usado para consagrar a segregação espacial entre segmentos sociais e proteger os valores imobiliários.» Ver Campos e Somekh, «Relatório Moses», 62.

28 Sobre Radburn, os seus projetistas e a sua importância para a história do urbanismo, ver: Hall, *Cidades do amanhã*.

29 Mello, «O Plano Regional de São Paulo», 38.

30 Mello, «O Plano Regional de São Paulo», 45.

31 Mello, «O Plano Regional de São Paulo», 46.

32 De acordo com Peter Hall, a ideia de que as cidades-jardim constituiriam um novo modelo

A chave para a produção desse ambiente amigável e harmônico era organizar as cidades-jardim a partir das mencionadas «neighborhood units». A aposta era que a pequena comunidade teria, intrinsecamente, a capacidade de gerar a harmonia social: «[...] a condição básica de uma evolução da humanidade *em qualidade*, o cadinho unificador, é o grupo pequeno, ligado, interessado nos seus problemas.»³³

Como foi sugerido alguns parágrafos acima, um dos apoios de Anhaia Mello eram trabalhos de sociólogos que, pelo menos desde Tönnies ou Simmel, por exemplo, estavam preocupados em discutir os efeitos das grandes cidades sobre as relações sociais. Tönnies, no caso, classificou os agrupamentos humanos em dois tipos ideais: as comunidades, «reais e orgânicas», que favoreceriam relações focadas na coletividade e seriam típicas de pequenas aglomerações; e as sociedades, descritas como «mecânicas», que facilitariam o individualismo e a impessoalidade e, por sua vez, seriam características das grandes cidades.³⁴ Repetindo o uso particular que fazia do conceito de tipo ideal, Anhaia Mello tomava esse contraste entre sociedades e comunidades, a princípio construído como ferramenta heurística, também como juízo de valor: crítico das grandes cidades e elogioso das pequenas. Nessa esteira, sociólogos como Robert Woods – citado pelo urbanista – estudaram as possibilidades de se (re)construir aquele ambiente comunitário em determinadas áreas das grandes cidades, especialmente em bairros em processo de

de sociedade fazia parte das formulações originais de Ebenezer Howard. Howard estaria a propor um «terceiro» sistema socioeconômico, «superior tanto ao capitalismo vitoriano quanto ao socialismo centralizador e burocrático». Ver Hall, *Cidades do amanhã*, 111. No entanto, embora faça sentido opor a proposta howardiana ao capitalismo vitoriano da sua época (final do século XIX), parece despropositado e anacrônico colocá-la lado a lado com um «socialismo centralizador e burocrático», que só tomou forma historicamente várias décadas mais tarde. De qualquer forma, no caso de Anhaia Mello, pode-se encontrar nos seus escritos críticas tanto ao capitalismo (embora já não o vitoriano) quanto ao socialismo. Porém, essas críticas eram pontuais e assistemáticas – diferentes, por exemplo, das críticas que fazia às grandes metrópoles, essas sim constantes e sistematizadas. Ainda assim, pode-se inferir que as suas propostas de cidades-jardim eram pensadas como uma forma de superação dos impasses criados pelos sistemas socioeconômicos então dominantes, desde que se lembre que a sua leitura partia da situação das cidades (especialmente as condições demográficas) e não das características econômicas de ambos os sistemas.

33 Mello, «O Plano Regional de São Paulo», 47 – grifos originais.

34 Ferdinand Tönnies, *Comunidad y sociedad* (Buenos Aires: Losada, 1947).

empobrecimento e decadência.³⁵ A solução de Woods, retomada por Anhaia Mello, seria justamente trabalhar no reforço dos laços coletivistas dentro da «neighborhood»:

O grande problema, senão o maior, é a revitalização da «vida comunitária». / A «neighborhood», a vizinhança, é a área natural dos contatos primários, que constróem a personalidade. / Aí começa o sentido público, o sentimento social, a ação social. / Ela é – como nota o sociólogo Robert Woods – grande bastante para incluir, em essência, todos os problemas da cidade, estado e nação, e mesmo os grandes problemas internacionais. / Ela é a arena publica vital para homens, mulheres e crianças; aí todos são estadistas. Aí se formam os líderes que vão lutar pela bô administração municipal, dirigir as associações culturais e dar direção humana, equilibrada e honesta á politica e ao industrialismo. / O sentimento coletivo, que nelas se forma, não é produto de emoções generalizadas e abstratas, não é um esquema moldado pela imitação – mas é um drama cheio de iniciativa e aventura. / É a forma perfeita de extensão social da personalidade; unidade social de contornos claros e definidos, expressão e reação genuínas do «social mind».³⁶

35 Robert Woods, «The Neighborhood in Social Reconstruction», *The American Journal of Sociology* 19, n.º 5 (mar. 1914).

36 Anhaia Mello, «A cidade, base material de relações sociais: Sociologia urbana, ecologia humana e o plano de Londres», *Revista do Instituto de Engenharia* 30, n.º 3, (mar. 1945), 273. De acordo com Anhaia Mello, entretanto, o futuro ideal para São Paulo não seria aquele em que os diversos bairros da metrópole seriam reconfigurados para comportar várias «unidades de vizinhança» (solução na qual Woods investia) – embora isso não fosse de todo mau, dado que a cidade já se encontraria num grau avançado de deterioração das relações comunitárias. O futuro ideal seria aquele em que São Paulo, tal como existia, desapareceria completamente, tornando-se um «cacho» de cidades-jardim, cada uma delas com as suas respectivas «unidades de vizinhança» – que, enfim, garantiriam a harmonia da vida comunitária. Quem se aproximava mais literalmente das ideias de Woods, na verdade, era Prestes Maia, que pensava nas «unidades de vizinhança» como partes integrantes da grande metrópole. Segundo Campos e Somekh: «[No *Plano de avenidas*,] as unidades de vizinhança são descritas nos termos clássicos colocados por Clarence Perry no âmbito do *Regional Plan of New York*, e Prestes Maia vê com bastante simpatia essa solução, na medida em que se pode ser encaixada no seu esquema estrutural.» Campos e Somekh, «O Plano de Avenidas», 43. Noutro contexto, entretanto, Prestes Maia manifestaria uma opinião bastante dura em relação às unidades de vizinhança, marcando a sua oposição face ao urbanismo de Anhaia Mello: «Se as “unidades de vizinhança” de fato respondem a certas

Anhaia Mello, portanto, apostava nas «comunidades» como «forma perfeita» de organização humana. Uma série de desenvolvimentos sociais descritos como vantajosos nasceriam desse tipo de estruturação da vida social: pessoas preocupadas com os destinos coletivos e capazes de agir para o bem comum; criação de um sentimento de pertença baseado em experiências concretas, e não em abstrações; surgimento de líderes honestos e competentes, efetivamente preocupados com uma boa administração da coisa pública; etc. Características que, por contraste, estariam cada vez mais ausentes nas grandes cidades e seria desejável que fossem «recuperadas». Portanto, uma visão extremamente otimista a respeito do que seria um futuro em que essa organização das cidades fosse dominante. Ao mesmo tempo, um discurso utópico que se abeirava das fronteiras ou da ingenuidade ou da demagogia ou da hipocrisia – e que, enfim, por essas vias, acabava a municiar as críticas dos seus oponentes.

Essas descrições mais «sociológicas» de Anhaia Mello sobre o tipo de comunidade que as cidades-jardim criariam vinham entremeadas de detalhes de ordem técnica sobre a urbanização ideal desses mesmos espaços. As unidades de vizinhança, por exemplo, deveriam ser planeadas, cada uma tendo «a escola como centro natural». ³⁷ Além disso:

conveniências (o trajeto escolar, o abastecimento nas mercearias e casa[s] semelhantes; o parque infantil, principalmente o proletário; etc.) noutras aspectos, em que os urbanistas insistem, seriam obsoletos e puras tentativas de reviver modos de existência mortos desde a invenção do automóvel, do transporte coletivo e do telefone, que hoje tornam as intercomunicações entre os extremos das metrópoles mais fáceis do que antigamente entre dois pontos do mesmo bairro.» Ver Prestes Maia citado por Feldman, *Planejamento e zoneamento*, 128.

- 37 Mello, «A cidade, base material», 274. Apesar de a escola aparecer apenas rapidamente na representação de futuro que Anhaia Mello produzia para São Paulo, vale a pena chamar a atenção para o valor da educação para o urbanista. No início da sua carreira, ele defendeu a necessidade de se incluir nos currículos básicos das escolas disciplinas sobre urbanismo. Ver, para este tópico em particular: Mello, «Urbanismo». Essa mesma proposta regressava, anos mais tarde, nas páginas do *Estadão* como uma necessidade urgente para a formação dos estudantes paulistas e brasileiros – o artigo, não assinado, fazia menção a apenas um urbanista brasileiro: o professor da Escola Politécnica e da Faculdade de Arquitetura da USP Luiz de Anhaia Mello. «Urbanismo Educação», *O Estado de S. Paulo* (15/01/1954), 5. Sobre o papel de engenheiros, arquitetos e urbanistas na proposta de currículos educacionais no Brasil, com foco na capital federal, ver: Clécia Gomes, «Os engenheiros da Associação Brasileira de Educação (ABE): Confluências entre as ideias educacionais e

Pequenas áreas devem ser incluídas nas unidades de vizinhança, para acomodar as indústrias domésticas e leves, que devem ser aí localizadas: padarias, garagens de serviço, depósitos de pequenos empreiteiros e similares. / Devem ser localizadas nas proximidades das vias principais que bordejam as unidades de vizinhança. / A concentração das indústrias em *Industrial Estates* ou setores industriais, a uma distância de 15 minutos de *bus*, apresenta grandes vantagens. / Incluem-se no respe[c]tivo *lay-out* elementos de natureza comunal, social e de assistência: lojas, cantina, centro de comunidade, recreio, centro comercial, enfermaria, assistência de urgência por ambulância. / A área, tratada em conjunto, pode apresentar atrativos e amenidades que contribuem para o bem estar dos trabalhadores e valorização da comunidade em geral.³⁸

Esse ambiente ideal, criado e controlado por uma ação racional de planejamento, deveria ser replicado à escala regional ou mesmo nacional: «Si urbanismo é arte de correlação e integração – problema de função, de textura, de economia e síntese estética – só pode ser realmente praticado no plano regional, e na maior das regiões – a *Nação*.»³⁹ Esse plano começava pela recusa do modelo de cidade mononuclear, como tinha sido adotado, por exemplo, em São Paulo: «As atuais cidades, tipo “cible”, ou alvo, mononucleadas, devem ser substituídas por cidades tipo cacho, “grappe”, polinucleadas, reunidas em federação.»⁴⁰ Portanto, o urbanismo proposto por Anhaia Mello, seguindo as sugestões de Patrick Geddes, transcendia os limites da cidade individual. Do seu ponto de vista, seria necessário promover uma ampla redistribuição populacional pelos diversos núcleos a criar numa dada região – sendo cada núcleo uma cidade-jardim. Esse conjunto de cidades conformaria uma federação, organizada a partir de um planejamento integrado, que levaria em conta as necessidades de trabalho (incluindo aí produção, distribuição,

urbanas na cidade do Rio de Janeiro nos anos iniciais do século XX» (dissertação de mestrado em História, Universidade de Campinas, 2015).

38 Mello, «O Plano Regional de São Paulo», 51.

39 Mello, «O Plano Regional de São Paulo», 2 – grifos originais.

40 Mello, «O Plano Regional de São Paulo», 47.

serviços, etc.), habitação, recreação e circulação de toda a região – e não só de cada núcleo individualmente.⁴¹ O futuro ideal de São Paulo, finalmente, seria aquele em que diversas cidades-jardim, harmonicamente planeadas para funcionarem como um todo e politicamente organizadas em federação, formariam «[...] em oposição á cacofonia metropolitana, uma *sinfonia regional*, na qual todos os individuos se sentirão felizes e cada um será instrumento de excelência no campo da própria atividade, seja ela qual fôr».⁴²

RÉPLICAS E TRÉPLICAS

A cidade imaginada e descrita por Anhaia Mello não era exatamente uma novidade. As ideias que fundamentavam a sua perspectiva circulavam entre os especialistas da área no mundo todo desde, pelo menos, o final do século XIX.⁴³ Consequentemente, as críticas a esse modelo de cidade também eram bem conhecidas entre os urbanistas. O principal ataque a que Anhaia Mello e outros urbanistas com ideias parecidas estavam submetidos era dirigido ao caráter utópico e irrealizável das suas propostas. Um exemplo desse tipo de crítica é um excerto que Robert Moses reservou no seu *Programa de melhoramentos públicos* para contrastar a sua proposta de futuro com aquelas que se alinhavam às de Anhaia Mello – embora, é preciso frisar, Moses não estivesse a dialogar diretamente com o urbanista brasileiro. No *Programa* em questão, Moses posiciona-se da seguinte forma em relação ao urbanismo alternativo representado por Anhaia Mello:

São Paulo já traçou as linhas e características gerais do plano da cidade. Seria supérfluo discutir o adotado, mesmo que a isso esti-

41 Outra referência importante para Anhaia Mello eram as propostas de cidade funcional presentes na Carta de Atenas, do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna de 1933. Por isso, as funções trabalhar, habitar, recrear e circular aparecem como elementos fundadores da organização das suas cidades-jardim. Sobre o CIAM, o trabalho clássico é: Françoise Choay, *O urbanismo* (São Paulo: Perspectiva, 2010).

42 Mello, «A cidade, base material», 274 – grifos originais.

43 Para a história do urbanismo e das ideias que inspiraram Anhaia Mello, ver: Choay, *O urbanismo*; e Hall, *Cidades do amanhã*.

véssemos inclinados, o que não é o caso. [...] Aparentemente, não tem havido em São Paulo a tendência, ambição, ou disposição psicológica, de criar qualquer plano urbano destinado a promover a descentralização e a dispersão dos habitantes, a formação de cidades satélites, a reserva dos terrenos, entre uma região e outra, destinados a parques, jardins, chácaras, etc.; a proibir a construção de prédios altos em certas partes e todo excesso de concentração humana. Assim, quem pretenda qualquer plano de melhoramentos e de formação de zonas não deve, para que seja o mesmo plano exequível, ignorar que o paulistano comum, embora orgulhoso da própria cidade, ansioso por seu desenvolvimento e zeloso de sua reputação, é um cidadão mais ou menos conservador, cujos conceitos de administração municipal não abrigam intuítos revolucionários.⁴⁴

Nesta citação, o objetivo de Moses é desqualificar o ponto de vista representado por Anhaia Mello. Em primeiro lugar, ele apresenta as características estruturais de São Paulo como uma realidade dada e um caminho sem retorno, que condicionariam a cidade ao crescimento. Em seguida, lista uma série de soluções alternativas para os problemas urbanos, para imediatamente as descartar a todas sob o rótulo de «teorias radicais» – por princípio, inadequadas à metrópole em questão. Não lhe interessa discutir por que razão a descentralização, os cinturões verdes ou quaisquer outras soluções do tipo não seriam boas saídas para os problemas urbanos. Talvez fosse perigoso seguir por este caminho, pois seria uma forma de levar a sério os argumentos dos seus opositores. Em vez disso, Moses simplesmente constata que tais propostas não condizem com o tipo de cidade em que São Paulo se tinha tornado – além de sugerir que

44 Moses, *Programa de melhoramentos*, 11-12. Novamente, há problemas significativos na tradução para o português de alguns trechos do texto original em inglês. No caso em exame, vale a pena destacar a menção direta aos cinturões verdes, que desapareceu na versão em português: «[...] Any city plan based upon radical theories of decentralization and dispersion of population, outlying satellite towns, green belts devoted to parks, landscaping, truck farms and what not, separating one neighborhood from another and bans on high buildings and on all concentrations of population, is apparently no part of Sao Paulo psychology, trend and ambition [...]»

elas não seriam «realizáveis». A metrópole já teria «decidido» seguir outro caminho e os urbanistas deveriam lidar com ela tal como estava. Tentar mudar os seus «principais contornos» seria uma má escolha, sobretudo porque exigiria uma quantidade enorme de trabalho e energia, que poderiam e deveriam ser usados noutra direção.

Portanto, a oposição construída por Moses para definir qual seria o melhor ou o pior plano para a cidade não se baseava em primeiro lugar na qualidade do *design* urbano, mas sim na sua factibilidade. As soluções de Moses para São Paulo, tendo em vista os trabalhos já realizados por Prestes Maia e a sua própria *expertise* nascida dos trabalhos em Nova Iorque e noutras cidades dos EUA, seriam, justamente, as mais factíveis, baseadas num pragmatismo realista e não em ideais utópicos.

A estratégia discursiva usualmente utilizada por Robert Moses e outros defensores daquele urbanismo pragmático direcionava a argumentação para o mundo das realizações práticas, valorizando os feitos concretos, a capacidade de lidar com reivindicações da população, com os labirintos burocráticos, com as dificuldades legais, com as limitações orçamentais, etc., e, finalmente, chamava a atenção para a inviabilidade dos planos dos urbanistas «revolucionários». Entre vários exemplos possíveis, um bastante eloquente é o início de uma palestra feita por Robert Moses, em maio de 1949, para a comunidade académica do Dartmouth College, em Hanover, no estado de New Hampshire:

I note in the amusing postal-card advertising this lecture a cartoon in which a revolutionary planner with a huge camel's hair brush is splashing green belts on a city map, and that the words «dispersion» and «urban disintegration» are prominently featured. / You will have to let the gentleman who is splashing at the ten-league canvas, wiping out most of the city with a gigantic eraser and rebuilding it in neat little suburban satellite towns of just the right size, replete with all the «amenities», describe his plans, defend his theories, and tell how he would do it if anyone would give him the authority, the money, and the popular

support. It has been my task for some years to work for more limited objectives with the laws, instruments and funds at hand, and with such official and public support as could be mustered. It is easy to be an uncompromising radical if you don't have to run the gauntlet and stand the gaff. If it were just a question of shouting encouragement or imprecations from an ivory tower, city planning and urban reconstruction would be a lead-pipe cinch, and anyone with a brow of brass, a might pair of bellows, and a good vocabulary could do the job. Unfortunately, it is not as easy as all that.⁴⁵

Um dos efeitos da adoção desse tipo de estratégia era expor a principal fragilidade do ponto de vista de Anhaia Mello: o tipo de futuro que ele elaborava para São Paulo seria uma utopia, algo próximo do reino da ficção, e não levaria em conta as vicissitudes impostas pelas condições reais das intervenções urbanísticas. Quando Anhaia Mello se via confrontado por essa perspectiva focada nas realizações práticas, em vez de responder também com exemplos práticos (o que seria, em princípio, uma estratégia adequada), o urbanista valia-se novamente de projeções idealizadas. Contudo, a sua tréplica não se baseava no reforço da sua cidade ideal, mas, pelo contrário, era uma descrição distópica do futuro das cidades dos seus adversários.

Segundo Anhaia Mello, qualquer cidade – ou ao menos qualquer grande cidade –, se deixada sem planejamento adequado (ou seja, sem o tipo de planejamento que ele mesmo defendia), tenderia a desenvolver-se seguindo alguns estágios, que o urbanista tomava emprestados de uma das suas principais referências: «Patrick Geddes esboçou os seis estagios do desenvolvimento urbano, dos quais três na curva ascendente e três na descendente. São êles: eopolis, polis, metropolis [curva ascendente]; megalopolis, tiranopolis, necropolis [curva descendente].»⁴⁶ A primeira forma de cidade, a «eopolis», seria a base daquele espírito comunitário, que Anhaia

45 Moses, «Realism in City Planning» (monografia/palestra, Dartmouth College, 1949), NYPL – RMP, B135, F, 03/05/1949.

46 Mello, «O Plano Regional de São Paulo», 33.

Mello acreditava dever ser desenvolvido dentro das «unidades de vizinhança»:

Eopolis: É a comunidade aldean, e o aldeão é o homem eterno. Desenvolvimento da habitação permanente e dos órgãos externos de associação. É a mais duradoura das fórmulas coletivas, resistindo a todas as transformações da civilização. É o prototipo da cidade. Os outros tipos diferenciados urbanos florescem e desaparecem; mas a eopolis persiste; é a raiz essencial da vida urbana.⁴⁷

O estágio seguinte seria a «polis», cuja descrição fazia referência às cidades-estado da Grécia antiga e da Itália renascentista – imagens «clássicas» em vários sentidos do termo. A «polis» seria também uma das fontes de inspiração para as cidades-jardim, especialmente por causa da sua organização regional:

Polis: Associação de aldeias para a defesa comum. Começo de mecanização e de divisão do trabalho. Melhores oportunidades para educação e cultura do corpo e do espírito. Vida diferenciada porém homogênea. Unidade cívica e visão comum da vida, simbolizada na Catedral e a Casa Municipal. Cultura moral e estética. Equilíbrio regional.⁴⁸

São Paulo estaria no terceiro estágio, o último da curva ascendente e, portanto, prestes a iniciar o processo de decadência:

Metropolis: Dentro da região uma cidade emerge, tirando partido da localização estratégica ou de comando das vias de transporte e comunicação. Atrai habitantes e se transforma em metrópole, cidade-mãe. Especialização. A mecanofatura suplanta a agricultura e o artesanato. Luta entre os donos das máquinas e seus operadores. Cortiços; congestionamento e congelamento. O mecânico em oposição ao orgânico e ao biológico.⁴⁹

47 Mello, «O Plano Regional de São Paulo», 33.

48 Mello, «O Plano Regional de São Paulo», 33.

49 Mello, «O Plano Regional de São Paulo», 33.

Embora a «metropolis» fosse ainda parte da curva ascendente no desenvolvimento das cidades, as suas características, tal como apresentadas por Anhaia Mello, ou eram de uma positividade ambígua ou eram evidentemente negativas. O primeiro dos aspetos elencados fazia eco de uma representação relativamente recorrente de São Paulo: uma cidade geograficamente privilegiada por ser um entroncamento de caminhos. Como observou Caio Prado Jr. nessa mesma época:

Essas três grandes passagens – para nordeste, pelo vale do Paraíba; para o norte, por Campinas e Mogi Mirim, em direção a Minas e Goiás; para oeste e sul, por Sorocaba e Itapetininga, em direção às capitânicas meridionais da colônia – essas três grandes passagens determinadas pelo relevo do solo seriam os principais fatores que condicionariam a expansão colonizadora do planalto paulista. É que elas representam as únicas possíveis, tanto para o norte como para oeste e sul. Ladeando-as, na região norte, levanta-se a Mantiqueira, barreira contínua de cumes que ultrapassam 2 mil metros. Ao sul, é a serra de Paranapiacaba, que com sua topografia acidentada e difícil impede as passagens e o estabelecimento do homem. Este é assim impelido para as depressões que acompanham aqueles terrenos acidentados. É nelas por isso que se estabelece o povoamento, é nelas que se desenvolve a colonização. E todas as três convergem para São Paulo, que se constitui assim como nó deste sistema topográfico.⁵⁰

Essa condição foi reatualizada no final do século XIX pelos caminhos de ferro, que se sobrepunham a esses caminhos naturais, além de conectarem a cidade ao porto de Santos. Em meados do século XX, eram as estradas de rodagem que reforçavam São Paulo como uma «Roma» dos trópicos, além das comunicações por aviões e ondas de rádio.⁵¹ Entretanto, o esforço de Anhaia Mello era o de

50 Prado Jr., «O fator geográfico», 113. Texto originalmente publicado em 1935, revisto e republicado em 1953. A versão de 2012 é idêntica à de 1953, tirando a paginação e as atualizações ortográficas.

51 Dirceu Lino de Mattos, «O parque industrial paulistano», in *A cidade de São Paulo*, vol. 3, 24.

associar essa condição de «nó de um sistema topográfico», então entendida como privilegiada, a uma série de problemas: a atração de habitantes para a cidade central significava, por exemplo, o esvaziamento do campo circundante e a sua conseqüente precarização; a concentração industrial, motivo frequente de orgulho para os paulistas, eliminaria atividades tradicionais como a agricultura e o artesanato, além de acirrar a luta de classes; e, finalmente, o crescimento da cidade resultaria em «cortiços, congestionamento e congelamento». Esse tipo de argumento tornou-se cada vez mais frequente nos debates urbanísticos dos anos 1950 e, no final da década, tinha contaminado outras áreas do conhecimento, como, por exemplo, a sociologia.⁵²

A crítica ao modelo expansionista de urbanismo era fortemente focada na explicitação desse tipo de problemas que, na prática, os seus entusiastas não conseguiam resolver. Portanto, chamar a atenção para isso na caracterização genérica da «metropolis» era mais um ataque de Anhaia Mello aos seus adversários – um ataque que misturava tanto questões próprias do urbanismo quanto questões políticas da São Paulo dos anos 1950.

Na frase final da última citação de Anhaia Mello, o urbanista remetia à já mencionada oposição, forjada por Tönnies, entre «comunidade» e «sociedade» – a primeira «orgânica» e a segunda «mecânica», sendo esta última a predominante na «metropolis» –, uma oposição que, para o urbanista, implicava decadência e inaugurava o movimento descendente da curva que conduzia os estágios de desenvolvimento urbano. Imediatamente antes disso, há menção a três problemas típicos das grandes cidades, e que podiam ser identificados na São Paulo da época: cortiços, congestionamento e congelamento. Se, no limite, Anhaia Mello poderia ser acusado de estar descolado da realidade, os seus adversários, também no limite, poderiam ser descritos como hipócritas

52 Para a evolução dos debates entre os urbanistas, ver: Meyer, «Metrópole e urbanismo»; Leme, «Urbanismo»; e Feldman, *Planejamento e zoneamento*. Para um exemplo da contaminação da sociologia, ver: Florestan Fernandes, «O homem e a cidade-metrópole», in Fernandes, *Mudanças sociais no Brasil*, texto publicado originalmente em 1959, no jornal *Diário de São Paulo*. Ver também o próximo capítulo deste livro.

e mentirosos. Afinal, a cidade que prometiam era fluida e veloz, mas a que entregavam seria congestionada e paralisada. O cortiço, por sua vez, ocuparia o lugar de uma espécie de síntese dos problemas urbanos:

Êste é o molde espacial do metropolitanismo, pois: *zonas de transição no centro e na periferia; zonas de transição que se transformam, fatalmente, uniformemente, em áreas de deterioração*, e eis o cortiço em cena. / O cortiço, e seu cortejo de males. / O cortiço, produto de processos ecológicos e sociais, é criação típica do metropolitanismo.⁵³

É interessante notar que, nas disputas discursivas entre os dois ramos do urbanismo em análise, há uma série de concordâncias, sobretudo no diagnóstico dos problemas das cidades. Nem Prestes Maia nem Robert Moses negariam que o congestionamento era um problema sério e que precisava de ser combatido. A diferença estava nas soluções. Enquanto o urbanismo dominante propunha obras como o perímetro de irradiação, construído por Prestes Maia – «envolvimento da área congestionada por um anel, de modo a provocar ao mesmo tempo sua expansão superficial, o desvio das correntes diametrais e uma fácil distribuição perimetral do tráfego»⁵⁴ –; o urbanismo desafiante, como foi visto acima, propunha a descentralização e polinucleação da cidade. Contudo, em alguns casos pontuais, até as soluções eram partilhadas.

Um exemplo disso era a defesa da demolição de moradias consideradas insalubres. Robert Moses, ao olhar para os problemas de habitação em São Paulo, não considerava a situação tão grave, embora chamasse a atenção para a necessidade de medidas enérgicas que evitassem a formação de cortiços:

Conquanto não pareça haver abundância de habitações em São Paulo, mas antes uma escassêz crônica das mesmas, não há ali, até

53 Mello, «O Plano Regional de São Paulo», 35 – grifos originais.

54 Maia, *Os melhoramentos*, 10.

o momento, extensas áreas de favelas, isto é, bairros constituídos de casas inadequadas à habitação humana, como o são as áreas de cortiços de Nova York, ora sendo reconstruídas à custa de enormes gastos. Há, é verdade, casas isoladas, ou em grupos pequenos, impróprias para a habitação, mas de maneira alguma se parecem às favelas, compostas de casebres feitos de táboas de caixotes, que se encontram nas encostas dos morros cariocas. De uma maneira ou de outra, as pessoas das zonas rurais vizinhas, ou os imigrantes de países estrangeiros, que têm acorrido a São Paulo, têm encontrado trabalho e lugar decente para viver. Esta situação não durará por muito tempo, a menos que se tomem medidas drásticas que impeçam, por meio de estrita limitação de zonas e regulamentos de construções, o aparecimento, no futuro, de favelas e cortiços.⁵⁵

A menção da reconstrução de determinadas áreas de Nova Iorque é uma referência à destruição de uma série de cortiços da cidade, levada a cabo no final dos anos 1940 e capitaneada por Moses. Na década seguinte, ainda sob a sua batuta, o processo de demolição de prédios residenciais considerados insalubres continuaria a toda a velocidade.⁵⁶ Como lembrava Marshall Berman, historiador marxista, morador em Nova Iorque e crítico mordaz das políticas urbanas promovidas por Moses: «Por dez anos, do final dos anos 50 ao início dos 60, o centro do Bronx foi martelado, dinamitado e derrubado.»⁵⁷ Embora em campos opostos do urbanismo, ao discutir o problema da habitação em São Paulo, Anhaia Mello sugeria, entre várias soluções, pelo menos uma equivalente ao que Moses aplicava em Nova Iorque:

Um Programa de Habitação deve visar uma série de objetivos, todos relevantes [...]. [Entre eles:] Construção de casas de alugueis reduzidos e arrasamento dos cortiços: / Casas adequadas, em perfeitas condições de salubridade, devem ser postas à disposição das famílias cujos salários não permitam habitação compatível com um «standard» decente e digno, por meio de subsídio governamen-

55 Moses, *Programa de melhoramentos*, 12.

56 Ver: Caro, *The Power Broker*, e Ballon e Jackson, org., *Robert Moses and the Modern City*.

57 Berman, «Robert Moses», 276.

tal, parcial ou total. Programa de demolição de todos os cortiços e favelas, para reabilitação das áreas deterioradas ou congeladas.⁵⁸

Curiosamente, as novas representações da cidade de São Paulo, que surgiam no mesmo contexto e tanto eram devedoras desses debates do urbanismo como fundavam a sua perspectiva noutras referências que não estas, tomavam os cortiços como um lugar privilegiado da cidade – e num sentido ao qual, inicialmente, Anhaia Mello seria sensível. Por exemplo, o historiador estado-unidense Richard Morse⁵⁹ – cujo trabalho de doutoramento foi uma «biografia» da cidade de São Paulo, publicado no Brasil pela primeira vez em 1954 durante as comemorações do quarto centenário da cidade – dizia:

O problema da habitação não será resolvido por simples dispêndio de dinheiro e redistribuição de pessoas. Terá que envolver reeducação. E os planejadores, na sua busca de novas linhas ao longo das quais integrar e enriquecer a vida comunal dos trabalhadores pouco privilegiados, devem examinar e tirar ensinamentos da organização social do próprio cortiço. Pois, ao contrário dos *shums* e *tenements* impessoais de outras cidades, o cortiço paulistano – com seu agrupamento de cômodos num só andar em torno de um pátio central e instalações comuns – exhibe considerável solidariedade social. [...] Aquêles que projetam as vilas operárias descentralizadas e auto-suficientes devem ver no cortiço não apenas um cancro pernicioso, mas também uma instituição que, dentro de seus estreitos limites, corresponde a necessidades humanas e engloba atitudes sociais. O cortiço retém, conquanto em forma degenerada, certos aspectos da «vizinhança» pré-industrial e suas relações face a face. Êsse espírito mutualista – tal como o dos primeiros sindicatos e das ligas anarquistas – deve ser até certo ponto conservado e utilizado pela metrópole industrial.⁶⁰

58 Mello, «O problema da habitação», 28-29.

59 Sobre Richard Morse e a sua pesquisa sobre São Paulo, ver: Castro, «Um americano na metrópole».

60 Richard Morse, *Formação Histórica de São Paulo* (São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970), 298.

Essa perspectiva, contudo, ainda não tinha chegado aos ouvidos de Anhaia Mello. Para o urbanista, os cortiços ocupavam um lugar exclusivamente negativo nas cidades – como já foi visto, este era um diagnóstico partilhado com os urbanistas do polo dominante e cuja solução, também partilhada, deveria ser a sua demolição.⁶¹ Na verdade, vários elementos do ponto de vista desafiante, encarnado por Anhaia Mello, coincidiam com a representação dominante até então: o crescimento, a velocidade, a indústria, a concentração, e mesmo o anonimato, a burocratização, a mecanização. Contudo, como já se chamou a atenção, os valores desses elementos estão invertidos em cada uma das perspectivas. É justamente a partir do que há de comum entre elas que o tipo de discurso apresentado por Anhaia Mello modifica a representação hegemónica. O futuro continuava a ser mais ou menos o mesmo: São Paulo continuaria a crescer – essa expectativa era, de facto, uma constante nas representações do futuro de São Paulo desde o final do século XIX. Contudo, na década de 1950, invertiam-se os valores atribuídos a esse crescimento. Como ficará mais claro adiante, essa inversão, iniciada por

61 Contudo, é preciso frisar, a preocupação em melhorar as condições de existência dos cortiços e das favelas paulistas – em vez de simplesmente demoli-las – também estava presente nas discussões do urbanismo local. No contexto em exame, o padre francês Louis-Joseph Lebret seria o principal responsável pela consciencialização dos urbanistas de São Paulo em relação às questões sociais, sobretudo sugerindo intervenções que trouxessem melhorias infraestruturais para as periferias da metrópole. De acordo com Sarah Feldman: «As idéias do Padre Lebret se difundem, em São Paulo, entre arquitetos e profissionais da área da sociologia, economia, etc., por cursos palestras que ministra e de estudos que desenvolve por intermédio da Sagmacs, instituição de consultoria que cria em 1947. Assim como Anhaia Mello, Lebret preconiza a abordagem da cidade no âmbito regional, a contenção do crescimento e a descentralização, mas traz para o centro do debate a questão social.» Ver Feldman, *Planejamento e zoneamento*, 22. Ainda de acordo com Feldman, Lebret teria uma importância equivalente à de Prestes Maia e de Anhaia Mello para o urbanismo paulistano. No entanto – e é por isso que as suas ideias não são analisadas de modo mais aprofundado neste livro –, a sua contribuição foi muito mais importante no levantamento de dados sobre São Paulo do que na elaboração de futuros para a cidade. Em relação aos destinos da metrópole, Lebret aproximava-se das propostas de Anhaia Mello. Nas palavras de Feldman: «As idéias introduzidas por Lebret se referem a uma metodologia de pesquisa da realidade urbana que vincula o pensamento urbanístico à ação política, e as idéias de Prestes Maia e Anhaia Mello, que já se manifestavam em São Paulo desde os anos de 1920, constituem duas visões divergentes quanto aos encaminhamentos sobre o futuro da cidade.» Feldman, *Planejamento e zoneamento*, 21. Mais sobre Lebret, ver: Dinalva Derenzo Roldan, «A montagem de um ideário urbano em São Paulo: Lebret, 1947», in *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades*, org. Ana Lúcia Lanna, Fernanda Peixoto, José Lira e Maria Ruth Sampaio (São Paulo: Alameda, 2011).

Anhaia Mello, consolidou-se a partir da transferência da autoridade legítima de produção das representações sobre São Paulo do campo político para o intelectual. Esse processo esteve associado ao crescimento da universidade, à «ocupação» do debate público sobre São Paulo por intelectuais oriundos das humanidades, que tomaram para si o papel de principais formuladores da representação hegemônica da metrópole, e por um distanciamento sociológico entre os responsáveis pelas políticas de intervenção urbanística em São Paulo e os produtores das representações simbólicas sobre a metrópole. Ou, por outras palavras, São Paulo passou por um processo de complexificação da divisão do trabalho de dominação, em que a dominação cultural e a dominação política se separaram em esferas especializadas de atuação. No caso específico da manipulação do futuro da cidade, cada uma dessas esferas apontava em direções diferentes, produzindo um futuro esgarçado: materialmente expansionista e simbolicamente cindido entre o pessimismo e o otimismo.

No entanto, esse é um assunto para os capítulos seguintes. Antes, é preciso voltar para o futuro que Anhaia Mello produzia para São Paulo, seguindo os últimos estágios da sua teleologia das cidades. Os estágios da curva descendente e, portanto, o futuro mais óbvio, porém indesejado, de São Paulo foram apresentados pelo urbanista de maneira especialmente interessante do ponto de vista retórico. Anhaia Mello, ainda com a ajuda de Geddes, selecionou um conjunto de características dentre as quais algumas já podiam ser identificadas na São Paulo de então, mesmo se a cidade ainda fosse formalmente classificada como uma «metropolis». Esse recurso retórico tinha como propósito tanto demonstrar a verossimilhança da filosofia da história apresentada como reforçar o sentimento de urgência para evitar o pior. Os dois estágios seguintes seriam a «megalopolis» e a «tiranopolis»:

Megalopolis: O crescimento continua em virtude da velocidade adquirida. Início do declínio sob o ponto de vista humano e social. Grandeza e fôrça. Triunfo do mecanismo e deshumanização. A vida humana subordinada à riqueza e à exploração generalizada. Anonimato. Burocracia, Indiferença cívica, passividade e resignação. Educação quantitativa. Exploração das massas, conflitos e tensão permanentes.

Tiranopolis: E o crescimento continua... Gangsterismo e cezarismo. Desaparece a consciência cívica. A ordem só pode ser mantida pela violência e ditadura. Censura generalizada da opinião. Êxodo.⁶²

Quais dessas características negativas a São Paulo da década de 1950 já continha em si, Anhaia Mello não explicitava diretamente, deixando para os seus leitores e ouvintes a tarefa de examinarem a metrópole e chegarem às suas próprias conclusões. Mas se o seu público estivesse disposto a interpretar a cidade com um olhar menos condescendente, poderia observar facilmente elementos característicos de ambos esses estágios na São Paulo de então – desde as tensões sociais da «megalopolis», como a «exploração das massas» ou «a vida humana subordinada à riqueza e à exploração generalizada», descritas com toques de marxismo, até ao desaparecimento da «consciência cívica», fenómeno típico de uma «tiranopolis». A adjetivação desses estágios é engenhosa, pois permite localizar São Paulo na fronteira entre «metropolis» e «megalopolis», contendo em si as características essenciais dos dois estágios e, sendo assim, estando já enredada na fase decadente do seu desenvolvimento. O estágio de «tiranopolis», a próxima fase do futuro de São Paulo, só ligeiramente poderia ser associado à cidade de então, mas essa ligeireza tinha uma importante função narrativa: conectar os dois estágios anteriores, e que definiam a cidade do momento, com o que estava por vir – e que seria necessariamente pior. O último estágio da projeção geddesiana, destino final de São Paulo caso nada fosse feito para o impedir, seria a «necropolis» – a cidade morta: «O fim do ciclo. A vida social desaparece e da cidade resta apenas o arcabouço. Doenças, fome, guerra civil. Assim aconteceu em Babilonia, Ninive, na Roma das invasões.»⁶³ Um estágio descrito de forma bíblicamente apocalíptica. Deste estágio, São Paulo ainda estaria distante, mas era preciso trabalhar para que a cidade nunca se aproximasse dele:

62 Mello, «O Plano Regional de São Paulo», 34.

63 Mello, «O Plano Regional de São Paulo», 34.

É preciso, pois impedir, por todos os meios, que o processo de acumulação de pessoas e atividades, pseudo urbano, se desenvolva na fase decadente, combatendo em tempo a economia metropolitana. É preciso lutar contra a apoplexia dessa falsa prosperidade. Lutar contra o aumento de população, além dos limites razoáveis; lutar contra os meios mecânicos que favorecem o congestionamento; lutar contra a extensão indefinida da área urbana; lutar contra tudo que é apenas maior em vez de ser melhor. / É preciso, em resumo, saber utilizar socialmente os bens da nossa época, reorientando o desenvolvimento urbano; pondo o mecânico à serviço do orgânico; derrubando a máquina e a ciência do pedestal reservado ao homem. / As cidades crescem, mas o homem é sempre o mesmo. No desenvolvimento para supercidades o ambiente não gera super-homens mas sub-homens. A supercidade, socialmente, é uma subcidade. Aliás, os super-homens são notáveis justamente pela sua sensibilidade, pela sua cultura, por serem mais intensamente humanos; marginais no ambiente megalopolitano.⁶⁴

Neste excerto, Anhaia Mello apresenta, de maneira completamente explícita, a sua posição, e fá-lo apelando a um discurso de inspiração para a batalha. Haveria uma sina inscrita no horizonte de São Paulo que, a cada dia que passava, estaria mais próxima – e essa sina seria a morte da cidade. Haveria, ao mesmo tempo, uma alternativa para São Paulo, uma salvação. Porém, essa solução não seria facilmente alcançada – para se chegar a ela seria preciso lutar, e muito, contra os interesses dominantes. No entanto, essa não seria uma luta desesperançada nem impossível de ser vencida – bastaria força de vontade (sobretudo dos governantes), amparada nos «bens de nossa época», para reverter o destino «natural» das grandes cidades. Portanto, havia esperança. Essa esperança estava fundada numa concepção de ser humano, possuidor de uma natureza a-histórica, universal, ainda que o seu potencial de realização estivesse sujeito às condições sociais. Esse ser humano podia e devia ser resgatado dos constrangimentos impostos pela grande cidade, pois somente fora dela é que

64 Mello, «O Plano Regional de São Paulo», 34.

seria possível realizar todas as suas potencialidades. Finalmente, Anhaia Mello fazia um apelo ao regresso do antropocentrismo, pois, em algum momento posterior à Revolução Industrial, as máquinas teriam passado para o primeiro plano de interesses, subordinando a humanidade aos interesses mecânicos. Para que o ser humano se tornasse novamente o centro das atenções era preciso, enfim, que o ambiente fosse propício – ou seja, era preciso construir cidades novas e mais adequadas, era preciso acabar com as metrópoles.

Em suma, contra as críticas que acusavam de utópica a sua proposta de uma federação de cidades-jardim como futuro ideal para São Paulo, Anhaia Mello apontava para a distopia que o urbanismo hegemónico supostamente estava a produzir como cidade do futuro. Essas disputas discursivas aconteciam no cruzamento entre os espaços académicos, a imprensa, os espaços políticos e os espaços do urbanismo profissional e, sendo assim, envolviam em maior ou menor medida algumas instâncias fundamentais na definição simbólica do que era São Paulo (intelectuais, artistas e urbanistas) e instâncias capazes de intervir em grande escala na urbanização da cidade (o Estado). Nesse sentido, os desdobramentos dessas disputas faziam-se sentir na cidade de maneira bastante concreta, senão com transformações materiais, ao menos com encaminhamentos jurídicos e legislativos que eram os primeiros passos necessários antes que obras de vulto viessem a acontecer efetivamente.

O FUTURO ALTERNATIVO DE ANHAIA MELLO NA PRÁTICA DE PRODUÇÃO DA CIDADE

Embora Anhaia Mello, especialmente nas suas primeiras publicações, tivesse defendido o uso de imagens (plantas, desenhos, diagramas) como elementos facilitadores da compreensão do público, entre os materiais da sua autoria consultados para este livro nenhum deles apresenta qualquer ilustração.⁶⁵ Ao contrário de urbanistas como Prestes

65 Numa palestra de 1928, Anhaia Mello dizia, citando um trabalho de Henry Overstreet: «Nesse estudo Overstreet accentúa a vantagem de se mostrar com insistencia ao publico os desenhos, plantas, diagramas, perspectivas, orçamentos dos trabalhos a executar. / “Seeing,” diz elle, “is easier than thinking”. Ver é mais facil que pensar. E tem a vantagem de

Maia e Robert Moses, que produziram as suas propostas para São Paulo sob encomenda do Estado e as apresentaram fartamente ilustradas, Anhaia Mello nunca contou com esse tipo de patrocínio – e talvez por isso os seus trabalhos tenham sido apresentados sem imagens. No entanto, há uma quase exceção, e que diz respeito justamente ao futuro que o urbanista projetava para a maior cidade do Brasil. Como já foi mencionado, o ano de 1954 foi especialmente prolífico em produção de discursos sobre São Paulo, o que resultou também em algumas iniciativas governamentais. Uma dessas iniciativas foi a criação da Comissão Orientadora do Plano Diretor do Município, pela lei 4.494, de junho de 1954.⁶⁶ Anhaia Mello, que era membro da comissão, propunha num dos seus textos o tamanho da região que deveria ser transformada num conglomerado de cidades-jardim:

[Um dos pontos da proposta] determina a fixação dos limites da área edificada, não só no município da capital, mas nos outros, dentro do círculo de 100 quilómetros de raio, estabelecendo-se um loteamento rural de área mínima de 20.000 metros quadrados por lote. / Se não se fixar o destino rural da área do cinturão verde, serão inúteis os esforços no sentido de criação de uma zona verde de abastecimento em torno da capital e cidades vizinhas.⁶⁷

Depois de uma reunião da Comissão do Plano Diretor, realizada em fevereiro de 1955, o *Estadão* ilustrou uma das propostas saídas do encontro, que previa a redistribuição das indústrias do estado numa área cujo raio era precisamente de 100 km, e exigia

interessar também os analphabetos.» Ver Mello, «Urbanismo», 235.

66 Ver a reportagem: «Estuda a Comissão Orientadora o Plano Diretor dos municípios», *O Estado de S. Paulo* (16/02/1955), 12. Outra iniciativa do mesmo tipo e que se alinhava em alguma medida com as ideias de Anhaia Mello foi o parecer preparado pelos arquitetos Ícaro de Castro Mello e Eduardo Kneese de Mello – membros da Equipe Estadual de Planejamento, instalada em 1951 – para o governador de São Paulo. Como destaca Regina Meyer: «Em relatório encaminhado ao governador Lucas Nogueira Garcez os arquitetos procuraram reter uma oportunidade para defender princípios gerais de planejamento urbano. Assim, no primeiro parágrafo do relatório já emergiu o grande tema da década: *a necessidade de controlar o crescimento de São Paulo*.» Ver Meyer, «Metrópole e urbanismo», 53 – grifos originais. Meyer ainda identifica no mesmo documento: «A convicção explícita dos arquitetos da necessidade de controlar o crescimento da cidade e de que o instrumento para este controle seria indubitavelmente o Plano Diretor.» Ver Meyer, «Metrópole e urbanismo», 55.

67 Mello, «O Plano Regional de São Paulo», 17.

uma importante reformulação das políticas urbanas de todos os municípios da região. Conforme a reportagem destacava, a autoria do projeto era de Anhaia Mello. Na reunião, ainda foi definida a criação de um Conselho Estadual de Urbanismo, que teria como propósito supervisionar e ajudar na organização dos diversos planos diretores municipais do estado de São Paulo. Por orientação do projeto de Anhaia Mello, os municípios paulistas que tivessem mais de 40 mil habitantes deveriam elaborar os seus planos diretores no prazo de cinco anos. Além disso, independentemente da população, todos os municípios que estivessem dentro da área definida na imagem também precisariam de elaborar os respectivos planos diretores e, de preferência, articulando-os regionalmente.⁶⁸



Região industrial de São Paulo⁶⁹

68 «Estuda a Comissão Orientadora o Plano Diretor dos municípios», 12.

69 «Estuda a Comissão Orientadora o Plano Diretor dos municípios», 12.

Este mapa, feito pelo jornal e não por Anhaia Mello, fazia eco do futuro ideal imaginado pelo urbanista para São Paulo, mas, e mais importante do que isso, extrapolava aquela imaginação, encaminhando de maneira pragmática a *produção* do futuro da cidade numa determinada direção. A diferença entre a produção do futuro resultante das ideias elaboradas por Anhaia Mello em primeira mão e a produção do futuro ilustrada pelo mapa é que, na segunda situação, o futuro produzido conta com um certo aval do Estado, além de ser publicitado nas páginas de um jornal. Um passo a mais na produção prática desse futuro foi dado com a aprovação do projeto pela Comissão do Plano Diretor e com a publicação da notícia. Esses dois acontecimentos fizeram com que o futuro em questão fosse inscrito de maneira mais duradoura e convincente no horizonte de expectativas da cidade e, portanto, passasse a poder ser sentido quase como uma realidade possível e talvez provável, porque mobilizava forças estatais. A potência que o envolvimento do Estado mobiliza na produção de futuros transforma projetos distantes em presentificações próximas – isto é: a adoção parcial, por parte do Estado, das ideias de Anhaia Mello transferia essas ideias da dimensão especulativa para o terreno das realizações concretas ou, para ser mais preciso, para um «quase aí» que, na prática, podia ser tratado como uma certeza. E mesmo que, posteriormente, um futuro proposto pelo Estado não se realize, isso não impede que, no momento da sua proposição, tal futuro seja experimentado como uma realidade já dada.⁷⁰

O interessante desse recorte de jornal é que ele indica a forma como um futuro foi produzido e experimentado num presente determinado, sugerindo algumas das certezas e algumas das aberturas contidas nessa experiência. No caso, Anhaia Mello conseguiu encaminhar um futuro que, inicialmente, era quase uma fantasia, de forma que, a partir da mobilização dos enormes capitais estatais, se tornou uma quase realidade. De qualquer forma, assim como no caso da criação das «unidades de vizinhança» – para as quais Anhaia Mello tinha um projeto ideal, mas, sendo impossível realizá-lo, não

70 Ver: Koselleck, «O futuro passado»; e Bourdieu, «O ser social».

achava completamente má a criação de laços comunitários dentro dos bairros da metrópole –, na impossibilidade de se criar uma verdadeira federação de cidades-jardim, cercadas por cinturões verdes, ao menos que as indústrias fossem redistribuídas e os municípios dessa «região industrial» tivessem planos diretores minimamente adequados para controlar o seu desenvolvimento futuro.

O processo de negociação que resultou na aprovação do projeto de Anhaia Mello pela Comissão do Plano Diretor implicou uma série de concessões por parte do urbanista – uma demonstração da realidade complexa e repleta de tensões das estruturas do Estado. Nesse sentido, as decisões da comissão frustravam a realização do plano ideal proposto por Anhaia Mello. Entretanto, ao mesmo tempo, o amparo mágico garantido pela autoridade da comissão (que se valia da autoridade do Estado) inscrevia de maneira eficaz esse futuro imaginado para São Paulo no horizonte de expectativas da cidade, transformando o que nascera, a princípio, como uma utopia numa possibilidade real de futuro. Desta forma, em vez de um destino único e certo, a cidade dividia-se em diversas alternativas, que, por serem contraditórias entre si, resultavam no esgarçamento do futuro da metrópole. São Paulo seria gloriosa e caótica, e talvez incorporasse ainda uma série de elementos da confederação de cidades-jardim.

CAPÍTULO 4

UM FUTURO ESGARÇADO PARA SÃO PAULO. SOCIOLOGIA, GEOGRAFIA E ARTICULADORES CULTURAIS ENTRE O OTIMISMO E O PESSIMISMO¹

Neste capítulo, o objetivo fundamental é acompanhar as transformações nas perspectivas de Florestan Fernandes sobre o futuro de São Paulo. Para tanto, de início, analisa-se um artigo da sua autoria escrito em 1954, no contexto da comemoração dos quatrocentos anos da capital paulista.² Neste trabalho, Fernandes mostrava-se otimista em relação aos destinos da cidade e, portanto, contribuía para a reprodução do sentido hegemónico da história da metrópole. Contudo, também começava a impor a sociologia como uma disciplina importante para se pensar as questões urbanas e, consequentemente, acabava a promover deslizamentos em determinadas características das representações dominantes.

Em seguida, a análise passa a acompanhar o trabalho dos geógrafos da USP que, sob a liderança de Aroldo de Azevedo, realizaram uma inovadora pesquisa sobre São Paulo também no contexto do quarto centenário.³ Azevedo e os seus colaboradores produziram novas representações da cidade e do seu futuro que, além de complexificarem as imagens tradicionais da metrópole, foram fundamentais para a consolidação e disseminação de uma perspectiva propriamente académica sobre São Paulo. Os destinos da cidade produzidos pelos geógrafos eram abertos, ora assumidamente

1 Uma síntese deste capítulo e das conclusões foi publicada em: Bruno Zorek, «Glória e caos no futuro da cidade de São Paulo: Imprensa, política e intelectualidade em meados do século XX», *Revista de História* 181 (2022).

2 Fernandes, «Caracteres rurais». Originalmente escrito em 1954.

3 Azevedo, org., *A cidade de São Paulo*.

otimistas, ora aproximando-se do pessimismo, mas sem necessariamente adotarem uma posição definitiva a esse respeito. Mesmo assim, as suas análises foram fundamentais para alimentar o pessimismo que se tornou dominante na leitura que Florestan Fernandes passou a fazer de São Paulo no final da década de 1950.

O capítulo segue então para a análise de representações da cidade produzidas por Paulo Duarte e Caio Prado Jr., apontando para as subtis transferências de autoridade e legitimidade que diminuía o poder simbólico da elite dirigente e aumentavam o da elite intelectual.⁴ As suas imagens do futuro de São Paulo eram geralmente otimistas, embora o recurso a estratégias retóricas que apresentassem destinos indesejáveis para a metrópole estivesse entre as soluções textuais de ambos os personagens. Assim como os geógrafos, os editores das revistas culturais da cidade ajudavam a consolidar uma perspectiva propriamente intelectual, sobretudo promovendo a sociologia de Florestan Fernandes, que se valia dos espaços da *Anhembi* e da *Revista Brasiliense* para ampliar o seu domínio sobre o debate sociológico brasileiro daquele momento.⁵

Finalmente, o capítulo termina com a leitura de um segundo texto de Florestan Fernandes, publicado em 1959, no qual o sociólogo assumia uma perspectiva bastante pessimista em relação ao futuro de São Paulo.⁶ Argumenta-se que a mudança nas expectativas de Fernandes estava relacionada com o aprofundamento da autonomia relativa do campo intelectual paulista e com a ascensão do próprio sociólogo neste universo. O novo ponto de vista reservava para a elite dirigente um papel de antagonista na produção dos destinos da metrópole e, dada a presença incontornável dos governantes e da burguesia nas intervenções sobre a cidade, parecia muito difícil que São Paulo escapasse de um futuro sombrio. Ainda assim, havia uma pequena esperança de salvação: a educação – área diletta

4 Ao contrário dos demais autores, Duarte e Prado Jr. manifestaram as suas visões de futuro sobre São Paulo de forma diluída e pontual em diversos textos das suas respetivas produções.

5 Jackson, «A sociologia paulista».

6 Fernandes, «O homem e a cidade-metrópole». Originalmente escrito em 1959.

de atuação dos intelectuais e na qual Fernandes se empenharia de maneira intensa no período em causa.⁷

O FLORESTAN FERNANDES DE 1954

Em 1954, Florestan Fernandes – que completava 34 anos de idade – vivia um momento decisivo da sua carreira, iniciado com a regência da cadeira de Sociologia I, na USP. Como foi discutido no primeiro capítulo do livro, o sociólogo, ao assumir este posto, podia então montar a sua própria equipa de assistentes e decidir sobre os rumos das aulas e das pesquisas vinculadas à cátedra – multiplicando potencialmente a sua liberdade intelectual e a sua capacidade de influenciar outros investigadores, especialmente aqueles que estavam sob a sua tutela. Dentro do mundo académico, portanto, Fernandes criava um rincão a partir do qual podia desenvolver o seu trabalho com relativa autonomia. Além disso, o sociólogo também se destacava como articulista relevante na grande imprensa e em revistas culturais – entre as últimas, sobretudo a revista *Anhembí*, dirigida por Paulo Duarte –, ampliando o alcance das suas ideias para fora dos muros da universidade.⁸

Ainda em 1954, Fernandes participou no XXXI Congresso Internacional de Americanistas, que foi realizado em São Paulo como parte das comemorações dos 400 anos da cidade. O sociólogo aproveitou a ocasião para apresentar um artigo no qual discutia diversos aspetos da cidade aniversariante. Neste trabalho, Fernandes descreveu São Paulo como uma metrópole gigantesca e complexa, que desempenhava um papel decisivo na economia nacional e era uma das aglomerações mais cosmopolitas da América Latina. A condição de cidade grande era, de acordo com o sociólogo, um desenvolvimento recente. Apesar de estar a completar o seu quarto centenário, os seus primeiros 330 anos teriam sido os de uma cidade

7 Sobre a trajetória de Fernandes e a sua participação na Campanha em Defesa da Escola Pública, ver respetivamente: Garcia, *Destino ímpar*; e Roberto Leher, «Florestan Fernandes e a defesa da educação pública», *Educação & Sociedade* 33, n.º 121 (dez. 2012).

8 Jackson, «A sociologia paulista». ver também: Catani, *A revista de cultura Anhembí*.

pequena e pacata. Apenas a partir da década de 1870, São Paulo acelerara o seu ritmo de crescimento e, na avaliação de Fernandes, fora nos últimos 40 ou 50 anos – todos já no século XX – que o crescimento explodira. Esta situação gerava uma série de problemas a serem considerados:

Como toda mudança rápida acarreta desorganização social, poucas são as esferas da vida social que se mantêm equilibradas ou integradas. Os serviços públicos não acompanham o crescimento da cidade, que se espalhou mais do que seria necessário ou prudente, segundo afirmam alguns urbanistas; há crises de habitações, apesar do ritmo acelerado das construções; o sistema de abastecimento interno, de gêneros, de víveres e de outras utilidades, é defeituoso e encarece onerosamente o nível de vida; o sistema escolar não consegue corresponder ao aumento da população e à diferenciação da procura; em todos os setores, é frequente o recurso à mão-de-obra semiespecializada como se fosse especializada, a falta de planejamento racional, o desperdício e suas consequências econômicas; nas relações humanas, nas mais diversas circunstâncias – dentro dos lares ou das fábricas, nas escolas ou nos escritórios – o entrosamento de expectativas de comportamento contraditórias e o conflito de concepções antagônicas do mundo criam tensões emocionais e insatisfações morais; os laços de solidariedade são crescentemente substituídos por considerações racionais de interesse e de fins; a instabilidade econômica e a disparidade entre os níveis dos salários e os do custo das utilidades fomentam comportamentos egoísticos, até pouco tempo desconhecidos ou restritos a certas esferas das relações humanas; a aspiração ao êxito financeiro e à ascensão social, alimentada pelo enriquecimento fácil de muitos e pelas oportunidades que se abrem aos indivíduos empreendedores, prevalece sobre as demais aspirações, imiscuindo-se tanto na concepção do mundo dos homens de ação, na dos educadores, dos médicos e dos intelectuais; enfim, elabora-se um novo clima moral, em que «cada um é por si e num estado de tensão em face de todos os outros», como já notou Tönnies, com referência aos mesmos fenômenos na formação da sociedade bur-

guesa na Europa. É evidente que o progresso não beneficia a todos igualmente e que o ônus da nova ordem social cai, pesadamente, sobre os que dependem do valor pecuniário da própria força de trabalho.⁹

Nesse comentário, Florestan Fernandes utilizou o instrumental clássico da sociologia para enquadrar o seu objeto: desde Durkheim e as suas análises sobre a anomia social; passando por Weber e o desencantamento do mundo provocado pela burocratização; e chegando a Marx, com a sua avaliação das dificuldades que a classe trabalhadora tinha para enfrentar o desenvolvimento do capitalismo – sem contar com Tönnies, explicitamente citado. O recurso ao ferramental disciplinar em questão apontava para a formação de uma perspectiva deslocada em relação às representações legítimas mais convencionais da metrópole, fundadas geralmente no vocabulário do urbanismo. O novo ponto de vista era caracterizado pelo foco nas problemáticas sociais e tinha como cerne o processo duplo de desestruturação das relações tradicionais e de emergência de formas modernas de sociabilidade. No entanto, neste caso específico, Fernandes deixava-se influenciar também pelos instrumentais hegemônicos na representação da cidade – o que se revelava tanto na menção rápida às críticas antimetropolitanas de alguns urbanistas como na recuperação de questões típicas desta área: como as preocupações com habitação e abastecimento. Portanto, embora com o esforço de constituição de um ponto de vista diferente sobre São Paulo, as autoridades consolidadas estavam presentes na reflexão do sociólogo. Na verdade, como seria de esperar, Fernandes não reinventava a roda, mas fazia a sua análise da cidade a partir dos conhecimentos já disponíveis a respeito – e, conseqüentemente, acabava contaminado por eles. Isto fica especialmente claro quando o sociólogo elabora os seus prognósticos em relação ao futuro da metrópole, ecoando as expectativas gerais e otimistas com que se representava a cidade durante o seu quarto centenário:

9 Fernandes, «Caracteres rurais», 187-188.

Tendo-se em vista as condições em que se processaram a desagregação da antiga ordem social escravocrata e senhorial e a formação incipiente da nova ordem de classes sociais, a urbanização representa e assegura a evolução para situações sociais de vida historicamente desejáveis no Brasil. Baste-nos um exemplo: com ela é que se inicia o aparecimento de condições sociais que comportam o livre exercício do voto, a organização de partidos de massas, a ascensão política das classes médias e das camadas populares, o advento de correntes e instituições políticas compatíveis com a instauração de um regime democrático.¹⁰

O otimismo de Florestan Fernandes, entretanto, não se fundava no crescimento por si só, nem nos desembaraços que intervenções urbanísticas feitas com precisão proporcionariam para o desenvolvimento da cidade – como era o caso nas representações hegemônicas. Em vez disso, eram as transformações sociais, politicamente orientadas para a democracia, que sustentavam as esperanças do sociólogo.¹¹ Mesmo assim, o caminho para «situações sociais de vida historicamente desejáveis no Brasil» seria repleto de desafios, que

10 Fernandes, «Caracteres rurais», 191.

11 Este também é o argumento de Maria Arminda Arruda, que, na sua análise dos textos de Fernandes produzidos nos anos 1950, destaca as preocupações do sociólogo com os acontecimentos mais recentes e deriva disso as suas perspectivas de futuro: «A ênfase no presente resulta na crença em um futuro promissor identificado, neste caso, com a realidade de uma sociedade de classes aberta e com um regime de participação democrática. A cidade burguesa que emergira nos fins do século XIX atingia, após meio século, genuíno estilo urbano de vida, ligado a um universo valorativo de ordem diversa, respaldado na idéia de progresso inelutável.» Ver Arruda, *Metrópole e cultura*, 31. Além disso, segundo Walquíria Leão Rego, Fernandes estaria a transformar essa perspectiva numa postura que deveria ser adotada por toda a intelectualidade brasileira: «[...] o imperativo ético político que se colocava para a *inteligência* era ajudar no empreendimento de trazer o país para a modernidade da cidadania democrática, e assim redefinir os termos em que estava posta anteriormente a questão nacional. Desse modo, o problema da nação somente se resolveria de forma simultânea com a questão democrática. Não se poderia falar em projeto nacional se esse não fosse compreendido como projeto político democrático destinado à realização em todo o território nacional da mais ampla possível justiça distributiva. Tornara-se tarefa urgente dos intelectuais brasileiros compreender e propor de maneira exigente a cidadania democrática como fonte principal de orientação das políticas públicas voltadas para a liquidação de nosso passado de profundas iniquidades sociais.» Ver Walquíria Rego, «Intelectuais, Estado e ordem democrática: Notas sobre as reflexões de Florestan Fernandes», in *Intelectuais e Estado*, org. Marcelo Ridenti, Elide Bastos e Denis Rolland (Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2006), 180.

precisariam de ser superados seguindo fórmulas específicas – ainda que não houvesse dúvidas a respeito da concretização dessas conquistas. Na expectativa construída pelo Florestan Fernandes de 1954, São Paulo seguiria «naturalmente» um percurso vitorioso, organizado narrativamente de acordo com a estrutura pré-genérica do enredo¹² de tipo épico – isto é, com a imposição e a superação de obstáculos consecutivos, até alcançar a glória – e, portanto, repetindo a fórmula presente nos trabalhos de urbanistas como Prestes Maia e Robert Moses:

Em primeiro lugar, o equilíbrio social não poderá ser estabelecido através da restauração do passado, da reintegração das diferentes esferas da cultura e da sociedade, características do período semiurbano. Percebe-se que o desequilíbrio relativo do atual sistema de relações sociais será corrigido naturalmente pela evolução urbana e industrial da própria cidade. A emergência de condições dinâmicas mais estáveis depende de vir a cidade a exercer influências de caráter metropolitano em todos os setores da vida econômica, político-administrativa e cultural, no seio do imenso espaço social formado pelas comunidades urbanas, semiurbanas e rurais, que constituem o suporte material da industrialização e da urbanização de São Paulo. No momento, porém, assistimos à desintegração final da ordem social herdada do passado, em que os componentes rurais prevaleciam em muitas esferas sobre os componentes urbanos da cidade. Os ideais e os valores que asseguram, em qualquer parte, um estilo de vida [urbano com] tendências metropolitanas, estão em plena elaboração sendo perceptíveis a operação e os efeitos dos processos por meios dos quais eles substituem ideais e valores sociais anteriores.¹³

O sentido da história de São Paulo proposto por Fernandes reproduzia, portanto, a expectativa hegemônica e otimista, típica da representação dominante entre os urbanistas. Contudo, os ele-

12 Sobre a ideia de estruturas de enredo pré-genéricas, ver: White, «O texto histórico».

13 Fernandes, «Caracteres rurais», 188.

mentos destacados pelo sociólogo para produzir o futuro da cidade eram de outra natureza. Em vez de soluções urbanísticas que desembaraçariam o tecido urbano, eram forças sociais – modernas e progressistas – que assumiam o protagonismo na história. Forças imbuídas de novos ideais e novos valores que conduziam à superação de um passado problemático e à preparação de um futuro positivo. Desdobrando esse raciocínio, Florestan Fernandes argumentava que o passado e o futuro da metrópole, inscritos no seu presente, transcendiam a própria cidade e revelavam tendências de desenvolvimento, senão universais, ao menos partilhadas pela maior parte do mundo ocidental. São Paulo, neste sentido, era identificada pelo sociólogo como uma cidade que representava três temporalidades distintas e sobrepostas. Em primeiro lugar, era o passado das principais cidades europeias – São Paulo tenderia a tornar-se o que aquelas cidades já eram. Em segundo, era o futuro das principais cidades brasileiras – que deveriam tornar-se o que São Paulo era naquele momento. E, finalmente, era o presente de si mesma. Portanto, a metrópole podia ser vista como uma espécie de laboratório social para se pensar o país. De acordo com o sociólogo:

[...] as grandes cidades sofrem em maior escala os processos sociais que operam na sociedade brasileira. Nelas se evidenciam a significação e as consequências das mudanças que se processaram com a desagregação da antiga ordem social escravocrata e senhorial. Há quem afirme que o fenômeno das classes sociais é exclusivo das sociedades europeias. Semelhante opinião não encontraria confirmação diante de uma cidade como São Paulo, na qual se reproduz, em condições sociais diferentes, o passado daquelas sociedades.¹⁴

Os tempos da metrópole articulavam não só os destinos locais, mas também os do resto do Brasil – que seria, no futuro, um país com condições de vida semelhantes às das economias industriais

14 Fernandes, «Caracteres rurais», 190.

avançadas europeias. Era de novo uma perspectiva otimista, dado que naquele momento, mesmo com a sombra recente da Segunda Guerra Mundial, a Europa ainda (ou novamente) representava um modelo desejável de civilização.¹⁵ Uma das expectativas sobre essas condições de vida era a generalização do modelo urbano de existência social. Nas palavras de Fernandes:

Por fim, conviria destacar [...] o que significam as novas condições de existência urbana, para os que vivem na cidade. Neste ponto, seria conveniente distinguir entre a significação subjetiva da urbanização e o sentido objetivo que ela possui, como um processo histórico-social. A significação subjetiva é extraordinariamente lábil e variável, como em qualquer outra cidade grande. Para uns, que encontram na expansão da cidade a ruína de antigos privilégios, a urbanização se apresenta como uma verdadeira catástrofe social, que «desgraçará» o Brasil. Para outros, que procuram na cidade melhores condições de vida ou certas garantias de liberdade moral, a urbanização surge como um valor desejável e positivo. Entre essas avaliações extremas, colocam-se as atitudes que mais interessam ao sociólogo. O conforto, a autonomia e a satisfação, assegurados pelo estilo de vida urbano, começam a ser contrabalanceados por sentimentos opostos, de cansaço, de insegurança e de irritação, impostos pelo estado de tensão contínua, a que os indivíduos se veem irremediavelmente compelidos. A questão de saber [se] a vida na cidade «vale» os sacrifícios que precisam ser feitos eleva-se, assim, à esfera de consciência social. Várias instituições conservadoras, misturadas a um saudosismo por um passado rural recente, fazem pressões no sentido de provocar reações negativas. No entanto, parece que os adestramentos indispensáveis à vida social urbana já encontram condições socio-culturais favoráveis e regulares. A disposição subjetiva dominante

15 Sobre as representações otimistas da Europa, sobretudo após a II Guerra Mundial, ver: Eric Hobsbawm, *Éra dos extremos: O breve século XX: 1914-1991* (São Paulo: Cia. das Letras, 1995); e François Hartog, «O tempo desorientado: Tempo e história: “Como escrever a história da França?”», *Anos 90* 5, n.º 7 (1997).

não só envolve a aceitação, como a supervalorização das condições urbanas de existência social.¹⁶

Embora houvesse a sugestão de um distanciamento das opiniões mais extremas sobre os valores da urbanização, Florestan Fernandes deixava subentendido que, se tivesse que escolher entre a sociedade do passado (rural) e a sociedade do futuro (urbana), provavelmente optaria pela segunda. Além de investir as suas esperanças – e o seu capital intelectual – num futuro melhor para o Brasil e para a cidade de São Paulo, o sociólogo esboçava algumas das características que gostaria de ver estabelecidas: sobretudo a democracia política e um crescente processo de igualação económica. Para Florestan, esse futuro desejável era indissociável da metropolização de São Paulo, da industrialização da economia e da urbanização dos costumes. Na conclusão do seu texto, o autor apresentava um diagnóstico das tendências futuras de São Paulo que indicava justamente esse caminho:

A cidade está evoluindo rapidamente no sentido de tornar-se a metrópole de um complexo sistema de comunidades urbanas ou em urbanização, semiurbanas e rurais. Daí a conclusão de que a importância atual de alguns componentes rurais tende a diminuir, à medida que as relações entre a cidade e o campo assumem um padrão propriamente metropolitano.¹⁷

Em resumo, o Florestan Fernandes de 1954 apontava, por um lado, para um passado rural da cidade e do país e avaliava-os como algo a ser superado; por outro, olhava para um futuro urbano onde a igualdade e a liberdade teriam, em princípio, condições de se desenvolver plenamente. Esse otimismo – explicável, em parte, por conta dos festejos que a cidade vivia e, também, pela hegemonia pouco questionada das representações convencionais do futuro da cidade – iria desaparecer cinco anos depois, quando São Paulo já não passava por festejo nenhum, outras perspectivas sobre os destinos

16 Fernandes, «Caracteres rurais», 191.

17 Fernandes, «Caracteres rurais», 192.

da metrópole tinham ganhado força e Fernandes ocupava uma posição diferente na estrutura do campo intelectual paulista, que também se tinha transformado, aprofundando a sua autonomia.

OS GEÓGRAFOS DA USP

Antes de chegarmos ao Florestan Fernandes de 1959, contudo, é preciso analisar alguns processos e acontecimentos que tiveram lugar naqueles curtos cinco anos e que foram fundamentais na transformação das perspetivas sobre o futuro de São Paulo. Como foi discutido anteriormente, as representações da metrópole produzidas por «políticos-urbanistas» disputavam a produção dos destinos da cidade através de previsões ora utópicas ora distópicas – e, contrariamente às de Florestan Fernandes e de outros cientistas sociais, cuja pretensão era analítica, as projeções dominantes tinham um carácter propositivo. O valor dado ao crescimento era o elemento-chave nessas representações. Para alguns – como Prestes Maia e Moses –, a cidade agigantar-se-ia cada vez mais, tornando-se uma maravilha da industrialização e do cosmopolitismo, com ascendência económica sobre todo o continente e, quem sabe, igualando-se em importância às maiores capitais do mundo. Para outros – como Anhaia Mello –, medidas que contivessem o crescimento de São Paulo deviam ser tomadas urgentemente, antes que a cidade atingisse um ponto sem regresso, a partir do qual estaria condenada a uma espécie de apocalipse urbano, marcado pelo caos e pela paralisia. Como desafio, estes autores que defendiam a interrupção da expansão paulista ofereciam um futuro alternativo para São Paulo no qual a metrópole se desmanchava numa confederação de pequenas cidades-jardim. Aqueles que apostavam na positividade do crescimento, por sua vez, acusavam a proposta das cidades-jardins de não ser nada mais do que uma fantasia impossível de ser posta em prática. Desta forma, criava-se um impasse – que ganhou grande publicidade justamente a partir de 1954,¹⁸ em parte como desdo-

18 Sobre esse impasse no mundo do urbanismo, ver: Bresciani, «As múltiplas linguagens do urbanismo».

bramento das comemorações dos 400 anos. O duelo retórico travado com as técnicas do urbanismo e realizado de acordo com interesses do campo político estabelecia duas posições extremas em relação ao futuro de São Paulo: ou se acreditava que o melhor para a metrópole era investir no seu crescimento; ou que era necessário adotar um modelo radical de polinucleação urbana e de dispersão populacional.

No meio desse debate, um grupo de geógrafos da USP apresentou a coleção *A cidade de São Paulo: Estudos de geografia urbana*, publicada em 1958.¹⁹ Os volumes em questão ajudaram a sedimentar uma terceira perspectiva nos debates sobre a cidade, onde o crescimento deixou de ser tanto o destino glorioso de São Paulo quanto o grande mal a ser combatido. Nas novas representações promovidas pelos geógrafos, a expansão da metrópole tornou-se uma realidade dada – um «facto» – que escapava ao controlo humano, mas que também criava problemas com os quais os paulistas tinham de lidar.

Essa apreciação do futuro da cidade era fruto de um lugar social específico, no qual a universidade desempenhava um papel fundamental. A criação da Universidade de São Paulo, em 1934, foi, em parte, uma reação das elites paulistas às derrotas de 1930 e 1932.²⁰ A sua configuração inicial deu-se pela junção das escolas superiores tradicionais já existentes – as grandes faculdades de Direito, Medicina e a Politécnica, além das de Farmácia e Agronomia – e pela fundação da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras. A proposta da universidade como um todo, mas especialmente da FFCL, era oferecer uma formação diferenciada que preparasse os filhos dessa elite para liderarem intelectual e culturalmente o Brasil. Algumas

19 Azevedo, org., *A cidade de São Paulo*. Embora a coleção seja do final dos anos 1950, como chama a atenção Fernanda Peixoto, pelo menos desde a fundação da USP, em 1934, que os geógrafos vinham requisitando para si a responsabilidade pelas análises do espaço urbano: «Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP são os geógrafos que tomam o espaço urbano como tema preferencial de investigações, entre 1930 e 1950: Pierre Defontaine e Pierre Monbeig, seus alunos e seguidores.» Ver Fernanda Peixoto, «Roger Bastide e as cidades: dois ângulos e uma perspectiva», in *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades*, org. Ana Lúcia Lanna, Fernanda Peixoto, José Tavers Lira e Maria Ruth Sampaio (São Paulo: Alameda, 2011), 544.

20 Ver, por exemplo: Limongi, «Mentores e clientelas»; bem como: Miceli, «Condicionantes do desenvolvimento», no mesmo volume.

das ideias por trás da nova universidade eram mitigar a perda da hegemonia política imposta por Vargas e, ao mesmo tempo, construir um caminho para tentar restabelecer a ascendência paulista sobre o país. Para isso, investiu-se nas famosas missões estrangeiras, que trouxeram professores de países como França, Itália e EUA para, sobretudo, ajudar a organizar os cursos da nova faculdade.²¹ Contudo, os herdeiros da elite local não se mostraram muito entusiasmados com as ofertas da FFCL, preferindo as escolas tradicionais e frustrando os planos dos mentores da universidade. Os líderes de São Paulo continuavam a ser formados para serem, sobretudo, advogados, médicos e engenheiros – enquanto a FFCL teve de se reinventar para continuar a existir.²²

Com dificuldades para atrair estudantes da elite tradicional, os diretores da FFCL optaram por ampliar o seu universo de recrutamento. Mulheres, imigrantes, judeus, primos pobres da elite e uma nova classe média foram integrados no público potencial da FFCL. As carreiras oferecidas pela nova faculdade tornaram-se, em primeiro lugar, um canal para a ascensão social de camadas médias da população e, em menor medida, uma alternativa – embora razoavelmente insegura – para abrigar os filhos da elite decadente.²³ O Departamento de Geografia, vinculado à FFCL, era um desses espaços desprezados pela elite tradicional e que progressivamente foram ocupados por grupos sociais que antes tinham pouco ou nenhum acesso a cursos de nível superior. Uma situação equivalente à do curso de Ciências Sociais, no qual Florestan Fernandes ingressou no início dos anos 1940.

Portanto, os estudantes e os professores da FFCL constituíam um conjunto de pessoas que, por um lado, estava a ser treinado – pelo menos idealmente – para assumir papéis de relevância intelectual e cultural no cenário nacional, mas, por outro lado, não contava

21 Sobre as missões estrangeiras, ver: Fernanda Peixoto, «Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960)», in *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 1; e também: Merkel, *Terms of Exchange*.

22 Sobre os anos iniciais da USP e as suas transformações posteriores, ver: Limongi, «Mentores e clientelas»; Pontes, *Destinos mistos*; e Miceli, «Condicionantes do desenvolvimento».

23 Miceli, «Condicionantes do desenvolvimento»; Limongi, «Mentores e clientelas».

– por via da regra – com os capitais necessários para acessar as posições de destaque nos campos político e/ou económico. Essa situação favoreceu a formação de uma elite paralela, com os capitais intelectuais e culturais cultivados pela imersão no mundo universitário – e, neste sentido, pautados pelos valores típicos deste universo –, mas que se encontrava isolada das altas instâncias decisórias dos campos efetivamente dominantes.²⁴ Conforme destaca Sylvia Garcia, essa nova elite tendia a ter «um perfil democrático ampliado, balizado, de um lado, pelo tipo de recrutamento social de seus estudantes, de outro, pela vigência de princípios académicos de avaliação, estritamente fundados no mérito intelectual».²⁵ Ou, nas palavras de Heloísa Pontes: «Na década de 50, a Faculdade de Filosofia fez dos ideários científicos e da neutralidade académica a sua marca distintiva. Definitivamente, não era ali que se formavam os quadros da elite política brasileira. Estes continuavam sendo recrutados nas Faculdade de Direito, Medicina e Politécnica, nessa ordem.»²⁶

O surgimento e progressiva consolidação desta elite paralela implicou uma nova e mais complexa divisão social do trabalho de dominação. De forma esquemática, pode-se dizer que, enquanto os aspetos político e económico do exercício do poder continuavam a ser controlados pelas elites dirigentes tradicionais, a capacidade de determinar as verdades simbólicas sobre a realidade social – que até este momento também era hegemonicamente controlada pelos detentores dos poderes político e económico – passava a ser exercida maioritariamente por intelectuais e outros agentes do mundo cultural. A configuração social das elites paulistas em meados do século XX, por um lado, mantinha os intelectuais afastados das decisões políticas e económicas mais importantes, mas, por outro, garantia espaço no debate público – sobretudo através da imprensa e das diversas produções culturais que se multiplicavam na metrópole –

24 Segundo Maria Arminda Arruda: «Em larga medida, a situação dos cientistas sociais da Universidade de São Paulo encontra paralelo com o universo vivido por Mannheim e seu grupo. De um lado, dominavam um saber novo e socialmente reconhecido; de outro, não conseguiam transformá-lo em posições de influência mais amplas.» Ver Arruda, *Metrópole e cultura*, 161.

25 Garcia, *Destino ímpar*, 58.

26 Pontes, *Destinos mistos*, 180.

para que a sua voz tivesse relevância e influência. Portanto, o trabalho de dominação tornou-se mais especializado, com grupos distintos – e com valores de base diferentes – controlando os diversos aspectos do exercício do poder. Citando Sergio Miceli:

São Paulo foi praticamente o único espaço institucional em que se constitui algo próximo ao que se poderia qualificar como uma elite propriamente intelectual. Numa perspectiva de história intelectual comparada, a elite de cientistas uspianos é o que mais se assemelha àquela fração cultivada da classe dirigente capaz de fazer valer sua presença e autoridade em função da contribuição que traz ao exercício de funções culturais irredutíveis à sua contribuição econômica. Tal fato teve conseqüências duradouras no tocante à posição social e institucional dos cientistas sociais e de suas obras, mormente no que diz respeito às relações que essa «alta classe média não econômica» mantém com os detentores do poder econômico e político. Em São Paulo, por conseguinte, o processo de diferenciação social e funcional no interior dos grupos dirigentes alcançou um grau de complexidade inexistente em outros estados.²⁷

Em relação ao futuro de São Paulo, essa configuração do mundo intelectual coincidiu com a consolidação de uma representação na qual os destinos da cidade deixavam de ser efetivamente controlados por forças conscientes da sua atuação – como seriam o Estado, os governantes, a burguesia ou quaisquer «grandes homens» – e se tornavam produto de uma espécie de força coletiva, que caminhava por si só, independentemente da vontade dos poderosos. Ou seja, enquanto a elaboração das representações hegemônicas era realizada a partir de dentro do Estado ou da sua órbita próxima, as elites dirigentes exerciam um protagonismo decisivo e positivo na produção do futuro da cidade. No entanto, à medida que intelectuais sem acesso às instâncias decisórias dos poderes político e econômico conquistavam o controlo sobre as representações dominantes da

27 Miceli, «Condicionantes do desenvolvimento», 115-116.

cidade, aqueles protagonistas tradicionais deixavam progressivamente de ser representados como detentores do poder de conduzir São Paulo para um futuro melhor.²⁸

Na análise da geógrafa Elina de Oliveira Santos – que assinou um artigo sobre o rio Tietê na coleção de Azevedo –, por exemplo, o futuro de São Paulo não era adjetivado, deixando de ser bom ou mau para se tornar simplesmente um desdobramento do tempo e de ações humanas coletivas. As suas previsões para o amanhã eram constatações como a seguinte: «Quando se completar a retificação do rio Tietê, na região de São Paulo, cêrca de 25 km² de várzea serão acrescentados ao espaço urbano ocupável pela cidade.»²⁹ A atuação do Estado – no caso, manifestada como o conjunto de obras em diversos rios da cidade –, em vez de representar o protagonismo na feitura da história, tornava-se apenas resposta a forças muito mais fundamentais, que efetivamente determinavam os destinos da metrópole. Em relação às obras nos rios Tietê, Tamanduateí e Pinheiros, Santos dizia: «Trata-se de uma importante modificação realizada pelo homem na paisagem natural, que o admirável crescimento da cidade impôs como uma necessidade inadiável.»³⁰

A nova estrutura narrativa, como já se chamou a atenção, tendia a reorganizar os papéis e as hierarquias na produção do futuro de São Paulo, trazendo para o primeiro plano forças sociais coletivas e deixando em segundo plano o Estado e os «grandes homens». Ainda assim, em alguns momentos, apareciam vestígios do discurso até

28 É interessante notar que, na mesma época, o ISEB – grupo de intelectuais que, em contraste com os acadêmicos uspianos da FFCL, era bastante próximo das instâncias decisórias do governo federal – identificava o Estado e a grande burguesia como interlocutores e agentes decisivos positivamente na condução do processo histórico. Nas palavras de Bresser-Pereira, um dos membros deste grupo: «Nos anos 50, o ISEB identificava a industrialização, que se acelerara desde 1930, com a Revolução Nacional Brasileira, e argumentava que então, sob a égide de Getúlio Vargas, se formara um pacto político nacional-populista unindo burguesia industrial, trabalhadores, técnicos do Estado e a parte da oligarquia substituidora de importações, e atribuía um papel protagonista para os empresários industriais. [...] Para o ISEB, o desenvolvimento dos países então subdesenvolvidos só seria possível se fosse fruto de planejamento e de estratégia, tendo como agente principal o Estado.» Ver Luiz Carlos Bresser-Pereira, «O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido», *Dados – Revista de Ciências Sociais* 47, n.º 1 (2004): 54 e 57.

29 Elina Oliveira Santos, «Tietê, o rio de São Paulo», in *A cidade de São Paulo*, vol.1, 58.

30 Santos, «Tietê, o rio de São Paulo», 61.

então dominante – inclusivamente incorporando o seu otimismo típico: «De acôrdo com o plano de urbanização do Eng.º Prestes Maia, na margem direita [do rio Tietê] localizar-se-á a Estação Central das vias férreas que servem a Capital. Sòmente a venda dos terrenos recuperados bastará para fazer face às despesas realizadas com a retificação do grande rio paulista.»³¹

Dos colaboradores da coleção, foi o organizador – Aroldo de Azevedo – quem mais se deixou contaminar pelo otimismo épico na composição do seu discurso. Estão presentes nos textos do geógrafo tanto os elogios hiperbólicos quanto as referências ao bandeirantismo – elementos recorrentes nas representações hegemónicas de São Paulo em meados do século XX. No entanto, repetindo a tendência de deslocar o protagonismo da história do Estado para a sociedade, Azevedo depositava na população paulista a responsabilidade pela produção do futuro da cidade:

Capital do Estado mais populoso e de maior fôrça econômica da Federação Brasileira e, ao mesmo tempo, a maior cidade do país e metrópole regional de uma das mais povoadas e ricas regiões do Brasil, São Paulo vê, com justificado orgulho, ampliarem-se cada vez mais sua importância e sua esfera de influência. É como se os seus 3 milhões de habitantes quisessem reproduzir, de maneira menos rude e bem mais estável, a epopéia imortal de seus maiores do seiscentismo.³²

Em contraste, quando as problemáticas típicas do urbanismo eram de alguma forma recuperadas, mesmo Aroldo de Azevedo – o mais otimista dos geógrafos – mostrava-se desconfiado em relação ao desenvolvimento de São Paulo:

Em conseqüência dessa marcha acelerada, [...] todos os problemas comuns às grandes cidades assumem, aqui, um caráter verdadeiramente angustioso. O abastecimento alimentar, os serviços

31 Santos, «Tietê, o rio de São Paulo», 58-59.

32 Azevedo, «Preâmbulo», 28.

de água e de esgotos, o suprimento de energia elétrica domiciliar e para a indústria, o transporte coletivo – tudo se apresenta mais ou menos deficiente. A cidade cresceu depressa demais...³³

Nessa intervenção do geógrafo, começava-se a desenhar o novo lugar que o Estado e o seu principal instrumento de intervenção nas cidades – o urbanismo – passariam a ocupar nas representações dominantes na segunda metade do século XX. Segundo a nova imagem de cidade, independentemente da boa vontade, da competência ou mesmo dos recursos à disposição, nem o Estado nem os seus técnicos teriam condições reais para enfrentar as poderosas forças que conduziam o crescimento de São Paulo. Na análise de Pasquale Petrone, outro dos articulistas da coleção, justamente porque a metrópole crescia rápido demais: «As sucessivas administrações municipais não conseguiram acompanhar o ininterrupto desenvolvimento da cidade.»³⁴

Em alguns casos, como foi sugerido nos trechos citados acima, havia uma certa benevolência ao se definir o papel exercido pelos governantes. Dado que o processo acelerado de desenvolvimento de São Paulo era colossal, o Estado e os seus administradores estavam previamente desculpados por não conseguirem sanar todos os problemas daí derivados. Entretanto, na verdade, conforme a autonomia do campo intelectual se ampliava, mais recorrente era a inversão do papel narrativo desempenhado pelas elites dirigentes: ao invés de protagonistas, os governantes e a grande burguesia brasileira passavam a ser representados como os maiores inimigos do progresso paulista. De acordo com as representações emergentes, as forças fundamentais da história – por exemplo, «o povo» – eram incontroláveis e impessoais, ainda que pudessem ser influenciadas por aqueles que estavam nas principais posições de poder. As classes dominantes, contudo, exerceriam um papel negativo sobre a cidade e os seus habitantes, aprofundando os diversos problemas que já a caracterizavam e atuando como antagonistas na produção do futuro da

33 Azevedo, «Preâmbulo», 21.

34 Pasquale Petrone, «São Paulo no século XX», in *A cidade de São Paulo*, vol. 2, 153.

metrópole – que, por sua vez, passava de um molde narrativo épico para um trágico. Noutros termos, os valores cultivados pelos intelectuais distanciavam-se cada vez mais daqueles que organizavam o campo político, consolidando dois conjuntos distintos de entendimentos sobre a realidade social e, conseqüentemente, também sobre os destinos de São Paulo. O Florestan Fernandes de 1959, como se verá adiante, encarnaria visceralmente essa nova posição.

Com o fortalecimento das expectativas produzidas por intelectuais, o impasse criado pelos futuros divergentes propostos pelos políticos-urbanistas tornava-se ainda mais complexo. Inicialmente, havia dois destinos positivos para São Paulo: a metrópole gloriosa e a confederação de cidades-jardim, que eram secundados pela imagem do apocalipse urbano – elaborada originalmente como um recurso retórico para ajudar a justificar a necessidade de se interromper o crescimento da cidade. As novas expectativas traziam para o primeiro plano uma série de aspetos negativos que caracterizariam a metrópole do futuro. Apesar de o pessimismo se consolidar como sentimento dominante em relação aos destinos da cidade, as previsões não eram necessariamente de uma cidade caótica e sem solução – em alguns momentos, inclusive, era com otimismo que os intelectuais, especialmente os geógrafos, representavam o futuro de São Paulo.

Todos esses futuros coexistiam e disputavam a produção da cidade, variando em força na composição das representações hegemônicas, de acordo com o momento. Não havia, portanto, um futuro definitivo que, em determinada ocasião, teria sido substituído por outro. A única constante, na verdade, era a disputa – em que a frequência e o alcance de determinadas versões do destino da cidade aumentavam ou diminuía, conforme o lugar social da sua elaboração. Antes, o futuro otimista – produzido no campo político – estava presente em praticamente todos os meios de comunicação social e não deixava espaço para a concorrência. A partir da (re) entrada das ciências humanas no debate, o futuro otimista começou a restringir-se às campanhas eleitorais e aos discursos políticos, enquanto a imprensa, a televisão, o cinema, os periódicos culturais e acadêmicos, o teatro, a música, a literatura, etc. passavam a veicular cada vez mais um futuro sombrio para São Paulo.

A coleção *A cidade de São Paulo*, organizada por Aroldo de Azevedo, incorporava essa tensão entre os futuros possíveis, ora reproduzindo o discurso épico, ora construindo análises que sustentavam uma narrativa trágica, ora misturando ambos na produção de um destino esgarçado – que, na verdade, seria a tônica principal na produção do futuro de São Paulo naquele momento. Os estilos discursivos utilizados pelos políticos-urbanistas permitiam sintetizar o futuro da cidade em duas frases de efeito, uma oposta à outra: ou «São Paulo não pode parar» ou «São Paulo precisa parar». É muito mais difícil chegar a uma fórmula equivalente a partir das representações da metrópole produzidas pelos geógrafos. Os seus trabalhos apresentavam uma série de camadas explicativas sobre São Paulo que se sobrepunham, formando um quadro complexo da cidade. De acordo com Aroldo de Azevedo, por exemplo, haveria pelo menos sete fatores de ordem social para explicar o «inaudito» crescimento de São Paulo desde os finais do século XIX: 1. a expansão da cultura cafeeira; 2. a multiplicação das vias-férreas; 3. o extraordinário incremento da imigração; 4. o afluxo de capitais estrangeiros; 5. a criação do parque industrial paulista; 6. o conseqüente êxodo das populações rurais e urbanas; e 7. o loteamento de grandes propriedades.³⁵ Cada um desses fatores daria a sua contribuição específica para a expansão da cidade e nenhum deles ocuparia uma posição de proeminência – a começar, porque «tôdas essas causas talvez não pudessem exercer sua inegável influência se não fôsem certos *fatôres geográficos*, que aparecem a presidir ao crescimento da cidade, atuando uns mais fortemente que outros, através dos quatro séculos de sua existência».³⁶

Dentre os «fatôres geográficos» destacados por Azevedo, havia três prejudiciais à ocupação do território onde se formou São Paulo: a instabilidade do clima, a inexistência de riquezas minerais e a pobreza do solo. Entretanto, os elementos negativos eram compensados por um conjunto de vantagens – inclusivamente militares, como a facilidade de defender o núcleo original graças à sua posição

35 Azevedo, «Preâmbulo», 12-13.

36 Azevedo, «Preâmbulo», 13 – grifos originais.

em acrópole – que, somadas, fizeram com os que colonizadores portugueses escolhessem aquele sítio:

Com efeito, a inospitalidade da baixada de Santos, com seus manguezais e seu clima quente e úmido, contrastava fortemente, aos olhos do colonizador quinhentista, com o Planalto Paulistano, caracterizado por suas colinas de contornos suaves, bem servido de cursos de água piscosos e gozando de um clima tropical de altitude, que chegou mesmo a ser comparado ao de certas porções da península Ibérica. Eis um primeiro fator favorável. Por outro lado, a cidade veio a ser fundada próximo exatamente de um dos raros trechos em que a Serra do Mar se abaixa a uma altitude de 800 metros, oferecendo um ponto de acesso menos difícil, que já o indígena havia descoberto, em toda a frontaria escarpada que se estende junto ao mar, abrupta e hostil, desde o litoral ocidental do Estado de Rio de Janeiro, com cumes que chegam a dois mil metros. Tais circunstâncias, aliadas às que mais atrás mencionamos, contribuíram decisivamente para a fixação do sítio urbano do aglomerado em formação, mas continuam a representar, até hoje, um papel de importância para a vida da metrópole.³⁷

Mais tarde, outros fatores geográficos seriam «descobertos» e explorados pelos habitantes da cidade, somando mais camadas explicativas ao processo de expansão de São Paulo. A principal dessas características seria a condição «nó de um sistema topográfico» – nos termos de Caio Prado Jr.³⁸ –, ou «encruzilhada de vias naturais» – como prefere Aroldo de Azevedo.³⁹ As especificidades do relevo e da hidrografia do planalto paulista teriam naturalmente transformado a cidade no ponto para onde convergiam uma série de caminhos que conectavam diversas regiões do país:

37 Azevedo, «Preâmbulo», 13-14.

38 Prado Jr., «O fator geográfico», 113.

39 Azevedo, «Preâmbulo», 15.

Com efeito, para Leste alcança-se com facilidade a planície sedimentar do médio Paraíba, quer através do velho roteiro do Bandeirismo (aproveitado pela E. F. Central do Brasil e pela antiga Rodovia São Paulo-Rio de Janeiro), quer através do vale do Paratê (que a moderna Rodovia Presidente Dutra e a variante da Central do Brasil utilizam vantajosamente); para o norte, o obstáculo representado pela Serra da Cantareira não impediu o acesso aos contrafortes ocidentais da Mantiqueira e a penetração até o sul de Minas Gerais; no rumo de noroeste, o vale do rio Tietê (sem ter a amplitude que o caracteriza a montante da cidade) e trechos fortemente peneplanizados dos maciços cristalinos conduzem, sem grandes dificuldades, a um largo e extenso «corredor» – a Depressão Periférica, notável pelas facilidades que oferece às comunicações, o que explica o seu aproveitamento, desde o século XVII até hoje, para os contatos com o «hinterland» paulista e com regiões bem mais afastadas (Triângulo Mineiro, Goiás, Mato Grosso, Paraná), quer através dos velhos caminhos das «monções» e das tropas de burros, quer através dos trilhos da via férrea e das pistas cimentadas da Via Anhanguera; para oeste e sudoeste, as velhas superfícies de erosão favoreceram, inegavelmente, os contatos com o extremo sul do país, não só ao tempo das tropas de burros, como ainda hoje, através da ferrovia e da moderna rodovia; e, finalmente, no rumo de sudeste, em direção às escarpas da Serra do Mar e da baixada santista-viceentina, os vales do Tamanduateí, do Moji e do Perequê viram-se bem aproveitados desde o século XVI, da mesma maneira que o vale do Pilões passou a sê-lo recentemente, depois da construção da notável obra de engenharia, que é a Via Anchieta.⁴⁰

Outro aspeto interessante das representações elaboradas pelos geógrafos era a comparação de São Paulo com algumas metrópoles dos EUA – em contraste, por exemplo, com o Florestan Fernandes de 1954, que preferia comparar a capital paulista com as grandes cidades europeias. Em certa medida, essa aproximação entre São

40 Azevedo, «Preâmbulo», 15.

Paulo e os EUA recuperava as reflexões dos políticos-urbanistas que tomavam os trabalhos de urbanização realizados em cidades estado-unidenses como fonte de inspiração para pensar os problemas paulistas, em especial Prestes Maia.⁴¹ Neste sentido, intui-se a afirmação de um modelo pan-americano de desenvolvimento urbano, partilhado pelas metrópoles do Sul e do Norte do Novo Mundo e distinto dos processos que caracterizaram a formação das grandes cidades europeias. Contudo, diferentemente dos urbanistas, os geógrafos não estavam a pensar em soluções para os problemas urbanos quando mobilizavam essa comparação. Os colaboradores da coleção apenas constataavam as semelhanças e sugeriam que havia algo de positivo no facto de São Paulo se parecer com Detroit, Nova Iorque ou Chicago. Nas palavras de Azevedo: «Quem percorre a Capital paulista e, principalmente, quem a sobrevoa, sente imediatamente que tem diante de si uma grande cidade, comparável a muitas das que se encontram nos Estados Unidos. São Paulo é bem uma cidade americana e, como tal, uma perfeita expressão do Americanismo.»⁴²

Noutro artigo da coleção, Pasquale Petrone reforçava a mesma representação a partir da autoridade dos próprios observadores estado-unidenses: «[...] chega a impressionar a unanimidade de suas opiniões [dos norte-americanos] no sentido de que São Paulo faz lembrar, muito fortemente, certas cidades dos Estados Unidos.»⁴³ A sugestão nas entrelinhas era que São Paulo, assim como as metrópoles estado-unidenses, seria uma cidade poderosa, forte, progressista, moderna, influente, etc. – de acordo com uma representação específica e corrente dos EUA e das suas principais cidades. Se o *American way of life* era insistentemente exportado como modelo de comportamento e consumo para as pessoas de todos os países na órbita de influência dos EUA, também as grandes metrópoles deste país representariam modelos desejáveis de cidade para o resto do mundo.

Em suma, a cidade produzida pelos geógrafos liderados por Aroldo de Azevedo era marcada pela abertura. Não havia síntese: era

41 Sobre as inspirações estado-unidenses de Prestes Maia ver: Toledo, *Prestes Maia*. Ver também: Feldman, *Planejamento e zoneamento*.

42 Azevedo, «Preâmbulo», 17.

43 Petrone, «São Paulo no século XX», 143-144.

a multiplicação de características o que passava a definir São Paulo. Emergia, portanto, uma metrópole complexa, apenas compreensível se se levasse em conta uma grande quantidade de camadas explicativas – embora os aspetos geográficos merecessem um papel de destaque. Esta nova representação da metrópole contribuía para a afirmação de um ponto de vista distinto sobre a realidade – fundado no campo intelectual – e, conseqüentemente, para a contestação parcial e indireta das imagens até então hegemónicas da cidade e do seu futuro. Ou seja: ainda que os geógrafos não estivessem preocupados em desconstruir as representações dominantes, a sua necessidade de compreender São Paulo a partir de uma diversidade de elementos explicativos fazia com que as imagens tradicionais se mostrassem insuficientes para definir a metrópole. Portanto, o discurso hegemónico sofria pequenos abalos, cujo efeito fundamental era ajudar a criar autoridade e legitimidade para as representações oriundas do campo intelectual.

ARTICULADORES CULTURAIS DA INTELECTUALIDADE PAULISTA

Enquanto Aroldo de Azevedo e sua equipa de colaboradores preparavam a coleção *A cidade de São Paulo*, Paulo Duarte e Caio Prado Jr. construía para si posições importantes de articulação no campo cultural paulista. Na década de 1950, ambos fundaram e dirigiram revistas de carácter eclético, que se propunham discutir a conjuntura política, abriam espaço para a produção dos intelectuais da universidade e ainda comentavam as diversas atividades culturais da metrópole. Como destaca Luiz Carlos Jackson:

Ambas [as revistas] situavam-se a meio caminho entre os campos político e cultural, e serviram também ao debate académico, especialmente às ciências sociais, em decorrência sobretudo da atuação de Florestan Fernandes, que delas se utilizou como «caixa de ressonância» para a legitimação de seu projeto académico [...].⁴⁴

44 Jackson, «A sociologia paulista», 267.

A *Anhemi*, de Paulo Duarte, começou a ser publicada em dezembro de 1950, de modo que acompanhou Fernandes desde o início da sua ascensão na carreira intelectual. Já o periódico de Caio Prado Jr., a *Revista Brasiliense*, estreou em setembro de 1955 – momento em que o sociólogo começava a consolidar a sua liderança entre os cientistas sociais acadêmicos, pois já tinha assumido a regência da cátedra de Sociologia I, na USP, e trabalhava na conformação do grupo que ficou conhecido como «Escola Paulista de Sociologia».

Contudo, ao contrário da coleção dos geógrafos, dos trabalhos dos políticos-urbanistas e dos artigos em que Florestan Fernandes tomava São Paulo como objeto de análise, as revistas de Paulo Duarte e de Caio Prado Jr. não tinham necessariamente o futuro da capital paulista como parte fundamental das suas preocupações. Eventualmente, de qualquer forma, os destinos da metrópole seriam mencionados pelos articulistas desses periódicos – mesmo que, na maior parte das vezes, apenas de maneira pontual. Os futuros de São Paulo, quando veiculados por essas publicações, representavam desenvolvimentos bastante diferentes para a cidade, ora positivos, ora negativos e ora sem uma adjetivação clara. Neste sentido, aproximavam-se das imagens elaboradas pelos geógrafos, embora não se prestassem a uma sistematização equivalente, fossem mais soltos e raros, sendo ainda mais variados em relação aos lugares sociais dos seus autores. O grande número de volumes, a diversidade de temas tratados pelas revistas, a quantidade de autores e de interesses, bem como as características do período em que foram editadas, na verdade, faziam com que as perspectivas para a metrópole se diluíssem e perdessem em especificidade.

Da mesma forma que outros meios paulistas – como os jornais de grande circulação –, e especificamente durante os anos 1950, a *Anhemi* e a *Revista Brasiliense* revelavam fragmentos da disputa pela hegemonia na representação do futuro de São Paulo, mas não um posicionamento claro a respeito disso nem necessariamente um aprofundamento da reflexão. Noutros momentos – como na década de 1930 ou na de 1970 –, a grande imprensa veicularia representações mais homogêneas dos destinos da cidade, produzindo e reproduzindo a perspectiva então hegemônica. Como será discutido com mais

vagar nas conclusões, o futuro dominante nos jornais da cidade, durante a primeira metade do século XX, era otimista, enquanto, na segunda metade, o pessimista era mais frequente. Em contraste, nas revistas em questão, publicadas maioritariamente na década em que o futuro de São Paulo se esgarçava, não havia uma tendência precisamente identificável. As manifestações explícitas sobre o tema diziam fundamentalmente respeito às opiniões dos articulistas – e não, por exemplo, a uma possível orientação editorial. Embora fosse recorrente na *Anhemi* a ideia de que os paulistas deveriam liderar intelectual e culturalmente o país e, na *Revista Brasiliense*, houvesse referências ao papel que São Paulo teria numa possível revolução brasileira⁴⁵ – duas projeções desejadas pelos seus respectivos diretores –, as análises presentes nos artigos podiam confirmar que a cidade caminhava nos sentidos almejados, podiam, ao contrário, concluir que a metrópole seguia uma via equivocada ou, ainda, podiam apontar para direções outras, completamente diferentes.

Essa multiplicidade de pontos de vista era fruto das transformações rápidas e radicais que São Paulo enfrentava em praticamente todas as suas dimensões. Apenas a título ilustrativo – e em parte recuperando análises de contemporâneos daquele contexto, com destaque para Florestan Fernandes –, vale a pena mencionar: o crescimento populacional acelerado; a ampliação e diversificação das atividades económicas, com significativo aumento da indústria, do comércio e, sobretudo, dos serviços; o aprofundamento do cosmopolitismo provocado pelo encontro entre os diferentes grupos nacionais e estrangeiros que passaram a viver na cidade; a politização crescente das camadas médias e baixas da população; o acesso cada vez maior dos paulistas a bens de consumo modernos; o aumento da escolaridade média entre os habitantes da cidade; e a ebulição das artes e da produção intelectual resultantes da condição de *arena cultural* de São Paulo.⁴⁶

45 Sobre o projeto elitista da *Anhemi*, ver especialmente: Catani, *A revista de cultura Anhemi*. Sobre as perspectivas revolucionárias da *Revista Brasiliense*, ver: Limongi, «Marxismo, nacionalismo e cultura».

46 Para os pontos de vista de Florestan Fernandes sobre São Paulo e as suas mudanças de opinião, ver os já mencionados: Fernandes, «Caracteres rurais»; e Fernandes, «O homem

Especificamente em relação aos mundos cultural e intelectual, foi ao longo da década de 1950 que esses espaços começaram a esboçar uma relativa autonomia frente aos campos político e económico. E, neste aspeto, a *Anhembi* e a *Revista Brasiliense* tiveram um papel fundamental. Como foi amplamente discutido pela literatura que se debruçou sobre o tema, há diversos elementos que ajudam a explicar o desenvolvimento desses campos especializados. Alguns dos fundamentais seriam: a consolidação de instituições próprias – como as universidades – onde os membros do campo tanto encontrariam espaço para a sua atuação profissional como elaborariam eles mesmos os valores e as exigências a que estariam submetidos na realização dos seus trabalhos; a conformação de um público especializado, composto ao mesmo tempo por produtores, críticos e consumidores da produção simbólica do campo – por exemplo, os professores e estudantes universitários; a criação de veículos para a publicação e disseminação dos trabalhos realizados – entre outros, as revistas *Anhembi* e *Brasiliense*; a adoção de paradigmas teóricos e metodológicos adaptados de pensadores reconhecidos como clássicos de grande projeção intelectual – entre os sociólogos, Marx, Weber e Durkheim, mas também Mannheim, Simmel, Tönnies ou Parsons; e a ascensão de lideranças intelectuais que encarnariam os debates específicos de cada disciplina – no caso da sociologia paulista, Florestan Fernandes.⁴⁷

e a cidade-metrópole». Outra perspetiva dos anos 1950 que tematiza as transformações da cidade é o importante trabalho de Richard Morse, originalmente publicado em 1954, como parte das comemorações do 4.º Centenário de São Paulo: Morse, *Formação Histórica*. Suely Queiroz sintetiza as principais tendências das mudanças em São Paulo no seu artigo: Queiroz, «Política e poder público». Ao passo que Maria Arminda Arruda destrincha em seu livro de maneira mais alongada diversos temas importantes para São Paulo nos anos 1950: Arruda, *Metrópole e cultura*. Para o conceito de *arena cultural*, ver: Morse, «As cidades periféricas». E para desdobramentos mais recentes do mesmo conceito, ver: Gorelik e Peixoto, org., *Cidades sudamericanas*.

47 Clássicos fundamentais para o estudo de intelectuais brasileiros são os dois volumes da: *História das Ciências Sociais no Brasil*, org. Sergio Miceli. Também a compilação de trabalhos de Miceli sobre o tema: Miceli, *Intelectuais à brasileira*. E, do mesmo autor: Miceli, *Vanguardas em retrocesso*. Indispensáveis são os livros derivados das teses de doutoramento de Heloisa Pontes, Fernanda Peixoto e Sylvania Garcia, que exploram as trajetórias de intelectuais incontornáveis para o período em questão em São Paulo: Pontes, *Destinos mistos*; Peixoto, *Diálogos brasileiros*; e Garcia, *Destino ímpar*. Como inspiração geral tanto para este livro quanto para diversas das referências mencionadas é a obra de Pierre Bourdieu. Ver espe-

Nesse sentido, as transformações da cidade implicavam a reconfiguração das forças sociais e do seu equilíbrio – com diversos agentes novos a criarem e a assumirem posições de destaque e a alterarem as dinâmicas de poder estabelecidas. Novamente, o exemplo por excelência – embora não seja o único – é o processo de autonomização relativa dos campos intelectual e cultural de São Paulo. Nestes espaços, por conta do seu afastamento das lógicas dominantes nos campos político e econômico, começavam a vingar valores próprios – e distintos dos correntes nos demais campos – para pensar e lidar com a sociedade e os seus problemas. As novas ideias – cultivadas entre artistas, intelectuais, produtores culturais e outros – transbordavam também para a esfera pública, complexificando os diversos debates em que representantes de diferentes campos porventura se envolvessem.

Se, como regra geral, se pode dizer que as estruturas sociais tendem à reprodução – ainda que se modifiquem sempre em função da contingência histórica –,⁴⁸ o caso específico da São Paulo da década de 1950 aponta para uma situação mais rara, na qual os

cialmente: Pierre Bourdieu, *Razões práticas: Sobre a teoria da ação* (Campinas: Papirus, 1996); Pierre Bourdieu, *A economia das trocas simbólicas* (São Paulo: Perspectiva, 2001); e Bourdieu, *Meditações pascalianas*. Para uma aproximação destas discussões sociológicas e antropológicas ao vocabulário mais comum aos historiadores, ver: Jorge Myers, «Músicas distantes. Algumas notas sobre a história intelectual hoje: horizontes velhos e novos, perspectivas que se abrem», in *História intelectual latino-americana: Itinerários, debates e perspectivas*, org. Maria Sá (Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016). Finalmente, um exemplo prático de como se afirmavam os valores próprios do mundo acadêmico naquele contexto, em oposição aos valores do campo político, pode ser encontrado num artigo da *Revista Brasileira*, assinado por Elias Chaves Neto – primo de Caio Prado Jr. e chefe de redação da revista. Segundo Chaves Neto: «Não se pode chamar de crise da Universidade a repulsa ativa dos professores e da Congregação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras à intromissão indevida do governador do Estado [Jânio Quadros] nos assuntos universitários, pretendendo punir professores por terem externado a sua opinião sobre providências de que aquela Faculdade necessita para poder realmente desempenhar a sua missão de instituição de ensino e de pesquisa. Aí não houve crise. Pelo contrário houve uma demonstração do alto nível moral dos nossos professores universitários, suscetível de inspirar confiança no valor do ensino por eles ministrado. Aliás o mérito da Faculdade de Filosofia de São Paulo é reconhecido em todo o País, apresentando uma plêiade de nomes ilustres no campo de estudos científicos e da alta cultura [...]» Ver Elias Chaves Neto, «A crise universitária em São Paulo», *Revista Brasileira* 15 (jan.-fev. 1958), 188.

48 Para uma discussão mais detalhada das dinâmicas dialéticas entre conjuntura e estrutura e a sua tendência geral para a reprodução, ver: Marshal Sahlins, *Metáforas históricas e realidades míticas* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008).

processos que a cidade enfrentava redefiniam dramaticamente boa parte das suas estruturas (embora as relações mais profundas de dominação continuassem a reproduzir-se). Um dos resultados destas redefinições foi justamente a multiplicação de perspectivas sobre a cidade que desafiavam as representações hegemônicas e tinham como principal consequência a transformação do horizonte de expectativas sobre São Paulo. Por outras palavras, a década de 1950 foi para a metrópole paulista um período revolucionário, no qual as relações de força antes estabelecidas foram postas em xeque devido às inúmeras transformações em curso, abalando as certezas sobre o futuro e, portanto, abrindo espaço para que perspectivas originais ganhassem terreno e se estabelecessem como novas possibilidades para a cidade.

As revistas de Paulo Duarte e Caio Prado Jr. eram testemunhas desse processo e, ao mesmo tempo, seus agentes. Ambas as publicações abrigavam nas suas páginas diversas das perspectivas correntes sobre a metrópole e, ao garantirem este espaço, agiam no sentido de reforçar o esgarçamento do futuro de São Paulo. No entanto, com algumas exceções – como o artigo «Ciência e sociedade na evolução social do Brasil», escrito por Florestan Fernandes e publicado na edição de julho/agosto de 1956 da *Revista Brasiliense* –, as menções ao futuro de São Paulo tendiam a ser pouco articuladas e sujeitas a grande variação.⁴⁹ Entre os exemplos possíveis de serem

49 No artigo mencionado, as perspectivas de Florestan Fernandes em relação ao futuro eram positivas. Embora o seu foco fosse mais na emergência de condições sociais e institucionais para o avanço da ciência, a cidade de São Paulo era também discutida por ser, na opinião de Fernandes, um ambiente adequado para esse desenvolvimento. De acordo com o sociólogo: «Nas condições de existência de uma cidade como São Paulo, o recurso ao pensamento racional e à investigação científica surge de necessidades reais e às vezes prementes. Por isso, o sistema institucional se altera, para dar ao pensamento racional e à investigação científica uma posição dominante. Na medida em que isso ocorre, ambos vão deixando de ser um mero produto da civilização da grande cidade, para se transformarem em fatores dinâmicos de sua integração e de sua evolução culturais. [...] Em resumo, são recentes as inovações estruturais e institucionais que possibilitam maior expansão e desenvolvimento autônomo do pensamento racional e da investigação científica na sociedade brasileira. Produto das próprias transformações da vida social, essas inovações tendem a satisfazer e a fomentar necessidades intelectuais novas, nascidas com a formação do regime de classes sociais, com a secularização dos modos de concepção do mundo, com a industrialização e com a democratização de garantias ou de direitos sociais. A continuidade e a crescente valorização das atividades intelectuais, relacionadas com o pensamento racional e com a

selecionados, excertos de um artigo publicado na seção «Jornal de 30 Dias», da edição de maio de 1953 da revista *Anhembi*, são especialmente interessantes.⁵⁰ O artigo em questão não estava assinado, mas o estilo remetia para o de Paulo Duarte. O tema principal da peça eram as eleições para a prefeitura de São Paulo, cujo resultado tinha acabado de ser apurado. Nesse texto, o futuro da cidade tanto era elaborado em termos ameaçadores como com um relativo otimismo – variando conforme os propósitos retóricos do articulista. No início, eram as ameaças que ocupavam o primeiro plano:

A lição eloqüente das eleições municipais só não a aprenderão os tolos. E êstes pagarão caro a tolice. Quem percorrer as nossas coleções verá que ANHEMBI vem prevendo a reação popular em moldes muito mais calamitosos e violentos do que a sua primeira manifestação organizada do dia 22 de março último. Sim, porque desorganizadas as vamos tendo há muito tempo com o malbarato dos serviços públicos e da vida coletiva arrazados pelos

investigação científica, encontram, assim, estímulos provenientes das próprias condições materiais e morais de existência. Semelhante situação indica, apesar dos fatores adversos (de natureza econômica ou institucional), que são profundas e inalteráveis as tendências que estão favorecendo a constituição e o crescimento de um sistema intelectual de explicação racional e científica do mundo na sociedade brasileira». Fernandes, «Ciência e sociedade na evolução social do Brasil», *Revista Brasileira* 6 (jul.-ago. 1956): 55 e 58.

- 50 Além das questões discutidas adiante, esta edição de *Anhembi* tem um valor especial para a história das ciências sociais brasileiras, por conter a primeira parte do estudo *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*, escrito em parceria por Roger Bastide e Florestan Fernandes. Conforme já foi apontado acima, antes de Fernandes começar a liderar os trabalhos dos sociólogos uspianos, os intelectuais da universidade tendiam a representar o futuro de São Paulo com otimismo, como fica claro na avaliação seguinte: «Essa transição [do regime escravocrata para o regime de classes] parece ter entrado em sua fase inicial em nossos dias. A proletarização dos indivíduos de cor e a integração concomitante de uma porção deles às classes médias marcam o fim de um período e o começo de uma nova era na história do negro na vida econômica de São Paulo. Estamos diante de um processo de recuperação econômica desse elemento, de sua reabsorção pelas condições materiais e morais de existência social vigentes contemporaneamente na cidade.» Ver Roger Bastide e Florestan Fernandes, «Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo», *Anhembi* 30 (mai. 1953): 484. Como chama a atenção Fernanda Peixoto, essa perspectiva otimista sobre a cidade e a sua população negra modificar-se-ia com o passar do tempo: «Não parece difícil notar o lugar decisivo da pesquisa sobre relações raciais na consolidação de temas e problemas na obra de Florestan, ainda que se observe a alteração de pontos de vista na passagem dos anos 50 para os 60: o tom otimista inicial é substituído por uma atitude cética em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*.» Ver Peixoto, *Diálogos brasileiros*, 193.

falcatruzeiros de todo gênero, pelos açambarcadores, pelas passeatas da fome, [...]. Muitas vezes daqui advertimos que êsse povo um dia pedirá contas e cobrará caro.⁵¹

Na conclusão do artigo, em contraste, a perspectiva invertia-se, amenizando as projeções da abertura e sugerindo esperança para a metrópole: «A nós também desapontou [as ações de Jânio Quadros logo após a eleição]. Mas nós somos otimistas ainda em relação a S. Paulo e ao Brasil...»⁵² Neste caso, contudo, o futuro da cidade não recebeu outras considerações, sendo marcado somente pela possibilidade de uma certa reação popular à má administração da prefeitura – ainda que o articulista apostasse numa solução positiva para os impasses por si identificados.

Na *Revista Brasiliense*, o futuro sobre o qual normalmente se especulava era o do país. São Paulo apareceria de vez em quando, como num artigo de Caio Prado Jr. sobre as diferenças entre as iniciativas privada e estatal:

O caso dos transportes coletivos em S. Paulo é exemplo característico disso [de um mau negócio que foi passado para o Estado porque a iniciativa privada não dava conta]. O que a Prefeitura paulistana recebeu quando assumiu o serviço de transportes urbanos foi um acervo de pequenas emprêsas de ônibus semifalidas e o osso do grande negócio que a Light tinha nas mãos e de que conservou a carne, isto é, a produção e fornecimento de energia elétrica. É claro que se o Estado é sempre aquinhoado com o rebotalho de maus negócios que a iniciativa privada lhe impinge para guardar o melhor, não se pode depois e somente por isso tachá-lo de mau administrador. A administração privada não faria, como não fêz no caso que lembrei, melhor figura.⁵³

51 «Outro 1932, mas sem outro 1937», *Anbemi* 30 (mai. 1953): 495.

52 «Outro 1932, mas sem outro 1937», 503.

53 Caio Prado Jr., «Livre iniciativa econômica e iniciativa estatal», *Revista Brasiliense* 9 (jan.-fev. 1957): 4.

Prado Jr. construía o seu argumento no sentido de valorizar as ações do Estado e rebater a ideia de que a iniciativa privada seria *a priori* mais competente em matéria de economia e administração. O desdobramento do seu raciocínio conduzia a uma projeção do futuro em que a economia brasileira seria completamente controlada pela iniciativa estatal – em consonância especialmente com a experiência comunista soviética. São Paulo, neste caso, não era citada de maneira explícita, embora estivesse naturalmente implicada na representação de futuro em questão:

Numa situação como essa, a intervenção e a iniciativa estatais, em larga escala e altamente flexíveis, se fazem indispensáveis. Sòmente o intervencionismo estatal será capaz de disciplinar a iniciativa privada e dar-lhe rumos mais consentâneos com os interesses gerais do país. Ao mesmo tempo, através de sua iniciativa, o Estado suprirá as deficiências da iniciativa privada e a complementarará com vistas ao interesse público. Liberta da preocupação do lucro, e visando muito mais longe que uma conjuntura comercial imediata, a iniciativa estatal pode lançar-se a empreendimentos que embora não ofereçam desde logo perspectivas de sucesso semelhante àquelas que atraem a iniciativa privada, servem para alicerçar e estimular um desenvolvimento econômico futuro, quebrando assim os círculos viciosos em que tantas vezes esbarra aquêlê desenvolvimento.⁵⁴

Essa projeção, entretanto, era um desejo idealizado que Prado Jr. reconhecia não como a tendência mais provável de futuro, mas sim como a única alternativa possível de salvação da economia brasileira. Neste sentido, o intelectual repetia a estratégia retórica utilizada por Anhaia Mello quando elaborava o futuro apocalíptico de São Paulo, desenhando a probabilidade dominante como um destino a ser evitado. Segundo Prado Jr.:

Se a iniciativa estatal não intervir decisivamente nos setores-chave onde a iniciativa dos trustes internacionais se infiltrar, seja

54 Prado Jr., «Livre iniciativa econômica e iniciativa estatal», 13.

aberta, seja veladamente, corre a economia brasileira o risco iminente de se ver envolvida e à mercê de interesses estranhos. Isso porque a iniciativa privada nacional, deixada a si própria, é incapaz de oferecer qualquer resistência. Capitulará logo, como já se tem verificado, em troca de um prato de lentilhas, que se representa assim mesmo uma boa transação para os modestos capitalistas nacionais contemplados, constitui para os demais e para o conjunto do país um prejuízo e um grave risco futuro.⁵⁵

No artigo em questão, como em diversas outras ocasiões, Caio Prado Jr. aproximava-se das possibilidades de uma revolução brasileira – no sentido marxista do termo. A sua principal expectativa, entretanto, não era a de um levantamento popular espontâneo. Na década de 1950, o intelectual comunista interpelava dois agentes específicos que considerava possuírem condições reais de promover um processo revolucionário: em menor medida, os seus companheiros de partido – entendidos como possíveis lideranças que organizariam e conduziriam o proletariado; e, na verdade como principais interlocutores, os governantes – que, por controlarem o Estado, teriam uma capacidade excepcional de determinar o futuro do país.⁵⁶ Neste aspeto, Prado Jr. aproximava-se dos discursos dos políticos-urbanistas e afastava-se das representações em processo de elaboração no campo intelectual. Ao tomar o Estado e os seus administradores como protagonistas da história, o diretor da *Revista Brasiliense* assumia para si formas de interpretar o mundo vigentes no campo político, mas cada vez menos relevantes entre os novos intelectuais. Em contraste, no artigo atribuído a Paulo Duarte, o «povo» assumia um papel ativo e relevante na condução do processo histórico – embora mais como uma ameaça contra o mau comportamento dos governantes do que efetivamente na condição de protagonistas. De qualquer forma, neste caso, a visão de Duarte possuía ao menos uma ligeira harmonia com as nascentes perspectivas do campo intelectual.

55 Prado Jr., «Livre iniciativa econômica e iniciativa estatal», 14.

56 Para uma discussão mais pormenorizada do lugar reservado às elites no processo histórico de acordo com Prado Jr., ver o meu trabalho: Zorek, «Concepções de sujeito e objeto do conhecimento».

Ainda que, nessas revistas, o futuro de São Paulo fosse, em geral, variado e inespecífico, os seus editores produziram, noutros materiais, representações dos destinos da metrópole bastante mais elaboradas. Nas suas memórias, publicadas na década de 1970, Paulo Duarte mencionava planos minuciosos para a cidade. É interessante destacar que se num dos exemplos examinados acima – aquele retirado da *Anhembi* – o povo parecia ter grande importância na determinação do futuro, na citação que se segue os principais responsáveis pelos destinos da metrópole (para o bem e para o mal) eram alguns personagens selecionados cuidadosamente entre os governantes e os seus assessores, no meio dos quais estava o próprio Paulo Duarte. O jornalista, de facto, avaliava a sua capacidade de influenciar os acontecimentos como sendo extraordinária. De acordo com o próprio: «Eu alimentava ambições muito altas com os meus artigos. Pretendia mesmo definir o mundo de um futuro próximo que se anunciava [...]»⁵⁷ Discutindo especificamente o futuro da metrópole e em referência à sua atuação como chefe de gabinete da prefeitura de São Paulo durante a administração de Fábio Prado (1934-1938), Duarte dizia:

A idéia de Prestes Maia de construir o Paço Municipal nos terrenos do Piques, hoje ao lado da avenida Nove de Julho, me parecia um absurdo porque este urbanista, com a sua estreiteza, não havia pensado no possível desenvolvimento rápido da cidade, concorrendo a Prefeitura para uma intensificação enorme do trânsito, dado o número de interessados e funcionários que procurariam o Paço Municipal, concorrendo para o estrangulamento do mesmo trânsito no centro da cidade. A localização do Paço na Ponte Grande não só levaria para lá grande parte do movimento urbano, senão também concorreria para o desenvolvimento de uma zona até agora praticamente deserta, como era aquela enorme área das duas margens do Tietê, entre a Freguesia do Ó, Lapa, Osasco, Ponte Pequena, Bom Retiro, Barra Funda do lado de cá e Santana do outro lado. Estudando comigo com

57 Duarte, *Memórias: A inteligência da fome*, 74.

a planta aerofotográfica aquela zona, o Fábio [Prado] entusiasmou-se com a idéia e, levando-a ao Armando [de Salles Oliveira – interventor estadual no contexto em questão], este também se contagiou do nosso entusiasmo e ficou sigilosamente admitido que o Paço Municipal ali seria construído dentro de um estupendo parque municipal que se uniria ao do Ibirapuera para construírem os maiores e mais belos parques da cidade. Assim, todas as vezes em que se falava no Ibirapuera e no Campo de Marte para o futuro Aeroporto, eu aparteava insistentemente, desviando a atenção do PRP [Partido Republicano Paulista – ou o que sobrara dele e que compunha o principal grupo de adversários políticos de Duarte] para outros lados. O destino do Campo de Marte e do Ibirapuera estava já traçado por nós como o de um estupendo presente à cidade de S. Paulo.⁵⁸

A redação de Duarte sugere muitas vezes que as suas memórias são um apanhado de textos e anotações que ele escreveu ao longo de vários anos. O excerto acima poderia ter sido redigido nos anos 1930 e, sendo assim, seria um indício dos processos que ajudaram a produzir o futuro de São Paulo naquele momento – além de ilustrar as dificuldades que Prestes Maia enfrentava para concretizar as ideias do seu *Plano de avenidas*. No entanto, quando essas memórias vieram a público, na década de 1970, o futuro em questão já era passado. Neste sentido, embora houvesse um projeto de cidade que estava a ser mobilizado, já não havia produção direta do seu futuro. Havia, evidentemente, produção da cidade no sentido mais amplo, pois Duarte elaborava representações de São Paulo que necessariamente se tornavam também verdades sobre a cidade. Ou seja, a São Paulo da década de 1970 não se transformava naquilo que Duarte propusera nos anos 1930, embora o seu testemunho ajudasse a entender a forma como, no passado, o futuro fora produzido e, conseqüentemente, também complexificasse a cidade que então lia as suas memórias pela primeira vez.

58 Duarte, *Memórias: Os mortos de Seabrook*, 68.

Nos exemplos retirados dos textos de Paulo Duarte, é possível identificar um deslocamento na atribuição do protagonismo histórico – de indivíduos excepcionais (anos 1930) para o «povo» (anos 1950). É preciso notar, no entanto, que o jornalista não estava necessariamente preocupado em ser sistemático e coerente nestas atribuições. Segundo os seus interesses do momento, o peso poderia recair sobre indivíduos específicos ou sobre a sociedade em geral. Ainda assim, é preciso reconhecer uma certa «sensibilidade» do jornalista ao «clima» da década de 1950, quando, em alguma medida, ele se deixou contaminar pelas perspectivas nascentes no campo intelectual e, portanto, também ajudava a consolidá-las. Isto merece uma ênfase especial tendo em vista as suas opiniões sobre os seus amigos mais próximos e, sobretudo, sobre si mesmo – todos em altíssima conta e considerados extremamente capazes de transformar o mundo.

Já Caio Prado Jr., pelo contrário, tanto realizou um movimento inverso na sua obra como o fez de maneira consistente. Enquanto os seus primeiros livros identificavam no povo, nos trabalhadores ou noutras forças coletivas o efetivo protagonismo histórico, os seus últimos trabalhos tomavam essencialmente os governantes e a classe política como principais responsáveis pelas ações historicamente relevantes – na contramão do que se consolidava no campo intelectual.⁵⁹ Nas citações acima, são mais evidentes as características da sua última fase. Nos trechos a seguir, retirados de trabalhos em que o intelectual comunista se propôs dialogar com os geógrafos, é interessante observar que as suas interpretações se aproximavam daquelas produzidas por Aroldo de Azevedo e os seus colaboradores. Num artigo sobre a geografia urbana de São Paulo – publicado originalmente na década de 1930, mas que ganhou maior visibilidade a partir de 1953, quando foi republicado no livro *Evolução política do Brasil e outros estudos* –, Prado Jr. destacava a importância de elementos sóciogeográficos na condução do processo histórico:

Não são portanto as riquezas da região onde se situa São Paulo, riquezas naturais inexistentes, que estão na base do desenvolvi-

59 Zorek, «Concepções de sujeito e objeto do conhecimento».

mento da cidade. É a outros fatores que São Paulo deve o seu progresso. Um sobretudo, que em última análise explica e condiciona os demais, e que é a posição relativa que a cidade ocupa no conjunto do sistema econômico, político e social de que é o centro geográfico natural e necessário. Sistema que abrange uma grande região e engloba não apenas o Estado de São Paulo, com os seus 9 milhões de habitantes e seu considerável desenvolvimento, mas ainda zonas importantes de Estados vizinhos que giram hoje na órbita paulista: o Triângulo Mineiro, o norte do Paraná, o sul de Mato Grosso; e mesmo, até certo ponto, o longínquo sul de Goiás.⁶⁰

No mesmo trabalho, ao elaborar características dos destinos da cidade, o intelectual também reforçava elementos da narrativa épica, lembrando o otimismo de Prestes Maia e de Robert Moses: «Não houve, portanto, como certamente não haverá, obstáculo algum de vulto que se opusesse ao desenvolvimento da indústria paulistana.»⁶¹ Além disso, a São Paulo do futuro tal como imaginada por Caio Prado Jr. potencializava a imagem da metrópole sobre rodas – cara aos urbanistas recém-mencionados:

A cidade acabará com um verdadeiro sistema completo de vias públicas suspensas, que lhe emprestará um caráter talvez único no mundo. Com os viadutos virão os túneis: um já atravessa o espigão mestre da cidade, comunicando o centro comercial, pelos vales do Anhangabaú e Saracura, com os bairros da várzea do Pinheiros; outros se tornarão com o tempo indispensáveis, e será este mais um traço original de São Paulo, que, com o outro, fará dela uma cidade dividida em dois planos sobrepostos, cidade de dois pavimentos.⁶²

Entretanto – e da mesma forma que Paulo Duarte –, quando o tema em discussão eram especificamente os estilos de urbanismo,

60 Prado Jr., «O fator geográfico», 123.

61 Prado Jr., «O fator geográfico», 133.

62 Prado Jr., «O fator geográfico», 146.

Caio Prado Jr. tendia a simpatizar com as ideias de Anhaia Mello. Para os dois articuladores da intelectualidade paulista, não havia contradição entre, de um lado, a imagem da metrópole gloriosa e o seu complexo emaranhado de edifícios, viadutos e avenidas e, de outro, a valorização das características das cidades-jardim:

Da avenida Paulista, pelas escarpas abruptas que demandavam a várzea do Pinheiros, descem novos bairros. E a própria várzea começa a ser ocupada; já não, como foi o caso de suas irmãs do Tietê e do Tamanduateí, por populações operárias, mas pela mesma burguesia de Higienópolis e da avenida Paulista. Inaugura-se tal ocupação por esta obra-prima de urbanismo que é o jardim América, iniciado em 1910. A designação ficará, e os bairros da várzea do Pinheiros serão todos «jardins»: Jardim Paulista, Jardim Europa. Jardins no nome e no aspecto: vegetação profusa, amplos espaços livres, construções isoladas em meio de grandes parques. Será este o recanto mais pitoresco de São Paulo; e o seu caráter se afasta completamente dos modelos urbanísticos que herdamos do passado, e traz um cunho acentuadamente anglo-saxão que lhe imprimiu a empresa daquela origem que lançou este tipo de urbanismo depois largamente imitado.⁶³

Embora Paulo Duarte e Caio Prado Jr. se aproximassem tanto na valorização de determinados aspetos da cidade grande quanto nos elogios a um urbanismo que promovia a descentralização urbana, as motivações de cada um para adotarem tais posicionamentos diferiam em origem e grau. Como já se chamou a atenção, desde o início da sua militância no Partido Democrático, em meados da década de 1920, que Paulo Duarte começara a nutrir uma certa antipatia pelo Partido Republicano Paulista e pelos seus membros – entre eles, Prestes Maia. Antipatia que se manteve nas décadas seguintes, mesmo com o fim desta força política. Além disso, Duarte geralmente nomeava e adjetivava os urbanistas aos quais se referia – fosse para os criticar ou para os apoiar. Prestes Maia era sempre alvo dos

63 Prado Jr., «O fator geográfico», 141.

seus ataques, enquanto Anhaia Mello era tratado com generosidade – ambas as situações motivadas fundamentalmente pelas alianças políticas do jornalista, e não pelas suas convicções a respeito da cidade. Assim sendo, independentemente do que Prestes Maia ou Anhaia Mello propusessem para São Paulo, o primeiro seria criticado por Paulo Duarte e o segundo enaltecido. Contudo, os resultados desta dinâmica, ainda que colaborassem para o desgaste da figura de Prestes Maia e para o fortalecimento da de Anhaia Mello, não significavam necessariamente o mesmo para as suas respetivas teorias urbanísticas. Justamente por misturar a exaltação à grande metrópole com o aplauso às soluções descentralizadoras, Paulo Duarte contribuía para a valorização do urbanismo de maneira geral e, finalmente, para a consolidação de uma representação esgarçada de São Paulo.

Caio Prado Jr., por sua vez, estava afastado das disputas que misturavam política e urbanismo. Mesmo tendo iniciado a sua trajetória política nas hostes do Partido Democrático – e, portanto, no polo oposto ao do PRP –, ao filiar-se no Partido Comunista, Prado Jr. rompeu com ambas as forças políticas e, conseqüentemente, também com as elites paulistas.⁶⁴ Do ponto de vista político, portanto, o intelectual distanciava-se tanto dos democratas quanto dos republicanos – e também dos continuadores destes grupos, quando eventualmente formaram novos partidos. Neste sentido, caso fosse pertinente para Caio Prado Jr. associar os estilos de urbanismo a correntes políticas determinadas, um desdobramento lógico possível redundaria na junção de ambos os estilos num único conjunto e na sua aproximação generalizada aos grupos politicamente dominantes. Como os comunistas faziam oposição justamente aos grupos dominantes,⁶⁵ não haveria razão para Prado Jr. abraçar a causa de uma das suas subdivisões em detrimento da outra

64 Sobre o significado sociológico da entrada de Caio Prado Jr. no Partido Comunista Brasileiro, ver: Iglésias, «Um historiador revolucionário»; e também: Fernandes, «A visão do amigo».

65 E mesmo nos casos em que o Partido Comunista Brasileiro se propôs apoiar elites dirigentes – como no caso do *queremismo* –, Caio Prado Jr. posicionou-se contra, embora tenha sido voto vencido entre os seus companheiros de militância. Sobre o tema, ver: Raimundo Santos, *Caio Prado Jr. na cultura política brasileira* (Rio de Janeiro: Mauad, 2001).

– tal como fazia Paulo Duarte. De qualquer forma, não parece que essa associação fosse relevante para o intelectual comunista. As suas opiniões sobre urbanismo diziam respeito, em primeiro lugar, ao que ele entendia como positivo ou negativo para a cidade – e não às suas relações pessoais ou políticas com os autores das propostas das intervenções urbanas. Por isso, os seus elogios ou críticas à urbanística paulista referiam-se diretamente às teorias da disciplina – e não aos seus teóricos.

Na verdade, quando Prado Jr. analisava o urbanismo – entendido enquanto técnica de planeamento e intervenção urbana –, só eram destacados aspetos positivos. As suas críticas a São Paulo dirigiam-se fundamentalmente ao comportamento da sua elite dirigente e não se relacionavam com as práticas e realizações do urbanismo local. Consequentemente, dado que Caio Prado Jr. elogiava tanto aspetos da grande metrópole como das soluções descentralizadoras, os efeitos das suas reflexões eram semelhantes aos das de Paulo Duarte: por um lado, havia a valorização do urbanismo de maneira geral e, por outro, fortalecia-se a representação de uma São Paulo esgarçada, que comportava, ao mesmo tempo, os bairros-jardim, com os seus amplos espaços verdes e as suas construções espaçadas, e a perspetiva de ruas e avenidas sobrepostas em dois planos, conformando a imagem de uma metrópole marcada pela concentração.

Os casos de Duarte e Prado Jr., bem como dos geógrafos liderados por Azevedo, ilustram o processo de esgarçamento da cidade e do seu futuro experimentado por São Paulo na década de 1950. Em vez de uma confluência de interpretações em direção ao consenso, o que havia era uma dispersão de prognósticos pelos mais variados (e contraditórios) caminhos. Além disso, naquele momento, a disputa pela autoridade hegemónica entre as diversas e diferentes representações dos destinos da metrópole estava marcada pelo equilíbrio. Nesta direção, o horizonte de expectativas de São Paulo abria-se para uma grande variedade de possibilidades. Contudo, todas essas imagens – mesmo quando antagónicas entre si – não se anulavam umas às outras, mas, na verdade, sobrepunham-se, multiplicando as certezas sobre o futuro. São Paulo estava-se a tornar

uma cidade cujo amanhã seria uma combinação de tendências opostas, pois seria ao mesmo tempo conduzido de forma dominante pelo Estado *e* pelo povo, o seu crescimento seria inevitável *e* dependente das ações da sociedade, a concentração populacional seria positiva *e* a sua dispersão necessária, haveria uma multiplicação de ruas *e* uma valorização dos amplos espaços verdes *e*, finalmente, o seu destino seria glorioso *e* trágico – tudo isso junto e ao mesmo tempo. O que denominamos aqui como esgarçamento do futuro é justamente esse processo paradoxal de sobreposição de perspectivas antagônicas que faziam os destinos de São Paulo não uma grande dúvida, mas uma miríade de certezas contraditórias que coexistiam. Como num tecido que estava a ser esgarçado, havia forças que puxavam os fios do futuro da cidade em várias direções. Antes de rasgar, contudo, o tecido deforma e resiste – revelando na sua trama as tensões opostas a que está a ser submetido. O mesmo vale para as representações de São Paulo elaboradas naquele momento, que produziam uma cidade e o seu futuro marcados pela contradição, mas sem sucumbir a ela.

O FLORESTAN FERNANDES DE 1959

Em 1959, cinco anos depois da apresentação do seu trabalho sobre a cidade de São Paulo no XXXI Congresso Internacional de Americanistas, Florestan Fernandes voltou a refletir sobre a metrópole. Aproveitando a edição comemorativa de 30 anos do jornal *Diário de São Paulo*, o sociólogo publicou um novo artigo sobre o tema. Em parte, Fernandes recuperava as suas análises de 1954, mas desdobrava-as noutra direção – em vez de concluir que São Paulo teria um futuro positivo, a sua expectativa para a cidade tornara-se quase completamente negativa:

Como acontece em outros países subdesenvolvidos e de economia tropical, a ausência de equilíbrio nas relações campo-cidade contribui para dar ao crescimento econômico de São Paulo um caráter tumultuoso, desordenado e descontínuo em pontos vitais. Por isso, o perigo de uma «retração» permanente existe e a cidade

corre um risco que nos deve preocupar fundamentalmente. Ela poderá converter-se em uma *cidade morta* gigantesca.⁶⁶

Essa mudança de perspectiva estava relacionada tanto com a transformação do lugar social de Fernandes como com a sua leitura e incorporação dos debates sobre São Paulo realizados por geógrafos e urbanistas. Em relação ao primeiro ponto, a nova posição ocupada pelo sociólogo no campo intelectual paulista foi, ao mesmo tempo, causa e efeito do pessimismo com que passou a representar o futuro da metrópole. Causa, por um lado, porque a afirmação de um ponto de vista derivado de valores como a neutralidade científica ou como a necessidade de um distanciamento crítico em relação à política ou à economia – e que se manifestava de forma essencialmente pessimista no contexto em questão – era parte do trabalho, realizado também e principalmente por Fernandes, de consolidação de uma perspectiva própria, que resultava na autonomização progressiva do campo intelectual. Efeito, por outro lado, porque a principal condição para que tal ponto de vista tivesse sentido na sociedade brasileira era justamente que houvesse um campo relativamente autónomo, que oferecesse as bases sociais para a sua sustentação e disseminação. Sucintamente: uma perspectiva como a do Florestan Fernandes de 1959 só poderia ter sido elaborada num campo intelectual com relativa autonomia e, ao mesmo tempo, esta autonomia só se teria consolidado se tais perspectivas estivessem em elaboração.⁶⁷

Em termos mais concretos, Fernandes, em 1954, inaugurara uma nova e promissora fase da sua trajetória intelectual, marcada pelo início da sua regência da cátedra de Sociologia I. O regente

66 Fernandes, «O homem e a cidade-metrópole», 275 – grifos originais.

67 Citando Maria Arminda Arruda: «Num plano mais geral, parece necessário o surgimento de um sistema intelectual suficientemente diferenciado a ponto de comportar a existência de disciplinas afins e de outras correntes de pensamento. Referimo-nos, explicitamente, ao fato de que, se a produção sociológica desse grupo de professores da Universidade de São Paulo, nos anos 50, ensinou todas essas dimensões, com certeza tal operação implicou no assentamento de um campo científico específico, onde o diálogo com outras disciplinas é pressuposto e êmulo da existência de discursos distintos». Ver Arruda, *Metrópole e cultura*, 119-120.

ocupava, naquele momento, uma posição de aspirante em ascensão e com potencial, num campo que dava os seus primeiros passos no sentido da autonomização. Em 1959, em contraste, o professor da USP desafiava as formas correntes de se fazer sociologia no Brasil e tentava impor o seu modelo de ciência como o mais legítimo para a disciplina – e, é preciso frisar, com grande vantagem sobre os seus adversários. Nesta tarefa, além das suas próprias pesquisas, Florestan Fernandes contava também com os trabalhos dos seus assistentes e orientandos – a «Escola Paulista de Sociologia» –, que, em conjunto, multiplicavam significativamente a sua capacidade de definir os padrões de produção e de excelência da sociologia brasileira. Portanto, ele assumia uma posição de liderança num campo com uma autonomia relativa bastante mais consolidada. Na verdade, o sociólogo era, ele mesmo, a encarnação da autonomia conquistada, cuja posição estruturava grande parte dos princípios e relações do campo.⁶⁸ Ou seja: nesses curtos cinco anos, a autonomização relativa do campo intelectual paulista aprofundou-se – em grande medida por conta da atuação do próprio Florestan Fernandes – e o sociólogo também se tornou uma referência inescapável, uma espécie de personagem-guia ao qual todo o campo estava ligado.⁶⁹

Além disso, o processo de autonomização relativa do campo intelectual implicou a ampliação da distância entre este campo e os demais campos do setor dominante do espaço social – sobretudo o político e o económico. Como já se chamou a atenção, os valores que organizavam cada um destes universos eram constituídos uns em oposição aos outros – e, neste sentido, resultavam em perspectivas

- 68 Pode-se dizer que Florestan Fernandes representava para o campo intelectual paulista um papel equivalente ao de Jean-Paul Sartre para o campo intelectual francês também da década de 1950. Segundo Pierre Bourdieu: «Se, num estudo do campo da magistratura, não se considerar o presidente do Supremo Tribunal de Justiça ou se, num estudo sobre o campo intelectual em França em 1950, não se considerar Jean-Paul Sartre, o campo fica destituído, porque estas personagens marcam, por si sós, uma posição. Há posições de um só lugar que comandam toda a estrutura.» Ver Pierre Bourdieu, «Introdução a uma sociologia reflexiva», in Bourdieu, *O poder simbólico* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007), 40.
- 69 A partir de diferentes reflexões, a constatação de que Fernandes ocupava esse lugar de referência incotornável no campo intelectual paulista parece ser um consenso entre os pesquisadores que investigaram o período. Ver, por exemplo: Miceli, *Intelectuais à brasileira*; Miceli, «Os inventores da sociologia»; Arruda, *Metrópole e cultura*; Pontes, *Destinos mistos*; Peixoto, *Diálogos brasileiros*; e Garcia, *Destino ímpar*.

que disputavam entre si a capacidade de definir as verdades mais legítimas sobre a realidade social. Como as intervenções mais poderosas e eficazes sobre a sociedade brasileira eram realizadas em primeiro lugar pelo Estado (com maior ou menor participação das elites económicas) – e, portanto, a partir dos princípios organizadores do campo político –, um ponto de vista fundado nos valores do campo intelectual seria quase necessariamente discordante em relação ao que estava a ser feito pelo Brasil (ou pela cidade de São Paulo). No caso do Florestan Fernandes de 1959, era justamente isso que se dava: a negatividade que passou a marcar a sua perspectiva era fundamentalmente resultado da consolidação e da incorporação de princípios específicos de interpretação do mundo que se opunham àquelas correntes nos campos político e económico. Por isso, a sua apreciação da realidade acabava por ser marcada pelo desânimo e pela descrença num futuro melhor – especialmente quando o que estava em consideração eram as ações das elites dirigentes:

Nesse terreno, no qual está em jogo a segurança e o conforto dos moradores da cidade tanto quanto a continuidade do progresso dela no futuro, falharam por diferentes motivos o empreendedorismo particular e o empreendedorismo oficial. O primeiro, pela ausência de previsão ou por causa do predomínio exclusivo de interesses egoísticos. O segundo, por incapacidade de renovação orgânica, que favorecesse o emprego crescente das técnicas de intervenção e de controle racionais exigidas pelas situações novas.⁷⁰

Em 1959, Fernandes reservaria para os governantes e para a burguesia papéis de antagonistas na sua nova estruturação narrativa. Embora a situação em que São Paulo se encontrava, na avaliação do sociólogo, fosse fruto de um processo complexo, composto por diversas variáveis e que, em muitos aspetos, tinha características positivas – fazendo eco de formulações como as dos geógrafos –, ele destacava duas consequências específicas deste processo que, nas

70 Fernandes, «O homem e a cidade-metrópole», 271.

suas palavras, tinham um «aspecto sociopático» e eram diretamente ligadas aos detentores dos poderes político e económico:

[...] vale a pena ressaltar o comportamento de ave de rapina, diante dos assuntos de interesse coletivo da cidade, e a persistência perigosa de avaliações pré-capitalistas na utilização da renda. / O primeiro ponto é facilmente ilustrável da mentalidade e das ações do moderno político profissional e dos eleitores que formam a sua clientela. Sem se identificarem com a segurança e o futuro da cidade, mantêm-se cegos às necessidades presentes de reconstrução dos serviços públicos, quando não se apropriam de bens oficiais ou se limitam a explorar projetos de alcance demagógico. O segundo ponto pode ser ilustrado por meio de comportamentos muito generalizados entre os empreendedores capitalistas. Encarando os lucros como efeito da própria capacidade de liderança e temendo as incertezas do ciclo económico, muitos deles consomem verdadeiras fortunas suntuosamente ou deslocam-nas para fins neutros em face do desenvolvimento nacional. O aspecto sociopático desse comportamento é evidente. De um lado, ele se constitui em obstáculo à expansão de atitudes e técnicas racionais, indispensáveis ao fomento e ao aperfeiçoamento de empresas económicas consistentes. De outro, concorre para a dissipação de recursos que não se produzem pela simples capacidade pessoal do empreendedor, já que as medidas protecionistas asseguram uma margem mínima de risco, com o fito de acelerar o desenvolvimento da economia brasileira à custa do sacrifício momentâneo do consumidor.⁷¹

Para Fernandes, naquele momento, a distinção entre interesses egoísticos e interesses coletivos era um aspeto fundamental da sua reflexão e tinha desdobramentos importantes nas suas expectativas para o futuro. Assumindo uma perspectiva nitidamente weberiana, com toques de Durkheim, o sociólogo associava a racionalização típica do «espírito do capitalismo» à reinversão dos

71 Fernandes, «O homem e a cidade-metrópole», 273.

lucros de qualquer empreendimento – público ou privado – em benefício da coletividade. Esta reinversão não precisaria necessariamente de respeitar princípios democráticos ou que promovessem a igualdade para ser considerada racional do ponto de vista capitalista. Era simplesmente um uso dos recursos excedentes no sentido da produção de mais recursos o que Fernandes esperava que fosse o comportamento regular da burguesia brasileira. Da mesma forma, a racionalização do Estado deveria conduzir a um uso dos seus recursos que ampliasse ainda mais a sua capacidade de ação sobre a sociedade. Na opinião do sociólogo, nem uma coisa nem outra aconteciam, pois uma cultura pré-moderna – marcada justamente pelos interesses egoísticos da burguesia e pelo patriarcalismo dos governantes – ainda era dominante na orientação das ações das elites dirigentes brasileiras, criando, desta forma, uma situação indesejável.

Além de se valer do instrumental disciplinar da sociologia, Fernandes avançava em relação às suas reflexões de 1954 justamente por incorporar os debates promovidos pelos geógrafos – com destaque para os trabalhos, explicitamente citados, de Aroldo de Azevedo e seus colaboradores – e, de forma parcial, também as representações apocalípticas do urbanismo de Anhaia Mello.⁷² O diálogo com os geógrafos permitia a Fernandes tanto assumir alguns dos princípios mais gerais defendidos pelos seus colegas – como, por exemplo: «A expansão de São Paulo constitui, em grande parte, o fruto de uma posição geográfica favorável»⁷³ – como modificava algumas das suas estratégias analíticas anteriores. Em vez de insistir nas suas comparações com as metrópoles europeias, por exemplo, o Florestan Fernandes de 1959 dava mais valor à aproximação de São Paulo com as cidades dos Estados Unidos: «Com o aumento intenso e contínuo da população, com a urbanização e a industrializa-

72 Mesmo com essas novas referências, Fernandes entendia que as pesquisas sobre São Paulo estavam apenas a começar: «Pouco se sabe ainda sobre as grandes transformações sociais recentes da cidade de São Paulo. Algumas pesquisas revelam certos aspectos dessas transformações. Mas faltam-nos dados positivos a respeito de todas as coisas essenciais na vida de uma metrópole.» Fernandes, «O homem e a cidade-metrópole», 269.

73 Fernandes, «O homem e a cidade-metrópole», 269.

ção, sua configuração ecológica alterou-se, progressivamente, aproximando-se do padrão de organização ecológica das comunidades urbanas norte-americanas.»⁷⁴

Embora não mencionasse diretamente Anhaia Mello, determinados elementos do discurso de Fernandes reproduziam de maneira muito fiel algumas ideias do urbanista. O significado essencialmente negativo que o crescimento teria para as cidades – argumento central nos trabalhos de Anhaia Mello – é um dos principais exemplos da incorporação, direta ou indireta, por parte de Fernandes, das representações pessimistas do futuro que ganhavam força nos debates sobre São Paulo. O sociólogo, que em 1954 se deixava contaminar pelo otimismo generalizado que marcava as representações de São Paulo no ano do seu quarto centenário, agora, em 1959, identificava, isolava e distanciava-se desse otimismo. Em primeiro lugar, Fernandes chamava a atenção para a «[...] convicção, acalentada com orgulho pelos *paulistanos*, de que “São Paulo é a cidade que mais cresce no mundo”». ⁷⁵ Em seguida, procurava problematizar esse processo, associando o crescimento a diversos dos problemas da metrópole:

Conviria indagar, no entanto, o que se oculta sob semelhante índice de crescimento. Sob esse aspecto, São Paulo assemelha-se à terra revolvida pelo arado. O rebuliço nos quadros humanos foi completo e aqui se encontra um dos focos de explicação dos principais problemas sociais da cidade. A mobilidade demográfica intensa constitui uma condição adversa ao entrosamento da lealdade dos indivíduos ou de grupos de indivíduos com os interesses e valores da coletividade como um todo. Por isso, em certas circunstâncias ela chega a afetar tanto as bases materiais quanto os fundamentos morais da ordem social estabelecida ou em processo de reintegração. Parece fora de dúvida que isso vem ocorrendo em São Paulo, onde a extrema mobilidade dos vários estratos da população criou ambiente propício à predominância

74 Fernandes, «O homem e a cidade-metrópole», 270.

75 Fernandes, «O homem e a cidade-metrópole», 272 – grifos originais.

de interesses egoísticos ou particularistas sobre interesses vitais para a comunidade propriamente dita.⁷⁶

Noutros momentos do mesmo texto, Fernandes aproximar-se-ia ainda mais das ideias de Anhaia Mello. Embora os vocabulários fossem diferentes e as suas preocupações apontassem para questões específicas das suas respetivas disciplinas, quando o sociólogo nomeava os problemas da cidade fazia-o de forma semelhante à do urbanista – sobretudo quando o futuro de São Paulo estava em jogo:

O lado dramático da transformação do cenário ecológico está na incapacidade de o homem promover alterações igualmente rápidas e profundas em seu sistema adaptativo. É certo que ela trouxe consigo benefícios palpáveis. Entre eles, cumpre mencionar a melhor distribuição e ocupação do espaço, bem como o acesso de famílias modestas, que moravam nos porões ou nos cortiços, a habitações próprias, construídas em lugares mais saudáveis. O busílis, aqui, está na relação entre o substrato material da vida social e o crescimento progressivo dos serviços públicos, proporcionados por instituições oficiais ou particulares. O homem, saído da antiga sociedade provinciana, era destituído de padrões que regulassem suas escolhas e exigências no novo mundo em formação. Os espaços ocupados o foram nas condições mais precárias. Com frequência, sem serviços regulares de abastecimento de água potável, de esgotos, de assistência médica, de ensino, de calçamento, de iluminação pública, etc. Nas áreas onde se processou o crescimento vertical propriamente dito, nada se fez para reajustar as vias de comunicação, os serviços de águas ou de esgotos, de calefação, etc., às estruturas dos prédios grandes e à maior concentração demográfica. No conjunto, o homem conquistou o espaço, mas não o domesticou no sentido urbano. A jornada para o trabalho ou deste para o lar, por exemplo, está cheia de aventuras, de inconvenientes e de provações, produzindo um encurtamento indireto do período útil da vida humana. Deste ângulo,

76 Fernandes, «O homem e a cidade-metrópole», 272.

as perspectivas são sombrias, pois a menor calamidade pública exporia a cidade e seus habitantes a crises terríveis, dadas as lacunas do abastecimento de água e de víveres, das formas de proteção da saúde e dos meios de preservação da ordem.⁷⁷

Entretanto, mesmo tendo ecos do discurso apocalíptico de Anhaia Mello, o pessimismo apresentado por Fernandes tinha uma natureza subtilmente diferente. O urbanista desenhava como possível um futuro trágico para São Paulo, mas acreditava e apostava em mudanças que salvariam a cidade. Os protagonistas deste processo seriam as elites dirigentes, com destaque para os governantes – que, além de controlarem com as energias do Estado, também podiam contar com as técnicas do urbanismo para realizarem o seu trabalho. O sociólogo, por sua vez, também entendia que São Paulo caminhava para a sua derrocada e também acreditava que havia possibilidades de salvação. Contudo, na sua narrativa, havia antagonistas poderosos que se opunham ao bom desenvolvimento da metrópole e dificilmente seriam derrotados – e quem desempenhava esse papel negativo eram justamente as elites dirigentes. Ou seja, para Anhaia Mello, a salvação, mesmo difícil, era o caminho provável, enquanto, para Fernandes, a salvação provavelmente não viria, mesmo sendo possível.

O sentido da história do Brasil e de São Paulo sugerido pelas considerações de Fernandes apontava para a racionalização e para a modernização de seus respectivos desenvolvimentos. Em 1954, «naturalmente» o país e a cidade seguiriam nesta direção. No entanto, em 1959, esse destino não se realizava porque os governantes e a burguesia agiam contra a tendência «natural» da história. Essa tendência, por sua vez, era alimentada fundamentalmente por forças coletivas inespecíficas, que se conformavam como as verdadeiras protagonistas da sua narrativa. Sendo assim, o drama construído por Fernandes, em 1959, opunha um conjunto de heróis sem rosto a adversários bastante bem delineados, numa batalha cujo resultado, embora ainda indefinido, seria provavelmente trágico.

77 Fernandes, «O homem e a cidade-metrópole», 270-271.

Mesmo assim, havia uma pequena esperança de que as forças positivas conseguissem dobrar os seus inimigos, trazendo-os para o seu lado:

É de esperar que, sob a pressão das exigências do presente e do significado palpável que elas possuem para os indivíduos e para a coletividade, se opere uma mudança substancial no estilo de ação do particular e [d]os órgãos oficiais. Essa é a condição de que depende o sucesso do homem na extensão da revolução urbana às esferas materiais mais profundas da existência humana, de modo a adaptar a organização ecológica da cidade aos requisitos especificamente urbanos da vida social.⁷⁸

A transformação do comportamento das elites locais, no entanto, não seria simples. A «pressão das exigências do presente» precisaria ser organizada e direcionada num sentido específico, que os governantes e a burguesia não eram capazes de perceber sozinhos. Havia, de qualquer forma, um caminho a ser percorrido, embora fosse lento e difícil:

Ambos os exemplos [o patrimonialismo dos governantes e o comportamento pré-capitalista da burguesia] atestam como se processam e justificam ajustamentos desfavoráveis ao bem-estar presente e à segurança futura da vida social na cidade. Esta ainda não se impõe como um valor supremo e indiscutível, pelo qual se deva trabalhar e combater. As coisas muitas vezes se dão como se o homem fosse um forasteiro – e não parte permanente da cidade – disposto a reencetar a caminhada em direção a algo melhor. De todos os males que afligem São Paulo, esse é o maior. Mas só poderá ser removido lentamente, pela reeducação do homem e a formação de um cosmo moral compartilhável por todos os habitantes da cidade.⁷⁹

78 Fernandes, «O homem e a cidade-metrópole», 271.

79 Fernandes, «O homem e a cidade-metrópole», 273.

A responsabilidade por esta reeducação deveria ser assumida pela escola – uma instituição que a princípio partilharia dos valores do campo intelectual.⁸⁰ É preciso frisar que a eleição da educação como solução fundamental para os problemas de São Paulo ou mesmo da sociedade brasileira era tanto uma conclusão lógica, honesta e sincera de Fernandes como uma valorização objetiva da principal área de atuação das ciências humanas e da universidade – especialmente dos cursos não tradicionais. Na narrativa em questão, a escola assumia um papel relevante e positivo, que se alinhava à produção de um futuro melhor para a cidade e se opunha ao papel desempenhado pelas elites dirigentes ou mesmo outros importantes agentes sociais:

A educação é, naturalmente, o elemento crucial para o reajustamento do homem a situações sociais que se alteram celeremente, como aconteceu em São Paulo. Em vista de várias instituições, da família ao sindicato e aos partidos, terem se omitido em suas «funções socializadoras», impõe-se confiar às escolas maior parcela de responsabilidade na preparação do homem para a vida.⁸¹

Para coordenar o processo de mudança seria, portanto, necessária a participação consciente e ativa de um terceiro grupo de agentes sociais – distintos tanto do povo quanto das elites dirigentes –, que poderiam, caso lhe fosse angariado poder suficiente, alterar o rumo negativo para o qual São Paulo se encaminhava. Esse terceiro grupo era composto fundamentalmente por intelectuais envolvidos com a educação, entre os quais os cientistas sociais mereciam destaque:

[...] a importância das ciências sociais não é menor. A educação poderá formar o novo homem, capaz de compreender e de utilizar, construtivamente, as forças que gravitam no mundo social

80 Sobre as aproximações entre o ambiente escolar e o campo intelectual, ver: Pierre Bourdieu, *Escritos de Educação* (Petrópolis: Vozes, 1998).

81 Fernandes, «O homem e a cidade-metrópole», 282.

urbano e metropolitano. No nível da atuação propriamente dita, porém, o homem carecerá de recursos intelectuais novos para perceber como essas forças se manifestam, para explicar a influência delas na preservação ou na alteração da ordem social, e para agir com eficácia sobre as condições ou os efeitos delas, suscetíveis de serem controladas de forma deliberada e racional. Tais recursos são fornecidos pelas ciências sociais. Daí o interesse que o fomento do ensino e da pesquisa dessas ciências apresenta para o desenvolvimento de uma cidade, que se converteu em metrópole sob o signo da civilização baseada na tecnologia científica.⁸²

É interessante observar que, enquanto o Florestan Fernandes de 1954 e os geógrafos apenas analisavam São Paulo e o seu futuro, o sociólogo de 1959 propunha intervir diretamente nos destinos da cidade – tal como os políticos-urbanistas. Mas, em vez de obras urbanísticas, seria através da atuação dos intelectuais que a metrópole se transformaria para melhor. Contudo, o enredo proposto encaminhava-se para um clímax de resolução ambígua. De um lado, havia forças coletivas e inespecíficas a representarem o «motor da história». Apoiando essas forças de forma positiva e decisiva, estariam os intelectuais e a educação. De outro lado, estariam as elites dirigentes a atrapalharem o desenvolvimento «natural» da história e, ao mesmo tempo, a representarem a única possibilidade de salvação da cidade – que viria através da mudança do seu comportamento. Para que os governantes e a burguesia se tornassem uma força positiva no desenvolvimento de São Paulo seria preciso que incorporassem valores coletivos, abrindo mão dos seus interesses particularistas. Os intelectuais seriam decisivos justamente porque teriam as ferramentas para educar tanto a população em geral quanto a elite dirigente no sentido que seria o mais benéfico para a metrópole. Entretanto, para que os intelectuais cumprissem o seu papel, os governantes e a burguesia precisariam de garantir os investimentos necessários nas universidades e nas escolas. Portanto, a ambi-

82 Fernandes, «O homem e a cidade-metrópole», 284.

guidade definia-se pelo lugar contraditório ocupado pelas elites dirigentes, que eram, ao mesmo tempo, as únicas forças com condições de encaminhar as mudanças exigidas e as grandes antagonistas da história. Se essas elites investissem na educação, o futuro da cidade poderia ser positivo, mas elas só o fariam se tivessem incorporado valores coletivos – que, por sua vez, dependiam da educação para se generalizarem.

No final do seu texto, Fernandes apresentava uma fórmula sucinta das condições que poderiam garantir um destino melhor para a cidade de São Paulo:

O futuro de São Paulo não depende do que se consiga em determinado setor do conhecimento científico, mas da expansão orgânica deste como um todo. [...] Se conseguirmos, simultaneamente: a) proporcionar meios suficientes para a expansão do ensino e da pesquisa no campo das ciências sociais; b) desenvolver nos cientistas sociais uma mentalidade realista, suscetível de favorecer novas combinações de alvos empíricos, teóricos e práticos na pesquisa científica; c) despertar nos leigos maior interesse pela espécie de colaboração que poderiam receber dos cientistas sociais – estaremos em condições de enfrentar melhor os problemas humanos que decorrem do crescimento rápido e da transformação desordenada de uma cidade como São Paulo.⁸³

O problema, enfim, era que esse «se» dependia de ações que extrapolavam o alcance dos intelectuais e, dadas as descrições do sociólogo sobre o grupo em condições de promover tais ações, as expectativas – embora não desesperadas – eram definitivamente pessimistas. A tragédia que se avizinhava, contudo, não estava completamente definida. Ainda havia um pequeno resquício de esperança.

Nos anos seguintes, Florestan Fernandes empenhou-se numa campanha em defesa da escola pública. Viajou por vários lugares do

83 Fernandes, «O homem e a cidade-metrópole», 284.

Brasil onde apresentava palestras para professores, políticos e para o público em geral, nas quais discutia a importância de uma educação pública, gratuita e de qualidade para a juventude brasileira.⁸⁴ Portanto, assumiu a posição de um «intelectual público», interessado nas questões nacionais e que oferecia soluções para os problemas da sua própria área de atuação. Em certa medida, o sociólogo rompia com o que recentemente tinha sido estabelecido como o *habitus* típico do mundo universitário – cuja caricatura é o sábio na torre de marfim – e passava a comportar-se quase como um político em campanha eleitoral. Essa sua tomada de posição trazia para a esfera pública propostas de ação política baseadas em valores do campo intelectual e provocava o campo político a incorporar princípios que lhe eram estranhos.

Por um lado, pode-se afirmar que a história do campo intelectual paulista até à década de 1950 foi marcada por um lento processo de autonomização em relação ao campo político, no qual os intelectuais foram progressivamente deixando de se modelar pelos valores e interesses da elite dirigente para criar os seus próprios princípios de atuação. Por outro lado, no início dos anos 1960, Florestan Fernandes – a encarnação por excelência do intelectual universitário paulista – forçava o reconhecimento da legitimidade dos interesses dos intelectuais pelos governantes. Nesse novo cenário, em vez de o campo político determinar o funcionamento das lógicas intelectuais, eram os intelectuais que impunham (ou tentavam impor) aos políticos temáticas que lhes eram caras.

A partir de então, o futuro de São Paulo, para o sociólogo, diluía-se na questão mais premente de construir políticas públicas específicas para a educação. Contudo, o campo intelectual que ele tanto tinha trabalhado para consolidar, incorporava cada vez mais a perspectiva pessimista que o próprio Fernandes manifestou no final dos anos 1950. Da década seguinte em diante, como será discutido nas conclusões, esse pessimismo passou a entrar na rotina e a disseminar-se, transbordando os limites dos espaços de produção mais restrita e contaminando grande parte dos meios de produção

84 Ver: Leher, «Florestan Fernandes».

simbólica presentes na cidade. O destino de São Paulo continuaria esgarçado, mas as esperanças de glória para a metrópole paulista tendiam a uma diminuição frente à esmagadora expectativa negativa que se tornava hegemónica.

CONCLUSÕES E UM LIGEIRO EXAME DA GRANDE
IMPrensa PAULISTANA

ROTINIZAÇÕES E RAREFAÇÕES DOS DESTINOS DE SÃO PAULO

Esta secção final e conclusiva tem dois objetivos principais: além de retomar os principais argumentos apresentados no livro, analisam-se rapidamente alguns aspetos dos processos de rotinização e/ou rarefação a que as representações do futuro de São Paulo foram submetidas em diversos momentos do século XX. Para tanto, um novo conjunto de materiais foi mobilizado: textos publicados pela grande imprensa. Da mesma forma que as demais fontes analisadas neste trabalho, os jornais não constituem um universo original de referências. Assim como os planos urbanísticos, os artigos académicos e os discursos políticos discutidos até aqui, as reportagens jornalísticas e as peças publicitárias já foram amplamente exploradas por uma grande variedade de investigadores. Neste sentido, definitivamente, as contribuições deste livro não são devidas à apresentação de documentos raros ou desconhecidos. Pelo contrário, a proposta desde o início era examinar materiais bastante manejados e tentar apontar para questões diferentes, ainda não discutidas pela literatura que se debruçou sobre eles. Nestas conclusões, procura-se destacar que questões são essas.

Contudo, em desacordo com as estruturas mais usuais dos trabalhos académicos – nas quais as conclusões são o seu fechamento –, optou-se aqui por primeiro recuperar as discussões levantadas ao longo do trabalho, amarrando-as entre si e mostrando a sua coerência e, somente depois disso, avançar para a análise dos jornais. A pretensão é construir um final aberto, no qual são lançadas algumas questões sobre as teorias do tempo histórico, que, como se defende aqui, são fundamentais para as discussões históricas e historiográficas da contemporaneidade.

* * *

A problemática que orientou a construção desta investigação partiu da preocupação com as representações de São Paulo e do seu futuro. Uma das constatações iniciais foi: São Paulo era uma cidade que se previa gloriosa, mas, a partir de determinado momento, transformou-se numa metrópole condenada ao caos. Desde o final do século XIX, o destino fundamental de São Paulo foi crescer, mas os valores com que se representava este crescimento inverteram-se na década de 1950. Durante a primeira metade do século XX, o crescimento urbano foi hegemonicamente encarado de modo positivo. Da segunda metade em diante, contudo, a expansão contínua e indefinida tornou-se um problema que motivava previsões pessimistas sobre o futuro paulista. O principal objetivo deste livro foi responder por que razão houve essa inversão dos atributos nas representações da metrópole e como é que tal aconteceu.

Por princípio, adotou-se a premissa, inspirada em Chartier,¹ de que as coisas e as suas representações existem em conjunto e em interação. Ou mais diretamente, como chama a atenção o historiador argentino Adrián Gorelik: «La ciudad y sus representaciones se producen mutuamente.»² Neste sentido, não é possível separar os discursos sobre São Paulo da própria São Paulo – estas duas dimensões da cidade são complementares e precisam de ser pensadas de modo articulado. Além disto, outro princípio assumido foi que as imagens impostas como verdades sobre a cidade não tinham a sua força exclusivamente baseada na argumentação intelectual, mas precisavam de contar também com condições sociais privilegiadas de produção e circulação. Portanto, havia a necessidade de investigar essas representações a partir de uma entrada dupla, que levasse em conta tanto a relação com o seu contexto histórico de produção como a dimensão ativa e transformadora das ideias sobre a realidade social. Ou seja, sem considerar as ideias como existindo por si mes-

1 Chartier, «O mundo como representação».

2 Gorelik, «Historia de la ciudad».

mas e fora da história, nem reduzindo-as a meros reflexos das relações sociais.³

Foi, portanto, necessário selecionar discursos que correspondessem às narrativas mais comuns e difundidas sobre São Paulo e que, ao mesmo tempo, fossem oriundos de posições de destaque na sociedade. Afinal, a intenção não era apresentar uma variedade e uma quantidade de imagens dos destinos da metrópole. Em vez disso, pretendia-se analisar detidamente aquelas poucas representações que produziam com eficácia o futuro e a cidade, constituindo-se nas referências que a maioria dos paulistanos teriam para organizar o sentido das suas existências urbanas. Para tanto, um dos primeiros procedimentos foi determinar quais eram os lugares sociais onde se elaboravam as representações mais poderosas de São Paulo e do seu futuro. Embora não fossem os únicos espaços que cumpriam este critério, tanto a pesquisa como a literatura indicavam que eram fundamentalmente dos campos político e intelectual que emanava o poder de inscrever e sedimentar imagens no horizonte de expectativas da metrópole.

Procurou-se então associar as representações da cidade a personagens históricos, para que fosse possível discutir textos e contextos de modo articulado. A escolha destes personagens aconteceu em função de alguns critérios fundamentais. Em primeiro lugar, estabeleceu-se que precisavam de ter ocupado posições decisivas nos cenários político e/ou intelectual paulistas dos anos 1950 – década privilegiada na análise. Afinal, como foi visto, nestes espaços havia uma produção significativa de discursos sobre a cidade. Em segundo lugar, que, através destas posições, tivessem participado ativamente da produção do futuro da cidade. Ou seja, que tenham demonstrado preocupação com as questões urbanas, pois quem estava nas posições de poder não discutia necessariamente a cidade de São Paulo. Em terceiro lugar, que encarnassem representações diversificadas e antagônicas das expectativas sobre a metrópole. Era importante trazer as disputas sobre o futuro para o centro das análises. E, por

3 Este argumento é desenvolvido com profundidade em: Bourdieu, «Por uma ciência das obras».

último, que as suas projeções correspondessem sinteticamente às narrativas mais comuns e disseminadas que davam sentido à história de São Paulo.

Foram selecionados três personagens como protagonistas, pois as suas imagens de São Paulo constituíam versões típico-ideias dos futuros da cidade: Francisco Prestes Maia, Luiz de Anhaia Mello e Florestan Fernandes. Como foi visto, tratava-se de dois políticos-urbanistas que atuavam tanto no campo político como no intelectual e que representavam ramos opostos do urbanismo local, e um intelectual «puro» que se tornou o representante por excelência da intelectualidade académica paulista no final dos anos 1950. Além dos protagonistas, três coadjuvantes foram também escolhidos por causa da sua atuação no enfraquecimento do poder simbólico do campo político e no fortalecimento da autoridade e da legitimidade das produções oriundas do campo intelectual: Paulo Duarte, Caio Prado Jr. e Aroldo de Azevedo. Dois editores de revistas culturais e articuladores da intelectualidade local, e uma liderança académica que transformou São Paulo num objeto privilegiado dos estudos geográficos. E um sétimo nome, que veio em reforço de Prestes Maia, também se tornou um personagem importante: Robert Moses – o «mestre construtor» de Nova Iorque.⁴

- 4 Embora os critérios apresentados não impliquem a construção de um grupo homogéneo dos pontos de vista racial e de género, é inescapável perceber que os sete personagens em questão são homens e brancos. Não fosse por Florestan Fernandes, haveria também homogeneidade de classe. Em parte, isso diz respeito a uma condição geral da produção intelectual naquele momento – e não só no Brasil. Como chama a atenção o historiador argentino Jorge Myers: «[...] até a segunda metade do século XX, quase todas as atividades relacionadas à produção doutra das elites letradas eram privilégio masculino, e que em seu interior as mulheres eram uma ínfima minoria; ademais, esses homens, no mundo atlântico, eram quase todos de pele branca.» Ver Myers, «Músicas distantes», 31. De qualquer forma, isso não quer dizer que não houvesse mulheres ou negros a participarem ativamente da produção do futuro de São Paulo – as geógrafas Nice Lecocq-Müller e Elina de Oliveira Santos ou a arquiteta Lina Bo Bardi são exemplos do primeiro grupo, a escritora Carolina de Jesus enquadra-se em ambas as categorias, enquanto o dramaturgo Abdias do Nascimento é um dos tantos negros cuja atuação ajudava a moldar as representações da cidade. Entretanto, nenhum destes exemplos – ainda que importantes – atende plenamente aos critérios sociológicos estabelecidos para a pesquisa e, portanto, acabaram por ser deixados de fora. Ainda assim, algumas das suas contribuições – com destaque para a participação de Lecocq-Müller e Santos na coleção *A cidade de São Paulo* – foram incorporadas à discussão, como foi visto no capítulo 4.

Portanto, as questões sobre os futuros de São Paulo desdobraram-se em perguntas a respeito dos seus elaboradores. Para se compreender o que esses personagens falavam sobre a metrópole, em primeiro lugar, investigou-se quais eram os lugares sociais a partir dos quais cada um olhava para a cidade. O primeiro capítulo do livro foi dedicado ao estudo das suas trajetórias, destacando as atuações política e intelectual de cada um, sobretudo na década de 1950. Um dos objetivos do capítulo em questão foi mostrar de que maneira as principais perspectivas para São Paulo estavam fundadas em pontos diferentes do espaço social e deviam parte das suas características às condições sociais vividas pelos personagens que as encarnavam. Francisco Prestes Maia e Robert Moses, incorporando a autoridade tradicional do Estado, assumiram o papel de produtores do futuro grandioso de São Paulo. Luiz de Anhaia Mello, a partir de uma posição dominada nos campos dominantes, atacava o crescimento acelerado da metrópole e previa um apocalipse urbano caso nada fosse feito para interromper a sua expansão – mas, em contrapartida, também oferecia um destino alternativo para a cidade, marcado pela paz, pela harmonia e pelo encolhimento radical da população paulista. Aroldo de Azevedo, Caio Prado Jr. e Paulo Duarte estavam entre aqueles que prepararam o terreno – tanto social como discursivamente – para que as representações hegemônicas de São Paulo deixassem de ser produzidas exclusivamente por personagens ligados à elite dirigente e passassem a ser disputadas por uma elite intelectual. E Florestan Fernandes, finalmente, enquanto se tornava o representante por excelência da intelectualidade paulista, tanto encarnou o próprio processo de transformação nas expectativas a respeito da cidade como elaborou de maneira bem acabada o pessimismo dúbio que se tornaria dominante nas representações da metrópole a partir da segunda metade do século XX.

O segundo capítulo discutiu o futuro otimista, que foi hegemônico durante toda a primeira metade do século XX e tinha em Prestes Maia e em Robert Moses os seus representantes típico-ideais. Como foi visto, este discurso estruturava-se como uma narrativa épica: a cidade enfrentaria diversos desafios ao longo da sua história, mas – sem dúvida – superaria todos heroicamente, até alcançar a glória final. O destino da cidade era crescer – verbo interpretado apenas nas suas acepções positivas –, transformando-se numa das

metrópoles mais poderosas do mundo. Embora de arco narrativo épico, esta representação do futuro era realista no estilo e pragmática na argumentação, especialmente quando tinha o propósito de ser convincente. Levava em conta orçamento, legislação, entraves burocráticos, negociações políticas etc. – elementos que, do ponto de vista retórico, davam concretude às projeções, tornando-as não só possíveis, mas também mais prováveis de se realizarem. Probabilidade especialmente grande sobretudo porque essa retórica era reforçada também pelo poder de produção do futuro emanado pelo Estado.⁵ Por isso, esse discurso, mesmo quando deixou de ser hegemónico, continuou a produzir São Paulo com eficácia, afinal a sua elaboração sempre contou com as forças estatais. A capacidade de mobilização de recursos do Estado era, na prática, a garantia da presentificação deste futuro – senão sempre otimista, ao menos tendo o crescimento como aspeto fundamental e valorizado no seu horizonte.

No terceiro capítulo, foram apresentadas duas outras representações do futuro de São Paulo, ambas construídas em oposição à narrativa que foi hegemónica até aos anos 1950. O principal personagem a encarnar estas novas imagens foi Anhaia Mello. A primeira das suas representações invertia os valores dominantes com que se encarava o crescimento urbano. Ao invés de destacar os aspetos positivos da expansão paulista, Anhaia Mello chamava a atenção para uma série de problemas causados por este crescimento. Na verdade, a própria ideia de metrópole era atacada pelo urbanista. O estágio metropolitano de desenvolvimento urbano seria prejudicial para qualquer cidade que, a partir do momento em que atingisse tal condição, entraria num processo de decadência cujo final seria apocalíptico. Portanto, já não era a epopeia como arco narrativo, mas sim uma grande ameaça de tons bíblicos: se São Paulo continuasse a crescer, estaria condenada a um destino trágico. Ainda assim, havia uma esperança de salvação – também apresentada em tons

5 Sobre a retórica de estilo realista, ver: White, *Meta-história*, especialmente páginas 60-61. Sobre o poder estatal de produção do futuro, ver: Koselleck, «O futuro passado», sobretudo a página 32.

bíblicos – que seria justamente interromper o crescimento da metrópole e promover a sua transformação numa confederação de pequenas cidades-jardim. Como foi visto, embora este futuro alternativo não se tenha estabilizado no horizonte de expectativas da cidade, acabou por influenciar uma série de aspetos da urbanização de São Paulo – sobretudo porque as críticas ao crescimento da metrópole ganharam efetivamente espaço e se tornaram um aspeto essencial da produção do seu futuro. A renovada força com que as ideias de Anhaia Mello emergiram nos anos 1950 eram um indício tanto de que o campo político perdia parte do controlo sobre a produção do futuro da cidade como de que novos atores – sustentados noutros lugares sociais – começavam a impor-se nos debates sobre a metrópole.

O quarto capítulo acompanhou três processos paralelos: a autonomização do campo intelectual, a ascensão de Florestan Fernandes neste universo e a mudança de opinião do sociólogo sobre o futuro de São Paulo. Ao mesmo tempo que a universidade se consolidava como o espaço por excelência da intelectualidade, garantindo condições para que vingassem valores e regras próprios, Fernandes tanto se transformava numa liderança incontornável entre os cientistas sociais como deixava de imaginar o destino de São Paulo de forma positiva e passava a encará-lo com pessimismo. Além disso, o quarto capítulo procurou demonstrar a forma como o distanciamento entre o campo intelectual e o campo político significava, entre outras coisas, uma divisão mais complexa do trabalho social de dominação, com elites diferentes a disputarem o controlo sobre as representações da realidade em geral e de São Paulo e do seu futuro em particular. Durante a consolidação deste distanciamento, houve uma importante promoção da legitimidade e autoridade dos intelectuais para a opinião pública, no que as revistas de Paulo Duarte e Caio Prado Jr. tiveram um papel fundamental. Ao mesmo tempo que os trabalhos dos geógrafos liderados por Aroldo de Azevedo, valendo-se deste aumento de autoridade e legitimidade, ampliavam o controlo dos intelectuais sobre as representações de São Paulo – objeto sobre o qual se debruçavam. Por isso, nas disputas entre as diferentes elites, verificava-se uma tendência de fortalecimento das representações da realidade produzidas pelos intelectuais e um enfraqueci-

mento daquelas oriundas do campo político – embora estas últimas continuassem a ser influentes. Em relação ao futuro de São Paulo, uma das consequências disto foi a estabilização simultânea de representações intelectual e sociologicamente opostas dos destinos da metrópole – nas quais, esquematicamente, o campo político oferecia as imagens otimistas e o campo intelectual elaborava as pessimistas.

Em resumo, a estrutura narrativa que organizava o sentido da história da cidade passou de um enredo pré-genérico de tipo épico – até então hegemónico – para outro que sobrepunha a epopeia e a tragédia.⁶ Na década de 1950, passou-se a prever uma São Paulo capaz de superar todos os obstáculos que lhe eram impostos e que, simultaneamente, estava condenada a sucumbir a cada um deles. A certeza de um futuro melhor foi substituída pela produção de um destino esgarçado, marcado pela convivência paradoxal do paraíso e do inferno no mesmo espaço. Florestan Fernandes transformou-se ele mesmo numa encarnação deste esgarçamento, pois a sua representação do futuro de São Paulo passou a sobrepor um pessimismo profundo – que dizia respeito às poderosas ações do campo político – a uma esperança discreta, dependente da educação e, portanto, dos intelectuais.

AMBIGUIDADE METODOLÓGICA

A seleção relativamente pequena de discursos analisados ao longo deste livro partilha entre si uma determinada ambiguidade metodológica. Ao mesmo tempo que são manifestações particulares das diversas imagens do futuro de São Paulo, os discursos em questão foram também tomados como representações adequadas dos conjuntos hegemónicos destas imagens. O que justificou esta operação metonímica, como foi visto, foi a distribuição dos personagens que as encarnaram no espaço social ao longo do tempo. Assumiu-se como premissa que as condições privilegiadas definidoras dos luga-

6 Sobre as estruturas narrativas pré-genéricas, ver: White, «O texto histórico».

res sociais ocupados por cada um deles seriam suficientes para explicar a coincidência entre as suas ideias e os discursos hegemónicos. Por estarem em posições de liderança política e/ou intelectual, as suas intervenções estariam imbuídas de legitimidade, de autoridade e de capacidade de disseminação. Portanto, as suas produções, à partida, teriam um papel fundamental na composição dos discursos hegemónicos e, conseqüentemente, poderiam ser analisadas como seus tipos-ideais.

Sem abrir exatamente mão desses princípios orientadores, pretende-se verificar se representações equivalentes à dos personagens estudados estavam presentes em meios de diferentes naturezas. Afinal, se as suas imagens de São Paulo correspondiam de facto às representações hegemónicas, é de se supor que outros espaços importantes de produção simbólica apresentariam futuros para a metrópole semelhantes aos elaborados pela elite dirigente e pela elite intelectual. Como já se chamou a atenção, entre várias alternativas possíveis optou-se por uma das mais óbvias: como principal material para a realização desta contra-leitura foram eleitos os grandes jornais publicados na cidade, especialmente *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Manhã*, *Folha da Noite* e *Folha de S. Paulo*.

Entretanto, a quantidade e a variedade de representações da metrópole presentes nesses jornais são enormes, por isso foi necessário adotar um recorte bastante específico, que permitiu selecionar e analisar qualitativamente um conjunto reduzido de edições dos diários. A decisão passou por privilegiar as notícias publicadas nos aniversários de São Paulo, sobretudo nos anos de comemorações redondas. Nestas ocasiões, por via da regra, os jornais em questão dedicaram algumas das suas páginas à reflexão sobre a cidade e o seu futuro – e, em grande parte, confirmam os principais argumentos apresentados no livro.

De qualquer maneira, a correspondência entre os textos jornalísticos e os discursos analisados anteriormente não é perfeita – ainda que as sobreposições sejam constantes e significativas. Há uma série de elementos comuns, sobretudo se o que está em observação são aspetos gerais, como os valores com que se representava o futuro ou as estruturas narrativas pré-genéricas que organizavam o sentido da história da cidade. O principal contraste – além das diferenças natu-

rais de composição entre, de um lado, projetos urbanísticos, discursos políticos e artigos académicos e, do outro, reportagens jornalísticas e peças publicitárias – está na sincronia (ou na dessincronia) entre estes dois conjuntos de materiais. Os futuros apocalípticos e alternativos (como os propostos por Anhaia Mello) ou os quase trágicos (como o imaginado pelo Florestan Fernandes do final da década de 1950) vingaram primeiro nos meios especializados e somente depois de sedimentados nos debates específicos do urbanismo e das ciências humanas é que ganharam as suas versões jornalísticas e publicitárias. Já o futuro glorioso estava presente nos jornais desde, pelo menos, o início do século XX – muito tempo antes de o urbanismo se tornar um instrumento importante de legitimação do discurso estatal sobre as cidades – e, se comparado com o campo intelectual, teve uma sobrevida um pouco mais longa na grande imprensa, deixando de ser dominante apenas a partir de meados da década de 1960.

O tempo diferente dos futuros de São Paulo nos jornais ajuda a esclarecer um ponto importante na argumentação aqui apresentada que talvez tenha ficado obscurecido nos capítulos anteriores. Quando se optou por utilizar as expressões «discurso hegemónico» ou «discurso dominante» – de inspiração gramsciana e bourdieusiana, respetivamente –, a ideia era indicar, desde o princípio, que esses discursos não eram absolutos, mas que estavam numa relação tensa e disputada com outras representações do futuro da cidade. Eventualmente, determinadas imagens de São Paulo tornavam-se mais comuns, sendo rotinizadas com uma frequência maior do que as suas concorrentes, ocupando os principais meios de produção e divulgação simbólica da metrópole e, neste sentido, constituindo-se em dominantes ou hegemónicas. Os outros futuros da cidade, no entanto, continuavam presentes – não tinham a mesma capacidade de disseminação, restringiam-se a lugares de produção pontuais e, portanto, ocupavam uma posição dominada na relação com o destino hegemónico. Os jornais ajudam, justamente, a visualizar a rotinização e a disseminação que gerava a hegemonia e, ao mesmo tempo, a rarefação e o silenciamento a que os discursos dominados eram submetidos. Sendo assim, a imprensa, aqui, complementa as análises anteriores, indicando o modo como os diver-

sof futuros da cidade se desdobravam para além dos seus núcleos duros de produção.

GLÓRIA E CAOS NA GRANDE IMPRENSA

Foi durante as primeiras décadas do século XX, quando a cidade de São Paulo recebia um enorme fluxo de novos habitantes – e, quebrando recordes, dobrava e triplicava de tamanho –, que se elaborou uma imagem do seu futuro na qual a figura do crescimento, retratada de maneira otimista, passou a ocupar um lugar central. Como foi discutido ao longo do livro, manifestações desta representação podem ser encontradas em diversos materiais. Nos jornais paulistas publicados nos aniversários da cidade, a começar porque são datas comemorativas, é especialmente fácil identificá-las.

No início do século XX, era com admiração e fascínio que a imprensa observava o crescimento de São Paulo. A 25 de janeiro de 1914, dia em que a cidade completou 360 anos, por exemplo, o *Estadão* estampava: «A maravilhosa expansão da capital paulista nos últimos cinquenta annos desenrola aos nossos olhos um dos mais admiraveis espectaculos da civilização em terras do continente americano.»⁷ Com o passar do tempo, além de fascinante, o crescimento também se tornava um destino que, como foi visto, se desenvolvia em sentido épico. No aniversário de 380 anos da metrópole, a *Folha da Noite* celebrava: «A derrota da taipa e do lampeão de azeite pelo cimento-armado e pela luz electrica. A epopéa do arranha-céo.»⁸ Cinco anos mais tarde, em 1939, a *Folha da Manhã* constatava que qualquer obstáculo imposto à cidade seria necessariamente superado – produzindo e reforçando a estrutura narrativa hegemónica. Segundo o jornal: «Nada deterá os passos de S. Paulo para a frente e os seus remigios para o alto. Piratininga será a gloria dos paulistas e o orgulho dos brasileiros!»⁹

7 *O Estado de S. Paulo*, 25/01/1914, 5.

8 *Folha da Noite*, 25/01/1934, 2.

9 *Folha da Manhã*, 25/01/1939, 8.

O auge dessa representação foi atingido em meados do século XX, com destaque para o ano em que a metrópole festejou o seu quarto centenário. Na edição comemorativa dos 400 anos da capital paulista – já mencionada na introdução do livro –, a capa do *Estadão* afirmava: «No passado das tuas “Bandeiras”, aí está, São Paulo, a melhor certeza do teu futuro magnífico, ante-visto no esplendor do teu presente!»¹⁰ A menção aos bandeirantes, frequente no contexto, era uma metáfora para simbolizar o crescimento da cidade: se, no período colonial, enquanto exploravam o interior do continente, aqueles aventureiros garantiram a expansão do território; no século XX, sobretudo da década de 1930 em diante, os paulistas tornaram-se responsáveis pelo crescimento vertical da cidade: «Rumo aos céus e espaços infinitos, sem outro limite que não o de sua própria inteligência!»¹¹ As violências cometidas pelos bandeirantes do passado ou aquelas ligadas ao crescimento no presente não tinham nenhum espaço nestas representações.

O destino de São Paulo era, de acordo com esses jornais, ser cada vez maior e melhor. Esta previsão alinhava-se, portanto, com as representações produzidas por Prestes Maia e por Robert Moses – e, na verdade, em grande medida também com as de Paulo Duarte, Caio Prado Jr., Aroldo de Azevedo e do primeiro Florestan Fernandes. As imagens da imprensa, as dos urbanistas que elaboravam planos para a metrópole sob encomenda do Estado, as dos intelectuais que agitavam a vida cultural paulista e as dos geógrafos e sociólogos que se debruçavam sobre a cidade de um ponto de vista científico, todas elas se reforçavam mutuamente. O discurso otimista, neste sentido, não tinha uma origem precisa que lhe servisse de centro irradiador. E mesmo que seja possível identificar no tempo a primeira menção à metrópole gloriosa como futuro de São Paulo, isso é menos importante do que o facto de que tal imagem era elaborada e reelaborada constantemente em vários e diferentes pontos do espaço social, rotinizando a sua verdade a partir de múltiplas frentes e, conseqüentemente, inscrevendo no horizonte de expecta-

10 *O Estado de S. Paulo*, 25/01/1954, 1.

11 *O Estado de S. Paulo*, 25/01/1954, 1.

tivas da cidade um futuro praticamente inquestionável – sobretudo porque futuros alternativos, mesmo se existissem, não contavam com as mesmas condições de circulação. O destino de glória e crescimento indefinido constituía-se, assim, num discurso sem sujeito ou com um sujeito coletivo inespecífico que representava a «opinião pública», a «voz do povo», o «senso comum» ou, enfim, as verdades hegemónicas.

Como foi visto nos capítulos anteriores, ao longo da década de 1950 essa concepção de futuro – até então dominante – sofreu um esgarçamento significativo. A expectativa ainda era que a cidade continuasse a crescer, entretanto, em vez de isso ser somente motivo para se comemorar tornou-se também razão para preocupação e pessimismo. Na sua análise do contexto, Maria Armanda Arruda sintetiza os sentimentos ambíguos que começaram a caracterizar as novas representações de São Paulo:

Horizontalização e verticalização eram processos simultâneos na grande metrópole dos anos 50. Se a concentração das atividades constituiu-se em condição favorável ao desenvolvimento económico, por outro lado, foi matriz geradora de incontáveis problemas de sobrevivência urbana. Sem planeamento, ou com planeamento tardio e parcial, o vocabulário nada plástico das dificuldades logo se amplia: inadequação do sistema de esgotos que polui os rios, carência de água potável trazida de longas distâncias, adensamento do tráfego urbano pela precariedade do transporte coletivo, vias insuficientes para o excesso de veículos, em suma, problemas que denotam imediatamente estar-se diante de uma metrópole moderna, ainda que sob o jugo de condições periféricas.¹²

Diferentemente do discurso até então dominante, cuja origem era difusa, as representações pessimistas que tinham força para ganhar notoriedade pública eram produzidas por personagens específicos e a partir de lugares sociais privilegiados. Como já foi discu-

12 Arruda, *Metrópole e cultura*, 56.

tido, o urbanista Luiz de Anhaia Mello ocupava uma posição de proeminência entre esses personagens. No contexto das comemorações do IV Centenário, embora os seus cálculos pareçam tímidos para os dias de hoje, Anhaia Mello esforçava-se por alarmar o seu público com a situação demográfica paulista: «O desequilíbrio do molde populacional[,] já tremendo, se agrava todos os anos. As previsões para o ano de 2.050 são da ordem de 16.000.000 de habitantes para o Estado todo, mas 8.000.000 na Capital!!!»¹³ Alguns anos antes, o mesmo urbanista chamara a atenção para a velocidade de crescimento da metrópole, e vaticinava que, se continuasse no mesmo ritmo, São Paulo caminharia para um «verdadeiro suicídio coletivo».¹⁴

A emergência de um discurso crítico ao progresso de São Paulo não aconteceu da noite para o dia nem eliminou a representação otimista do futuro da metrópole. De facto, esta era uma perspectiva tão antiga quanto aquela que via com bons olhos o crescimento da cidade. Não obstante, a sua presença foi muito mais discreta e geralmente restrita a ambientes especializados – como as discussões entre engenheiros e arquitetos.¹⁵ Somente na década de 1950, o pessimismo se inscreveu de maneira mais consistente no horizonte de expectativas de São Paulo – e a mudança de tom nas imagens produzidas pelos jornais locais, embora tenha acontecido num momento mais adiantado do tempo, indicava a sua rotinização e disseminação progressivas. A partir de então, duas representações fortes do futuro da metrópole passaram a conviver, estabelecendo uma dinâmica discursiva tensa, marcada por tentativas ambíguas de acomodação de valores contraditórios e concorrentes – ou seja: um futuro esgarçado.

13 Mello, «O Plano Regional de São Paulo», 14 – grifos originais. Segundo o censo de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população da cidade de São Paulo, em 2022 (e, portanto, quase 30 anos antes do que previa Anhaia Mello), ultrapassava os 11 milhões de habitantes, enquanto os habitantes do estado de São Paulo eram mais de 44 milhões de pessoas. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Censo demográfico 2022: população e domicílios: primeiros resultados* (Rio de Janeiro: IBGE, 2023).

14 Mello, «O problema da habitação», 27.

15 A bibliografia sobre essas discussões é vasta. Entre as referências mais importantes estão: Meyer, «Metrópole e urbanismo»; Leme, «Urbanismo»; Feldman, *Planejamento e zoneamento*; e Ficher, *Os arquitetos da Poli*.

No aniversário dos 410 anos da cidade, em 1964, por exemplo, numa página destacada para a comemoração da data, o jornal *Folha de S. Paulo* sobrepunha «as dificuldades de trânsito e estacionamento» na zona central da cidade, a «um movimento benéfico de descentralização que favorece outras grandes áreas urbanas». ¹⁶ Isto é, as ideias defendidas por Anhaia Mello tinham ganhado espaço, pois o que havia de positivo no desenvolvimento da cidade era justamente a descentralização – tema dileto deste urbanista. Contudo, o crescimento não estava descartado nem se sugeria um destino alternativo para a metrópole. Numa das chamadas desta mesma página da *Folha*, lia-se: «Energia não ajuda mas SP não pára», complementada adiante com o seguinte comentário: «E a energia (dos homens) que sobra substitui a energia (elétrica) que a natureza faz faltar. É mais uma crise; é mais uma luta, e mais uma batalha que já tem vencedor: São Paulo.» ¹⁷ A expectativa da reportagem continuava a ser a de uma cidade «predestinada a um grande futuro», embora os obstáculos fossem consideráveis. De qualquer forma:

Pouco importam as conspirações que a têm cercado. Os maus políticos, os maus administradores e até os inimigos gratuitos que – por omissão ou por comissão – fazem por emperrar-lhe o progresso infrene. [Afinal,] a cada golpe, São Paulo responde com uma chaminé fumegante, a gritar com sua fumaça negra que operários constroem a grandeza da pátria. ¹⁸

A solução do jornal, neste caso, retomava mais uma vez a epopeia, ainda que o papel reservado aos problemas de São Paulo crescesse em importância. A glória que viria pela expansão continuava a ser afirmada como o seu «destino manifesto» e não havia dúvidas de que a cidade seguiria neste caminho. Entretanto, as dificuldades já não eram simplesmente aquelas derivadas do crescimento acelerado e desordenado – que, a princípio, seriam comuns a qualquer

16 *Folha de S. Paulo*, 25/01/1964, 8.

17 «Energia não ajuda mas SP não pára», *Folha de S. Paulo*, 25/01/1964, 8.

18 «Energia não ajuda mas SP não pára», *Folha de S. Paulo*, 25/01/1964, 8.

grande metrópole –, mas tornaram-se também empecilhos ativos, que agiam propositalmente contra as tendências naturais e positivas de desenvolvimento da cidade. Ou seja, a história de São Paulo passava a ser narrada levando-se em conta a participação fundamental de antagonistas – entre os quais os governantes ocupavam uma posição de destaque. Neste sentido, além de oferecer espaço a ideias como as de Anhaia Mello, a imprensa local rotinizava e disseminava representações semelhantes às produzidas pelo Florestan Fernandes de 1959, que também identificava na elite dirigente a principal inimiga do progresso paulista.

Em 1969, já durante a ditadura militar, na mesma *Folha de S. Paulo*, o destaque para as dificuldades enfrentadas pela metrópole produzia efeitos dramáticos ainda mais intensos. Mas a responsabilização dos governantes pelos problemas identificados era, neste caso, um pouco mais sutil, mesmo que continuasse evidente:

Basta, ainda, uma chuva um pouco mais forte, para que ruas inteiras fiquem alagadas e se registrem desabamentos e até mortes. O município não parece ter-se preocupado, na medida necessária, com seus problemas sociais, de que é prova o grande aumento da mendicância na metrópole; há problemas de abastecimento urbano que ainda não foram devidamente equacionados; os cursos d'água que atravessam a cidade continuam poluídos, dificultando a vida das populações ribeirinhas; o trânsito é aquilo que se conhece; por incrível que pareça, enorme porcentagem da população não dispõe ainda de serviços de água encanada e esgotos; questões relacionadas com saúde pública e educação continuam a desafiar a competência dos administradores; nos transportes urbanos e nas comunicações, há falhas gritantes.¹⁹

Novamente, e em parte porque era uma data comemorativa, o jornal decidia-se por uma projeção otimista – embora o caráter glorioso perdesse parte da sua ênfase anterior para ser destacada uma paisagem tranquila e harmoniosa:

19 *Folha de S. Paulo*, 25/01/1969, 2.

Nos festejos de seu 415.º aniversário, São Paulo pode orgulhar-se de já ter começado a recuperar o tempo perdido. Um passeio pelas suas ruas dá a exata impressão de que elas estão passando por uma fase de renovação e revolução que muitos paulistanos consideravam impossível. A cidade do ano 2.000 já começa a delinear-se, nas grandes avenidas, nos arrojados viadutos, nas estradas marginais, nos melhoramentos de toda espécie. A antiga cidade hostil vai pouco a pouco perdendo esse caráter, e o próprio temperamento do paulistano deverá ser afetado beneficemente por essa mudança.²⁰

Todavia, não era assim que a reportagem terminava. O seu final alçava a incerteza ao primeiro plano – rompendo com a segurança garantida por um futuro definido. Os diversos problemas enfrentados por São Paulo eram uma ameaça não resolvida e, por isso, o final da narrativa estava aberto. No caso em questão, os antagonistas tradicionais ainda fariam a sua aparição, mesmo que a reportagem resolvesse apoiar a administração do momento:

É absolutamente indispensável que, ao considerarem o problema, as autoridades competentes tenham acima de tudo a preocupação em manter o mesmo nível da administração atual, para que as obras de humanização de São Paulo tenham prosseguimento no ritmo que hoje se observa, e não regressemos aos melancólicos tempos de prefeitos politíqueiros e incapazes.²¹

Como se chamou a atenção ao longo do livro, os diversos discursos que produziam os futuros de São Paulo organizavam a história da cidade em sentidos ou épico, ou trágico ou em um que misturava ambos os anteriores. Durante a década de 1950, o principal efeito desta multiplicidade de narrativas foi inscrever certezas contraditórias no horizonte de expectativas da metrópole – que se via simultaneamente predestinada à glória e condenada ao caos.

20 *Folha de S. Paulo*, 25/01/1969, 2.

21 *Folha de S. Paulo*, 25/01/1969, 2.

Com a rotinização e a disseminação da perspectiva pessimista a partir da década de 1960, o destino de São Paulo passou a ser marcado por mais um paradoxo: apresentava, ao mesmo tempo, um conjunto de certezas contraditórias e uma série de dúvidas sinceras e impossíveis de serem resolvidas. O resultado, do ponto de vista narrativo, era a mistura de três sentimentos que se substituíam constantemente: em primeiro lugar, o otimismo que apostava num futuro positivo, independentemente de haver ou não elementos em que se basear; em segundo, um fatalismo pessimista que aceitava a tragédia anunciada porque, mesmo havendo disposição para se lutar contra este destino, havia pouca ou nenhuma esperança de vitória; e em terceiro lugar, a angústia que não se conseguia decidir por nenhum futuro e ficava paralisada frente à dúvida.

QUESTÕES SOBRE O FUTURO

No limite, qualquer expectativa de futuro, especialmente quando transformada em objeto de reflexão, comporta aqueles três sentimentos simultaneamente – otimismo, pessimismo e angústia. Entretanto, um deles tende a prevalecer conforme a eventual análise avança e se aproxima de uma conclusão. Não importa qual seja o método de previsão em uso: pode ser astrologia, tarot, bola de cristal, profecias religiosas, meteorologia, urbanismo, economia, história, sociologia ou qualquer outro saber que se proponha revelar o futuro. Se indícios entendidos como encorajadores aparecem em número suficiente, o otimismo provavelmente tornar-se-á dominante. Se, pelo contrário, a maior parte dos sinais são interpretados de maneira negativa, então o pessimismo deve sobressair. Contudo, a incerteza, contrariamente aos sentimentos anteriores, não se impõe a partir de desdobramentos tão óbvios. Embora, do ponto de vista de uma filosofia do método científico, a dúvida possa ou deva estar no início de qualquer reflexão, o caso em questão diz respeito não ao começo, mas ao final da análise – ou seja: às situações em que não se consegue chegar a uma conclusão. A angústia torna-se hegemônica nas expectativas de futuro quando os elementos que garantem, para o bem ou para o mal, a estabilidade do tempo não existem ou são removidos

por qualquer motivo – quando não há, portanto, referências suficientes para produzir sentido para a história.

No caso de São Paulo, como se procurou demonstrar, o otimismo foi dominante na primeira metade do século XX e o pessimismo assumiu progressivamente a hegemonia durante a segunda metade. Esta transformação na atitude geral em relação ao destino da metrópole foi em grande parte resultado da complexificação do trabalho de dominação local, que ocorreu em função da diversificação das suas elites. Enquanto os governantes e a burguesia exerciam as diversas facetas do poder de modo praticamente exclusivo, o futuro da cidade foi representado hegemonicamente de forma positiva. A partir do momento em que uma nova elite cultural e intelectual se constituiu com relativa autonomia, o poder de produzir as verdades sobre a realidade social passou a ser disputado por investigadores da universidade, artistas, jornalistas, etc. e, neste processo, o destino da cidade foi-se tornando negativo.

A angústia pela impossibilidade de se construir sentidos para a história não parece ter sido especialmente comum nas representações do futuro de São Paulo. As dúvidas que porventura surgiam eram devidas ao excesso e às contradições das referências, não à sua falta. Isso não quer dizer, contudo, que o período tenha sido livre de crises em que o futuro foi temporariamente suspenso pela retirada dos seus elementos de estabilização – quer dizer, apenas, que tais crises não disseram respeito diretamente aos destinos de São Paulo. No Brasil, o suicídio de Getúlio Vargas em 1954, a renúncia de Jânio Quadros em 1961 e o golpe militar de 1964 são alguns exemplos de acontecimentos do período examinado que, durante algum tempo, desestabilizaram os futuros de uma parcela significativa da população brasileira. Esses acontecimentos romperam com a normalidade estatal, colocando em risco o funcionamento das instituições que asseguravam o fluir seguro do tempo social.

Como chamam a atenção Norbert Elias e Reinhart Koselleck, os Estados-nações, desde o seu surgimento, passaram a ter um papel fundamental na manutenção da normalidade temporal.²² Elias iden-

22 Ver: Elias, *O processo civilizador*; e Koselleck, «O futuro passado».

tífica no desenvolvimento dos Estados nacionais europeus, ao longo das eras moderna e contemporânea, um determinado processo de estabilização institucional sem precedentes na história da humanidade. Estes novos Estados ofereciam aos seus cidadãos instituições sólidas, duradouras e, portanto, confiáveis, que criavam a sensação de que se poderia *planear* determinados aspetos do futuro (dos indivíduos e das coletividades), com grandes possibilidades de tal previsão se realizar efetivamente. Conforme o desenvolvimento desses Estados acontecia, era cada vez mais plausível calcular que, caso um operário, por exemplo, trabalhasse durante 20 ou 30 anos, ele conseguiria comprar a sua casa própria, teria condições para criar os filhos sem maiores dificuldades e, talvez, conseguisse ter uma velhice confortável, de acordo com os planos de reforma disponíveis. Ou um investidor qualquer confiaria que seria possível deixar o seu dinheiro aplicado num banco durante muitos e muitos anos, com a certeza de que o seu capital estava num lugar seguro e que seria devolvido com os juros acertados no início da aplicação. Ou, ainda, trabalhadores organizados acreditariam que uma série de reivindicações suas, negociadas com os patrões e avalizadas pelo Estado, seriam respeitadas agora e no futuro.

Obviamente, nem sempre esse tipo de planeamento se mostrou factível. Os Estados-nações enfrentaram inúmeras crises durante os séculos, obrigando-os a realizarem reformas institucionais que, consequentemente, forçavam os cidadãos a também mudarem de planos. Elias chama a atenção para o facto de que, nessas situações, a desestabilização dos Estados produzia efeitos de incerteza generalizada e, consequentemente, de uma angústia profunda coletivamente experienciada.²³ As sociedades, nos contextos de crises institucionais, tornavam-se menos capazes de elaborar perspetivas de futuro claras e, consequentemente, provocavam uma desorganização estrutural dos investimentos (e não só de investimentos financeiros, mas também de investimentos psicológicos, religiosos, intelectuais, culturais, políticos, etc.). Sendo assim, as disputas pelo controlo dos sentidos da história tornavam-se também mais acirra-

23 Elias, *O processo civilizador*.

das, enquanto a construção de consensos ficava cada vez mais difícil.

Em contraste, nos contextos de «normalidade» institucional, a *sensação* cada vez mais presente era que o Estado e as instituições sob o seu amparo eram estáveis o suficiente para que o futuro se tornasse razoavelmente previsível. Este processo veio acompanhado por uma mudança daquilo que François Hartog, a partir das reflexões de Koselleck chamou *regimes de historicidade*.²⁴ Segundo ambos os historiadores, antes do advento da modernidade, a relação típica dos europeus com o tempo histórico era marcada pelo foco no passado. Esperava-se que o dia de amanhã fosse como o de hoje, enquanto o de hoje seria como o de ontem. O tempo tinha um caráter cíclico, repetindo quotidianamente os padrões estabelecidos num passado longínquo. O início da modernidade europeia foi marcado por uma série de acontecimentos que romperam, definitivamente, o ciclo de repetições tradicionais: as grandes navegações; a descoberta de um novo continente; os renascimentos urbano e comercial; as reformas religiosas; as revoluções técnicas e artísticas; o nascimento dos Estados-nações; etc. Aos poucos, portanto, os europeus foram-se convencendo de que o dia de amanhã não seria como o de hoje e, quase necessariamente, seria diferente do de ontem.

De acordo com Koselleck, esse processo resultou numa mudança na relação com o tempo social: o passado deixou de ser a referência organizadora do tempo e o futuro passou a ocupar a posição de destaque.²⁵ Esse é um dos fatores que explica, por exemplo, as grandes filosofias da história dos séculos XVIII e XIX. Kant, Hegel, Marx e outros produziram futuros para a humanidade completamente diferentes do que até então havia sido experimentado historicamente. Estes futuros eram desejáveis e levariam as sociedades para um patamar superior de desenvolvimento – portanto, estabeleciam sentidos de evolução e progresso para a história. Além disso, em grande parte dos casos, era preciso trabalhar para a construção

24 Hartog, «O tempo desorientado».

25 Koselleck, «O futuro passado».

desses futuros. Sendo assim, era necessário que a previsão dos passos a serem tomados fosse possível – ou seja, o futuro precisava de ser razoavelmente estável. Aproximando as reflexões de Elias, Koselleck e Hartog, pode-se concluir, portanto, que o mesmo processo de tornar o futuro diferente de qualquer coisa que acontecera no passado também produziu mecanismos de estabilização que permitiam lidar com esse futuro a partir de um conjunto confortável de certezas a seu respeito. Em síntese: o futuro passou a ser sempre uma novidade, mas uma novidade previsível.

Além disso, como foi discutido ao longo deste trabalho, prever o futuro – sobretudo um futuro calculável – era (e continua a ser) também *produzir* este futuro. Por outras palavras, esse futuro era *presentificado*, tornando-se uma realidade certa para aqueles que tenham levado a sério a previsão e, conseqüentemente, tendo peso decisivo na orientação das suas ações. Ou seja, determinadas previsões passaram a ter a capacidade de mobilizar as energias sociais no sentido de promover (ou impedir) a sua própria realização. Para os Estados modernos europeus – e também para o Estado brasileiro do século XX –, este tipo de previsão do futuro (ou prognóstico, como prefere Koselleck) estava associado às situações políticas e às ações governamentais. Recuperando uma citação já utilizada de Koselleck:

Essa associação se deu de forma tão íntima, que fazer um prognóstico já significava alterar uma determinada situação. O prognóstico é um momento consciente de ação política. Ele está relacionado a eventos cujo ineditismo ele próprio libera. O tempo passa a derivar, então, do próprio prognóstico, de uma maneira continuada e imprevisivelmente previsível.²⁶

Talvez uma das contribuições mais importantes deste livro para o debate contemporâneo esteja menos nas análises empíricas sobre o caso paulistano e mais no esforço teórico de refletir sobre as representações de futuro e sobre as estratégias de convencimento através

26 Koselleck, «O futuro passado», 32.

das quais elas são articuladas. As representações de futuro, como se procurou sustentar ao longo do texto, são *produtoras* de futuro, pois condicionam os capitais disponíveis (em sentido amplo) a serem investidos para a efetiva realização destes futuros. Além disso, essas representações ocupam um lugar, ao mesmo tempo, central e frágil na produção dos discursos: elas são estruturantes das narrativas e organizadoras das ações que se pretende realizar, mas são também arbitrárias e, no limite, fundadas quase exclusivamente em crenças, pois o futuro não oferece evidências empíricas de que se realizará conforme foi prometido. Neste sentido, atentar à dimensão retórica, bem como ao potencial produtivo das representações de futuro é uma estratégia importante para que se possa refletir criticamente sobre os processos de crise do passado e do presente.

BIBLIOGRAFIA

FONTES

- Andrade, Mário de. *Paulicéia desvairada*. São Paulo: Casa Mayença, 1922.
- Azevedo, Aroldo. «Apresentação». In *A cidade de São Paulo: Estudos de geografia urbana*, vol. 1, organizado por Aroldo Azevedo. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1958.
- _____. «Preâmbulo: São Paulo, cidade trilionária». In *A cidade de São Paulo: Estudos de geografia urbana*, vol. 1, organizado por Aroldo Azevedo. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1958.
- _____. *Arnolfo de Azevedo, parlamentar da Primeira República*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968.
- Chaves Neto, Elias. «A crise universitária em São Paulo». *Revista Brasiliense* 15 (jan.-fev. 1958).
- Duarte, Paulo. *Palmares pelo avesso*. São Paulo: Ipê, 1947.
- _____. *Memórias: Raízes profundas*. São Paulo: Hucitec, 1974.
- _____. *Memórias: A inteligência da fome*. São Paulo: Hucitec, 1975.
- _____. *Memórias: Selva oscura*. São Paulo: Hucitec, 1976.
- _____. *Memórias: Os mortos de Seabrook*. São Paulo: Hucitec, 1976.
- Fernandes, Florestan. *Organização social dos Tupinambá*. São Paulo: Instituto Progresso, 1949.
- _____. «Ciência e sociedade na evolução social do Brasil». *Revista Brasiliense* 6 (jul.-ago. 1956).
- _____. *A condição de sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. São Paulo: Ed. Globo, 2006 [1951].
- _____. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Global, 2008.
- _____. «Caracteres rurais e urbanos na formação e desenvolvimento da cidade de São Paulo» [1954]. In *Mudanças sociais no Brasil*, Florestan Fernandes. São Paulo: Global, 2008.

- _____. «O homem e a cidade-metrópole» [1959]. In *Mudanças sociais no Brasil*, Florestan Fernandes. São Paulo: Global, 2008.
- Lustig, Rodolfo, e Adalberto Kemeny. *São Paulo: A sinfonia da metrópole*. Filme, 1929.
- Maia, Francisco Prestes. *Estudo de um plano de avenidas para a cidade de São Paulo*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1930.
- _____. *Os melhoramentos de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 1945.
- Maia, Francisco Prestes *et al.* «Ante-projeto de um sistema de transporte rápido metropolitano». *Engenharia* 167 (out. 1956).
- Mattos, Dirceu Lino. «O parque industrial paulistano». In *A cidade de São Paulo: Estudos de geografia urbana*, vol. 3, organizado por Aroldo Azevedo. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1958.
- Mello, Luiz de Anhaia. «Urbanismo». *Boletim do Instituto de Engenharia* 42 (nov. 1928).
- _____. *Problemas de urbanismo. Bases para a resolução do problema técnico*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1929.
- _____. «A cidade, base material de relações sociais. Sociologia urbana, ecologia humana e o plano de Londres». *Revista do Instituto de Engenharia* 30, n.º 3 (mar. 1945).
- _____. «O transporte individual e coletivo na cidade moderna». *Digesto Econômico* 29, n.º 7 (abr. 1947).
- _____. «O problema da habitação». *Digesto Econômico* 72, n.º 16 (nov. 1950).
- _____. «O Urbanismo... esse desconhecido». *Engenharia* 114, n.º 10 (fev. 1952).
- _____. «O Plano Regional de São Paulo: Uma contribuição da Universidade para o estudo do “Um Código de Ocupação Lícita do Solo”». Monografia/palestra, Universidade de São Paulo, 1954.
- Morse, Richard. *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970 [1954].
- Moses, Robert. «Realism in City Planning». Monografia/palestra, Dartmouth College, 1949.
- _____. *Programa de melhoramentos públicos para a cidade de São Paulo*. Nova Iorque: International Basic Economic Corporation e IBEC Technical Services Corporation, 1950.
- Petrone, Pasquale. «São Paulo no século XX». In *A cidade de São Paulo: Estudos de geografia urbana*, vol. 2, organizado por Aroldo Azevedo. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1958.
- Prado Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. Martins, 1942.
- _____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1945.

- _____. *Diretrizes para uma política econômica brasileira*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1954.
- _____. «Livre iniciativa econômica e iniciativa estatal». *Revista Brasiliense* 9 (jan.-fev. 1957).
- _____. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.
- _____. «O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo» [1935-1953]. In *Evolução política do Brasil e outros estudos*, Caio Prado Jr. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.
- Santos, Elina. «Tietê, o rio de São Paulo». In *A cidade de São Paulo: Estudos de geografia urbana*, vol. 1, organizado por Aroldo Azevedo. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1958.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, Alzira Alves de. «Aliança Nacional Libertadora». In *CPDOC Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- Arruda, Maria Arminda. «A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”». In *História das ciências sociais no Brasil*, vol. 2, organizado por Sergio Miceli. São Paulo: Ed. Sumaré e Fapesp, 1995.
- _____. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio do século XX*. Bauru, SP: Edusc, 2001.
- Backx, Isabela. «Paul Rivet e Paulo Duarte: Discursos sobre humanismo e arqueologia no Brasil». Dissertação de mestrado em História, Universidade de Campinas, 2013.
- Ballon, Hilary, e Kenneth Jackson, org. *Robert Moses and the Modern City: The Transformation of New York*. Nova Iorque e Londres: W. W. Norton & Company, 2007.
- Berman, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.
- _____. «Robert Moses: O mundo da via expressa». In Berman, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.
- Bhabha, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.
- Boito Jr., Armando. «O populismo em crise (1953-1955)». Dissertação de mestrado em Ciência Política, Universidade de Campinas, 1976.
- Botelho, André, Elide Bastos, e Gláucia Villas Bôas, orgs. *O moderno em questão: A década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.
- Bourdieu, Pierre. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- _____. «Por uma ciência das obras». In *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*, Pierre Bourdieu. Campinas: Papirus, 1996.

- _____. «Espaço social e espaço simbólico». In *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*, Pierre Bourdieu. Campinas: Papirus, 1996.
- _____. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- _____. «Campo do poder, campo intelectual e *habitus* de classe». In *A economia das trocas simbólicas*, Pierre Bourdieu. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- _____. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- _____. «O ser social, o tempo e o sentido da existência». In *Meditações pascalianas*, Pierre Bourdieu. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- _____. «Introdução a uma sociologia reflexiva». In *O poder simbólico*, Pierre Bourdieu. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- Bresciani, Maria Stella. «Estudo da trajetória profissional do engenheiro-arquiteto Luiz I. R. de Anhaia Mello». In *Da construção do território ao planejamento das cidades: Competências técnicas e saberes profissionais na Europa e nas Américas (1850-1930)*, organizado por Ivone Salgado e Angelo Bertoni. São Carlos: RiMa, 2010.
- _____. «As múltiplas linguagens do urbanismo em Luiz de Anhaia Mello: técnica, estética e política». In *Urbanistas e urbanismo no Brasil: Entre trajetórias e biografias*, organizado por Rodrigo Faria, Josianne Cerasoli, e Flaviana Lira. São Paulo: Alameda, 2014.
- Bresciani, Maria Stella, e Maria Cristina Schicchi. «Luiz de Anhaia Mello: ensino, política e presença pública». *Risco* 14, n.º 1 (2016).
- Bresser-Pereira, Luiz. «O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido». *Dados – Revista de Ciências Sociais* 47, n.º 1 (2004).
- Campos, Candido. *Os rumos da cidade: Urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Senac, 2002.
- Campos, Candido, Lúcia Helena Gama, e Vladimir Sacchetta, org. *São Paulo, metrópole em trânsito: Percursos urbanos e culturais*. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2004.
- Campos, Candido e Nádia Somekh. «O plano de avenidas (1930)». In *A cidade que não pode parar: Planos urbanísticos de São Paulo no século XX*, organizado por Nádia Somekh e Candido Campos. São Paulo: Editora Mackenzie e Mackpesquisa, 2008.
- _____. «Relatório Moses (1950)». In *A cidade que não pode parar: Planos urbanísticos de São Paulo no século XX*, organizado por Nádia Somekh e Candido Campos. São Paulo: Editora Mackenzie e Mackpesquisa, 2008.
- Candido, Antonio. «O significado de *Raízes do Brasil*». In *Raízes do Brasil*, Sergio Buarque de Holanda. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

- Cannabrava Filho, Paulo. *Ademar de Barros: Trajetória e realizações*. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2004.
- Cardoso, Fernando Henrique. «A paixão pelo saber». In *O saber militante: Ensaios sobre Florestan Fernandes*, organizado por Maria Angela D’Incao. Rio de Janeiro e São Paulo: Paz e Terra e Ed. da Unesp, 1987.
- Caro, Robert. *The Power Broker: Robert Moses and the Fall of New York*. Nova Iorque: Vintage Books, 1975.
- Carpintéro, Mariza Varanda Teixeira. «Em busca da imagem: a cidade e seu figurino (São Paulo 1935-1954)». Tese de doutoramento em História, Universidade de Campinas, 1998.
- Castro, Ana Cláudia de. «Um americano na metrópole [latino-americana]. Richard Morse e a história cultural urbana de São Paulo, 1947-1970». Tese de doutoramento em Arquitetura, Universidade de São Paulo, 2013.
- Catani, Afrânio. *A revista de cultura Anhembi (1950-62): Um projeto elitista para elevar o nível cultural do Brasil*. Maringá: Eduem, 2009.
- Certeau, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- _____. «A operação historiográfica». In *A escrita da história*, Michel de Certeau. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- Chartier, Roger. «O mundo como representação». *Estudos Avançados* 5, n.º 11 (jan.-abr. 1991).
- Choay, Françoise. *O urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- Cohn, Gabriel, org. *Max Weber: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982.
- CPDOC *Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930*, dirigido por Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- CPDOC *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República – 1889-1930*, dirigido por Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2015.
- Dias, Maria Odila da Silva. «Prefácio». In *Diários políticos de Caio Prado Jr., 1945, Paulo Iumatti*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- D’Incao, Maria Angela, org. *O saber militante: Ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro e São Paulo: Paz e Terra e Ed. Da Unesp, 1987.
- _____, org. *História e ideal: Ensaios sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: Ed. da Unesp, Ed. Brasiliense e Secretaria Estadual de Cultura – SP, 1989.
- Elias, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990-1993.
- Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira*. São Paulo: Itaú Cultural, 2023.
- Faoro, Raymundo. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2001.
- Fausto, Boris. *A revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

- Feldman, Sarah. *Planejamento e zoneamento. São Paulo: 1947-1972*. São Paulo: Fapesp e Edusp, 2005.
- Fernandes, Florestan. «A visão do amigo». In *História e ideal: Ensaios sobre Caio Prado Jr.*, organizado por Maria Angela D’Incao. São Paulo: Ed. da Unesp, Ed. Brasiliense e Secretaria Estadual de Cultura – SP, 1989.
- Ferreira, Marieta de Moraes, «Paulo Duarte». In *CPDOC Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- Ficher, Sylvia. *Os arquitetos da Poli: Ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo: Fapesp e Edusp, 2005.
- Garcia, Nelson Jahr. *Estado Novo: Ideologia e propaganda política*. São Paulo: Ed. Loyola, 1982.
- Garcia, Sylvia. *Destino ímpar: Sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo: USP e Editora 34, 2002.
- Gomes, Clécia. «Os engenheiros da Associação Brasileira de Educação (ABE): Confluências entre as ideias educacionais e urbanas na cidade do Rio de Janeiro nos anos iniciais do século XX». Dissertação de mestrado em História, Universidade de Campinas, 2015.
- _____. «A recepção do skyscraper no Brasil (1920-1945)». Tese de doutoramento em História, Universidade de Campinas, 2023.
- Gomes, Daniel Mendes. «A geografia ensinada: mudanças e continuidades do conhecimento geográfico escolar (1960-1989)». Dissertação de mestrado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.
- Gorelik, Adrián. «Historia de la ciudad e historia intelectual». *Prismas: Revista de historia intelectual* 3 (1999).
- Gorelik, Adrián, e Fernanda Peixoto, org. *Ciudades sudamericanas como arenas culturales: Artes y medios, barrios de élite y villas miseria, intelectuales y urbanistas: Cómo ciudad y cultura se activan mutuamente*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2016. Kindle Edition.
- Gratz, Roberta. *The Battle for Gotham: New York in the Shadows of Robert Moses and Jane Jacobs*. Nova Iorque: Nation Books, 2010.
- Grostein, Marta. «Periferias: loteamentos ilegais e formas de crescimento urbano». In *São Paulo, metrópole em trânsito: Percursos urbanos e culturais*, organizado por Candido Malta Campos, Lúcia Helena Gama e Vladimir Sacchetta. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2004.
- Hall, Peter. *Cidades do amanhã: Uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- Hartog, François. «O tempo desorientado: Tempo e história: “Como escrever a história da França?”». *Anos 90* 5, n.º 7 (1997).
- Hobsbawm, Eric. *Era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

- Iglésias, Francisco. «Um historiador revolucionário». In *Caio Prado Jr.: História*, organizado por Francisco Iglésias. São Paulo: Ática, 1982.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 2022: população e domicílios: primeiros resultados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- Iumatti, Paulo. *Diários políticos de Caio Prado Jr., 1945*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- _____. *Caio Prado Jr.: Uma trajetória intelectual*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- Jackson, Kenneth. «Robert Moses and the Rise of New York: The Power Broker in Perspective». In *Robert Moses and the Modern City: The Transformation of New York*, organizado por Hilary Ballon e Kenneth Jackson. Nova Iorque e Londres: W. W. Norton & Company, 2007.
- Jackson, Luiz Carlos. «A sociologia paulista nas revistas especializadas (1940-1965)». *Tempo Social* 16, n.º 1 (jun. 2004).
- _____. «Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969)». *Tempo Social* 19, n.º 1 (jun. 2007).
- Jacobs, Jane. *Morte e vida das grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- Jorge, Janes. «Morar no extremo sul de São Paulo: Sociedade e natureza na região da Guarapiranga em meados do século 20». *Cadernos Cedes* 40, n.º 112 (2020).
- Koselleck, Reinhart. *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto e Ed. PUC-Rio, 2006.
- _____. «O futuro passado dos tempos modernos». In *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*, Reinhart Koselleck. Rio de Janeiro: Contraponto e Ed. PUC-Rio, 2006.
- _____. «“Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas». In *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*, Reinhart Koselleck. Rio de Janeiro: Contraponto e Ed. PUC-Rio, 2006.
- _____. «Prognósticos históricos nos escritos de Lorenz von Stein sobre a Constituição prussiana». In *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*, Reinhart Koselleck. Rio de Janeiro: Contraponto e Ed. PUC-Rio, 2006.
- Le Guin, Ursula. *A ficção como cesta: uma teoria e outros textos*. Lisboa: Dois Dias Edições, 2022.
- Leher, Roberto. «Florestan Fernandes e a defesa da educação pública». *Educação & Sociedade* 33, n.º 121 (dez. 2012).
- Leme, Maria Cristina. «Urbanismo: a formação de um conhecimento e de uma atuação profissional». In *Palavras da cidade*, organizado por Maria Stella Bresciani. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.
- _____. «A presença norte-americana e a transformação de São Paulo no pós-guerra». In *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades*, organizado

- por Ana Lúcia Lanna, Fernanda Peixoto, José Tavares Lira e Maria Ruth Sampaio. São Paulo: Alameda, 2011.
- Lencioni, Sandra. «Aroldo de Azevedo: um geógrafo da Universidade de São Paulo». *Boletim Paulista de Geografia* 92 (2012).
- Lepenies, Wolf. *As três culturas*. São Paulo: Edusp, 1996.
- Lévi-Strauss, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Ed. Anhembi, 1957.
- Lima, Heitor. «Caio Prado e seu tempo». In *História e ideal: Ensaios sobre Caio Prado Jr.*, organizado por Maria Angela D’Incao. São Paulo: Ed. da Unesp, Ed. Brasiliense e Secretaria Estadual de Cultura – SP, 1989.
- Limongi, Fernando. «Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Jr. e a *Revista Brasiliense*». *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 5, n.º 2 (out. 1987).
- _____. «A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo». In *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 1, organizado por Sergio Miceli. São Paulo: Ed. Vértice e Ed. Rev. dos Tribunais, 1989.
- _____. «Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo». In *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 1, organizado por Sergio Miceli. São Paulo: Ed. Vértice e Ed. Rev. dos Tribunais, 1989.
- Lovatto, Angélica, e Paulo Barsotti. «O Partido Republicano Paulista e a política em São Paulo: Apontamentos bibliográficos do Projeto Memória Paulista». *Revista Novos Rumos* 52, n.º 1 (jan.-jun. 2015).
- Maciel, Diogo. «Antônio de Alcântara Machado e a criação de São Paulo: Personagens, espaços e experiências». Dissertação de mestrado em Antropologia, Universidade de São Paulo, 2017.
- Mayer, Jorge Miguel. «Prestes Maia». In *CPDOC Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- _____. «Lucas Nogueira Garcez». In *CPDOC Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- Mehrtens, Cristina. «Projetando poder: A política do espaço urbano nos anos 30 em São Paulo, Brasil». Artigo em elaboração, Universidade de Campinas, 2013.
- Mendes, Erasmo Garcia. «Paulo Duarte [Perfis de mestres]». *Estudos Avançados* 8, n.º 22 (1994).
- Merkel, Ian. *Terms of Exchange: Brazilian Intellectuals and the French Social Sciences*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 2022.
- Meyer, Regina Maria Prosperi. «Metrópole e urbanismo: São Paulo anos 50». Tese de doutoramento em Arquitetura, Universidade de São Paulo, 1991.
- Miceli, Sergio, org. *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 1. São Paulo: Ed. Vértice e Ed. Rev. dos Tribunais, 1989.

- _____. «Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil». In *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 1, organizado por Sergio Miceli. São Paulo: Ed. Vértice e Ed. Rev. dos Tribunais, 1989.
- _____, org. *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 2. São Paulo: Ed. Sumaré e Fapesp, 1995.
- _____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- _____. «Poder, sexo e letras na República Velha (estudo clínico dos anatolianos)». In *Intelectuais à brasileira*, Sergio Miceli. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- _____. «Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-45)». In *Intelectuais à brasileira*, Sergio Miceli. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- _____. *Vanguardas em retrocesso: Ensaios de história social e intelectual do modernismo latino-americano*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.
- _____. «Os inventores da sociologia “científica” sul-americana – Florestan Fernandes e Gino Germani». In *Vanguardas em retrocesso: Ensaios de história social e intelectual do modernismo latino-americano*, Sergio Miceli. São Paulo: Cia das Letras, 2012.
- Morse, Richard. «As cidades periféricas como arenas culturais: Rússia, Áustria, América Latina». *Estudos Históricos* 8, n.º 16 (1995).
- Mota, Carlos. *Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974*. São Paulo: Ática, 1977.
- _____. «Apresentação». In *Os rumos da cidade: Urbanismo e modernização em São Paulo*, Candido Campos. São Paulo: Senac, 2002.
- Mumford, Lewis. *A cidade na história*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- Muniagurria, Lorena Avellar de. *Políticas da cultura: Trânsitos, encontros e militância na construção de uma política nacional*. São Paulo: Humanitas, 2018.
- Myers, Jorge. «Músicas distantes. Algumas notas sobre a história intelectual hoje: horizontes velhos e novos, perspectivas que se abrem». In *História intelectual latino-americana: Itinerários, debates e perspectivas*, organizado por Maria Sá. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.
- Novais, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial, 1777-1808*. São Paulo: Hucitec, 1983.
- Oliveira, Fabiane. «Ademarismo: A construção Ibespiana do conceito de populismo». In *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo: ANPUH, 2011.
- Paiva, Carlos Henrique Assunção. «A burocracia no Brasil: as bases da administração pública nacional em perspectiva histórica (1920-1945)». *História (São Paulo)* 28, n.º 2 (2009).
- Peixoto, Fernanda. *Diálogos brasileiros: Uma análise da obra de Roger Bastide*. São Paulo: Edusp, 2000.

- _____. «Roger Bastide e as cidades: dois ângulos e uma perspectiva». In *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades*, organizado por Ana Lúcia Lanna, Fernanda Peixoto, José Tavares Lira e Maria Ruth Sampaio. São Paulo: Alameda, 2011.
- Pereira, Bruno. «Cartografias cruzadas: os caminhos do samba e os traçados do Plano de Avenidas em São Paulo (1938-1945)». Dissertação de mestrado em Antropologia, Universidade de São Paulo, 2017.
- Pereira, Mônica. *Anhembí: Criação e perfil de uma revista de cultura*. São Paulo: IDESP, 1987.
- Petrone, Pasquale. «Entrevista: Pasquale Petrone e a Geografia na USP». *Estudos Avançados* 8, n.º 22 (1994).
- Pontes, Heloisa. *Destinos mistos: Os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-68)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, org. *São Paulo 1975: Crescimento e pobreza*. São Paulo: Ed. Loyola, 1975.
- Porta, Paula, org. *História da cidade de São Paulo, vol. 3: A cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- Queiroz, Suely. «Política e poder público na Cidade de São Paulo: 1889-1954». In *História da cidade de São Paulo, vol. 3: A cidade na primeira metade do século XX*, organizado por Paula Porta. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- Ramos, Plínio. *Os partidos paulistas e o Estado Novo*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- Rego, Walquíria. «Intelectuais, Estado e ordem democrática: Notas sobre as reflexões de Florestan Fernandes». In *Intelectuais e Estado*, organizado por Marcelo Ridenti, Elide Bastos e Denis Rolland. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2006.
- Ricoeur, Paul. *Tempo e Narrativa*, vol. 1. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- Roldan, Dinalva. «A montagem de um ideário urbano em São Paulo: Le Bret, 1947». In *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades*, organizado por Ana Lúcia Lanna, Fernanda Peixoto, José Tavares Lira e Maria Ruth Sampaio. São Paulo: Alameda, 2011.
- Rolnik, Raquel. *São Paulo*. São Paulo: Publifolha, 2001.
- Romero, José Luis. *Latinoamérica: las ciudades y las ideas*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Ed., 2010.
- Rubino, Silvana. «Clube de pesquisadores: A Sociedade de Etnografia e Folclore e a Sociedade de Sociologia». In *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 2, organizado por Sergio Miceli. São Paulo: Ed. Sumaré e Fapesp, 1995.
- Saes, Décio. «Classe média e política no Brasil (1930-1964)». In *História geral da civilização brasileira*, t. 3, vol. 10, dirigido por Boris Fausto. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

- Sahlins, Marshal. *Metáforas históricas e realidades míticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- Said, Edward. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- Silva, Isabela Pereira da. «De Chicago a São Paulo: Donald Pierson no mapa das ciências sociais (1930-1950)». Tese de doutoramento em Antropologia, Universidade de São Paulo, 2013.
- Silva, Luís Octávio da. «Verticalização, expansionismo e grandes obras viárias: a modernização limitada». In *São Paulo, metrópole em trânsito: Percursos urbanos e culturais*, organizado por Candido Campos, Lúcia Helena Gama e Vladimir Sacchetta. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2004.
- Silva, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- Santos, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2009.
- Santos, Raimundo. *Caio Prado Jr. na cultura política brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- Schwartzman, Simon, sel. e introd. *O pensamento nacionalista e os «Cadernos de Nosso Tempo»*. Biblioteca do Pensamento Político Republicano, vol. 6. Brasília: Câmara de Deputados e Biblioteca do Pensamento Brasileiro, 1981.
- Siwi, Marcio. *Urban Renewal North and South: The Case of São Paulo and New York during and after WWII*. Nova Iorque: Research Report – Rockefeller Archive Center, s/d.
- Somekh, Nádia, e Candido Campos, org. *A cidade que não pode parar. Planos urbanísticos de São Paulo no século XX*. São Paulo: Editora Mackenzie e Mack-pesquisa, 2008.
- Toledo, Benedito. *Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo*. São Paulo: Empresa das Artes, 1996.
- Tönnies, Ferdinand. *Comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Losada, 1947.
- Veríssimo, Êrico. «Apresentação». In *Memórias: Raízes profundas*, Paulo Duarte. São Paulo: Hucitec, 1974.
- Villaça, Flávio. «Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil». In *O processo de urbanização do Brasil*, organizado por Csaba Deák e Sueli Schiffer. São Paulo: Edusp, 2010.
- Wahrlich, Beatriz. *Reforma administrativa na era de Vargas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1983.
- Waldman, Thaís. «Entre batismos e degolas: (des)caminhos bandeirantes em São Paulo». Tese de doutoramento em Antropologia, Universidade de São Paulo, 2018.
- Weber, Max. *Economía y sociedad: Esbozo de sociología comprensiva*. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.

- _____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.
- White, Hayden. *Trópicos do discurso: Ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 2001.
- _____. «O texto histórico como artefato literário». In *Trópicos do discurso: Ensaios sobre a crítica da cultura*, Hayden White. São Paulo: Edusp, 2001.
- _____. *Meta-história: A imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 2008.
- Woods, Robert. «The Neighborhood in Social Reconstruction». *The American Journal of Sociology* 19, n.º 5 (mar. 1914).
- Zioni, Silvana. «Do plano da Light à Comissão de Estudos de Transporte Coletivo: o transporte urbano sai dos trilhos». In *A cidade que não pode parar. Planos urbanísticos de São Paulo no século XX*, organizado por Nádia Somekh e Candido Campos. São Paulo: Editora Mackenzie e Mackpesquisa, 2008.
- Zorek, Bruno. «Concepções de sujeito e objeto do conhecimento na obra histórica de Caio Prado Jr.». Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.
- _____. «Desenvolvimento histórico do sujeito epistemológico na obra de Caio Prado Jr.». *Ars Historica* 1, n.º 2 (jul.-dez. 2010).
- _____. «Um futuro alternativo para São Paulo: Anhaia Mello e a tese da limitação do crescimento da metrópole». *Cadernos de História* 18, n.º 28 (mai. 2017).
- _____. «O futuro de São Paulo por Francisco Prestes Maia e Robert Moses». In *Artes, saberes, antropologias*, organizado por Fernanda Peixoto, Julia di Giovanni, Lorena Muniagurria e Thaís Waldman. Goiânia: Cegraf UFG, 2021.
- _____. «Glória e caos no futuro da cidade de São Paulo: Imprensa, política e intelectualidade em meados do século XX». *Revista de História* 181 (2022).

OBRAS DA IMPRENSA
DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

COLECÇÃO CONTEMPORÂNEA

Ricardo Noronha

*«A banca ao serviço do povo»:
Política e Economia durante o PREC
(1974-1975)*

Daniel Ribas

*Uma dramaturgia da violência:
os filmes de João Canijo*

António Duarte Silva

*O Império e a constituição colonial portuguesa
Fernando Ampudia de Haro*

Matheus Serva Pereira

*«Grandiosos Batuques»: Tensões, arranjos
e experiências coloniais em Moçambique (1890-1940)*

Fernando Ampudia de Haro

*O processo civilizacional da tourada:
Guerreiros, cortesãos, profissionais... e bárbaros?*

Daniel Marcos

*Entre o Império e a NATO:
Portugal e os Estados Unidos da América (1949-1961)*

Ana Oliveira

*Assédio: Aproximações
Sociojurídicas à Sexualidade*

Tânia Alves

*1961 sob o viés da imprensa:
Os jornais portugueses, britânicos e franceses na conjuntura da eclosão da
guerra no império português*

Ricardo Andrade

Ar de Rock. O boom do rock em Portugal do início da década de 1980

RICARDO NORONHA

“A Banca ao Serviço do Povo”

Política e Economia durante o PREC (1974–75)

IMPRESA DE HISTÓRIA E CONTEMPORÂNEA

DANIEL RIBAS

Uma dramaturgia da violência: os filmes de João Canijo

IMPRESA DE HISTÓRIA E CONTEMPORÂNEA

ANTÓNIO DUARTE SILVA

O Império e a Constituição Colonial Portuguesa

(1914–1974)

IMPRESA DE HISTÓRIA E CONTEMPORÂNEA

FERNANDO AMPUDIA DE HARO

O processo civilizacional da tourada

Guerreiros, cortesãos, profissionais... e bárbaros?

IMPRESA DE HISTÓRIA E CONTEMPORÂNEA

DANIEL MARCOS

Entre o Império e a NATO

Portugal e os Estados Unidos da América (1949–1961)

IMPRESA DE HISTÓRIA E CONTEMPORÂNEA

MATHEUS SERVA PEREIRA

“Grandiosos batuques”

Tensões, arranjos e experiências coloniais em Moçambique (1890–1940)

IMPRESA DE HISTÓRIA E CONTEMPORÂNEA

ANA OLIVEIRA

ASSÉDIO

APROXIMAÇÕES SOCIOJURÍDICAS À SEXUALIDADE

IMPRESA DE HISTÓRIA E CONTEMPORÂNEA

TÂNIA ALVES

1961 SOB O VIÉS DA IMPRENSA

OS JORNAIS PORTUGUESES, BRITÂNICOS E FRANCESES NA CONJUNTURA DA ECLOSÃO DA GUERRA DO IMPÉRIO PORTUGUÊS

IMPRESA DE HISTÓRIA E CONTEMPORÂNEA

RICARDO ANDRADE

AR DE ROCK

O BOOM DO ROCK EM PORTUGAL DO INÍCIO DA DÉCADA DE 1960

IMPRESA DE HISTÓRIA E CONTEMPORÂNEA

OBRAS DA IMPRENSA
DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

COLECÇÃO TRÂNSITOS

Todd Cleveland

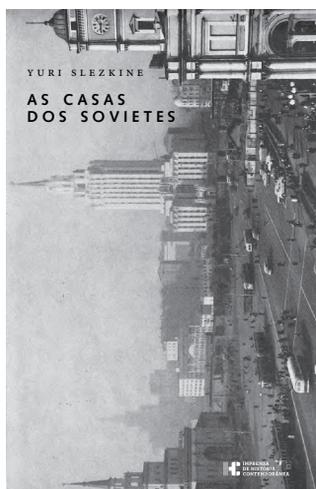
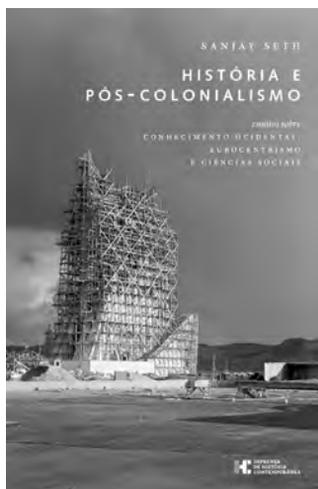
*Diamantes em Bruto: Paternalismo Empresarial
e Profissionalismo Africano na Diamang,
1917-1940*

Sanjay Seth

*História e Pós-colonialismo. Ensaio sobre Conhecimento Ocidental,
Eurocentrismo e Ciências Sociais*

Yuri Slezkine

As Casas dos Sovietes: Dois Ensaio e Uma Entrevista



OBRAS DA IMPRENSA
DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

COLEÇÃO ESTRATÉGICA

Coordenação de
Ana Isabel Queiroz, Bárbara Direito,
Helena da Silva & Lúcia Costa Pinto
Pobreza e Fome, Uma História Contemporânea.
Temas, metodologias e estudos de caso



Na década de 1950, São Paulo tornou-se a maior e mais importante cidade do Brasil. O seu futuro, até então, era hegemonicamente representado como o de uma metrópole gigantesca, moderna e pujante, desembaraçada de quaisquer dificuldades graças a intervenções urbanísticas de precisão cirúrgica. Nesta perspectiva, São Paulo estava destinada à glória. No entanto, esse futuro começou rapidamente a transformar-se, quando projeções concorrentes, que imaginavam o caos e a paralisia como desdobramentos inevitáveis do gigantismo metropolitano, passaram a ganhar força. São Paulo, na verdade, estaria condenada à tragédia, caso nada fosse feito para interromper imediatamente o seu crescimento. O choque entre esses futuros produziu uma cidade esgarçada, cujo destino paradoxal era constituir-se em paraíso e inferno simultaneamente.

Este livro conta a história desse esgarçamento, analisando como e por que essas (e outras) representações ganhavam ou perdiam força na sociedade paulistana de meados do século xx. Com esse objetivo, ele segue as trajetórias de políticos, intelectuais e articuladores culturais, além de examinar a imprensa local, em função dos papéis que estes agentes desempenharam na produção dos futuros em disputa.

BRUNO ZOREK (Curitiba, 1981) é doutorado em História pela Universidade de Campinas e investigador no Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa / IN2PAST — Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território. O seu trabalho é principalmente dedicado à história da produção do conhecimento e das elites intelectuais. Dentro deste universo, os seus interesses de investigação incluem a história das ciências sociais, do pensamento económico, da urbanização e das temporalidades.

